



MEMORIAL

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

HISTÓRIAS DE  
*vida*

*Os Procuradores-Gerais*

VOLUME I



# MEMORIAL

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

# HISTÓRIAS DE *vida*

*Os Procuradores-Gerais*

VOLUME I

Coordenação: CEAF - Memorial MPSC

Organização: Gunter Axt

Florianópolis

2011

**Coordenação:** CEAF - Memorial MPSC

**Organização, edição e introdução:** Gunter Axt

**Pesquisa e preparação:** Bruno Vinícius Mützemberg e Daniella Alves Talarico

**Entrevistas:** Gunter Axt, Gustavo Viviani de Souza, Bruno Vinícius Mützemberg, Daniella Alves Talarico

**Transcrição:** Ana Paula Zanella, Antônio Luzzato, Gunter Axt, Milena Costa

**Revisão:** Tatiana Wippel

**Apoio:** Alexandre Martins, Danielle Durieux, Mariana Montibeller, Priscila Pessoa Lacerda

**Projeto gráfico e editoração:** Coordenadoria de Comunicação Social

**Impressão:** Gráfica e Editora Papelaria Olivieri Ltda. - Março 2011

**Tiragem:** 700 exemplares

H578 Histórias de vida : os Procuradores-Gerais /  
organizado por Gunter Axt. - Florianópolis : PGJ.  
CEAF, 2011.  
246 p. - (Histórias de vida ; v.1)

Memorial Ministério Público de Santa Catarina.

1. Ministério Público – Santa Catarina – História.
2. Axt, Gunter, org. I. Série.

CDDir : 341.413

Catálogo na publicação por: Clarice Martins Quint (CRB 14/384)

# COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

## **Procurador-Geral de Justiça**

Gercino Gerson Gomes Neto

## **Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**

José Eduardo Orofino da Luz Fontes

## **Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos**

Gladys Afonso

## **Secretário-Geral do Ministério Público**

Ricardo Paladino

## **Promotores de Justiça Assessores do Procurador-Geral de Justiça**

Alex Sandro Teixeira da Cruz

Carlos Alberto de Carvalho Rosa

Leonardo Henrique Marques Lehmann

Luiz Ricardo Pereira Cavalcanti

## **Colégio de Procuradores de Justiça**

*Presidente:* Gercino Gerson Gomes Neto

Anselmo Agostinho da Silva

Paulo Antônio Günther

Demétrio Constantino Serratine

José Galvani Alberton

Robison Westphal

Odil José Cota

Paulo Roberto Speck

Jobel Braga de Araújo

Raul Schaefer Filho

Pedro Sérgio Steil

José Eduardo Orofino da Luz Fontes

Humberto Francisco Scharf Vieira

Sérgio Antônio Rizelo

João Fernando Quagliarelli Borrelli

Hercília Regina Lemke

Mário Gemin

Gilberto Callado de Oliveira

Antenor Chinato Ribeiro

Narcísio Geraldino Rodrigues

Jacson Corrêa

Anselmo Jeronimo de Oliveira

Basilio Elias De Caro

Aurino Alves de Souza

Paulo Roberto de Carvalho Roberge

Tycho Brahe Fernandes

Guido Feuser

Plínio Cesar Moreira

Francisco José Fabiano

André Carvalho

Gladys Afonso

Paulo Ricardo da Silva

Vera Lúcia Ferreira Copetti

Sidney Bandarra Barreiros

Lenir Roslindo Piffer

Paulo Cezar Ramos de Oliveira

Paulo de Tarso Brandão

Ricardo Francisco da Silveira

Gercino Gerson Gomes Neto

Francisco Bissoli Filho

Newton Henrique Trennepohl

Heloísa Crescenti Abdalla Freire

Fábio de Souza Trajano

Norival Acácio Engel

Carlos Eduardo Abreu Sá Fortes- *Secretário*

## **Conselho Superior do Ministério Público**

### **Membros Natos**

*Presidente:* Gercino Gerson Gomes Neto

Paulo Ricardo da Silva

### **Representantes do Colégio de Procuradores**

Humberto Francisco Scharf Vieira

Jacson Corrêa

### **Representantes da Primeira Instância**

Pedro Sérgio Steil

Antenor Chinato Ribeiro

Narcísio Geraldino Rodrigues

Vera Lúcia Ferreira Copetti

Paulo Cezar Ramos de Oliveira

*Secretário:* Ricardo Paladino

**Corregedor-Geral do Ministério Público**

Paulo Ricardo da Silva

**Subcorregedora-Geral**

Lenir Roslindo Piffer

**Promotor de Justiça Secretário da Corregedoria-Geral**

Ivens José Thives de Carvalho

**Promotores de Justiça Assessores do Corregedor-Geral**

Eliana Volcato Nunes

Monika Pabst

Marcelo Wegner

Thais Cristina Scheffer

**Coordenadoria de Recursos**

Tycho Brahe Fernandes - Coordenador

**Promotores Assessores do Coordenador de Recursos**

Laudares Capella Filho

Rodrigo Silveira de Souza

**Ouidor**

Guido Feuser

**Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional**

Gustavo Viviani de Souza - Diretor

**Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações**

Luiz Fernando Góes Ulysséa - Coordenador-Geral

**Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade**

Mauro Canto da Silva - Coordenador-Geral

**Centro de Apoio Operacional do Consumidor**

Rodrigo Cunha Amorim - Coordenador-Geral

**Centro de Apoio Operacional Criminal**

Onofre José Carvalho Agostini - Coordenador-Geral

**Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude**

Priscilla Linhares Albino - Coordenador-Geral

**Centro de Apoio Operacional de Informações e Pesquisas**

Robison Westphal - Coordenador-Geral

Alexandre Reynaldo de Oliveira Graziotin - Coordenador de Inteligência e Dados Estruturados

Rafael de Moraes Lima - Coordenador de Contra-Inteligência e Segurança Institucional

Adalberto Exterkötter - Coordenador de Assessoramento Técnico

Alexandre Reynaldo de Oliveira Graziotin - Coordenador de Investigações Especiais

Benhur Poti Betiolo - Coordenador Regional de Investigações Especiais de Chapecó

Andrey Cunha Amorim - Coordenador Regional de Investigações Especiais de Joinville

Eduardo Paladino - Coordenador Regional de Investigações Especiais de Criciúma

**Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente**

Luís Eduardo Couto de Oliveira Souto - Coordenador-Geral

**Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa**

Gladys Afonso - Coordenadora-Geral

Marina Modesto - Coordenadora

**Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária**

Rafael de Moraes Lima - Coordenador-Geral

# Índice

## APRESENTAÇÃO

Gercino Gerson Gomes Neto.....	08
--------------------------------	----

## PALAVRA DA COORDENAÇÃO

Gustavo Viviani de Souza.....	10
-------------------------------	----

## INTRODUÇÃO

Gunter Axt .....	13
------------------	----

## ENTREVISTAS

Hélio Rosa .....	27
José Daura .....	49
João Carlos Kurtz .....	63
João José Leal .....	87
Hipólito Luiz Piazza .....	103
Moacyr de Moraes Lima Filho .....	135
José Galvani Alberton.....	151
Pedro Sérgio Steil .....	175
Gercino Gerson Gomes Neto .....	197
Nery José Pedro .....	219

# ***Apresentação***

A instalação do Projeto Memorial do Ministério Público de Santa Catarina é resultado de um sonho, de uma preocupação constante com a valorização institucional, bem como do nosso compromisso com o diálogo permanente, sobrepondo-se ao confronto de ideias e grupos.

“Conhece-te a ti mesmo”, dizia o célebre filósofo Sócrates aos atenienses, no século V antes de Cristo, tomando a frase de empréstimo a uma inscrição no templo de Delfos e fundando toda uma nova maneira de pensar o mundo. Propunha ele que nos preocupássemos menos com os fundamentos ideais das coisas, menos com as coisas em si, e mais com a nossa relação com as coisas e com o mundo, desafio tão somente alcançável quando somos capazes de nos conhecer primeiro.

Assim, tendo como norte esta ideia, convencemo-nos de que o conhecimento de nossa própria história, das lutas e dos desafios enfrentados pelos que nos precederam na construção do Ministério Público catarinense, torna-se o caminho da permanente renovação e reinvenção. Pois, conhecendo nossa história, conheceríamos a nós mesmos e, encontrando acesso franco àquilo que nos define como agentes ministeriais, em torno do qual se condensa nossa essência, estaríamos com mais criatividade concebendo a nossa relação com os outros e com o mundo no qual nos inserimos.

O diálogo é a forma como iremos conhecer a nossa história e, sem ele, não poderemos assegurar espaço às mais diversas visões sobre os caminhos que nos competem buscar. Portanto, o Projeto Memorial chega na esteira desse compromisso de pensar o Ministério Público acima de grupos, o que se faz com a afirmação permanente do diálogo. E ele veio para ficar e frutificar.

É uma honra integrar esta obra, na condição de entrevistado. Também é imensa a satisfação de pertencer à gestão que viabilizou o Projeto Memorial, cujo primeiro resultado concreto vem a público agora, pelas páginas desse livro organizado com rigor técnico, que fala com tanta eloquência e profundidade da nossa própria alma, sob os mais diversos enfoques, a partir das mais variadas trajetórias pessoais. Este livro é uma homenagem a todos os Membros do Ministério Público de Santa Catarina. É, também, um reconhecimento à dedicação dos Servidores que nos ajudaram a erguer esta Instituição, tão sólida, dinâmica e respeitada.

Gercino Gerson Gomes Neto

*Procurador-Geral de Justiça*

# ***Palavra da Coordenação do Memorial***

A sensação de ver este livro pronto é de grande alegria. Quando tomamos a decisão de instalar no Ministério Público de Santa Catarina o Projeto Memorial, com o irrestrito apoio da Procuradoria-Geral de Justiça, a publicação do nosso primeiro livro parecia algo distante, uma meta eventualmente inatingível. Bem, aí está!

Optamos por dar início ao nosso Programa de História Oral ouvindo os Membros que ocuparam a chefia do Ministério Público de Santa Catarina. Todos aqueles que puderam abrir a sua agenda pessoal para nos receber têm agora depoimentos contemplados nessa obra, que será, esperamos, a primeira de uma série de edições similares. É certo registrar que o Programa de História Oral continua e novos depoimentos já estão sendo coletados por nossa equipe de historiadores. A expectativa é de, em breve, trazeremos a público o segundo volume dessa série editorial, com temática, naturalmente, diferenciada.

A decisão de assim iniciarmos nos pareceu um gesto de reconhecimento aos que nos precederam e ocuparam a direção da nossa Instituição. A obra propõe-se, também, como libelo para todos os que ingressaram no Ministério Público após a Constituição Federal de 5 de Outubro de 1988, quando o Ministério Público moderno tomou forma e se afirmou como autônomo entre os demais Poderes, desenhando-se como o guardião da cidadania em nosso país.

As páginas que se seguem desvelam um quadro da longa e árdua senda percorrida para a construção dessa Instituição que hoje nos orgu-

lha. Pela voz dos valiosos Membros que comandaram essa edificação, descortinam-se histórias de vida, trajetórias pessoais, narrativas saborosas e revelações que ensinam, que nos contam de um outro Ministério Público. As entrevistas aqui reunidas nos oferecem uma percepção diversificada e afetiva da nossa Instituição, indo, portanto, muito além da documentação primária impressa e institucional.

De onde viemos? Como éramos e vivíamos? Quais as marcas essenciais da nossa identidade institucional na contemporaneidade? Para onde iremos? Questões que agitam o nosso presente e pontuam cada uma das decisões estratégicas que animam nossos gestores.

Cumpra esse livro, além disso, um compromisso social inarredável, vez que ao Ministério Público, como guardião da cidadania, cabe a salvaguarda dos direitos indisponíveis e difusos, agenda que compreende também a fiscalização sobre a correta preservação do patrimônio histórico e cultural – matéria complexa, que demanda cada vez mais conhecimento e gestão especializados. Ora, como atuarmos na defesa do patrimônio histórico e cultural coletivo se nossa própria história institucional nos é pouco conhecida? A lacuna que este livro preenche fortalece, portanto, o Ministério Público, em benefício da sociedade.

No rol de depoentes, é com satisfação que adicionamos Nery José Pedro, nosso querido e mais antigo servidor em atividade. A sua participação nesta obra, ladeando os ocupantes do maior cargo da nossa Instituição, representa uma justa homenagem à sua doação ao Ministério Público de Santa Catarina, manifestada por anos de eficiência e lealdade em seu favor. Da mesma forma, tem a pretensão de homenagear e agradecer a todos os servidores que dedicaram e dedicam a sua vida ao Ministério Público.

São muitos os ensinamentos colhidos na leitura destas entrevistas. Pensamos que a possibilidade de reuni-las nesta obra é um privilégio. Infelizmente, a riqueza que recebemos de nossos entrevistados, manifestada, dentre outras, pelo calor dos sorrisos, pela imensidão das histórias reveladas no silêncio das pequenas pausas, pelo suor reproduzido em

forma de lágrimas contidas, e pela esperança depositada nas justificáveis rugas, não nos é possível transmitir. Nos confortamos, porém, na certeza de que poderá ser recebida pela força do imaginário daqueles que, como condição, comunguem do mesmo amor ao Ministério Público de Santa Catarina.

Agradecemos a todos aqueles que colaboraram para tornar essa obra uma realidade. Desejamos uma boa leitura!

Gustavo Viviani de Souza

*Promotor de Justiça*

*Diretor do CEAF – Coordenador do Projeto Memorial do MPSC*

# **Introdução**

A instalação do Programa de História Oral foi elencada como uma das prioridades sobre as quais se assenta o Projeto Memorial do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, iniciado em julho de 2010. Urgia que pudéssemos acessar a História da Instituição pela versão dos seus Membros e Servidores. Pois, afinal, a pesquisa junto às fontes documentais escritas, certamente necessária, demanda árdua prospecção e longa maturação, naturalmente retardando a exposição de resultados concretos. Outrossim, muito do que nos contam os depoentes nestas entrevistas não está impresso nos documentos escritos, pois são vivências pessoais rememoradas, afetos, opiniões, representações do real vivido, lembranças, enfim, de ênfase individual e subjetiva.

Promotores, Juízes e Historiadores compartilham igual compromisso com a busca pela verdade. Na História, porém, as verdades são fugidias. Um novo referencial teórico, um corpo documental descoberto, outro olhar sobre os fatos podem oferecer aos Historiadores diferentes perspectivas. É por isso que a História apenas pode ser contada por meio de versões. Algumas granjeiam maior legitimidade ou perenidade, logrando estruturarem-se de forma convincente no enfrentamento do debate historiográfico. Mas todas, mais cedo ou mais tarde, acabam de alguma forma superadas, na íntegra, ou parcialmente. A narrativa histórica é um eterno devir.

Não há mal nisso. Se a História é a disciplina que por excelência se debruça sobre tudo o que é humano e sobre tudo o que interage com a cultura, sua instabilidade intrínseca é diretamente proporcional à mutabilidade do humano e ao dinamismo das culturas. Ensina-nos o filósofo italiano Benedetto Croce que a boa História é a História Viva,

isto é, aquela que parte de impasses e dramas presentes para questionar o passado, cerzindo interpretações que desenham respostas às nossas inquietações. Esta História interpretativa não é aquela, portanto, que promove erupções de loas, nem tampouco a que reúne infundável coleção de dados, numa aridez que pouco nos comunica sobre o sentido presente do vivido. Não sendo filológica, a História Viva não tem pretensão de neutralidade. Mas sua tomada de posição jamais pode ser facciosa, caso contrário, perderá seu poder de explicar e significar. Eis porque a História Viva beneficia-se do acesso ao maior número possível de versões sobre um mesmo fato ou processo. Múltiplas vozes enriquecem-na. É pela diversidade que o Historiador se aproxima da verdade.

A polifonia, portanto, é desejável. Própria dos ambientes democráticos, encerra respeito pela diferença, porque é pelo cotejo de ideias e projetos, muitas vezes até divergentes, que se constroem as sinergias.

Assim, a grande riqueza desse livro está em permitir que a História da Instituição seja narrada a partir da perspectiva dos indivíduos que a edificaram e que a compõem. O Historiador acolhe seus testemunhos como verdades subjetivas, apreensões e representações do real vivido pela lente do indivíduo. O mosaico de vozes aqui reunido nos brinda com um quadro polifônico da História do Ministério Público de Santa Catarina, na esteira do qual a tessitura da marca identitária tende a ganhar relevo, dialogando com as lembranças e as vivências de outros e com obras já publicadas, como a do Dr. Raulino Brüning e a do jornalista Celso Martins, que nos iluminaram o caminho, funcionando como farol para as pesquisas do Projeto Memória.

Todos os depoimentos aqui coligidos foram gravados e transcritos, passando, em seguida, por um processo de edição pelo qual se adaptou a dinâmica da linguagem falada à linguagem escrita. Preservou-se, todavia, a coloquialidade original do documento e limitaram-se essas intervenções à forma, sem alterar o conteúdo. Finalmente, as entrevistas foram submetidas à aprovação dos depoentes, que puderam, então, operar correções incidentais. Mínimos foram em quase todas as cortes

ou os adendos efetuados.

Há recorrentes pontos de convergência entre os depoimentos. Todos os testemunhos dão conta da enorme precariedade infraestrutural do Ministério Público até, pelo menos, o fim dos anos 1980, quando, então, a Instituição passou a crescer aos saltos, na esteira do processo de redemocratização do País.

Até a organização da Procuradoria-Geral do Estado, em 1982, como órgão independente, o Ministério Público de Santa Catarina acumulou as atribuições de defesa da sociedade e do Estado. A designação Procuradoria-Geral de Justiça surgiu apenas a partir dessa data. Além da representação da Fazenda Pública, nas Comarcas do interior o Ministério Público também representava a União. O Procurador-Geral era cargo comissionado de livre escolha do Governador do Estado, demissível *ad nutum* e com assento junto aos Secretários de Governo. A Lei Orgânica de 1971 estabeleceu a exigência de que o cargo fosse preenchido por Membro da carreira, criada em 1946. Até 1961, quando se realizou o primeiro concurso público de ingresso na carreira, o Governo nomeou para o cargo pessoas estranhas à Instituição. O primeiro Procurador-Geral nomeado pelo Governador com base em lista tríplice eleita pela classe tomou posse no cargo em 1991. Não havia autonomia administrativa, tampouco financeira, e os vencimentos dos Membros eram inferiores aos da Magistratura, cabendo equiparação apenas para o Procurador-Geral do Estado.

A primeira Lei Orgânica do Ministério Público de Santa Catarina é de 1952. A Associação de classe foi organizada em 1959. O Conselho Superior foi instituído pela Lei Orgânica de 1961. A Corregedoria-Geral foi instalada em 29 de janeiro de 1972, por força da Lei Orgânica de 1971. Também foi essa Lei que estabeleceu a vedação ao exercício da advocacia privada, até então corrente entre os Membros como forma de complementar os baixos salários então auferidos pela categoria. Os Promotores também tinham direito a custas pelos atos praticados, bem como direito às percentagens estabelecidas em lei sobre quantias

recolhidas em Cartório na representação da Fazenda Pública. O Colégio de Procuradores foi criado em 1982. A Escola Superior do Ministério Público foi instalada em 1988.

A Lei Orgânica de 1961 substituiu o cargo de Subprocurador pelo de Procurador – três, ao todo, além de um Promotor convocado. A Lei Orgânica de 1971 aumentou o número de Procuradores de três para sete. Extinguiu-se aí a figura do Promotor Adjunto, leigos nomeados pelo Governo para substituir os Promotores nas Comarcas, criando o Promotor Substituto e consolidando o primeiro estágio da carreira. Em 1965, atuavam 37 Promotores em Santa Catarina. Dez anos mais tarde, já eram 110. Em 1956, apenas três servidores atendiam a Instituição. Em 1965, eram sete. O primeiro concurso para servidores foi realizado em 1990.

Entre 1946 e 1961, a Procuradoria-Geral de Justiça funcionou junto ao Tribunal de Justiça, que se localizava na Praça Pereira Oliveira, zona central de Florianópolis. Mudou-se, então, para uma casa situada no n. 3 da Rua Artista Bittencourt, separando-se pela primeira vez fisicamente do Tribunal de Justiça. Em 1968, mudou-se para a área da antiga concessionária Ford, acompanhando o Tribunal de Justiça que para lá se deslocara. Entre 1972 e 1976, funcionou na Rua General Bittencourt n. 13, na esquina com a Rua Anita Garibaldi. Depois, até 1983, a Procuradoria-Geral abrigou-se em imóvel localizado na Praça XV de Novembro, na esquina com a Rua Vitor Meirelles. Foi, então, transferida para a Rua Hercílio Luz, no Edifício Alpha Centauri, onde passou a ocupar três andares. Em 1990, mudou-se para um prédio na Rua Felipe Schmidt e, em 1995, instalou-se em sua sede própria atual, na Rua Bocaiúva n. 1750.

Em 1989, o orçamento do Ministério Público catarinense saltou para 0,7% da receita líquida do Estado e a Instituição assumiu o controle da folha dos inativos. Em 1993, essa participação alcançava 1,6% e em 1995 chegou-se a 2%. No ano 2000, saltou-se para 2,5% da receita líquida, quando o número de Procuradores alçava-se a 33 e o de Promotores a

243. Nessa época, eram 187 os servidores efetivos, além dos comissionados, totalizando 210. Atualmente, empregam-se no Ministério Público quase 800 servidores, entre efetivos e comissionados. Membros já são 370, sendo 43 Procuradores e 327 Promotores.

Nos anos 1980, a evolução da Instituição foi impulsionada pelo conjunto de novos diplomas jurídicos surgidos em nível nacional. Em 14 de dezembro de 1981, a Lei Complementar n. 40, qualificou pela primeira vez o Ministério Público como *“Instituição permanente e essencial à função jurisdicional”*, sendo considerado *“responsável, perante o Judiciário, pela defesa da ordem jurídica e dos interesses indisponíveis da sociedade”*. Foram estabelecidas como seus princípios cardeais a unidade, a indivisibilidade e a autonomia funcional. Determinou-se a organização do Ministério Público em todos os Estados e garantiu-se um plano de carreira próprio, autonomia administrativa e financeira, com dotação orçamentária específica. Além da Corregedoria e do Conselho Superior, criou-se, dentre os órgãos constitutivos, o Colégio de Procuradores.

Ainda em 1981, legitimou-se o Ministério Público à proposição de ação de responsabilidade civil ou criminal na área do meio ambiente, que se tornava sensível no Brasil. Em 24 de julho de 1985, a Lei da Ação Civil Pública consolidou essa evolução, conferindo-lhe legitimidade para a propositura de ações civis públicas em defesa dos interesses difusos e indisponíveis, como aqueles relacionados à defesa do meio ambiente, do patrimônio histórico e paisagístico, do consumidor, do deficiente, dos direitos constitucionais do cidadão, etc. Esse diploma estabeleceu um novo horizonte ao Ministério Público na área cível, pois a partir daí formou-se um canal proponente para o tratamento judicial das questões atinentes aos direitos coletivos.

A Constituição de 1988 acolheu as novas mudanças e ampliou o seu alcance. Pela primeira vez, um texto constitucional disciplinou de forma orgânica e harmônica a organização e as atribuições da Instituição Ministerial no país. Na área criminal, explicitou que ao Ministério Público competia, privativamente, a promoção da ação penal pública.

Conferiu-lhe, ainda, o exercício do controle externo da atividade policial, na forma de lei complementar, ao nível federal e estadual. Permitiu-lhe requisitar diligências investigatórias e determinar a instauração de inquérito policial. Na área cível, além da promoção da ação de inconstitucionalidade, a Constituição passou a reconhecer-lhe a defesa dos interesses indígenas em juízo e a promoção da ação civil pública. Além disso, deferiu-lhe explicitamente a vigilância da probidade administrativa dos governantes.

Erigido quase como um quarto Poder, ao Ministério Público foi cometido o zelo das principais formas do interesse público. Foi responsabilizado pela defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. As garantias de unidade, indivisibilidade e autonomia firmaram-se na base da independência funcional dos Membros. Isto é, os poderes do Procurador-Geral passaram a encontrar limite constitucional. Portanto, a hierarquia do Ministério Público foi desenhada como sendo administrativa e não funcional. A Constituição repisou os princípios de autonomia financeira da Instituição traçados pela Lei Complementar de 1981, mas avançou ao admitir iniciativa no processo legislativo, no tocante à edição de leis complementares e à criação ou extinção de cargos, organização de serviços auxiliares e de concursos.

As limitações das condições materiais e infraestruturais do Ministério Público catarinense, sobretudo antes dos anos 1980, agudizavam a dependência da Instituição a outras instâncias de poder. Os baixos salários obrigavam muitos Promotores a complementar seus rendimentos com a advocacia privada na área civil, bem como com as custas auferidas em algumas ações, prática mais tarde vedada por poder suscitar uma indistinção de atribuições. Nas Comarcas, a falta de apoio lançava os Promotores na dependência da boa vontade dos Juízes, que cediam gabinetes nos fóruns, material de expediente, mobiliário e até o concurso de servidores. Não era estranho, assim, que alguns Juízes identificassem no Promotor uma espécie de auxiliar subordinado, o que podia dar margem a eventuais desassossegos.

No interior, havendo pouca disponibilidade de moradia, alguns Promotores dependiam das boas relações com o Prefeito e com as lideranças políticas municipais para conseguir um alojamento. Ainda nos anos 1970, há relatos de Promotores instalando-se em condições precárias em pensões, quartos alugados e até hospitais.

O contato com a Procuradoria-Geral de Justiça era difícil. Para se chegar a algumas Comarcas mais distantes, ainda nos anos 1970, consumiam-se por vezes três ou quatro dias de viagem. As estradas eram deficientes, assim como o serviço de transporte público. Nem todos os Promotores tinham veículos particulares.

A comunicação entre os Promotores e a Procuradoria-Geral se dava pelo rádio da Polícia, ou, posteriormente, pelo sistema de Telex, instalado nos fóruns. O telefone se disseminou apenas nos anos 1980.

A falta de estrutura dificultava sobremaneira o trabalho do Promotor. Para diligências investigativas, os Membros do Ministério Público precisavam recorrer à Polícia. A situação podia naturalmente se complicar quando a própria Polícia era a investigada ou quando se questionava a ação de influentes autoridades municipais.

Como indicam vários dos depoimentos aqui agrupados, a política influenciava decisivamente sobre as movimentações da carreira. Promoções e remoções eram conquistadas muitas vezes por meio de articulações com a esfera política, tanto nas localidades quanto no Governo Estadual. A independência funcional sofria com excesso de subjetividade nas regras de progressão na carreira e atritos entre colegas podiam irromper. Depois do Ministério Público despir-se da interferência política externa, foi necessário limitar o impacto da política interna. O Conselho Superior tendeu, por muitos anos, a guiar-se pelas orientações do Procurador-Geral. A construção e a adoção de regras claras e objetivas para a progressão na carreira foi resultado de um longo e sofrido percurso e figura como uma das principais conquistas do Ministério Público moderno.

A dependência do Ministério Público com relação ao Executivo era grande, como indicam os testemunhos aqui reproduzidos. O Executivo podia atrasar repasses orçamentários e dificultar a liberação de recursos. O Ministério Público não administrava nem mesmo a sua própria folha de pagamentos. Promoções, remoções, vantagens remuneratórias, tudo, precisava ser aprovado e processado pelo Executivo. Em face dessa situação, a Instituição vivia com o pires na mão e dependia visceralmente da boa vontade dos governantes para alcançar suas demandas.

A conquista da autonomia com relação ao Executivo foi gradual, avançando aos saltos a partir dos anos 1980, graças à nova legislação elaborada nessa época. Com novas atribuições e garantias, fortaleceu-se também, progressivamente, o orçamento ministerial.

O relacionamento da Procuradoria-Geral de Justiça com a Assembleia Legislativa ganhou dinamismo nos anos 1980, quando houve a mencionada reforma institucional. Os Procuradores-Gerais de Justiça, com a ajuda de outros Membros, empenhavam-se pessoalmente na aprovação de projetos do interesse da categoria. Alguns Membros, ainda, exerceram funções eletivas, o que também facilitou o processo.

A julgar por esses depoimentos, a relação da Procuradoria-Geral com o Tribunal de Justiça tendeu a ser cordial e colaborativa. Não obstante, tencionou-se em alguma medida com setores da Magistratura durante os processos constituintes da segunda metade dos anos 1980, pois teria havido resistência à figura de um Ministério Público com isonomia, iniciativa de lei e autonomia administrativa. Entre fins dos anos 1980 e princípio dos anos 1990, emergiram divergências em torno de temas como a criação de cargos, a gestão do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário e do Ministério Público ou por conta de questões salariais.

Algumas sucessões na Procuradoria-Geral de Justiça de Santa Catarina ganharam contornos tormentosos. O Dr. Hélio Rosa registra ter sido mal recebido pelos Procuradores, em 1969, por ser então Promotor com carreira transcorrida no interior do Estado. Situação semelhante teria sido enfrentada pelo Dr. Napoleão Xavier do Amarante, em 1971,

embora ele atuasse já na Vara da Fazenda Pública, na Capital. O tema foi redivivo nos anos 2000 com a candidatura do Dr. Gercino Gomes à Procuradoria-Geral de Justiça: Promotor, lutou na Justiça para garantir o direito de se candidatar, até que uma nova lei ampliou, em 2005, o colégio de elegíveis.

Mas o período aqui identificado por mais conflituoso transcorreu entre 1987 e 1991, especialmente durante a gestão do Dr. Hipólito Piazza. Na oportunidade, o PMDB chegava ao Governo do Estado, rompendo com um longo ciclo de alternância no poder entre UDN e PSD, inicialmente, seguido da Arena, durante o regime militar e, já durante a redemocratização, pelo PDS e PFL. Muitos foram os temas em torno dos quais teriam se animado divergências, tais como a desconvocação de Promotores, a modificação nos critérios de promoção, a extinção do DECOM - Serviço Especial de Defesa Comunitária - (instituídos em 1983), o despejo da Associação - que ocupava uma sala nas dependências da Procuradoria-Geral de Justiça -, fatos, esses, além de outros, relatados e discutidos pelas entrevistas dispostas nas páginas que se seguem.

As realizações e os conceitos de cada gestão na Procuradoria-Geral de Justiça são aqui agitados. É possível para o leitor confrontar as diferentes ideias para a Instituição. Mas é perceptível, também, o quanto cada gestão se empenhou, diante de suas possibilidades, na construção de uma Instituição forte, atuante e independente. A sequência de administrações descrita nesta obra nos fala de rupturas e resistências, mas sua eloquência desdobra-se sobre a labuta pela consolidação das garantias e prerrogativas institucionais e sobre a consciência de sua curial importância para a sociedade.

A atividade do Promotor, sobretudo até os anos 1980, era eminentemente centrada na ação penal. Ainda assim, havia espaço para a variedade. Alguns Promotores registram a sobrecarga de trabalho em decorrência do acúmulo de competências, já que eles intervinham na esfera trabalhista, representavam a Fazenda estadual e até a União. Além disso, nas pequenas comunidades do interior, o Promotor fun-

cionava muitas vezes como um mediador e um conciliador, bem antes da legislação nesse sentido se desenvolver no Brasil.

As Comarcas reputadas por mais violentas, no campo penal, são em geral as do Oeste catarinense. A região, de colonização relativamente recente, era escassamente povoada, de acesso difícil e urbanismo precário. A violência ali estava associada, segundo os relatos que aqui nos chegam, a disputas possessórias, temas relacionados à honra e emergência com frequência nos ambientes de diversão e folguedo. No litoral, onde os crimes contra a vida eram raros, o aumento da violência é, segundo vários testemunhos, diretamente proporcional à expansão do tráfico e consumo de entorpecentes ilícitos, sobretudo a partir dos anos 1990. Atualmente, a relação se inverteu, sendo os índices mais elevados de violência evidenciados justamente na região litorânea.

Os relatos também nos contam sobre o princípio da ação ministerial na área dos direitos difusos, em especial com o DECOM, no início dos anos 1980, mais associados aos direitos do consumidor, e, posteriormente, com as Promotorias da Coletividade. A infraestrutura que acompanhou a instalação dessas Promotorias foi estratégica para que o Ministério Público passasse a enfrentar investigações espinhosas nas áreas da improbidade administrativa, horizonte que se descortinava vigorosamente. Há também preciosos relatos sobre os primeiros inquéritos civis públicos na área do meio ambiente, bem como na da infância e juventude.

No início dos anos 1990, construiu-se no Brasil um substrato legal infraconstitucional de extraordinário alcance para o reconhecimento e a proteção dos chamados direitos indisponíveis e coletivos, o que estabeleceu um novo paradigma jurídico. Na esteira da Lei da Ação Civil Pública, de 1985, vieram, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código do Consumidor; em 1992, a Lei da Improbidade foi o corolário do debate iniciado no Congresso em janeiro de 1988, com a instalação da CPI da Corrupção; também em 1992, foi promulgado o Código do Meio Ambiente.

Um Inquérito Civil para apurar as políticas na área da infância e juventude do Estado inteiro, instalado em 1995, recebeu importante premiação da Unicef em 1999. Foi o primeiro grande movimento de ajustamento de conduta do Ministério Público no Brasil.

Muitos outros casos, alguns pitorescos, outros que impactaram o imaginário coletivo, são aqui lembrados. De um linchamento em Chapecó, nos anos 1950, à primeira perícia com exumação de corpo realizada no interior do Estado, passando pela prisão do cantor Gilberto Gil, nos anos 1970, e culminando com uma denúncia criminal oferecida contra o Vice-Governador pelo Procurador-Geral de Justiça em 2009. Este livro resgata muito da história da Justiça de Santa Catarina.

Outro tópico relevante é a relação da Procuradoria-Geral de Justiça com as entidades de classe. A Associação do Ministério Público de Santa Catarina direcionou-se nos seus primeiros anos de existência para atividades mais recreativas e de confraternização. Funcionou sistematicamente como um ente auxiliar do Procurador-Geral de Justiça. Ocasionalmente, entretanto, liderou oposição, como se deu durante a gestão Piazza. De um modo geral, a importância da Associação foi aqui reconhecida quanto à capacidade de mobilização da classe e à organização de congressos da Instituição. Esse aspecto ganhou vulto durante os anos 1980, em função de iniciativas tais como os Grupos Regionais de Estudos, que funcionaram como fóruns para se pensar o destino do ente ministerial.

Também é digno de nota o desempenho nacional de alguns dos entrevistados. Helio Rosa participou de um dos primeiros congressos nacionais do Ministério Público, no Rio de Janeiro. João Carlos Kurtz apresentou a experiência do DECOM para a CONAMP – Confederação Nacional das Associações do Ministério Público – e para o Brasil inteiro. Hippólito Piazza militou na Constituinte Federal. Gercino Gomes Neto integrou Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas e comenta participação no Colégio de Procurador-Gerais de Justiça.

Os entrevistados são unânimes em avaliar positivamente o desem-

penho do Ministério Público no Brasil, enaltecendo as conquistas dos anos 1980 aos dias atuais. Alguns, entretanto, mostram-se apreensivos diante de uma reação conservadora cada vez mais corporificada em setores da sociedade civil, com visibilidade nas Casas Legislativas do País. Essa reação seria uma espécie de resposta regressiva dos atingidos pela ação ministerial que vem contribuindo sobremaneira para passar o país a limpo.

Todavia, eventuais excessos de Membros estariam levando água ao moinho dos insatisfeitos, reforçando o discurso no sentido da restrição de atribuições e garantias. Alguns entrevistados consideram tais demasias episódicas ou anedóticas, outros temem a lenta configuração de uma perigosa tendência a ser enfrentada pelos comandos da Instituição e equacionada por meio de um eficaz trabalho de orientação e aperfeiçoamento. Acredita-se que os casos mais evidentes estariam acontecendo no âmbito do Ministério Público Federal, Instituição mais moderna, na qual os mecanismos de controle interno não se desenvolveram ainda como nos Ministérios Públicos estaduais.

Do âmbito federal viria, também, ameaça de uniformização, bem como tentativas de captura de competências, patenteados nas ações do Legislativo, do Conselho Nacional do Ministério Público ou do próprio MPF, o que se posicionaria de encontro à autonomia federativa.

Além disso, há quem avalie poder o Ministério Público estar respondendo ainda melhor aos anseios da sociedade. Em Santa Catarina, por exemplo, o projeto de criação da Defensoria Pública com competência para instaurar inquéritos civis públicos poderia ser um sintoma disso. Da mesma forma, alguns dos entrevistados acreditam que o segundo grau da Instituição precisaria rever urgentemente as suas atribuições, assumindo novos encargos e competências.

O risco de calcificação de um certo corporativismo, associado a um sentimento de autossuficiência, estaria, eventualmente, expandindo-se no Ministério Público contemporâneo, ampliando o distanciamento da sociedade. Para os Procuradores-Gerais de Justiça aqui entrevistados

reside aí o mais severo repto à Instituição na atualidade. Ou seja, uma vez comprometida a aliança do Ministério Público com a sociedade, esta deixaria de nele identificar a figura do guardião da cidadania, retirando-lhe vital adesão.

A Instituição, portanto, precisaria se reformar e se modernizar permanentemente. Daí a enorme importância dos novos métodos de participação interna e de gestão, bem como das iniciativas voltadas para o aperfeiçoamento da categoria. Excessos precisariam ser contidos e a possibilidade de ossificação corporativa combatida na raiz.

Pelas páginas que se seguem é possível acessar uma rica compreensão do encontro do Ministério Público catarinense com o seu passado, pelas múltiplas vozes dos indivíduos que protagonizaram a sua construção. Pelo mosaico de lembranças e vivências subjetivas desenha-se a narrativa polifônica que vai condensando a história da Instituição. Lutas, sacrifícios, sonhos – ideais, conquistas e derrotas que se tecem em torno de diferentes projetos, mas sempre com um objetivo convergente: o da consolidação de uma Instituição forte, dinâmica e independente, comprometida com a Justiça e com a defesa da cidadania.

Nestas páginas, o Ministério Público se abre, se mostra, compartilhando seus afetos, angústias e vitórias, discutindo seu passado, expondo sem medo e sem censura seus próprios conflitos, incensando as convergências que o imantaram. Reflete, assim, sobre os desafios institucionais do presente.

Trata-se de uma manifestação de carinho com as novas gerações que ingressam hoje na Instituição, pois estas histórias de vida nos contam como foi erguido o Ministério Público que encontram ao chegar. O conhecimento de suas próprias tradições é auspicioso para o empenho de honra com sua missão social. É por isso, também, um gesto de respeito pelos cidadãos, que são a razão de existir da Instituição. Além disso, pelas histórias de vida aqui reunidas, acessamos vigoroso caudal da história de toda Santa Catarina.

### **Bibliografia de referência**

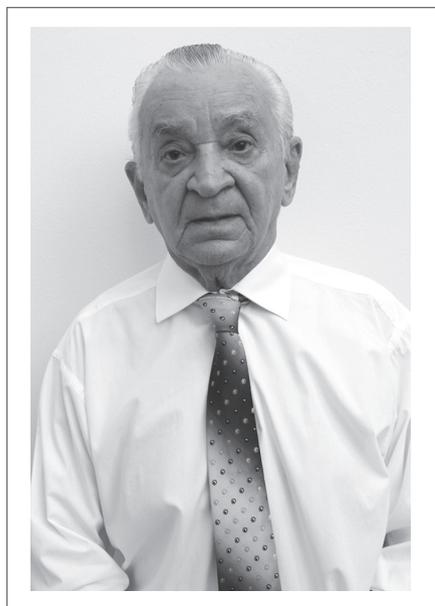
AXT, Gunter. *O Ministério Público no Rio Grande do Sul: evolução histórica*.  
Porto Alegre: Corag, 2001.

\_\_\_\_\_. *De homem só a guardião da cidadania. História associativa e institucional do Ministério Público do Rio Grande do Sul (1941-2001)*.  
Porto Alegre: Memorial do MPRS/Nova Prova, 2003.

BRÜNING, Raulino Jacó. *História do Ministério Público Catarinense*.  
Florianópolis : Habitus, 2001.

MARTINS, Celso. *Uma Associação que deu certo*. Porto Alegre : Magister,  
2009.

# Hélio Rosa



**Hélio Rosa** nasceu em 23 de maio de 1920, em Florianópolis. cursou a Faculdade de Direito e formou-se em 1943. Após trabalhar junto ao Consulado Norte-Americano, ingressou no Ministério Público de Santa Catarina em novembro de 1944, nomeado Promotor da Comarca de Urussanga. Advogou concomitantemente à atuação como Membro do Ministério Público. Em 1945, foi promovido, por merecimento, para a Comarca de Palhoça. Por nova promoção, seguindo critério de merecimento, passou a exercer suas funções perante a Comarca de São Francisco do Sul, em 1952. Quatro anos mais tarde, alcançou nova promoção, também por merecimento, à Comarca de Itajaí, com atuação na área cível. Na mesma cidade, lecionou História do Brasil e História Universal entre 1962 e 1966, no Ginásio Industrial Nereu de Oliveira Ramos. Em setembro de 1967, foi nomeado Procurador-Geral do Estado, cargo que exerceu até março de 1971, apesar de ter se aposentado pelo Ministério Público em 1969.

# HÉLIO ROSA<sup>1</sup>

**Memorial do MPSC** – *De onde o senhor é natural?*

**Hélio Rosa** – De Florianópolis. Naquele tempo, chamavam-nos de *manezinho da Ilha*. Então, me considero um *manezinho* de Florianópolis. Minha origem é pobre. Fui criado em zona pobre.

**Memorial MPSC** – *E como é que surgiu a opção do Direito na sua vida?*

**Hélio Rosa** – Por obrigatoriedade. Era a única faculdade de Florianópolis, então não tive outra opção a não ser estudar Direito. Eu entrei para o Ginásio Catarinense muito cedo e fui um dos alunos mais novos a se formar lá, em 1935: eu tinha apenas 15 anos. Precisei ficar um ano parado, pois não podia ainda entrar na universidade. Em 1936-37, pude cursar o pré-jurídico.

**Memorial MPSC** – *E qual era a profissão do seu pai?*

**Hélio Rosa** – Meu pai era alfaiate.

**Memorial MPSC** – *E também era natural da Ilha?*

**Hélio Rosa** – Era do interior da Ilha, de Cacupé.

**Memorial MPSC** – *E o que o senhor lembra do tempo de faculdade?*

**Hélio Rosa** – Muito pouco. Naquele tempo, o ingresso no Ginásio Catarinense exigia um exame, um tipo de concurso para conseguir a bolsa. Eu entrei no Ginásio Catarinense com bolsa do Estado. Meu pai não tinha condições de arcar com o custo das mensalidades de uma escola daquelas, de forma nenhuma.

**Memorial MPSC** – *E a faculdade, como é que o senhor pagou?*

---

1 Entrevista realizada na residência do entrevistado, em Itajaí, no dia 29 de julho de 2010, por Gunter Axt, Gustavo Viviani de Souza e Bruno Vinícius Mützenbergl. Transcrição de Ana Paula Zanella.

**Hélio Rosa** – Da mesma forma.

**Memorial MPSC** – *Bom, o senhor era estudioso, então?*

**Hélio Rosa** – Não, mas a necessidade obrigava. A única saída para a pobreza na qual vivíamos era o estudo. Ao concluir a Faculdade, eu trabalhava no Consulado Norte-Americano. Findava a Guerra, estávamos em 1944. Fui convidado para ir para o Consulado em São Paulo, para onde foi o meu irmão. Mas o interventor Nereu Ramos – não sei por que gostava de mim –, por quem procurei para conversar a respeito, achou que eu poderia seguir carreira no Estado, como Promotor ou Juiz. Eu achava que deveria também retribuir tudo que o Estado me dera, pois eu não teria estudado sem as bolsas. Então, mesmo percebendo um salário menor, optei por fazer carreira pública no Estado.

**Memorial MPSC** – *E aí como foi?*

**Hélio Rosa** – Naquele tempo era por nomeação. Não havia concurso. O número de formandos era baixo: na minha turma, considerada grande, formaram-se 12.

**Memorial MPSC** – *O senhor se formou em 1943?*

**Hélio Rosa** – Sim. Havia três ou quatro Comarcas vagas. O Dr. Nereu perguntou-me qual eu preferia. Disse que iria para qualquer uma que ele indicasse. Sugeriu-me Urussanga.

**Memorial MPSC** – *O senhor chegou então em 1944 em Urussanga?*

**Hélio Rosa** – Assumi em 1º de novembro de 1944. Fui sozinho.

**Memorial MPSC** – *Como o senhor foi até lá?*

**Hélio Rosa** – Foi difícil. Eu nunca tinha saído de Florianópolis. Fui tateando o caminho... Não havia gasolina. Os veículos na época eram movidos a gás. Primeiro cheguei em Laguna, aí pifou o gasogênio. Chegando em Urussanga, pedi permissão ao, então, Procurador-Geral, Desembargador José Rocha Ferreira Bastos, para ir a Florianópolis buscar

minha senhora. Deu-me a permissão e dia 24 eu fui a Florianópolis buscá-la, lá chegando no dia 25. E a minha irmã, de quem eu era padrinho, se formava no dia 29 no Colégio Coração de Jesus, em Florianópolis. Então, fui ao baile no Clube Doze de Agosto. Estava eu de Panamá, um terno branco que chamava muito a atenção, dançando valsa com a minha irmã, quando sou visto pelo Procurador-Geral, que estava na festa também. No dia seguinte ele passou um telegrama para o Adjunto assumir a Promotoria, porque o Promotor iria se ausentar. Mas eu já estava de retorno marcado e cheguei à Comarca antes do telegrama.

**Memorial MPSC** – *Ele não acreditou que o senhor fosse conseguir chegar?*

**Hélio Rosa** – Pois é...

**Memorial MPSC** – *Quem era o Adjunto? O senhor se lembra? Era bacharel?*

**Hélio Rosa** – Não... Os Adjuntos em geral não eram nem formados. Veja, quando Procurador, recebi um pedido para nomear o Nemrod Lebarbenchon como Adjunto, o que eu acedi, exonerando o Adjunto de Urussanga, que era diretor do PSD, e nomeando em seu lugar o Lebarbenchon. Daí o padre Agenor, o Prefeito, o Waldemar, de Tubarão, foram queixar-se ao Governador sobre o que eu tinha feito. O Deputado Waldemar Salles chegou a ficar meu inimigo...

**Memorial MPSC** – *Por causa desse episódio?*

**Hélio Rosa** – Sim, indignado, porque eu queria substituir o Adjunto, que era leigo, mas era político. Ele já estava há anos nessa função. Disseram que eu tinha transformado o PSD em cacós. O Governador não gostou, mas era meu compadre...

**Memorial MPSC** – *Quem era o Governador nessa época?*

**Hélio Rosa** – O Ivo Silveira. Eu sou compadre dele. Ele me convidou para batizar seu filho Renato.

**Memorial MPSC** – *E como foi esse seu período em Urussanga, quanto tempo o senhor ficou lá?*

**Hélio Rosa** – Eu fiquei só três ou quatro meses. A minha senhora morava num hotel de madeira. O dono do hotel, Valdomiro, jogava muito, deixava o hotel na mão dos empregados, não tinha comida. Eu saía para arrumar carne, que era racionada. Como Promotor, ia ao abatedouro de um primo do César e o autorizei a vender a carne, porque uma pessoa só poderia comer carne uma ou duas vezes por semana. Acontece que a minha senhora teve uma intoxicação e, além disso, achava que estava grávida. Precisou ser internada no hospital. Diante disso, eu quis sair de Urussanga.

Além disso, eu fora ameaçado de morte em Urussanga. Pelo Delegado, sargento, cujo pai era funcionário da Estação Ferroviária. O pai dele violara carga de arroz, ou feijão, ali depositada. Eu investiguei e concluí ser procedente a denúncia. Botei-o na cadeia e deixei-o lá dois dias. Hoje não pode nem dar palmada no bumbum de um filho. Mas, naquele tempo, quando se achava algo absurdo, se colocava na cadeia, 24 horas, 48 horas...

O Prefeito da Capital, o Lopes Vieira, comandava o Batalhão da Polícia Militar no qual servira o meu avô durante os episódios da Revolução de 1930, quando o meu avô, o Capitão Waldemiro do Livramento, foi um dos poucos que permaneceu no quartel aguardando a chegada das forças revolucionárias, às quais aderiu, juntamente como Lopes Vieira. Os dois eram muito amigos. Palhoça iria vagar, pois o Anísio Dutra saía de lá. Assim, a pedido do meu avô, o Prefeito, homem de confiança do interventor, intercedeu por mim. Havia vários candidatos, mas fui eu o preferido.

Assim as coisas funcionavam. O Ministério Público tornou-se neutro quando se converteu na Procuradoria-Geral de Justiça, porque antes funcionava apenas para defender o Estado.

**Memorial MPSC** – *E o que acontecia nas Comarcas, qual era a natureza*

*dos feitos, do serviço?*

**Hélio Rosa** – O serviço era muito pouco. Quase nada... Naquele tempo, a autoridade era respeitada: Promotor Público, Juiz, eram todos respeitados. Hoje é diferente. Acabou-se o respeito pela autoridade. Assim, não havia problemas com outras autoridades e os cidadãos respeitavam a gente. Eu vivi o regime da revolução de 1964.

**Memorial MPSC** – *A qual o senhor se refere, a de 1964?*

**Hélio Rosa** – É, sim, em 1967 fui nomeado Procurador-Geral. Era para assumir a Procuradoria quando o Ivo Silveira ganhou as eleições de 1966 – foi empossado em 1967. O Procurador era o Rubem Moritz da Costa, desde 1965. Mas disse ao Ivo que não queria. Insisti com ele para deixar lá o Rubem Costa, um homem de confiança, amigo do pessoal do Ivo. Eu não queria sair de Itajaí, não queria ir para Florianópolis. Mas o Rubem foi para o Tribunal, pelo Quinto Constitucional. Foi então que disseram que havia chegado a minha hora e não dava mais para fugir. Eu resisti o que deu. O Rubem foi nomeado para o Desembargo em março e o cargo ficou vago até outubro. Eu não queria e eles não nomeavam outra pessoa...

**Memorial MPSC** – *A Procuradoria-Geral vaga?*

**Hélio Rosa** – Vaga. O Ennio [Demaria] Cavallazzi ficou respondendo interinamente por ela. Até que em outubro parou aqui em casa o carro do Palácio do Governo, que veio me buscar porque o Governador queria falar comigo. Não houve jeito. Eu e o Ivo éramos muito amigos. Ele era de Palhoça. Eu militara na campanha do Ivo para Prefeito, para Deputado, para Governador. Ele foi contra um daqui de Itajaí, o Konder Reis, hoje um grande amigo meu, também, mas fiz campanha contra ele naquela época.

**Memorial MPSC** – *E o Promotor podia fazer campanha política assim? Como é que funcionava isso?*

**Hélio Rosa** – Podia. Podia advogar. Eu advoguei. Vinha algum

dinheiro da advocacia, porque o ordenado era uma miséria.

**Memorial MPSC** – *Era muito ruim o salário?*

**Hélio Rosa** – Era, pequenininho. No Consulado Americano eu ganhava mil e quinhentos dólares. Como Promotor Público, eu percebia menos de um terço disso.

**Memorial MPSC** – *Foi uma enorme queda do padrão aquisitivo, então?*

**Hélio Rosa** – É. Mas fiz a minha carreira...

**Memorial MPSC** – *Aí o senhor complementava o seu salário advogando?*

**Hélio Rosa** – Nós advogávamos. No Cível. Em questões de família, questões de terra, de menores. Assuntos de Estado nunca! O Cível sim, o Crime não.

**Memorial MPSC** – *E tinha algum Júri que acontecia na Palhoça de vez em quando ou era muito raro?*

**Hélio Rosa** – Muito raro.

**Memorial MPSC** – *Então o ponto alto do seu período na Palhoça foi o convívio com o Ivo.*

**Hélio Rosa** – Sim, com o Ivo Silveira.

**Memorial MPSC** – *E quanto tempo o senhor ficou na Palhoça?*

**Hélio Rosa** – De 1945 a 1952.

**Memorial MPSC** – *E como foi esse período do final da Guerra? O senhor se recorda disso? Porque o Estado tem muita presença de imigração alemã...*

**Hélio Rosa** – Os descendentes de alemães ficavam no Vale do Itajaí, na Palhoça não havia nenhum sinal desse pessoal. Havia o mesmo problema de racionamento de carne. Podia-se comercializá-la apenas em alguns dias. Mas fora isso, nem sinal da Guerra. Eu fiquei na Palhoça

até 1952. A minha saída se deu quando o Irineu Bornhausen ganhou a eleição.

**Memorial MPSC** – *Para o Governo do Estado?*

**Hélio Rosa** – Sim. A primeira coisa que dele exigiram foi o ato de saída do Promotor da Palhoça.

**Memorial MPSC** – *Sim, porque o Irineu Bornhausen era da UDN e o senhor esteve sempre vinculado ao PSD?*

**Hélio Rosa** – Certo. Mas não era assim tão fácil. Eles não podiam simplesmente me remover sem um motivo. O Procurador-Geral, Vitor Lima, me pressionava. No fim do primeiro ano do governo do Irineu me chamaram no Palácio. Disseram-me que eu deveria ir para uma Comarca maior, melhor, crescer na carreira... Fiquei de pensar do assunto. Mas eu gostava de lá. Aí eu e minha senhora fomos a uma festinha e, numa conversa, presente uma senhora moradora – a minha esposa estava grávida – enalteceu a cidade de São Francisco, Comarca que havia vagado, citando que lá havia ginásio, escola de freiras, aulas de piano, isso e aquilo... – porque na Palhoça não tinha nada... Ora, isso influenciou minha mulher, que, então, me pediu para aceitar a designação.

**Memorial MPSC** – *E o senhor foi para São Francisco?*

**Hélio Rosa** – Sim. Quando me inscrevi para São Francisco, foi uma festa!

**Memorial MPSC** – *Todo mundo queria que o senhor saísse da Palhoça? Em função da política? De algum processo?*

**Hélio Rosa** – Não, era apenas a UDN que queria. O chefe da UDN de lá era um barbeiro, o Crioulo Arlindo, como todos os chamavam – não gostava de mim.

Além disso, mataram um sujeito e foi preso um outro rapaz, de uma família rica da Palhoça. Foi para a cadeia sem regalia. A noiva dele costumava visitá-lo. O carcereiro botava os outros presos juntos,

deixando os dois sozinhos, mas proibi essa benesse. O caso era interessante: o sujeito foi morto durante o carnaval, por quatro amigos. Era motorista e não quis levar os rapazes que festejavam o carnaval de volta para casa, já era tarde da madrugada... Aí, meio alcoolizados, eles deram com um pão na cabeça do motorista, todos rapazes de 19, 20 anos. O motorista voltou para casa e morreu dois dias depois. Eu fiz a denúncia de homicídio.

Quando estava para moções finais – o caso seguiria para Júri –, eu descobri que eles tinham conseguido dos jurados o compromisso da absolvição e estavam até com as passagens compradas para Porto Alegre. Cidade pequena, não era difícil cooptar os jurados, mas eu descobri. Eram quatro, dois primos. Para sair dessa, entrei com as razões finais alegando que não se tratava de homicídio, que eram bons meninos, mas que se tratava, sim, de lesão corporal seguida de morte. Diante dessa alegação, o caso saía do Júri Popular para a alçada do Juiz comum. Abreviaria a pena, mas aumentavam as chances de uma condenação. Foi uma bomba! Os advogados eram o Vanderlei Júnior, o Rudo Júnior, tudo gente que pertencia a UDN. O Juiz, muito chegado a eles, não aceitou minhas razões e pronunciou. Eu apelei e o processo foi para o Tribunal, onde venci por unanimidade: era realmente caso para o Juiz Singular e não para o Júri.

**Memorial MPSC – *E eles foram condenados?***

**Hélio Rosa** – O Juiz, que até então se dizia meu amigo, morava na Palhoça e frequentava a casa dos réus, passara a sustentar ser tudo perseguição minha. Quando o Tribunal derrubou a pronúncia, o pepino voltou para as mãos do Juiz. Se ele quisesse absolver, a responsabilidade seria dele. Mas ele não era bobo e obrigou-se a cumprir o acórdão do Tribunal: precisou condenar. Bom, aí todos foram para cima do Juiz, chamaram-no de sem-vergonha e tudo o mais. Foi a melhor vitória na minha carreira.

**Memorial MPSC – *Mas era por isso, então, que queriam lhe tirar da Palhoça?***

**Hélio Rosa** – Eu soube que queriam me tirar de Palhoça por um amigo, o Mauro Laurindo, que frequentava o Palácio. Quando a UDN venceu a eleição, o chefe local, era esse barbeiro, o Arlindo Andrade. O Irineu nem mesmo tinha assumido e um motorista do ônibus para Florianópolis parava na porta da barbearia para pegar o Arlindo, que, de repente, se arvorara em suprema autoridade. Pode? O ônibus desviava a rota e deixava-o em casa. E as pessoas esperando no ponto, ele não parava... Nem para senhora grávida! Passava reto pela parada, mas parava fora de ponto para o Arlindo e se desviava da rota para levá-lo em casa. Mandeí o Oficial de Justiça, o Caetano, prender o motorista. Deixei-o um dia na cadeia, ameacei-o com um processo e pedi para o Tesoureiro da Prefeitura, que se chamava Otávio Zacchi, conduzir o ônibus até Florianópolis. Foi um santo remédio! O motorista passou, a partir daí, a respeitar a rota e os passageiros. Mas o Arlindo ficou com pavor a mim: me odiava!

**Memorial MPSC** – *E como é que o senhor fazia a barba depois desse episódio? Já pensou, aquela navalha...?*

**Hélio Rosa** – Eu ia noutro barbeiro. Ou fazia a barba em Florianópolis. Acontece que eu estava morando em Florianópolis... Quando o Juiz foi transferido e se mudou, nós fomos morar na casa dele, melhor, grande, enorme. Mas dizia-se que era mal assombrada, pois o dono aparecera enforcado na varanda. Eu nunca vi nada. Mas a minha mulher, levantando certa manhã e seguindo ao rancho para apanhar lenha, pois o fogão era à lenha, encontrou uma carteira de trabalho de um cidadão que havia dormido ali e ficou apavorada. Então, nos mudamos para Florianópolis. Porém, me denunciaram por estar residindo fora da Comarca. Fui chamado pelo Procurador-Geral, para prestar explicações. Disse-lhe que era intriga, que aquela gente não gostava de mim, e prometi informá-lo, com garantias, de que eu residia na Comarca, indo a Florianópolis somente nos finais de semana. Pedi, então, ao meu amigo Ivo Silveira uma declaração de que eu morava na casa dele! E informei que apenas a minha senhora morava em Florianópolis. Levava-se uma hora e meia de Palhoça a Florianópolis... Íamos de ônibus. Não tinha

asfalto: era poeira e morro que não acabava mais... O Ivo Silveira, quando Deputado, ia para a Assembleia com um guarda-pó por causa da poeira. Era um inferno!

**Memorial MPSC** – *Era muito tenso o ambiente político?*

**Hélio Rosa** – Era pesado, porque havia duas forças e não havia troca de camisas. Ou era Pedro ou era Paulo. Não tinha conversa.

**Memorial MPSC** – *E o senhor era identificado como pertencendo às fileiras do PSD?*

**Hélio Rosa** – Eu não era formalmente do PSD, mas era amigo do Dr. Aderbal [Ramos da Silva]<sup>2</sup>. Mas nunca usei a carreira para pressionar quem quer que fosse. Sempre atuei de forma isenta. Porém, fazia campanha para os candidatos do PSD.

**Memorial MPSC** – *Mas o senhor sofria algum tipo de pressão do Procurador-Geral ou do Governador?*

**Hélio Rosa** – Havia pressão indireta. Nesse caso da Palhoça, diziam que eu tinha de fazer carreira, que era uma Comarca desimportante, uma cidade sem nada, sem serviços, que eu poderia crescer em outro lugar...

**Memorial MPSC** – *Mas nunca aconteceu, por exemplo, de pedirem para conduzir um processo de uma certa forma?*

**Hélio Rosa** – Não, não, isso nunca! Mas havia política nas promoções. Meu sonho sempre foi chegar em Florianópolis, minha cidade de origem, a Capital... Mas era complicado alcançar essa promoção. Eu fui para Itajaí, porque criaram uma Vara nova...

**Memorial MPSC** – *Cível ou Criminal?*

---

2 Eleito Governador do Estado em 19 de janeiro de 1947, pelo PSD, partido ligado ao getulismo e aos revolucionários de 1930, vencendo o oponente Irineu Bornhausen, da UDN, partido que congregava as velhas lideranças depositas pela Revolução de 1930 e emergentes lideranças empresariais do Vale do Itajaí.

**Hélio Rosa** – A segunda era Criminal, porque a primeira ficou Cível. O Dr. Delfim Peixoto era o Promotor em Itajaí. Para preencher a nova vaga por merecimento, havia dois candidatos: eu e o outro, cujo nome não vou dizer. Esse outro, o Irineu não queria ver nem morto, mas se eu não viesse, seria ele quem viria. Então o pessoal do Palácio mandou me buscar em São Francisco: o Governador queria conversar comigo em Florianópolis. Eu passava por Itajaí, conversava com o senhor Genésio Miranda Lins, que era o chefe político local. Eu não desejava sair de São Francisco, estava bem aclimatado lá. Minha intenção era sair de lá apenas para Florianópolis.

Mas o pessoal insistia muito: queria que eu assumisse essa 2ª Vara Criminal. Finalmente, eu acedi à ideia de ir para Itajaí, mas me neguei a assumir a 2ª Criminal: disse que só iria se fosse para ocupar a 1ª Cível. O problema é que nesta Vara estava o Dr. Delfim, há 25 anos. Ele não aceitava trocar de Vara. Então, tocou o telefone, me chamaram para outra reunião em Florianópolis. Fui muito franco nessa conversa: em São Francisco, eu era advogado do Sindicato dos Conferentes e Presidente do Atlético, time de futebol, funções às quais eu estava adaptado e que ajudavam a incrementar a minha renda. O dinheiro que eu ganhava no sindicato, aplicava no futebol. E tinham as custas que podíamos cobrar no Cível...

#### **Memorial MPSC** – *O Promotor poderia cobrar as custas?*

**Hélio Rosa** – Sim, hoje não mais, mas naquele tempo, cobrávamos as custas sobre os inventários, casamentos... Enfim, mas foi tanta a insistência, que fiz uma proposta: eu iria para Itajaí se o Genésio me arrumasse um emprego com renda equivalente à que eu percebia no Sindicato dos Conferentes e se o Irineu me garantisse que a primeira vaga a abrir na Capital seria minha. Só assim eu abriria mão da 1ª Cível. Mas já estávamos no final do Governo Irineu, o Jorge Lacerda já tinha sido eleito, e eles não poderiam assumir um compromisso desses pelo Lacerda. Não cedi. Assim, eles compuseram com o Lacerda e me propuseram em Itajaí a advocacia de partido, o que não aconteceu. Eu

acabei cansando daquela novela e disse que não tinha mais conversa: ficaria em São Francisco e ponto final! Mas aí, finalmente, ao perceberem que eu não cederia jamais, resolveram me nomear para a 1ª Vara: sem argumentos, fui para Itajaí.

**Memorial MPSC** – *E o titular da 1ª Vara, o que aconteceu com ele?*

**Hélio Rosa** – Foi para a 2ª. Mas brigou com o Irineu e não falava mais comigo, nem me visitava: ficou magoado.

**Memorial MPSC** – *Mas por que o Governador Irineu queria tanto que o senhor fosse para Itajaí?*

**Hélio Rosa** – Eu nem era do partido dele. Mas o Irineu não queria o outro de jeito nenhum. Apenas eu e esse outro, um pessedista de comércio e forte atuação política, tinham interstício para serem promovidos. Ele perseguia o Irineu, chamava-o de cavalo e outros impropérios... O Irineu tinha pavor dele. Foi assim que assumi em Itajaí. Não fiz acordo nenhum e me concederam o que eu exigia originalmente: a 1ª Vara.

Mais tarde, vagou um posto na Capital. Eu estava no Fórum, quando o Escrivão do Crime chegou dizendo que o Governador Jorge Lacerda queria falar comigo pelo telefone.

Eu tinha bom relacionamento com o Jorge. Ele me aprontara uma, certa vez, em São Francisco. Quando candidato pela UDN, ele passou por São Francisco, em campanha. Estávamos no clube, quando ele me viu, me cumprimentou calorosa e ruidosamente, chamando-me de amigo. Abraçou-me e saiu caminhando comigo, com o braço em meus ombros, desfilando pela rua, diante da vista de todos. O pessoal todo ficou achando que eu virara a casaca. Sujeito inteligente, me deu esse golpe lá...

Enfim, o Lacerda ligou dizendo que chegara a hora de cumprir o compromisso comigo, pois vagara uma Promotoria na Capital. Eu respondi dizendo que ele não tinha esse compromisso, porque o acordo gorara e eu de fato assumira a 1ª Vara em Itajaí, onde, agora, eu estava

muito bem e de onde eu não queria mais sair.

**Memorial MPSC** – *O senhor não queria mais sair de Itajaí?*

**Hélio Rosa** – Não. Meus filhos estavam na escola de Itajaí, tinham os seus amigos, minha esposa estava ambientada, não havia porque sairmos. Florianópolis já estava ficando meio complicada, com muitos carros. Florianópolis hoje é um inferno! Estávamos felizes em uma cidade menor.

**Memorial MPSC** – *E o senhor continuou participando da política em Itajaí?*

**Hélio Rosa** – Não. Acabei me afastando... O Irineu Bornhausen, já Senador, mandava um carro com motorista buscar-me em casa, pois tínhamos o hábito de jogar canastra. Ficamos muito amigos. Assim, num dia de comício do Ivo Silveira em Itajaí, fez-se uma reunião prévia na minha casa. Estavam os caciques do PSD, o Celso Ramos, um monte de gente. Quando saíram de casa, chegou o carro do Irineu, com o motorista dizendo que o Senador me aguardava no Iate Clube de Cabeçadas para o nosso joguinho. Ora, entre um comício e um bom joguinho de canastra, fiquei com a segunda opção. Eu já havia cumprido com a minha obrigação, recebendo a comitiva toda em casa. Não tinha porque ir lá no comício, discursar. Seria uma enganação.

**Memorial MPSC** – *Não lhe chamaram de vira casaca?*

**Hélio Rosa** – Não. O Jorge Lacerda já havia me colado o *botton* lá em São Francisco...

**Memorial MPSC** – *E depois, como foi? O senhor foi nomeado Procurador-Geral e aí precisou ir para Florianópolis?*

**Hélio Rosa** – Fui em 1967 para Florianópolis, onde fiquei até 1978. Na Procuradoria-Geral, permaneci por quatro anos. Eu me aposentei como Procurador em 1969, pois já estava cansado, mas o Ivo não me deixou sair. Então, permaneci na Procuradoria-Geral até 1971, embora

aposentado. Acabei ficando mais dois anos na chefia inteiramente contra a minha vontade. Permaneci em Florianópolis até 1978, porque o meu filho morava em minha casa, em Itajaí, e eu não queria desalojá-lo.

**Memorial MPSC** – *E como é que foi este período na Procuradoria? Como é que era o Ministério Público e como era a relação com o Governador?*

**Hélio Rosa** – Era um Órgão muito incipiente. Não tinha essa projeção de hoje, não tinha nenhuma complexidade... Eu nunca viajei porque não havia verba disponível, não havia recursos para nada. Até a gasolina buscávamos no Departamento de Rodagem – quando nos forneciam! Com frequência, eu abastecia o carro oficial com meus próprios recursos. Possuíamos apenas um carro de segunda mão, que fora utilizado pelo Vice-governador, Jorge Bornhausen. Ao Primeiro Congresso dos Procuradores-Gerais de Justiça, em Petrópolis, no Rio de Janeiro, creio que em 1970, eu só pude ir porque acompanhei o Governador em viagem oficial ao Rio de Janeiro.

**Memorial MPSC** – *E como foi esse Congresso?*

**Hélio Rosa** – Foi a primeira vez que os Procuradores-Gerais de Justiça de todo o Brasil se reuniram. Ali tomou corpo a ideia de trocar o nome da Procuradoria-Geral do Estado para Procuradoria-Geral de Justiça. Eu trouxe de lá essa ideia para Santa Catarina e aplicamos na reforma da nossa lei orgânica.

**Memorial MPSC** – *E o que mais se discutiu nesse Congresso, o senhor se recorda?*

**Hélio Rosa** – Não se discutiram muitas coisas mais... Do pessoal do Nordeste, tinha mais mulher do que homem. Os Procuradores-Gerais traziam assessora disso, curadora daquilo... Eu fiz uma saudação no hotel Quitandinha. Era muito mais uma festa de conagração do que um encontro de mobilização nacional.

**Memorial MPSC** – *E já se falava na CAEMP?*

**Hélio Rosa** – Não, nada!

**Memorial MPSC** – *E nesse período que o senhor foi Procurador-Geral, o senhor se recorda quantos Promotores tinha em todo o Ministério Público?*

**Hélio Rosa** – Uns 39, ou 40, não mais. O Promotor não tinha apoio na Comarca, nem folha de papel podíamos dar a ele, nem uma borracha. Nada!

**Memorial MPSC** – *Como é que o senhor se comunicava com os Promotores do interior?*

**Hélio Rosa** – Não havia comunicação regular. O Promotor ficava solto na Comarca. Conversávamos quando ele estava em férias e podia vir a Florianópolis, em visita à Procuradoria.

**Memorial MPSC** – *E Corregedoria existia?*

**Hélio Rosa** – Não, não... Tudo era muito incipiente, mal tínhamos acomodações e instalações. Melhorou um pouco quando o Tribunal foi para onde era a Ford – ali tínhamos uma sala, muito simplinha, sem nada de mais, nem divisórias. Os Procuradores não tinham sala própria. Compartilhávamos todos o mesmo espaço.

**Memorial MPSC** – *E como é que era a relação com o Tribunal de Justiça?*

**Hélio Rosa** – Ótima. Pelo Judiciário fui muito bem acolhido. Foi pelos próprios colegas que fui mal recebido.

**Memorial MPSC** – *Ah é, mas por quê?*

**Hélio Rosa** – Eles não admitiam um Promotor do interior como chefe do Ministério Público. Quando cheguei, fizeram para a Cecília – uma funcionária veterana muito respeitada e de quem todos gostavam muito – um discurso no qual reivindicavam de tudo: aumento de salário, benefícios, melhores condições de trabalho, etc. Só não pediram auxílio moradia porque naquele tempo não existia. Não tinha nada e pediram

tudo! Como que num complô. Embora nem todos tenham participado disso, eu fui muito mal recebido. Houve um, em especial, cujo nome me isento de declinar, exercendo uma determinada função na Procuradoria, como convocado, que pediu demissão e foi embora para a Comarca em protesto, para não me ajudar. Aí, foi um problema eu iniciar a administração, pois fiquei sem parte das informações importantes e sem equipe. Respondi àquele discurso todo afirmando que eu vinha do interior, onde a minha comida era pirão com linguiça e um golinho de cachaça, mas que eu não esqueceria de ninguém por começar a comer filé *mignon* ou tomar champanhe. Nunca persegui ninguém e conservei todos eles lá.

**Memorial MPSC** – *O senhor foi o primeiro Procurador-Geral que era Promotor, ou antes do senhor teve um outro caso?*

**Hélio Rosa** – Eu fui o primeiro Promotor. Antes, porém, houve Procurador-Geral que não era Membro de carreira do Ministério Público.

**Memorial MPSC** – *E como foi a sua gestão, como é que o senhor conseguiu vencer essa oposição da própria classe?*

**Hélio Rosa** – Ah, era só meia dúzia, um pessoalzinho da Capital. A turma do interior não se engajou nisso. Só os da Capital eram pré-candidatos em potencial. Três Procuradores foram preteridos por um Promotor de Itajaí.

**Memorial MPSC** – *Esses Procuradores eram mais ligados ao velho PSD ou à velha UDN?*

**Hélio Rosa** – Nesse momento estavam todos aglutinados na ARENA. O Ivo juntou todo mundo, levando para o seu Governo gente da UDN, como o Norberto Ungaretti, Secretário de Justiça.

**Memorial MPSC** – *Não houve nenhuma cisão aqui?*

**Hélio Rosa** – Não. Na verdade, o Vice-governador do Ivo foi caçado. Quando cassaram o Francisco Dall’igna, do PTB, quem assumiu foi o Jorge Bornhausen, da UDN, nomeado.

**Memorial MPSC** – *Por que ele foi cassado? O senhor se recorda disso?*

**Hélio Rosa** – Coisas da Revolução, política, não sei bem. Cassaram muitos naquela oportunidade...

**Memorial MPSC** – *E, nesse período, como era a Secretaria de Segurança, em relação com o Ministério Público? A Secretaria de Segurança chegou a ser ocupada por um militar ou continuou sendo comandada por civil?*

**Hélio Rosa** – Havia duas Comissões, a do SNI, chefiada por um General, e a que funcionava no Distrito Naval. Pairavam sobre tudo. De vez em quando, eles queriam falar comigo.

**Memorial MPSC** – *E aí?*

**Hélio Rosa** – Ah, pois é... Numa ocasião, insistiram muito com a minha presença. Eu disse que estava difícil, não tinha tempo, estava sem carro, sem gasolina. Disseram-me para marcar uma hora e que mandariam um carro me apanhar. O meu secretário, o Valmorzinho, o Valmor Silva, ia passando bem na hora que eu desembarcava do carro, no Distrito Naval e ficou muito preocupado, achando que eu estava sendo preso. Mas eram questões sem nenhuma relação com o Ministério Público, eram questões do Estado. Praticamente não enfrentei problemas no Ministério Público, a não ser essa questão da rejeição quando da minha chegada, o que acabei contornando sem maiores dificuldades.

**Memorial MPSC** – *Algum Membro do Ministério Público chegou a ser apontado pelas comissões, ou algum Membro foi atingido pelo regime militar?*

**Hélio Rosa** – Sim. Pouco antes de eu chegar a Florianópolis, foi preso o Aloysio Callado.

**Memorial MPSC** – *Ele era Promotor da onde?*

**Hélio Rosa** – Da Capital. Era tido por comunista. Foi solto, porém, ficou como um elemento vistoriado pelas Forças Armadas. Coitado. Certa feita, ele estava em vistas de comprar uma casa, mas não tinha todos os recursos. Como o Promotor da Justiça Militar entrara em fé-

rias, eu o designei para o posto. Ele achou que a indicação seria vetada ou que teríamos problemas, pediu-me até para que não a consumasse. Mas eu não dei bola, nomeei e ele assumiu junto à Justiça Militar em Florianópolis. Com isso, ele juntou um extra e conseguiu comprar a sua casinha. Aposentou-se, normalmente, como Procurador.

**Memorial MPSC** – *E mais algum outro que o senhor se recorde? Que tenha sido preso?*

**Hélio Rosa** – Não, não... Enquanto eu estive lá, não houve denúncia contra ninguém. Eu precisava ter contato relativamente frequente com esses dois Órgãos da Revolução, chefiados pelo General Veiga Lima e pelo Almirante Chefe do Distrito Naval. Mas houve uma situação, quando um Promotor de quarta entrância, Vinícius de Oliveira, pediu-me para apostilar o título dele para fins de aposentadoria. Apostilei e o ato foi publicado no Diário Oficial. Foi quando o General me telefonou questionando o valor. Provei para o General que o cálculo estava correto. “É um absurdo!”, disse o General, “Não ganho nem a metade disso!”. “Mas é a lei, General”, eu disse, “nós, Promotores Públicos, começamos a contar tempo quando entramos em exercício do cargo, os senhores vão para Escola Militar e já começam a contar tempo de serviço, estudam ganhando”. Esse foi o momento de maior tensão na relação do Ministério Público com os militares durante minha gestão como Procurador-Geral. A única rusga com o Ministério Público... Nunca recebi denúncia contra Promotor.

**Memorial MPSC** – *Quais eram os casos mais rumorosos durante o seu período de Ministério Público?*

**Hélio Rosa** – Fundamentalmente, o que tinha era mandado de segurança contra o Governo, contra o Estado. Durante a Revolução, os órgãos federais, como o SNI, entendiam que o Procurador do Estado era o ente oficial para responder pelos atos do Governo.

**Memorial MPSC** – *E qual o teor desses mandados de segurança? O senhor se recorda?*

**Hélio Rosa** – Os mesmos que existem hoje, questões relacionadas ao fisco, impostos, contas públicas, nada de caráter mais político. Eram assuntos mais administrativos, corriqueiros. O Promotor convocado encarregado dos mandados de segurança resolvera deixar a função para retornar à Comarca de origem, para me deixar na mão. Tive de estudar a sua substituição com cautela. Avaliei o trabalho de cada um dos Promotores. Chamou-me a atenção o rendimento do Promotor de Sombrio, Henrique Espada. Chamei-o. Ele me alegou não ter prática com mandados de segurança, mas eu achei que ele daria conta e me comprometi a acompanhá-lo nas primeiras audiências. Eu não conhecia o moço pessoalmente, mas agradara-me o trabalho dele. Amigos disseram-me se tratar de uma ação arriscada, afinal, não o conhecia. Mas deu muito certo!

**Memorial MPSC** – *E o senhor chegou a participar da nova legislação que estava sendo preparada para o Ministério Público?*

**Hélio Rosa** – O José Daura, que me substituiu, quando o Colombo assumiu o Governo, tocou esse assunto. O José Daura foi colega de turma do Ivo Silveira. O Ivo queria muito bem a ele. Antes dele assumir, pediu-me para que não encaminhássemos a matéria para a Assembleia, pois desejava fazer umas emendazinhas, com o que o Ivo e eu concordamos. Assim, a lei foi votada logo depois de eu sair, já com a denominação de Procuradoria-Geral de Justiça.

**Memorial MPSC** – *Quer dizer então que a iniciativa de concepção dessa lei partiu ainda no Governo do Ivo Silveira?*

**Hélio Rosa** – Ah, foi. A lei vinha sendo estudada já, juntamente com os Procuradores da época.

**Memorial MPSC** – *E quais eram os aspectos fundamentais na lei que mudaram o Ministério Público?*

**Hélio Rosa** – Mudou muito pouco. Não havia recursos... Como exigir algo a mais dos Promotores? Veja: certa vez a nossa geladeira

queimou. Fiz um ofício para o Governador pedindo empenho para adquirir uma nova. Quem manobrava o dinheiro era o Secretário da Fazenda, Ivan Luiz de Matos, que emitiu um despacho afirmando ser impossível atender à demanda por falta de dotação orçamentária disponível. Ficamos sem geladeira. Eu ia tomar água gelada no Tribunal.

**Memorial MPSC** – *Mas cafezinho, tinha?*

**Hélio Rosa** – Faltava. Dispunha dinheiro do próprio bolso para podermos ter café, assim como fazia com a gasolina. Eu só fiz duas viagens como Procurador-Geral: uma para Tangará e outra pra Chapecó. E fui de carona com o Presidente do Tribunal, Desembargador Adão Bernardes. Não tinha dinheiro, não tinha verba, não tinha nada. Se fosse com o meu carro velho, acho que eu não chegava lá, perigava ficar no caminho.

**Memorial MPSC** – *No momento em que o senhor assumiu a Procuradoria-Geral, onde era, como funcionava?*

**Hélio Rosa** – Eu não conheço a sede atual do Ministério Público. A última vez que fui à sede foi na posse do Napoleão do Amarante, como Procurador, um rapaz brilhante. Eu o indiquei para assumir vaga como assistente da Procuradoria-Geral da República, na época ocupada pelo Volnei Oliveira. O Napoleão se queixava muito da escassez de trabalho numa Comarca do Oeste, onde estava. Assim, ajudei-o a vir para a Capital, onde o seu talento poderia ser melhor aproveitado. Deixei bons amigos na Procuradoria, o Andrézinho Mello, o Napoleão Amarante, o Valdemiro Borini, o Hélio Sacilotti. Trabalhamos nos fundos do Teatro Álvaro Carvalho, naquela praça de esquina, numa casa que pertencera à família Ferreira Lima. Em seguida, fomos para a área que pertencia aos Amin.

**Memorial MPSC** – *E como é que o senhor percebe toda essa transformação pela qual passou o Ministério Público?*

**Hélio Rosa** – Isto é um milagre, uma coisa inaudita: hoje o Mi-

Ministério Público é uma potência, um poder. Não depende de ninguém, só depende dele mesmo. Uma Instituição com independência total e completa! É excelente! Mas não tem ninguém mais do meu tempo no Ministério Público... Alguns poucos eu ainda reconheço...

O pai desse menino que é Procurador-Geral, o Gercino Gomes Neto, era muito meu amigo, trabalhava aqui na usina de açúcar: o Joel Gomes. Eu me empenhei para nomeá-lo Adjunto de Promotor para Camboriú. Ele era leigo, não era formado. Mas foi uma tragédia: ele saiu para festejar a nomeação em Blumenau e na volta sofreu um acidente, no qual faleceu. Foi uma pena, uma grande perda...

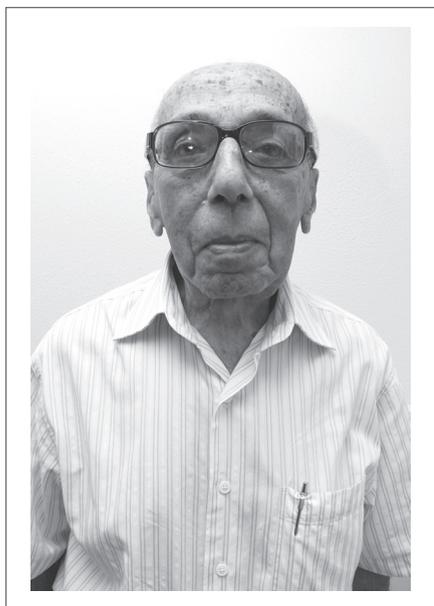
Eram apenas três Procuradores, hoje são quarenta, cinquenta. Eram cinco funcionários, não tinha material de expediente, para tudo pedíamos favor, vivíamos com o pires na mão. Nosso orçamento quem fazia era a Fazenda, o Executivo. Hoje, é um Poder, acima até da Magistratura, pois, veja, nenhum dos escândalos que por aí estão, atingindo a Magistratura, envolvem Membros do Ministério Público. Isso significa que a Instituição está bem dirigida.

**Memorial MPSC** – *O senhor gostaria de fazer mais um registro?*

**Hélio Rosa** – Foi uma tarde muito agradável. Apreciei muito a visita. Vocês podem ter certeza de que o que eu falei é a essência da verdade. Não minto, nem exagero. Tudo isso que eu conto a vocês aconteceu de verdade. Mas são passagens da minha vida pessoal. Completei noventa anos agora em maio. Perdi a minha esposa há um ano, minha companheira de toda uma vida. Não sei se o que eu disse e o que eu vivi será de alguma utilidade para vocês. Mas fico muito agradecido pelas horas agradáveis que vocês me proporcionaram.

**Memorial MPSC** – *O Memorial agradece sua atenção.*

# José Daura



**José Daura** nasceu em 17 de março de 1921, em Florianópolis. Formou-se em Direito em 1945, pela Faculdade de Direito de Santa Catarina. Em 23 de agosto de 1947, ingressou no Ministério Público de Santa Catarina em caráter interino, indicado pelo Governador do Estado para a Comarca de Araranguá. Em 1950, também de forma interina, foi indicado para a Comarca de Chapecó. A partir da promulgação da primeira Lei Orgânica do Ministério Público – Lei n. 733, de 9 de setembro de 1952, e após aprovação em concurso de títulos realizado nesse ano, alcançou efetividade na Instituição e foi nomeado para o exercício, em continuidade, junto à Comarca de Chapecó, onde permaneceu até o ano de 1961. Ainda no mesmo ano, por designação, assumiu a Promotoria Criminal da Comarca de Lages. Em 1962, foi convocado para exercer função junto à Procuradoria-Geral do Estado. Em março de 1971, foi nomeado Procurador-Geral do Estado, exercendo o cargo até 15 de março de 1975. Em caráter interino, por designação do Governador do Estado, funcionou como Secretário de Justiça e Secretário da Segurança e Informações.

**JOSÉ DAURA**<sup>1</sup>

**Memorial do MPSC** – *O senhor é natural de onde?*

**José Daura** – De Florianópolis.

**Memorial do MPSC** – *E como surgiu sua opção pelo Direito?*

**José Daura** – Eu me criei atrás de um balcão de comércio, porque o meu pai era comerciante, de origem libanesa.

**Memorial do MPSC** – *Nascido no Líbano?*

**José Daura** – Sim, meu pai e minha mãe, ambos nascidos no Líbano.

**Memorial do MPSC** – *Quando eles migraram para o Brasil? Vieram direto para Santa Catarina?*

**José Daura** – Meu pai e meu tio foram primeiramente para São Paulo, depois para Santa Catarina. Mais tarde meu pai voltou para o Líbano, onde se casou e retornou com a esposa para o Brasil outra vez. Ele era comerciante em Florianópolis, assim como meu tio. Muito embora tenha me criado atrás de um balcão, sempre tive inclinação pelo Direito e mais ainda pelo Ministério Público.

**Memorial do MPSC** – *Por que, Dr. Daura?*

**José Daura** – A atuação dos Promotores sempre me cativou muito. Depois de formado, trabalhei uns tempos na Secretaria da Fazenda, como Oficial de Gabinete e então me habilitei para a Promotoria. Governava na época o Dr. Aderbal Ramos da Silva, primeiro Governador eleito após o fim do Estado Novo. Consegui ser nomeado em 1947 para a Comarca de Araranguá. Lá permaneci por três anos. A convite – e com um pouco de insistência minha também – do Dr. Milton Leite da Costa, Procurador-Geral do Estado, transferi-me para Chapecó.

---

1 Entrevista realizada na residência do entrevistado, em Florianópolis, no dia 28 de julho de 2010, por Gunter Axt, Gustavo Viviani de Souza e Daniella Talarico. Transcrição de Ana Paula Zanella.

**Memorial do MPSC** – *O senhor fez a faculdade de Direito em Santa Catarina?*

**José Daura** – Sim, quando a Faculdade ficava na Rua Esteves Júnior.

**Memorial do MPSC** – *Como era o ambiente acadêmico nessa época? O senhor se recorda dos seus professores?*

**José Daura** – Era muito restrito. Na formatura havia apenas dez formandos.

**Memorial do MPSC** – *A turma inteira?*

**José Daura** – A turma inteira. Eu, o falecido Governador Ivo Silveira, o Nereuzinho, filho de Nereu Ramos, um colega de Lages, que logo depois faleceu...

**Memorial do MPSC** – *E o senhor se recorda do ambiente político da época? Porque era período do Estado Novo. E o senhor se formou em 1945, não foi isso?*

**José Daura** – Dezembro de 1945. Ingressei na faculdade em 1940, vindo do Colégio Catarinense. Cursei o Clássico Jurídico. Depois de formado, permaneci uns dois anos em Florianópolis, como Oficial de Gabinete do Secretário da Fazenda João David Ferreira Lima.

**Memorial do MPSC** – *E como era relação com o Governador? O senhor se lembra do ambiente político da época?*

**José Daura** – Tudo era mais franco, mais aberto. O Aderbal pertencia ao velho PSD. Era um homem direto, comunicativo e acessível. Eu me relacionava bem com ele, pois meu irmão mais velho integrava a roda de amigos do Aderbal.

**Memorial do MPSC** – *E o senhor conheceu bem o Dr. Milton?*

**José Daura** – Bastante.

**Memorial do MPSC** – *Como era ele?*

**José Daura** – Uma pessoa excepcional, inteligente, um homem culto e, particularmente, um tanto impetuoso em suas expressões. Era muito querido e respeitado pela classe. Sempre foi muito parceiro dos colegas, dos Promotores.

**Memorial do MPSC** – *Ele foi Presidente da Associação, também, Dr. Daura?*

**José Daura** – Foi fundador e o seu primeiro Presidente. Aliás, ao que me ocorre, a ideia de fundar a Associação partiu dele.

**Memorial do MPSC** – *O que motivou o surgimento da Associação?*

**José Daura** – Movimento de classe. O Milton era muito amigo do Governador Celso Ramos, que sempre atendia tudo o que ele pedia, mas havia a necessidade de um movimento de afirmação da classe, não tanto reivindicatório ou de defesa, mas de afirmação.

**Memorial do MPSC** – *Bem, mas o senhor chegou em Chapecó em 1950?*

**José Daura** – Sim.

**Memorial do MPSC** – *Não foi a época em que houve por lá um caso rumoroso?*

**José Daura** – O linchamento... Foi a minha recepção em Chapecó.

**Memorial do MPSC** – *Foi o seu primeiro processo lá?*

**José Daura** – Não, não foi o meu primeiro processo. Porque Chapecó, como Araranguá, eram Comarcas de antigamente, muito extensas. Para ter uma ideia, para se chegar em Araranguá em 1947, tomava-se o ônibus das seis horas da manhã em Florianópolis, almoçava-se em Laguna, às treze horas saía o trem, que chegava às sete e meia na barranca do rio Araranguá. Dali apanhava-se a balsa para se chegar na cidade. O município de Araranguá estendia-se de Criciúma ao Rio Grande, do Litoral à serra do Rio Grande. Hoje esse município deu origem a mais de dez. Havia muito trabalho, não havia quase policiais: o destacamento era de quatro, cinco, no máximo sete policiais para cuidar de uma ex-

tensão enorme. E o trabalho não era só Crime. Hoje há especialidades. No passado, porém, fazíamos, como se diz, clínica geral: Crime, Cível, Trabalhista, Acidentária, fazia-se de tudo, e, também, principalmente, a defesa e o patrocínio do Estado. Não havia um setor jurídico especializado para defendê-lo. E no interior, como não tinha a jurisdição federal, também a assumíamos. Era um trabalho contínuo, não parava nunca.

**Memorial do MPSC** – *E o senhor se deslocava muito pelo interior da Comarca?*

**José Daura** – Não muito, o deslocamento era difícil, por ônibus precários, estradas ruins, enlameadas, esburacadas, empedradas, poeirentas... Mas precisávamos fazer inspeção. Havia somente um Juiz em cada Comarca. Mas, às vezes, na falta dele, eu tinha de me deslocar para outra cidade, como Criciúma, para levar processos para o Juiz de Criciúma despachar para providenciar audiências, por exemplo.

Nas férias de dezembro de 1949, o Dr. Milton da Costa insistiu para que eu assumisse a Promotoria de Chapecó, pois ninguém queria aceitar a investidura. Não era nenhum prêmio, pelo contrário, era um castigo. Eu já tinha três filhas. Ele me pediu para organizar a Promotoria e garantiu que depois eu poderia escolher outra. Não havia carreira. Tanto para Araranguá quanto para Chapecó, eu fora nomeado como Interino.

**Memorial do MPSC** – *Não foi por concurso que o senhor entrou no Ministério Público em 1947?*

**José Daura** – Não. Foi nomeação em caráter interino. De sorte que havia essa interferência direta do Executivo no Ministério Público, porque a nomeação era a critério exclusivo do Governador, que escolhia quem lhe aprovesse.

**Memorial do MPSC** – *E afastava também?*

**José Daura** – Sim, se não apreciasse o desempenho... Mas era improvável, pois ele sempre escolhia gente conhecida.

**Memorial do MPSC** – *Bem, então, o senhor aceitou a designação para Chapecó...*

**José Daura** – A família ficou em Florianópolis e seguiu em julho de 1950 para Chapecó. Mais tarde, voltei para buscá-los. Como estava agendado o casamento de uma cunhada em Florianópolis, atrasei um pouco meu retorno. Por isso digo que o caso do linchamento foi a recepção, ainda que não o primeiro processo. Estávamos no hotel da cidade. Houve o incêndio da Igreja, de madeira. Descobriram os responsáveis, que foram presos. Mas a população, revoltada, os linchou.

**Memorial do MPSC** – *E eram mesmo eles os causadores do incêndio?*

**José Daura** – Sim, de acordo com as provas recolhidas. Eles teriam incendiado a Igreja para cometer roubos, num padrão que já seguiam. O plano original seria queimar o colégio das freiras, o que seria um desastre muito grande, pois havia muitas alunas internas e os dormitórios ficavam no terceiro pavimento. Assim, eles teriam optado pela Igreja. Tratava-se de uma manobra diversionista, pois enquanto as pessoas corriam para apagar o incêndio, eles levariam a cabo o assalto. Eu viajara três dias, pegara três ônibus, para chegar a Chapecó e fui recepcionado por esse caso.

**Memorial do MPSC** – *E os linchadores foram processados?*

**José Daura** – O processo foi feito todo lá em Chapecó. Foi difícil, conturbado... Era uma época em que havia muito roubo no interior. Eram três os acusados presos, do Rio Grande. A tensão era muito grande. Numa certa noite, o povo invadiu a delegacia e os mataram...

**Memorial do MPSC** – *E houve convivência da polícia com a multidão?*

**José Daura** – Não. A cadeia era de madeira, uma construção precária. Soltaram os outros presos, lincharam aqueles três e queimaram os corpos no pátio. Foi instaurado um processo. Parentes das vítimas conquistaram alguma ascendência sobre o oficial de polícia que presidia o inquérito, indicando possíveis responsáveis que, então, eram detidos. Setenta, oitenta pessoas foram a julgamento, que foi desafortado para Porto União, porque todos tinham relação, parentesco até, com as pessoas da cidade... Algumas pessoas gradas estariam envolvidas e muita

gente também dos arredores. Por fim, poucos foram efetivamente condenados. Apenas uns três ou quatro. Foi um julgamento muito longo.

**Memorial do MPSC** – *Como é que o senhor fazia com a família? Tinha casa para o Promotor?*

**José Daura** – Não.

**Memorial do MPSC** – *Escola para as crianças?*

**José Daura** – Primária, mantida pelo Estado. E mais nada. Em Araranguá, passamos três anos morando numa pensão, muito simples. Conseguimos o privilégio de habitar em dois quartos com uma saleta, a qual adaptei para funcionar como meu gabinete. Não tinha máquina de escrever. Cada um que comprasse a sua. Não ganhávamos papel, lápis, caneta, clips, carbono: não tinha nada.

**Memorial do MPSC** – *Tinha Fórum na cidade?*

**José Daura** – Não. Em Araranguá, funcionava em uma sala emprestada da Prefeitura. Em Chapecó, conseguimos alugar uma casinha de madeira para o Fórum, mas havia espaço apenas para o gabinete do Juiz. Na salinha reservada ao Promotor não entrava nem uma escrivaninha.

**Memorial do MPSC** – *E o salário? Dava para manter a família?*

**José Daura** – Sim, dava. Não havia muitas opções de consumo mesmo. Era uma vida muito simples. Além disso, podíamos complementar o salário com a advocacia na área Cível, sobre a qual não houvesse interesse do Estado ou de menores. Na área trabalhista não era possível, pois atuava como Promotor. Os juízes ganhavam um pouco melhor, mas não podiam advogar. Então, podia acontecer do Promotor alcançar até um padrão de vida um pouco melhor do que o do Juiz.

**Memorial do MPSC** – *Quando o senhor saiu de Chapecó?*

**José Daura** – Saí de Chapecó em 1961. Fiz praticamente a minha carreira toda em Chapecó. O concurso surgiu durante o período em que

eu estava lá. Fiz a prova de títulos e passei. Aí se instituiu a carreira. Passei a ser Promotor efetivo de primeira entrância. Depois, a Comarca foi elevada à segunda, à qual fui levado. Após, fui promovido à terceira, em uma outra Comarca, mas optei por Chapecó. Em 1961, fui designado para a Promotoria Criminal de Lages, em substituição ao titular da Vara. Lá permaneci até 1962, quando vim como convocado para a Procuradoria.

**Memorial do MPSC** – *Em 1961, já havia especialização em Lages?*

**José Daura** – Sim. Em Lages havia a Promotoria Cível, o Juizado Cível e o Juizado Criminal. Creio que já havia duas ou três Promotorias Cíveis e uma Promotoria Criminal.

**Memorial do MPSC** – *O senhor percebia mudança no perfil da criminalidade entre Araranguá, Chapecó e Lages, Comarcas pelas quais o senhor passou?*

**José Daura** – No litoral, os homicídios eram pouco frequentes. Havia mais lesão, roubo, furto. No Oeste, porém, era brabo! A extensão territorial era vasta. A Comarca de Chapecó, por exemplo, se estendia do município de Joaçaba até a Argentina, do Rio Grande ao Paraná. Sabe como eram feitas as audiências? Não havia rádio, então o Oficial de Justiça saía com um mandado ou intimação até onde conseguisse chegar... Pedia para o inspetor do quartirão, que existia naquela época, intimar as testemunhas ou o acusado. A audiência acontecia durante todo o dia. Em Chapecó havia muitos bandidos vindos do Rio Grande. Outros desciam do Paraná. Mas havia muitos que vinham também da Argentina. Não era fácil aquilo lá!

**Memorial do MPSC** – *Quais eram os mais terríveis, os argentinos ou os do Rio Grande?*

**José Daura** – Os argentinos que atravessavam a fronteira! O caboclo da região era cumpridor da lei. Se intimado como testemunha, vinha a cavalo lá do interior, mato fechado, um ou dois dias. Às vezes acontecia de chegar depois da audiência encerrada. Então, precisávamos abrir uma brecha entre um processo e outro, uma audiência e outra, para

ouvi-lo. Até em consideração com o respeito demonstrado pela Justiça.

Eu atendia os escritvães do interior... De Chapecó a Dionísio Cerqueira, distrito de Chapecó, consumia-se um dia inteiro de viagem. Outro para voltar! Às vezes, os escritvães distritais traziam processos, como casamentos, para serem apreciados em Chapecó. Eu os atendia à noite, no meu gabinete, em casa, porque se eu deixasse para atendê-los no Fórum no dia seguinte, perderiam o dia. Só havia uma linha de ônibus.

**Memorial do MPSC** – *E, fora esse caso do linchamento em Chapecó, o senhor se recorda de algum outro processo impactante?*

**José Daura** – Bem, recordo dos Padilha...

**Memorial do MPSC** – *Quem eram os Padilha?*

**José Daura** – Uma família de bandidos de Campo Erê. Conflitavam muito com outra família rival. Certa noite, atacaram-na. Sabiam mais ou menos a posição das camas e vararam a casa de bala.

Recordo-me também do Osório Sampaio, em São Lourenço do Oeste, distrito longínquo, na extrema com o Paraná. Numa carreirada deu-se um desentendimento, em consequência do qual mataram o filho de um inspetor. O Osório Sampaio, criador de suínos, arregimentou dois caboclos para dar um jeito no homicida. Cortaram o dedo mínimo do defunto para confirmar o serviço. É um episódio que indica o quanto muda a índole do litoral para o do interior.

**Memorial do MPSC** – *E as eleições? O senhor chegava a acompanhar as eleições?*

**José Daura** – Nós acompanhávamos tudo: o processo, a eleição, a apuração. Havia praticamente só dois partidos, de sorte que o antagonismo era mais acirrado e não havia troca de legendas.

**Memorial do MPSC** – *O senhor se refere ao PSD e à UDN?*

**José Daura** – Exato! Quem cumprimentasse um udenista, já pas-

sava por udenista. Se cumprimentasse um do PSD, todos o tinham por pessedista. A gente acompanhava todo o processo, a eleição, o processo eleitoral, junto com os juízes, e a apuração eleitoral.

**Memorial do MPSC** – *E no Cível, o senhor se recorda de algum processo que tenha sido marcante?*

**José Daura** – No Oeste predominava a questão de terra. Havia muita invasão de terras, porque tinha muito pinheiro. Quando cheguei em Chapecó, a cidade era rodeada de pinheiros, mato, mal havia estrada. Foram derrubando tudo, devastando. A questão Cível era, de fato, mais possessória.

**Memorial do MPSC** – *E como se dava o contato do Promotor com a Procuradoria?*

**José Daura** – Quando entrei no Ministério Público, a Procuradoria funcionava numa sala do Tribunal de Justiça, na Praça Pereira Oliveira, naquele prédio antigo ao lado da antiga Assembleia, que depois se incendiou. A Cecília Dutra era a Secretária, só ela. Ela fazia a ata de posse, de promoções; ela que lavrava tudo. Era uma Instituição singela.

O contato era muito aberto: a gente chegava e já era logo recebido. Não havia essa estrutura de hoje, nem de longe. Sendo um ambiente simples e pequeno, a proximidade também era maior. O distanciamento se estabelecia quando o Promotor estava no interior, pois as comunicações com a Capital eram muito precárias. Assim, os Promotores do interior interagiam mais com a Procuradoria no seu período de férias, quando vinham a Florianópolis. Quando fui Procurador-Geral, a organização melhorara: havia o cargo de Secretário-Geral do Ministério Público, três ou quatro funcionários: o Nery – ainda hoje está lá –, o Nivaldo, o Zeferino, e um motorista paraibano, bom rapaz.

Quando fui convidado pelo Governador Colombo Salles, que governou Santa Catarina entre 1971 e 1975, para assumir a chefia, esboçávamos uma série de pretensões para a Instituição, porque estávamos de fato muito atrasados. Eu sempre procurando elaborar uma nova lei

para o Ministério Público, depois promulgada, a de n. 4.557. Nessa Lei estabeleceu-se que o chefe do Ministério Público tinha obrigatoriamente de ser Membro da classe. Instituiu-se ali a criação de novos cargos, como os de Promotores Substitutos, extinguindo-se a figura dos Adjuntos, escolhidos ordinariamente por meio de indicação das chefias políticas locais. Em Chapecó, o meu Adjunto era um açougueiro. Dependia da posição política.

**Memorial do MPSC** – *O que fazia o açougueiro adjunto quando assumia?*

**José Daura** – Nada. Recebia algumas coisas, uma contestação, por exemplo. Existia apenas para não deixar formalmente vaga a Promotoria. Mas não podia muito, pois nem formação em Direito tinha. Não podia acompanhar as audiências, nada. Depois do açougueiro foi um agente de rodoviária. Este era um pouco mais culto, mas não fazia nada também. Então, com essa nova Lei, acabamos com isso. O cargo de Promotor Substituto passou a ser o início de carreira.

Quando elaboramos o projeto da nova Lei, no final da gestão governamental anterior, o Dr. Hélio Rosa, então Procurador-Geral, levou-o ao Governador Ivo Silveira, que, em princípio, o recusou, pois temia o ônus com a criação de novos cargos. Mas o revisamos e o enxugamos ao máximo e ele acabou acolhendo-o. A Lei n. 4.557 foi sancionada pelo Governador Ivo Silveira, mas com vigência no Governo seguinte, do Dr. Colombo Machado Salles.

Criou-se, ainda, a Corregedoria-Geral do Ministério Público e a respectiva secretaria. O primeiro Corregedor foi o Procurador Ruy Olympio de Oliveira e o Secretário, o Promotor Néelson Ferraz, que fizeram um excelente trabalho, elaborando e implementando, inclusive, o seu regimento interno.

Instituímos, também, uma frota própria de veículos para o Ministério Público. Até então, o Procurador-Geral se deslocava em veículos emprestados, ou no seu próprio automóvel, quando o tinha.

**Memorial do MPSC** – *E o que era o trabalho da Corregedoria?*

**José Daura** – Era um trabalho mais de orientação do que disciplinar. Orientava os Promotores, visitava as Comarcas. Se necessário, fazia-se uma sindicância. Mas em geral resolvia-se com uma boa orientação. Compramos livros, móveis, ar-condicionado, máquina de escrever.

**Memorial do MPSC** – *E, durante o Regime Militar, houve alguma pressão sobre o Ministério Público?*

**José Daura** – Não. O Governador Colombo Salles sempre foi muito aberto, desprendido, humano, dado ao diálogo, uma pessoa extraordinária! O Ministério Público durante o seu Governo desenvolveu-se e foi muito prestigiado.

**Memorial do MPSC** – *E de Lages o senhor vem a Florianópolis?*

**José Daura** – Fui convocado para trabalhar na Procuradoria quando estava em Lages. Havia apenas três Procuradores: Rubem Moritz da Costa e, ao que me parece, Delfim de Pádua Peixoto e João Carlos Ramos. Os três Promotores convocados: eu, Almir José Rosa e, se não me engano, Ennio Demaria Cavallazzi.

**Memorial do MPSC** – *Como foi o seu período de Procuradoria-Geral? Qual foi a marca da sua gestão?*

**José Daura** – A minha administração na Procuradoria se desenvolveu em razão da afinidade do Governador com o Ministério Público. Ele também apoiou muito a Magistratura. Mas como nós não tínhamos quase nada, os ganhos eram muito comemorados. E conquistamos avanços importantes. Criamos cargos, estruturamos a carreira, estabelecemos o Promotor Substituto em início de carreira, criamos o cargo de Promotor Substituto de Procurador – uma entrância intermediária entre a primeira e a segunda –, aumentamos o quadro de Procuradores para sete e, em seguida, para onze. Foram criadas muitas Comarcas, muitas Varas, o que proporcionou um aumento considerável do quadro. Outra conquista importante foi a biblioteca do Ministério Público.

Adquiriram-se muitos livros.

A lembrar, igualmente, os congressos anuais realizados pela Instituição e a Associação. Como acontece atualmente, a cada ano eram realizadas reuniões com a participação de todos os integrantes da classe. Contudo, esses eventos, dadas as estruturas limitadas da época, alcançavam um significado bem maior, não apenas pelo conagraçamento dos colegas e suas consortes, mas também pela presença de convidados especiais, como os Presidentes do Tribunal de Justiça e da Associação dos Magistrados Catarinenses com as esposas, além, naturalmente, do Governador do Estado. O Dr. Colombo Salles e a Dona Daysi Werner Salles prestigiaram sempre referidas reuniões, interagindo democraticamente com todos os participantes.

Merecem, contudo, destaque os congressos ocorridos nos anos de 1973 e 1974. O primeiro, pelo fato de ter sido conferido ao Governador Colombo Salles o título de Promotor Público Honorário, sendo-lhe entregue, no jantar realizado no Clube Doze de Agosto, na Avenida Hercílio Luz, pelo Procurador Aloysio de Almeida Gonçalves, então Presidente da Associação, os correspondentes diploma e insígnia. O segundo, pela circunstância de me ter sido concedida, como Chefe do Ministério Público, pelo Governo do Estado, a Comenda Anita Garibaldi.

A Associação também ajudou, pois começou a se ocupar de tarefas que o Procurador-Geral não podia assumir diretamente. Foi o caso da sede do balneário de Canasvieiras, que nasceu durante minha gestão como Procurador-Geral. Eu, à época, integrava o Conselho Penitenciário e numa seção solene de entrega do indulto para os presos, que acontecia na Colônia Penal Agrícola de Canasvieiras, surgiu a ideia de aproveitarmos uma área que estava sem serventia, na parte de baixo da estrada, junto ao mar. Conversando com o encarregado da Colônia Penal, descobri que se tratava de uma área do Estado, que estava sem destinação. Foi quando levantou-se a hipótese de aproveitá-la para uma sede campestre e balneária para a classe. Contatei a Associação, então dirigida pelo colega Procurador Aloysio de Almeida Gonçalves, que peticionou

junto ao Governador Colombo Salles. Eu sondara-o previamente e contava com uma sinalização positiva. O Colombo encaminhou projeto para a Assembleia e adquirimos oitenta e poucos mil metros quadrados. Depois, a Associação dos Magistrados encaminhou pleito similar, logrando êxito, o mesmo fazendo a OAB. A sede campestre facilitou o entrosamento entre os Membros e aproximou a Associação da Procuradoria.

**Memorial do MPSC** – *Como era a relação com o Tribunal?*

**José Daura** – Cordial e colaborativa. Havia duas Câmaras Cíveis, 1ª e 2ª, e uma Câmara Criminal, a 3ª, o Presidente, o Corregedor e uns nove Desembargadores. Na Câmara Criminal, funcionavam os Desembargadores Eugênio Trompowsky Taulois Filho, Norberto de Miranda Ramos, Marcílio João da Silva Medeiros, grande Desembargador, que mais tarde presidiu a Corte. Depois, foi criada a 2ª Câmara Criminal.

**Memorial do MPSC** – *Desse período o senhor se recorda de algum processo mais rumoroso?*

**José Daura** – Quase todos eles o foram. Muitos subiram ao Segundo Grau. Era um ato contínuo, não parava nunca.

**Memorial do MPSC** – *Era extensa a pauta?*

**José Daura** – Muito extensa. A gente não tinha final de semana, pois se trabalhava em casa, para onde levávamos os processos. Nunca houve horário de expediente, que podia ser cumprido na Procuradoria, mas às vezes também em casa, ou no Tribunal, ou na biblioteca. Todo final de semana tinha *habeas corpus*.

**Memorial do MPSC** – *Como o senhor vê o Ministério Público hoje?*

**José Daura** – Um baluarte. Na contingência atual, uma esperança. Um baluarte, uma esperança, onde se pode ainda depositar confiança.

**Memorial do MPSC** – *O Memorial agradece a sua atenção.*

# João Carlos Kurtz



**João Carlos Kurtz** nasceu em 17 de fevereiro de 1944, em Caçador, Santa Catarina. Formou-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em 1968. Foi nomeado Promotor Adjunto em 1971 para a Comarca de Tangará. Em 1972, passou no concurso público e assumiu como Promotor Substituto da Comarca de Palmitos. No mesmo ano, foi promovido para a Comarca de Anita Garibaldi, porém removido para a Comarca de Guaranirim em seguida. Em 1975, foi convocado para atuar junto à Procuradoria-Geral do Estado. Foi promovido nesse ínterim para a Comarca de São José, e, mais tarde, para a Comarca de Chapecó. Em 1979, foi nomeado Procurador-Geral do Estado, cargo que ocupou por diversos mandatos, com término em março de 1987. Exerceu o cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público em 1990 e em 1991, mesmo ano em que, realizada a primeira eleição para o cargo de Procurador-Geral de Justiça, foi conduzido à chefia da Instituição, sendo reeleito dois anos mais tarde. Aposentou-se em 1995. Atualmente, exerce a advocacia em escritório particular.

# JOÃO CARLOS KURTZ<sup>1</sup>

**Memorial do MPSC** – *Dr. Kurtz, o senhor é natural de onde?*

**João Carlos Kurtz** – Caçador.

**Memorial do MPSC** – *Como é que surgiu na sua vida a opção pelo Direito? O senhor tem tradição na família ligada à área jurídica?*

**João Carlos Kurtz** – Nenhuma tradição. O que mais me cativou quando era guri, e eu tenho a impressão de que isso foi determinante, é que sempre fui aficionado pelo ofício do Promotor. Quando pequeno, o Fórum ficava a uns cinquenta metros da minha casa. Havia um período de sessões de Júri, com uma peculiaridade: o réu saía da cadeia pública – o réu naquela época era preso, depois da pronúncia –, e era conduzido por soldados. Atravessava toda a avenida e passava pela frente da minha casa. Passava o réu, conduzido por soldados com fuzil, caminhando, pois não tinha veículo para levá-lo. Assim, eu sabia que haveria Júri. O Júri começava a uma hora. Eu ia assistir, ficava lá sentado, era um acontecimento. Acho que desde os nove anos fazia isso. Aquilo foi me cativando.

Lembro de dois Promotores em Caçador. Eles sempre brilhavam mais do que os advogados que trabalhavam lá. Eram mais empolgados, melhor preparados. Um deles chama-se Hermes Patrão, natural do Rio de Janeiro, muito elogiado pela oratória, o que me impressionava.

Quando fui estudar no Colégio São Jacó, em Novo Hamburgo, a minha mãe me matriculou no Científico. Ela desconhecia a existência do Clássico, mas nessa época já era patente minha aversão à matemática, à física, à química. Assim, logo vi que queria Direito, ainda mais empurrado por aquelas imagens que trazia da infância, do Júri. Havia,

---

1 Entrevista realizada no escritório do entrevistado, em Florianópolis, no dia 26 de julho de 2010, por Gunter Axt, Gustavo Viviani de Souza e Daniella Talarico. Transcrição de Ana Paula Zanella.

portanto, essa predisposição. Além disso, sempre fui movido por um forte senso de Justiça: sempre abominei o banditismo, homicídios...

**Memorial do MPSC** – *O senhor cursou a faculdade de Direito em Porto Alegre?*

**João Carlos Kurtz** – Cursei Direito em Porto Alegre.

**Memorial do MPSC** – *Foi na PUC do Rio Grande do Sul?*

**João Carlos Kurtz** – Sim.

**Memorial do MPSC** – *O senhor se formou quando? Em 68?*

**João Carlos Kurtz** – Me formei em 68.

**Memorial do MPSC** – *Como foi esse período de faculdade lá, o senhor tem algumas lembranças que o marcaram?*

**João Carlos Kurtz** – Acho que foi o melhor tempo da minha vida, porque eu me envolvi também em política estudantil.

**Memorial do MPSC** – *Foi um período de grande ebulição?*

**João Carlos Kurtz** – Eu fui Presidente do Centro Acadêmico entre 1965 e 1966, mas foi uma época difícil mesmo porque saía do período de 1964 e o movimento estudantil de esquerda era muito forte no Rio Grande do Sul, eu acho que era o mais forte do Brasil. Bem, eu não era de esquerda. Então, para ganhar uma eleição no meio estudantil era muito fácil levantar a bandeira contra a ditadura. Éramos referidos como elementos ligados à ditadura, o que era uma bobagem. Mas foi uma experiência muito valiosa, porque quando eu entrei na política estudantil eu era gago e precisei vencer essa deficiência. Outra coisa boa foi ter convivido com uma verdadeira elite política, porque o Rio Grande do Sul sempre foi um celeiro de grandes políticos e intelectuais, afetos ao Direito...

**Memorial do MPSC** – *O senhor se lembra quem foram os professores que mais lhe marcaram naquela oportunidade?*

**João Carlos Kurtz** – Ah, sim! Lembro de vários deles. Vários chegaram a ministros: João Leitão de Abreu, José Néri da Silveira, Paulo Brossard, Henrique Fonseca de Araújo, mas os que mais me marcaram mesmo foram os da área Penal, Paulo Pinto de Carvalho, Alceu Ortiz, Paulo Tovo – famoso pelo caso das “Mãos Amarradas” –, o [Carlos Alberto] Barata [Silva], Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, o Almiro Couto e Silva, tremendo professor de Direito Administrativo, está vivo hoje ainda...

**Memorial do MPSC** – *Aí o senhor se formou em 68, mais uma vez um período turbulento da política e é o momento do AI-5, em dezembro, muitos dizem que é o golpe dentro do golpe...*

**João Carlos Kurtz** – Um super golpe, o primeiro não foi. Em 1968, os militares vieram para fechar, o que alguns já queriam fazer desde o começo. Mas tem início aí o período mais duro, truculento, do regime instaurado em 1964.

**Memorial do MPSC** – *O senhor estava em Porto Alegre quando se editou o AI-5. Como foi o clima disso tudo?*

**João Carlos Kurtz** – Houve manifestações de rua, correrias, marchas, repressão da Brigada Militar... O movimento estudantil se fortalecera, assim como a oposição, sempre muito atuante no Rio Grande do Sul. Houve muitos protestos.

**Memorial do MPSC** – *E quando é que o senhor retornou a Santa Catarina?*

**João Carlos Kurtz** – Quando me formei. Minha intenção inicial era advogar, em Porto Alegre. Mas meu pai já estava idoso e tinha uma empresa em Caçador, na qual as coisas não iam muito bem...

**Memorial do MPSC** – *Era uma empresa de quê?*

**João Carlos Kurtz** – Fabricava caixas de madeira, para exportação de frutas, hortaliças, tomates... Mas estava mal porque houve desfalques

e apropriações indevidas por parte de funcionários, gerentes, contadores... Além disso, o produto sofria com a chegada do papelão, mais barato, tornando o artefato de madeira superado. Eu me vi enfiado naquilo. Eu e meu irmão fizemos uma auditoria escondida, à noite, para os funcionários não saberem: constatamos que estava quebrada. Mas em razão da trajetória de meu pai, que fora prefeito por duas vezes e era uma liderança muito acatada e respeitada, ele pediu que evitássemos causar prejuízos às pessoas. Assim, para pagar todo mundo, não tivemos outra saída a não ser vender tudo. Fomos entregando casa, trator para um credor, caminhão, automóvel. A fazenda vendemos mal, mas precisávamos do dinheiro. Esse processo nos consumiu por uns dois ou três anos, ao fim do qual todas as dívidas haviam sido saldadas. Porém, pouco nos restara.

Precisei fechar o escritório de advocacia que abrira na cidade, pois fomos engolidos pelas demandas dos credores da fábrica. As pessoas também não separavam as coisas, de modo que não foi mais possível advogar. Quando terminou essa história, pude cuidar da minha vida. Como meu pai era chefe político, bem relacionado, conseguiria uma indicação para cargo de Delegado. Eu não tinha um tostão e resolvi aceitar a sugestão. Mas em conversa com o Deputado Zany Gonzaga surgiu a ideia de assumir uma Promotoria. Embora não houvesse nenhum concurso marcado, fui nomeado para a Promotoria Adjunta, figura que existia naquela época. Era uma nomeação *pro tempore* para Comarcas sem titular. Fui, então, nomeado precariamente para a cidade de Tangará. Foi muito bom, pois ao trabalhar no exercício da função, eu já ia estudando para o concurso. Tive a oportunidade de interagir com ótimos juizes e aprendi bastante. Não passei no primeiro concurso que prestei, mas como nem todas as vagas haviam sido preenchidas, abriu um novo concurso três meses depois: nesse eu passei.

**Memorial do MPSC** – *O senhor lembra do ano do concurso em que o senhor passou?*

**João Carlos Kurtz** – Minha nomeação para Adjunto se deu em

1971 e passei no concurso em 1972, assumindo como concursado em abril. Fui designado para Palmitos, no Extremo-Oeste. Foi um período muito difícil, porque não havia nem hotel. Morei numa espelunca. Eu cobria São Lourenço, Maravilha e Palmitos. Não tinha telefone. O telefone mais próximo ficava em Chapecó, 73 Km de Palmitos. A estrada era de chão batido, com muitas curvas. Não tinha Fórum. A linha em Chapecó também era precária. Podia acontecer de levar-se um dia inteiro para conseguir completar uma ligação para Florianópolis. Eu chegava lá por volta das oito horas da noite, quando as linhas ficavam menos congestionadas. Mesmo assim, acontecia de perder a viagem.

O pagamento recebia-se pela Coletoria. Para ausentar-me da Comarca precisava recorrer ao rádio da polícia, pedindo autorização a Florianópolis. Quando entrava em exercício em Maravilha, por exemplo, impunha-se essa comunicação. Só assim assegurávamos as diárias, que eram recebidas depois de uma semana, um mês... De forma que os deslocamentos acabavam sendo custeados por nós mesmos, em antecipação. E a diária era precária, mal dava para as despesas elementares. Ninguém hoje pode imaginar o que se passou naquela época com tantas dificuldades financeiras. Às vezes, o próprio salário atrasava.

Não recebíamos material de expediente. Pagávamos o papel, a tinta, tudo do nosso bolso. Da mesma forma com os equipamentos: cada Promotor comprava a sua própria máquina de escrever. E mudava de uma cidade para a outra carregando a sua mala de códigos, pois a Procuradoria não nos dava nada. Quando fui para Palmitos, o banco traseiro do meu Fusca estava atolado de livros, sem os quais seria impossível o exercício da função. O Tribunal ainda mandava umas coleções para os Juízes, mas os Promotores não recebiam nada.

Nem se pensava em ir a Florianópolis, tamanha era a distância e precário o trajeto. O meio mais fácil de chegar em Florianópolis era pelo Paraná. Eu saía por Pato Branco, lá por cima, vinha embora por Porto União, Rio Negro, Mafra, para chegar na Capital. As estradas eram quase intransitáveis. Perdíamos, às vezes, três ou quatro pneus

no trajeto. Uma vez, quando cheguei em Pato Branco, precisei procurar uma oficina para regular as portas, que se haviam afrouxado, tão empedrado estava o caminho. Espalhavam-se pedras para combater o barro, pois, sem as pedras, com chuva, não se passava de jeito nenhum. Mas a chuva lavava o leito e as pedras ficavam expostas, podendo, às vezes, até danificar o motor ou furar o cárter.

**Memorial do MPSC** – *E tinha casa para o Promotor, para o Juiz?*

**João Carlos Kurtz** – Não.

**Memorial do MPSC** – *Como é que se fazia com as famílias?*

**João Carlos Kurtz** – Em Palmitos, o Juiz tinha uma casa, o Promotor não. Aliás, praticamente não havia casas para os Promotores no Estado. Também não havia mercado imobiliário estabelecido: não se encontravam imóveis para alugar. Em Palmitos, morei primeiro num arremedo de hotel, uma construção precária, de madeira. Não havia banheiros, mas latrinas externas, junto às quais funcionava um chuveiro sem água aquecida. Lembro da quantidade surpreendente de baratas! Não suportei mais ficar lá. Acabei procurando uma acomodação em Iraí, no Rio Grande do Sul. Cruzava o rio para lá chegar. Fiquei muito amigo do Promotor de Iraí, o Mostardeiro. Mas quando chovia com mais intensidade, tratava de voltar para Palmitos, pois a balsa podia ficar retida em decorrência da enchente. Receando que alguém achasse ser abandono da Comarca, decidi me reinstalar em Palmitos. Achei acomodações, também precárias, em cima de uma lanchonete, num quartinho que vagou. Mas não havia vedação e a luz da lanchonete entrava pelas frestas enormes. O mobiliário se resumia a uma cama. Eu dormia à noite com um nauseante cheiro de chuleta assada, pois era o que a lanchonete servia. Fiquei pálido, pois só tinha chuleta para comer na cidade. Não aguentava mais aquela graxeira. Então o Juiz, Nestor José da Silveira, hoje advogado em Florianópolis, foi Desembargador, apiedou-se da minha situação aflitiva e passou a me acolher nos almoços e jantares em sua residência. Passou literalmente a me alimentar na casa dele: dizia, *“vem aqui em casa, se não você vai morrer”*. Até que abriu

um hotelzinho – existe até hoje – em Palmitos, em cima do morro. Fui o primeiro hóspede! Pelo menos, era limpinho e eu conseguia dormir à noite. Mas continuei fazendo as refeições no Nestor. Em seguida, fui promovido para Anita Garibaldi, outra pedreira, mas pelo menos lá havia casa para morar.

**Memorial do MPSC** – *E o que o senhor sentiu diferença de uma Comarca pra outra? Os feitos mudavam de natureza?*

**João Carlos Kurtz** – Mudavam. Em Palmitos havia uma forte comunidade germânica, muito luterana, protestante. A Igreja Adventista também era forte. A cultura era diferente, num nível mais elevado, discutia-se muito a religião. Nesse ambiente, a criminalidade era de baixa incidência. Havia probleminhas com negócios de venda de porcos, coisas de pequeno comércio que movimentava uma economia baseada na pequena propriedade rural.

Anita era o oposto. Região cabocla, de grandes fazendeiros e com gente sem perspectivas. Campo Belo ainda era pior do que Anita. Aquele pessoal era agregado de fazenda, de serrarias, sem perspectivas de melhorar na vida, trabalhavam para comer, às vezes mal ainda. Alguns embrenhavam-se no mato e por ali ficavam... Era uma gente muito afeiçãoada às armas, sobretudo ao revólver. Eram frequentes as brigas de famílias: os Peroca contra os Albuquerque, por exemplo; confusões envolvendo pistoleiros, tumulto na festa da Igreja, conflito no baile. Acompanhei a polícia certa feita numa batida, numa dessas festas, bem no interior, mato fechado: um salão pequeno, muito mal iluminado por uns lampiõezinhos, ambiente rude. Desarmamos muita gente. As mulheres guardavam os revólveres na bolsa para o marido, no caso de bater a polícia. Em Campo Belo, uma serraria ficava, por exemplo, uns 70 km da sede, e, sem autoridade, sem nada, as pessoas resolviam suas pequenas desavenças à bala. A faca era mais presente na cidade. Aparecia também nas festas. Em cada baile podia contar nove, dez feridos. Estabelecia-se por lá gente foragida, procurada pela polícia para trabalhar nas serrarias. Ali, se homiziavam. Um sujeito matou um soldado

com um talho que abriu a barriga de fora a fora. O Delegado de Campo Belo, Sargento, levou três tiros num boteco, de um guri de vinte anos. Esse guri depois foi morto. E assim ia... Era uma época bem diferente. O expediente do Promotor não terminava às seis horas da tarde.

**Memorial do MPSC** – *O senhor andava armado?*

**João Carlos Kurtz** – Não, eu tinha arma em casa, no carro, mas não a carregava junto ao corpo.

**Memorial do MPSC** – *O senhor nunca receou um entrevero num Júri?*

**João Carlos Kurtz** – Não, pois tomava as precauções necessárias. Num certo Júri, de um tal de Neno Capoeira, que matou dois, um gaiteiro e um filho da família do velho Firmino Albuquerque, muito conhecido, gente briguenta, houve tensão. Mas eu tive boa impressão dos filhos do Albuquerque, um personagem muito rico, com fazendas extensas, no Mato Grosso, em Campo Belo, que residia, porém, numa choupana, com chão de barro e um fogãozinho, calçando simples alpargatas. Ele queria vingança, mas pedi a ele que esperasse pelo veredicto do Júri. Nesse dia, de fato, trouxeram soldados de Lages, armados com metralhadoras. Fizeram-se revistas nas pessoas. As famílias eram revistadas em separado, para evitar atritos. A verdade é que era uma gente briguenta, mas que tinha muito respeito pela autoridade. Difícil é lidar hoje com essa bandidagem cidadina que está por aí, com traficante, sequestrador, assaltante de banco: esses não têm princípio algum, não seguem regra nenhuma.

**Memorial do MPSC** – *O senhor acha que se tinha respeito pela autoridade do Promotor?*

**João Carlos Kurtz** – Muito. Esse Promotor moderno não nasceu agora, mas vem de muito tempo, porque nessas comunidades do interior funcionava naturalmente como um mediador. Nem sempre a melhor maneira de resolver as coisas era buscar uma sentença. Fazia-se muita composição, conciliação. O vizinho de cima sujava a água, era o Pro-

motor quem resolvia; o sujeito vendia uma safra, o outro não pagava, o Promotor conversava... Havia muito rolo com mulher do outro, era preciso intervir antes que uma desgraça acontecesse e a turma fosse às vias de fato. Então, se ajustava: a mulher para um lado, o marido para o outro, definia-se pensão para os filhos e se tentava arranjar uma forma de convivência entre eles, para que o marido não desaparecesse e deixasse a família no abandono. Vai esperar por advogado em situações dessas? Por sentença do Juiz?

Claro, meu temperamento ajudava. Sempre fui de conversar. E, também, não temia ameaças ou enfrentamentos. Trouxe isso de Caçador. Lá o banditismo era uma coisa muito séria. Mas lembro de acompanhar o meu pai, homem corajoso, nas campanhas políticas, nas incursões a redutos de oposição.

#### **Memorial do MPSC** – *Qual era o partido dele?*

**João Carlos Kurtz** – Era da UDN. Foi um dos cinco prefeitos da UDN eleitos em Santa Catarina em 1947. O resto era PSD. Meu pai fora político no Rio Grande. Conheceu o Flores da Cunha, o velho Borges de Medeiros... Esteve entre os fundadores do Partido Republicano Liberal, em 1935. Ele representava Carazinho, embora tivesse nascido em Passo Fundo. Era um meio de homens de coragem.

Eu estava impregnado dessa tradição. Um sujeito incomodava na Comarca, eu chamava e dava um susto. O cara sumia. Vagabundo não tinha por que estar ali. Mas eram coisas daquela época, impensáveis hoje em dia. Às vezes, para manter a ordem, era preciso mostrar coragem e ir para o enfrentamento. Em Anita, implantamos um sistema simples, mas eficaz. Um ônibus chegava de manhã e voltava para Lages à tarde. Colocamos dois soldados na chegada do ônibus, que já manjavam quando se tratava de um pilantra: *“o que o senhor vem fazer aqui?”*; *“Ah, porque eu não sei...”*. Embarcavam-no de volta no ônibus da tarde. Se não sabia o que veio fazer na cidade, estava sem carteira, sem documentos, então não era bem vindo. Algo parecido fizemos com o porte de arma. Embora o porte ilegal não redundasse em prisão, che-

gamos a conclusão de que era necessário prender e processar por porte de arma. Precisávamos desarmar a população para diminuir os índices de criminalidade, com tantos mortos e feridos. Podíamos prender um suspeito por vinte e quatro horas. Então, eu e o Juiz fazíamos aquilo tudo meio rápido também. E dávamos um susto no sujeito. Quando o soltávamos, já sem a arma, escapulia dali, até porque era forasteiro. Eu estava preocupado em harmonizar a cidade. E conseguimos bons resultados. Não deixava, aí também, de ser uma espécie de mediação. Nós queríamos a nossa cidade boa. Queríamos que os trabalhadores honestos tivessem segurança e que aquele capanguedo fosse sumindo.

**Memorial do MPSC** – *E como eram os contatos com a Procuradoria?*

**João Carlos Kurtz** – Havia na época um grande Procurador-Geral, o José Daura. Ele deu uma boa sacudida no Ministério Público. Assumiu no Governo do Colombo [Machado Salles], que foi um bom Governador para nós. Nesse período, houve uma revisão administrativa e o salário aumentou significativamente. O Daura recrutou o Valdir Vieira como auxiliar, ótimo administrador. Havia poucos funcionários, três datilógrafas, o Nery, que está até hoje lá, o Nivaldo, que cuidava da área financeira... Eram apenas seis ou sete Procuradores. Passou em seguida para nove. Promotores que se destacavam no interior eram convocados para ajudar na Procuradoria, pois os Procuradores não davam conta. Não existiam assessores. Os convocados precisavam fazer tudo, pareceres, datilografia até...

**Memorial do MPSC** – *O senhor saiu de Anita e foi para qual Comarca?*

**João Carlos Kurtz** – Fui removido para Guaramirim. Anita era a Comarca mais trabalhosa do Estado, por levantamento da própria Procuradoria, com carga muito intensa de trabalho, no Cível, no Crime e no Executivo Fiscal. Em Guaramirim, foi o oposto: zona alemã, perto de Jaraguá, pacata. Morei um ano no hospital, porque também não havia disponibilidade de imóvel. O Prefeito me arrumou uma suíte no hospital. Foi muito tranquilo, na maciota, churrasco quase todos os dias, jogo de bocha... fiz apenas um Júri lá, foi quase uma festa. O réu não era

bandido, disparou um tiro sem querer, não houve morte. O Juiz errou na aplicação da pena, prolatando uma sentença abaixo do mínimo. Mas ficou assim mesmo. Não recorri. Faria o quê? Nem estava convencido de que o réu deveria ser condenado. Nas Comarcas pelas quais eu passei normalmente eu conversava com o Juiz, compunha, discutia o caso... Evitávamos confronto e entrávamos em geral em acordo.

Sempre tive sorte com os Juízes com os quais trabalhei. Talvez pelo meu temperamento, não sei. Também, nunca fui de pegar no pé de ninguém, nem de Juiz, nem de Delegado. As diferenças se conversavam. Eu preferia compor a ficar encrocando com o Escrivão, com o Inspetor, com o Delegado, para não despertar animosidades. Não acho que o Promotor tenha de ser um foco de incômodo. Há Promotor que adora processar Prefeito, Vereador, Funcionário Público, para se vangloriar... É puro exibicionismo. Não há necessidade de escarcéu, de perseguir e suscitar animosidades.

**Memorial do MPSC** – *E como repercutia a vida político-partidária nesse período, nas Comarcas? Chegava a alcançar a atividade do Promotor ou do Juiz?*

**João Carlos Kurtz** – Não. Na verdade, como não existiam essas regras atuais, as eleições eram muito livres. Cuidávamos mais era do dia da votação, quando o Promotor se envolvia, certificando título de eleitor, etc. Não havia interdição para o transporte de eleitores, nem havia outra forma de condução mesmo – como é que um morador do interior chegaria à cidade, sem carro particular e sem linhas regulares de ônibus? Os partidos disponibilizavam caminhões, cavalos, ofertavam gasolina... Era o único jeito de garantir a presença do eleitor das zonas rurais. Claro, às vezes sabíamos que se cabalavam votos, que um cabo eleitoral molhava a mão dos eleitores com uns pilas... Por exemplo, meu pai vencera uma eleição em Caçador por apenas 47 votos de vantagem, pois o outro candidato distribuía pares de sapatos, dando um pé antes da eleição e prometendo o segundo depois de sua vitória. Mas perdeu. No interiorzão, nas serrarias, todos se conheciam e às vezes explodia

violência em tempo de eleição, intimidações ao eleitor. Ainda assim, eu acho que as eleições eram mais limpas e decentes do que as que se desferem hoje em dia, quando a Nação é desfalcada em bilhões por meio desses “recursos não contabilizados”. A vida política empobreceu. Não reconheço mais lideranças políticas do calibre daquelas com as quais convivi. Há governadores que já assumem respondendo processos de improbidade administrativa: é um escárnio, perdeu-se a vergonha, a compostura, não há mais projeto de nação. É um vale-tudo, um troca-troca de partidos. Para esses políticos que estão por aí, pouco importa a legenda. Alguém por acaso consegue imaginar o Flores da Cunha como um trânsfuga, virado em maragato do dia para a noite?

**Memorial do MPSC** – *O senhor veio a Florianópolis quando?*

**João Carlos Kurtz** – Em 1975. Ocupava a Promotoria de Guaramirim quando fui convocado para a Procuradoria.

**Memorial do MPSC** – *Aí ficou quatro anos em Florianópolis como convocado...*

**João Carlos Kurtz** – Exatamente, até 1979. Fiz carreira, quase sempre por antiguidade. Em 1979, Napoleão [Xavier do Amarante] foi nomeado Desembargador. O Governador Jorge [Konder Bornhausen] me nomeou então Procurador-Geral. Já era um sucedâneo da vida política do meu pai, sempre muito ligado aos Bornhausen, da velha UDN. Meu pai até desejara que me candidatasse a vereador, mas nunca quis.

Enfim, eu contava com o apoio do Napoleão e o do Jorge, que era muito grato ao meu pai, bem como também a mim mesmo, pelo trabalho que realizei na assessoria do governo Antônio Carlos [Konder Reis]. Naquela época não havia distinção entre o Procurador-Geral de Justiça e o do Estado, motivo pelo qual o Procurador-Geral defendia o Estado e o Governo, respondendo aos mandados de segurança contra o Governador, contra os Secretários – durante a gestão do Napoleão, cuidei dessa matéria.

**Memorial do MPSC** – *O Napoleão foi seu antecessor e aí com a ida dele para o Tribunal o senhor assumiu?*

**João Carlos Kurtz** – Permaneci na Procuradoria os quatro anos do mandato do Jorge e, depois, também os quatro anos do Esperidião Amin. Saí quando o Pedro Ivo [Figueiredo de Campos] assumiu [em 1987].

**Memorial do MPSC** – *Esses oito anos foram um momento de ebulição institucional, ao nível nacional e também estadual: em 1981 houve a edição da Lei Orgânica. Santa Catarina houve a iniciativa do DECOM e dos grupos regionais de estudos. Como é que o senhor vivenciou este processo?*

**João Carlos Kurtz** – Tudo isso surgiu durante minha administração. Inclusive a Lei n. 40 de 1981, que foi uma espécie de alforria, pela qual firmaram-se princípios inimagináveis para o Ministério Público aqui no Estado, tais como a consagração de autonomias. Foi parte de uma luta nossa, juntamente com os outros Procuradores-Gerais. Naquele momento, foi criado o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça e separou-se a Procuradoria-Geral de Justiça da Procuradoria-Geral do Estado.

**Memorial do MPSC** – *Como foi essa luta? Como foi esse processo? Quem eram os seu interlocutores no Estado e fora dele?*

**João Carlos Kurtz** – Não houve entraves no Estado...

**Memorial do MPSC** – *Era Abi-Ackel o Ministro da Justiça na época?*

**João Carlos Kurtz** – Sim. Sem o Ibrahim Abi-Ackel, a Lei n. 40 não teria saído. O Abi-Ackel foi um patrono do Ministério Público. Ele foi acusado de muita coisa, mas era um homem honrado, excepcional, de inteligência brilhante e indiscutivelmente probo. Ele enfrentou muitos problemas políticos, mas o Ministério Público nunca sentiu a mão pesada do regime militar. O Presidente Figueiredo fez apenas um veto na Lei Complementar n. 40, o qual não subvertia de forma alguma a sua essência: era uma questão periférica.

**Memorial do MPSC** – *O senhor se recorda se houve cassações de Membros do Ministério Público durante o regime militar?*

**João Carlos Kurtz** – Não, nunca houve.

**Memorial do MPSC** – *E aí o Abi-Ackel abraçou o desafio.*

**João Carlos Kurtz** – Completamente. Mas a oposição também nos apoiava. Ulisses Guimarães nunca se opôs ao Ministério Público, Tancredo Neves foi Promotor, assim como José Sarney... Nosso maior adversário era a Magistratura: um horror! Os Magistrados não admitiam as propostas de autonomia e de independência do Ministério Público. Eleição do Procurador-Geral pela própria classe, então, era heresia! A Magistratura via o Promotor como um tipo meio subalterno, uma espécie de secretário. Em certas ocasiões, quase se saiu no tapa... A relação foi conflituosa em alguns momentos. Lembro da oposição que Sidney Sanches fazia ao projeto de lei.

Foi uma luta grande. Ali ganhou forma esse Ministério Público de hoje, que se envolve na proteção ao meio ambiente, na defesa do consumidor, afeiçoado à sociedade. Como não tínhamos espaço no Fórum, buscamos a comunidade, indo ao encontro daquela tradição de conciliação que já existia na prática, sobretudo nas pequenas comunidades do interior. A sociedade temia o Fórum, identificava naquele espaço um território de encrenca. As pessoas temiam saírem presas de um Fórum quando lá entrassem. Então, desenvolvemos primeiro o DECOM e mais tarde criamos a Casa da Promotoria da Coletividade, que nos aproximaram ainda mais da comunidade. Nesse sentido, o Ministério Público de Santa Catarina foi pioneiro. No Rio Grande do Sul, onde o Ministério Público sempre fora muito sólido, não se ouvira falar daquela fórmula. Em São Paulo, achavam inviável implantá-la, tendo em vista a amplitude da tarefa e a precariedade da estrutura disponível. Procuramos dotar aqueles espaços ocupados exclusivamente pelo Ministério Público com computadores, secretários, assessores... Era uma revolução que se processava.

**Memorial do MPSC** – *Como se conseguiu tudo isso?*

**João Carlos Kurtz** – Tínhamos de fazer render os poucos recursos disponíveis. Durante o Governo Jorge, conseguimos junto ao Bulcão Viana, Secretário da Administração na época, avançar com a equiparação salarial. Foi num churrasco na sede da Associação em 1981 que se conseguiu a promessa do Bulcão: o Promotor passou a perceber o mesmo salário de um Juiz.

**Memorial do MPSC** – *Em termos de normatização, o que demandou essa equiparação?*

**João Carlos Kurtz** – Essa conquista se deu sem amparo em uma lei específica. Quando o Jorge se afastou do Governo para se candidatar ao Senado, em 1982, assumiu o vice, Henrique Héllion [Velho de Córdova], com quem eu me relacionava particularmente bem. O Henrique era advogado militante, de Júri, inteligentíssimo. Juntos, preparamos o projeto baseado na Lei Complementar n. 40 e que aqui ganhou o número 17. Costuramos o projeto a quatro mãos. Previmos até a eleição do Procurador-Geral de Justiça. O Chefe da Casa Civil, Desembargador Ivo Sell, opunha-se ao projeto, queixando-se sistematicamente junto ao Henrique sobre o tratamento destinado ao Ministério Público. O Henrique acabou comprando a bronca e tocamos o projeto adiante, apesar das fortes resistências da Magistratura. Mas tiramos o dispositivo que previa a eleição, para evitar atritos mais ruidosos – esse era, afinal, um dos pontos mais criticados pelo Ivo.

**Memorial do MPSC** – *E precisou de costura na Assembleia para aprovar a Lei?*

**João Carlos Kurtz** – Ah, sim, muita costura, muita negociação. A relação com o Governador foi bem mais difícil no Governo Esperidião. Eu estive a ponto de pedir exoneração umas três ou quatro vezes. Quem me segurava eram os Procuradores: “fica aí, senão vai ficar pior ainda...” O Esperidião era cheio de ideias, convicções e desconfianças... E detalhista. Numa conversa sobre os destinos da Instituição ele lembrava sempre

de algum Promotor de uma Comarca distante que teria exorbitado em suas funções em algum episódio remoto... Era uma conversa truncada.

Aliviou um pouco na época do DECOM, naquela onda dos “fiscais do Sarney”. Como aquilo funcionou muito bem, o Esperidião ficou satisfeito com o Ministério Público, pois combatemos os aumentos abusivos de preços, ajudamos a regularizar os estoques para que os alimentos chegassem aos distribuidores e consumidores.

Tudo é uma questão de recursos, de orçamentos. Uma das nossas grandes dificuldades era manter a equiparação salarial. Em época de inflação galopante, o Judiciário aumentava os seus salários unilateralmente em 40%, na base do reajuste mensal. Assim, todo o mês passávamos por uma desgastante reunião no Palácio para conseguir acompanhar o Judiciário, pois eu não podia admitir uma defasagem tão grande. No Governo Wilson Kleinübing foi a mesma coisa. O Salomão Ribas era Presidente do Tribunal de Contas, o Pedro Bittencourt era Presidente da Assembleia, o Tycho Brahe era Presidente do Tribunal de Justiça. Nós nos reuníamos num domingo com o Wilson, que sempre alegava não ter dinheiro. Todo o mês era essa dificuldade. Um inferno! As minhas úlceras e uma parte dos meus cabelos brancos seguramente vieram dali, daquele período tormentoso, porque você conseguia um salário e sabia que no mês seguinte teria que arrumar mais quarenta por cento para colocar no orçamento. Foi só depois do Plano Real que essa coisa se equilibrou.

**Memorial do MPSC – O senhor retornou à Procuradoria-Geral em 1991?**

**João Carlos Kurtz –** Foi. Já no Governo Wilson Kleinübing. Mas, então, fui eleito, na esteira de um movimento interno da classe de reação à gestão do [Hipólito Luiz] Piazza...

**Memorial do MPSC – Como foi essa crise que se instalou em 1987?**

**João Carlos Kurtz –** Monumental.

**Memorial do MPSC** – *Houve um Procurador-Geral que ficou poucos meses...*

**João Carlos Kurtz** – O [João José] Leal.

**Memorial do MPSC** – *Em seguida, veio o Piazza. Houve uma série de conflitos que se estabeleceram então, com Promotores desconvocados, a Associação despejada (porque ela funcionava numa sala emprestada), assembleias permanentes, abaixo-assinados e a expulsão do Procurador-Geral da Associação.*

**João Carlos Kurtz** – Sim, tudo isso: você está muito bem informado! Depois de oito anos na Procuradoria, as pessoas se referiam ao período como “Era Kurtz”. Eu trabalhara com o Jorge e com o Esperidião, figuras execradas pelo Pedro Ivo Campos. O pessoal ligado ao Pedro Ivo politizou a questão. Eu não pertencia a nenhum partido, minha gestão era apartidária e tinha até gente do PMDB trabalhando comigo, como o Sérgio Paladino. Mas não houve jeito. Com a chegada do Pedro Ivo, o Ministério Público foi partidarizado. Foi política de terra arrasada. O Leal não conseguiu fazer o que o Pedro Ivo exigia, pois lhe faltava convicção e força interior. Não esperava também tanta resistência da Associação. Acabou se afastando. O Piazza veio então com tudo.

**Memorial do MPSC** – *O Piazza era Promotor?*

**João Carlos Kurtz** – Sim, Promotor. Veio com tudo. Afastou colaboradores, eliminou programas de sucesso, procurou varrer todo e qualquer resquício da gestão anterior. Mandou embora os Promotores convocados. Gente que estava há anos em Florianópolis, com família, rotina estabelecida. Não conversou, não dialogou, simplesmente dispensou todo mundo. Aquilo provocou uma convulsão, suscitou enorme resistência da Associação. A briga não era especificamente comigo, mas me identifiquei com as demandas. O Piazza viveu em combate declarado durante toda a sua gestão. Politizou a investidura. Sem apoio da classe, tornou-se subserviente ao Governador, situação à qual se adaptou bem, mas para o Ministério Público foi um retrocesso. Acho que no final ele percebeu isso, tanto que saiu meio à francesa, nem mesmo transmitiu

o cargo: abandonou a investidura. Legou uma administração com três folhas atrasadas, coisa que nunca tinha acontecido antes.

**Memorial do MPSC** – *O cargo vago?*

**João Carlos Kurtz** – Ficou o cargo vago, na prática, pois o titular não apareceu mais.

**Memorial do MPSC** – *E não teve transmissão de cargo?*

**João Carlos Kurtz** – Não teve transmissão. Eu era o Corregedor-Geral na época e assumi temporariamente como substituto, até que as eleições me confirmaram no posto. A eleição normalizou a situação.

**Memorial do MPSC** – *Como foi esse período do Piazza em relação à Corregedoria-Geral?*

**João Carlos Kurtz** – Não houve relação. Ele suspendeu as assessorias. Sem assessores e sem viatura a Corregedoria não tinha como trabalhar. Foi um gesto estúpido. Não é à toa que fui eleito por unanimidade, por todos os Procuradores. Depois, fui reconduzido ao cargo de Procurador-Geral, como o mais votado.

**Memorial do MPSC** – *O senhor se aposentou em 95?*

**João Carlos Kurtz** – 1995.

**Memorial do MPSC** – *Quando terminou o seu segundo mandato como Procurador-Geral eleito o senhor se aposentou?*

**João Carlos Kurtz** – Exatamente. Trinta dias depois do Moacyr [de Moraes Lima Filho] assumir eu me aposentei.

**Memorial do MPSC** – *Qual foi a marca da sua gestão nos anos 1990? Houve uma forma de recuperar aqueles projetos antigos... como o DECOM?*

**João Carlos Kurtz** – Não, o DECOM foi substituído porque o nome tinha sido extinto e a função já se confundia com a defesa do consumidor. Então aquele nome já não interessava. Mas me interessava a Promotoria

da Coletividade, entidades que foram então criadas, porém novamente extintas pelo Moacyr.

### **Memorial do MPSC – Os CPCs?**

**João Carlos Kurtz** – É, exatamente, o CPC. O Moacyr as eliminou pela mesma motivação, de política de terra arrasada para com o predecessor. Uma pena, pois isso prejudica a continuidade das políticas na administração pública.

Acho que minha marca foi trazer para o Ministério Público uma nova visão administrativa, uma nova dinâmica, com o reconhecimento da verdadeira vocação da Instituição. Eu acho que foi um retorno à vocação do Ministério Público. Não inventei nada: busquei o Ministério Público moderno naquele Promotor que administrava o problema dos porcos do vizinho, do córrego, naquele Promotor, enfim, que já atuava como mediador nas comunidades, de uma forma solidária.

Eu nunca estimei processos contra prefeitos, perseguições a vereadores... Sempre achei que isso não merecia mais atenção do que processar um traficante... Todo processo é igual: não há porque celebrar aquele que alcança publicidade e desprestigiar o que é corriqueiro. Nunca concordei com a emulação de troféus e o exibicionismo. Nos cursos preparatórios sempre recomendava cautela, respeito, consideração. Afinal, milhares de pessoas haviam elegido um prefeito, ou um vereador. É necessário respeitar-se isso. Não significa fechar os olhos para os crimes, evidentemente. Mas eu recomendava procurar conhecer o administrador, conviver com a pessoa, entender as suas deficiências, limitações. Orientar e ajudar antes de partir para um processo. Eu acho que a comunidade precisa mais de um Promotor ameno do que um Promotor à espreita para processar A, B ou C na primeira oportunidade. É preciso ter em mente com clareza o que é interesse público, interesse da coletividade, e uma vez definido, é preciso patrociná-lo com firmeza: esse é o trabalho do Promotor. Há momentos em que tem mesmo de processar, pedir a condenação, mas há aqueles em que é necessário mediar, conciliar, promover o interesse público de outras formas.

**Memorial do MPSC – E até pedir a absolvição se for o caso?**

**João Carlos Kurtz** – Também. É enorme a nossa responsabilidade. Não podemos sair processando e transferir simplesmente aos outros o ônus da defesa. Há sujeitos que passam dez anos respondendo a processos, para serem inocentados ao final. Criam-se problemas para a família, para os filhos, na escola. Vidas são marcadas, às vezes irremediavelmente manchadas, destruídas. A própria morosidade da Justiça é um drama para muitos réus ou acusados. Então, a intemperança, o destempero, o despreparo ou um descuido não podem pautar jamais a atividade do Promotor.

**Memorial do MPSC – O senhor que acompanhou a construção institucional do Ministério Público que se iniciou aqui no Brasil com a lei n. 40, depois com a Constituinte, a mobilização da CONAMP, a nova lei orgânica, a legislação dos direitos indisponíveis que veio no início dos anos 1990, teme que hoje possa haver algum tipo de reação da sociedade, algum refluxo, algum retrocesso para essas conquistas do Ministério Público?**

**João Carlos Kurtz** – A coletividade está sempre alerta, sentindo, respirando, avaliando. Há instituições que no passado foram sagradas e hoje já não são mais. O Poder Judiciário perdeu prestígio nos últimos anos, fato que as pesquisas de opinião indicam sobejamente. Os militares, por sua vez, ainda gozam de alto conceito, apesar do regime de 1964. Mas a polícia já não anda bem cotada. Então, as instituições associadas à Segurança e à Justiça estão sofrendo desgaste. É razoável admitir que o Ministério Público está entre elas. Por isso, o abuso dos poderes é tão perigoso. Há um custo intrínseco a essas operações espalhafatosas dirigidas para atingir pessoas públicas, mas que são frágeis do ponto de vista legal, às vezes não conseguindo suscitar nem mesmo uma denúncia. Enfim, esses excessos podem, sim, nos prejudicar.

**Memorial do MPSC – O senhor acha que há alguma diferença entre o MPE e o MPF, nesse particular?**

**João Carlos Kurtz** – Eu acho que há. Certamente. O Ministério

Público Federal se acha mais especial do que o Estadual. Os agentes ministeriais federais nutrem certa desconsideração para com o Ministério Público Estadual e para com a Justiça Estadual. Há avanços sobre áreas da competência estadual. Estão passando uma impressão irresponsável e equivocada para a opinião pública de que somente a jurisdição federal é capaz de enfrentar certas situações, o que é uma falácia, pois, muitas vezes, há precipitação e arrogância. O assunto aquele da polícia em Tubarão – tortura ou maus tratos na cadeia –, recentemente ventilado pela imprensa, é de nítida competência estadual. Não deveria haver interferência do MPF ali. Esse tipo de comportamento de desacreditar publicamente o trabalho do Promotor estadual é capcioso e é ruim para a imagem ministerial.

**Memorial do MPSC** – *E como foi nos anos 1980, a relação com o Ministério Público Federal, nesse processo de construção institucional?*

**João Carlos Kurtz** – Não havia relação. O Ministério Público que foi criado naquele momento de ebulição institucional não contou com nenhuma colaboração do Ministério Público Federal. Aliás, o MPF não só não participou de nenhum movimento, como ainda fez renhida oposição ao capítulo do Ministério Público na Constituição Federal. É importante que se diga! Eles não queriam abrir mão da advocacia da União, não queriam perder esse gancho com o Executivo. Além disso, a Lei n. 40 fortalecia visivelmente o Ministério Público dos Estados e isso não era bem acolhido pelo MPF.

**Memorial do MPSC** – *Então, no seu entendimento, o MPF, naquela oportunidade, fez oposição ao projeto, a esse novo projeto institucional?*

**João Carlos Kurtz** – Fez. Nitidamente. Foi bem difícil contornar aquela oposição...

**Memorial do MPSC** – *Como foi participar do processo Constituinte, em 1987?*

**João Carlos Kurtz** – Eu participei muito da construção Lei n. 40,

mas bem menos do processo constituinte de 1987. Foi o momento em que saí da Procuradoria, sendo substituído pelo Piazza, que tinha uma visão diferente do Ministério Público. Era essa visão de que o lugar do Promotor é o gabinete, basicamente cuidando do Direito Criminal. Enfim, um Promotor criminalista, que não se envolve na conciliação, com os direitos coletivos. O Ministério Público como foi concebido no Brasil não tem paralelo nos Estados Unidos, ou na Europa, até porque nesses países há entidades da sociedade que são suficientemente fortes e suprem a demanda pela representação e defesa dos direitos coletivos. No Brasil, o Poder Público precisa ajudar a equacionar tudo. Certa feita, fiz um curso na Procuradoria da República dos Estados Unidos. Lembro do espanto deles diante da amplitude das atribuições do Ministério Público brasileiro. Não há nada similar lá.

**Memorial do MPSC** – *Quais foram as razões que levaram à sua aposentadoria? O senhor se desagradou de alguma coisa, achou que havia já cumprido com a sua parcela de contribuição...?*

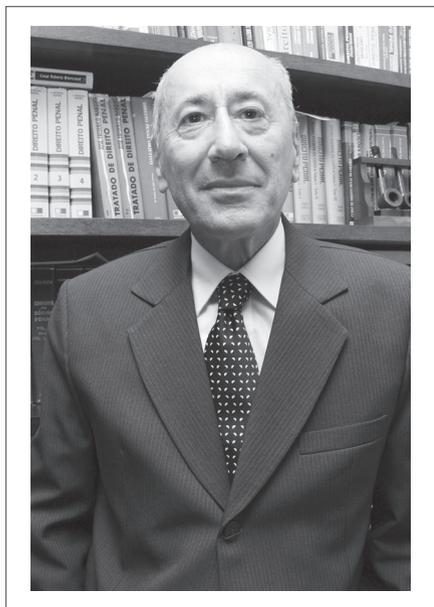
**João Carlos Kurtz** – Eu já estava cansado. Peguei os piores tempos como Procurador-Geral, os tempos de luta institucional, de inflação descontrolada, de fragilidade orçamentária. Fiquei extenuado. Os quatro anos do Esperidião foram muito duros. E era tudo mais complicado naquela época: as comunicações mais precárias, os deslocamentos mais difíceis. Nos últimos trinta dias da gestão, quando eu inaugurei o prédio da nova sede, eu nem consegui escrever o discurso, tanta era a estafa. Também não escrevi o meu discurso de transmissão do cargo. Não tinha mais forças. Além disso, antevi que se iria demolir muito do que eu fizera, então também não queria estar por perto para ver e me envolver. Minha contribuição estava dada. Mas não perdi a minha vocação no trato das coisas do Poder Público, porque tentei criar um Instituto de Direito Administrativo Municipal – acabou não dando muito certo, pois faltaram recursos. Mas me tornei Procurador-Geral do Município da Capital, por quatro anos. Foi uma ótima experiência. Gostei de lidar com o Direito Administrativo, com as temáticas do município. Ajudei a criar um Conselho de Procuradores-Gerais Municipais, um órgão novo,

que nos articulou. Foram experiências gratificantes.

Do Ministério Público, guardo as melhores lembranças. É uma Instituição pela qual acaento grande carinho e admiração. Fico feliz em ter podido dar a minha contribuição para esse processo.

**Memorial do MPSC** – *O Memorial agradece a sua participação.*

# João José Leal



**João José Leal** nasceu em 14 de agosto de 1941 em Tijucas, Santa Catarina. Formou-se em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina em 1966. Fez curso de especialização em Direito Penal na Université de Nice, em 1969, com bolsa de estudos concedida pelo governo francês e Mestrado em Ciências Criminais, na Université Libre de Bruxelles, na Bélgica em 1973-74. Em 1995, recebeu o título de Livre Docente-Doutor pela Universidade Gama Filho, do Rio de Janeiro. Em junho de 1967, ingressou no Ministério Público como Promotor Adjunto, na Comarca de Palmitos. No ano seguinte, prestou concurso público e foi nomeado para a mesma Comarca em que já atuava. Em 1971, foi designado para a Comarca de Joaçaba, porém transferido para Brusque em seguida. De março a junho de 1987, exerceu o cargo de Procurador-Geral de Justiça. Então, retornou para a Comarca de Brusque, onde se aposentou no início da década de 1990 e ainda reside. Lecionou Legislação Aplicada na Escola Técnica de Comércio Nereu Ramos de 1967 a 1970; no ano seguinte, Direito Usual na Escola Técnica de Contabilidade Frei Rogério. Entre 1972 e 1998, ministrou aulas de Direito Penal, de Execução Penal e de Criminologia, no Curso de Direito da FURB, em Blumenau, onde exerceu o cargo de Diretor do Centro de Ciências Jurídicas de 1990 a 1998. Na Fundação Educacional de Brusque, foi professor da graduação de 1974 a 1998 e Coordenador do Curso de Direito, até o ano de 2000. Em 1998, ingressou na UNIVALI, na qual lecionou como Docente do Programa de Mestrado, do Curso de Pós-Graduação em Ciência Jurídica, até 2008. Dentre as obras que tem publicadas, além de inúmeros artigos, está "Direito Penal Geral", "Crimes Hediondos" e "Controle Penal das Drogas: estudo dos crimes descritos na Lei 11.343/06", em coautoria com Rodrigo José Leal.

**JOÃO JOSÉ LEAL**<sup>1</sup>

**Memorial do MPSC** – *O senhor é natural de onde?*

**João José Leal** – De Tijucas.

**Memorial do MPSC** – *Em que cidade o senhor cursou a Faculdade de Direito?*

**João José Leal** – Em Florianópolis, onde eu já fizera também o Segundo Grau, uma vez que em Tijucas, na década de 1950, havia apenas o Primário e a escola regional, equivalente ao ginásial, para moças, de forma que elas podiam lecionar depois desse curso. Mas não havia alternativas de estudo para os rapazes.

**Memorial do MPSC** – *Por que a opção pelo Direito?*

**João José Leal** – Não sei se eu posso dizer que foi uma vocação, pois isso depende muito do contexto social e cultural. São poucas as pessoas vocacionadas para alguma profissão, penso... Mas, circunstâncias me levaram para o Direito. Originalmente, eu pensara em fazer agronomia, mas, no começo da década de 1960, eu estava concluindo o curso clássico, cuja ênfase era focada no estudo das Ciências Humanas. Prestar um vestibular para Agronomia seria difícil, então. Eu já estava trabalhando na Caixa Econômica, numa área da administração pública, que já tinha conexão também com o Direito.

**Memorial do MPSC** – *O senhor se formou em 1966?*

**João José Leal** – Sim.

**Memorial do MPSC** – *A situação política da época, com o regime militar, chegou de alguma forma a impactar a Universidade?*

**João José Leal** – Eu militei na política estudantil, como Presidente

---

1 Entrevista realizada na residência do entrevistado, em Brusque, no dia 8 de agosto de 2010, por Gunter Axt e Bruno Muzenberg. Transcrição de Gunter Axt.

do Centro Acadêmico. Foi uma época muito difícil. Em Santa Catarina, houve dois ou três momentos nos quais a repressão se intensificou. Não era um Estado tão importante em termos políticos, como o Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul, Pernambuco ou São Paulo, onde a repressão se manifestava de forma sistemática. Quando ocorreu o Golpe de 1964, eu estava no meio do curso de Direito. Tinha ido ao Rio de Janeiro frequentar um curso de oratória e lá fiquei até o dia 15 de março. Cheguei a conhecer alguns marinheiros que se envolveram na famosa rebelião. Havia muita ilusão. A esquerda estava pulverizada em termos ideológicos. Existia uma frente ampla que reunia um arco ideológico vasto, do Partido Comunista ao PTB comandado por Leonel Brizola...

**Memorial do MPSC** – *O próprio PTB era fraturado. Se considerarmos o Miguel Arraes em Pernambuco, o Brizola no Sul, que inclusive se disputavam em certos momentos...*

**João José Leal** – Exatamente. O Brizola tinha um esquema populista, baseado na ideia dos Grupos de Onze. No período de três meses em que fiquei no Rio de Janeiro, fui certa feita assistir a um programa do Brizola, na Rádio Mayrink Veiga, transmitido para todo o país. Era um programa de auditório, com mulheres entusiasmadas na plateia. Ele fazia um discurso inflamado, panfletário, eloquente... A cada frase, as mulheres aplaudiam ruidosamente. Quem ouvia o programa pelo rádio ficava com a impressão de que o Brizola era um líder preparado e à frente de um movimento forte para chegar ao poder. Ele dizia que em cada cidade havia um desses Grupos de Onze. Mas era uma falácia. Tanto que não houve reação ao Golpe, porque não havia organização consistente. O Brizola passava uma impressão que não se confirmou na prática. A proposta dele era que os Grupos de Onze estivessem armados. Eu não conheci nenhum desses grupos que tenha conseguido se organizar que tivesse realmente armas. Mas acabou sendo um ótimo pretexto para os militares darem o golpe. Outro esquema do Brizola apoiava-se nos Sargentos para quebrar a força da hierarquia militar. Hoje, concluo que o Brizola foi demagógico, inconsequente e irresponsável, tendo inclusive deixado muitos integrantes dos Grupos de Onze e sargentos

na mão, gente que foi presa, reprimida, perseguida...

**Memorial do MPSC** – *Bem, não esqueçamos do caso do Sargento Manuel Raimundo Soares, cujo corpo apareceu seviciado e com as mãos amarradas boiando no Rio Jacuí, no Rio Grande do Sul...*

**João José Leal** – Exatamente. Muitos foram expulsos das Forças Armadas e presos. E o Brizola não permaneceu para resistir. A esquerda não estava seriamente preparada e comprometida com a tomada do poder. Havia muita discussão interna. E, depois do Golpe Militar, a esquerda se dispersou ainda mais. Eu integrava a Ação Popular, um grupo que se desdobrava da JUC, a Juventude Católica, e que se opunha à ditadura militar, mas não era favorável à resistência armada. Achávamos que era inviável, um suicídio, recorrer às armas para resistir aos militares.

Então, em Santa Catarina, a repressão aconteceu num primeiro momento e se repetiu em 1968 e 1969. Depois, acalmou. A reação ao governo militar era difícil, portanto, operava de forma clandestina. O povo tinha medo e achava que não se podia fazer nada. Eram poucos os que estavam decididos pela militância. Eu lembro que, na última reunião em que participei, havia umas dez pessoas – e nós queríamos mudar o país com apenas dez pessoas! Eu já havia me formado... Nessa reunião participou o Paulo Stuart Wright, cujo nome aparece indicado naquele livro *“Brasil, nunca mais!”* como desaparecido. Ele era evangélico luterano, natural de Joaçaba, onde o irmão era pastor. Fora eleito deputado pelo PSP e tinha uma posição política coerente e correta. Foi cassado, junto com Jenir Destri e mais dois ou três aqui do Estado. Em Santa Catarina, a repressão foi mais dura na área sindical e do operariado. Logo depois daquela reunião, o Paulo dormiu em Blumenau na casa de um padre amigo nosso que o acolheu. Dali saiu com destino a São Paulo e nunca mais se teve notícias dele. O irmão dele, pastor, organizou movimentos, envidou uma série de esforços, mas nunca conseguiu esclarecer aquele desaparecimento. O país estava retomando o crescimento econômico, um pouco como acontece hoje, e as pessoas estavam completamente alheias à realidade política. Não foi à toa que os militares conseguiram

se manter no poder por tanto tempo e os movimentos mais radicais foram eliminados.

**Memorial do MPSC** – *O senhor chegou a sofrer alguma ação da repressão?*

**João José Leal** – Como Presidente do Centro Acadêmico em Santa Catarina, eu fui preso numa ocasião, mas apenas por meio dia. Por sorte eu fui com um professor que ajudou a me liberar. Foi em 1966. Naquela época, entrar para uma Universidade era uma conquista e tanto, pois eram poucos os cursos e poucas as vagas. Comemorava-se muito. Em Florianópolis, havia o desfile dos calouros de todos os cursos da Universidade. A população assistia ao desfile, que percorria as principais ruas da cidade. Pintava-se o cabelo, usavam-se fantasias e os calouros portavam cartazes com frases de humor sobre temas políticos. No dia seguinte, eu estava na Caixa Econômica trabalhando, quando recebi um telefonema de um colega dizendo que dois Delegados da DOPS – a Delegacia de Ordem Política e Social – estiveram na faculdade para me prender.

Embora temendo a prisão, fui à Faculdade. Achei melhor não fugir. Deu tempo para que eu perguntasse ao professor Paulo Blasi sobre a legalidade de uma prisão sem mandado e sem flagrante delito. Eu nem sabia o motivo da prisão, embora já estivesse associando-a ao trote. Mas era estranho, pois o trote fora tão normal... O professor argumentou que vivíamos num estado de exceção, em virtude da revolução, mas resolveu me acompanhar, felizmente. Eu devia ser levado ao Quartel do 14º Batalhão, de Caçadores, no Estreito. Nisso, chegaram dois agentes da DOPS. A cidade era pequena e nós os conhecíamos. Paulo Henrique Blasi fora Secretário de Segurança, chefe deles. Queriam inicialmente me conduzir ao Quartel em sua viatura, mas aceitaram que eu fosse no carro do Professor e nos seguiram em outro veículo. Lá chegando, dois oficiais mais jovens disseram que eu estava preso e me conduziram à presença do comandante.

**Memorial do MPSC** – *Qual foi o motivo?*

**João José Leal** – Disseram que o trote havia atentado contra os bons costumes, porque um dos calouros carregava um cartaz com os dizeres “quando a Rainha entra no Parlamento, todos os Membros se levantam”. Era uma alusão à visita recente que a Rainha Elizabeth, da Inglaterra, fizera ao Brasil. Acharam o trocadilho uma imoralidade!

Na verdade, o que havia desagradado os militares era um outro cartaz com os dizeres: “Macaco + Tartaruga = Macaruga”, dispostos de uma maneira que formavam a terceira palavra “macaruga”. Esse era um dos apelidos jocosos atribuídos ao Presidente Castelo Branco, que por ser General levava a pecha de “gorila” e, por ser baixinho, com pescoço atarracado, seria parecido com uma tartaruga. Fui preso por causa desses dois cartazes! A prisão foi determinada pelo Comandante do 5º Distrito Naval, na época, maior autoridade militar no Estado. O Capitão que respondia pelo Batalhão de Caçadores tinha uma formação mais liberal e era filho de um professor da Faculdade de Direito. Mas ele cumpriu uma ordem de prisão, por causa do trote geral dos calouros e de dois cartazes contendo uma crítica ao General-presidente e uma simples gozação em cima da Rainha da Inglaterra, o que dá bem a medida do clima político da época.

Eu tive sorte, afinal. Escapei de uma prisão mais demorada e, quem sabe, de atos de tortura. Mas, diversos amigos meus ficaram presos por muito tempo e passaram mal. Perderam seus empregos e, quando em liberdade, eram monitorados em qualquer atividade que viessem a exercer. Viviam como párias da sociedade. Em 1968, veio o segundo momento da repressão, mais violento e intolerante. Nesse contexto, sobrevivia-se. Fui a três congressos da UNE, os três anteriores a Ibiúna. Lembro-me de um, em 1963, em Santo André. Em 1964, não houve Congresso da UNE. Em 1965, foi em São Paulo e, em 1966, em Belo Horizonte. Sabia-se que o governo militar havia proibido a realização do Congresso, mas os estudantes contavam com o apoio dos padres franciscanos. Eu era Presidente do Centro Acadêmico. Com a ajuda financeira de José Matusalém Comelli, que havia sido Vice-presidente da UNE e dirigia o jornal O Estado, conseguimos adquirir 10 passagens de ônibus. Eu

viajei três dias antes e consegui chegar à Capital mineira. Localizei o apartamento designado, identifiquei-me com a palavra-chave e dali fui levado num fusca para uma casa dos arredores de Belo Horizonte. Ali ficamos dois dias deliberando sobre a “derrubada da ditadura militar” no país pela esquerda, exaurindo a discussão teórica. Dali fui levado ao convento dos franciscanos. O Congresso estava marcado para começar às oito horas da noite. Chegávamos em duplas à Igreja e éramos logo conduzidos à sacristia, localizada no subsolo, nos fundos.

A abertura estava marcada para acontecer na praça em frente da Igreja. Mas o Congresso ocorreu no subsolo da Igreja. Éramos, no máximo, uns 40 estudantes de todo o Brasil. Todos usavam codinomes, por isso, não lembro de nenhum deles. Fui o único de Santa Catarina, pois meus colegas foram detidos nas barreiras armadas dois dias antes pelos militares nas estradas, junto às entradas da cidade. Todos os ônibus eram parados, os passageiros revistados. Aqueles que tinham identidade estudantil ou universitária ou apenas “cara” de estudante eram despachados de volta. Dos 10 que vieram de Santa Catarina, só passou um que era estudante de medicina que tinha uma cara adolescente. Na hora marcada para a abertura, a polícia chegou com carros e jatos d’água, dispersando os estudantes locais, jornalistas e populares que se reuniam em torno da Igreja. Mas nós já estávamos na sacristia e lá ficamos, por uma noite. Elegemos a nova diretoria, foram aprovadas propostas de condenação à tortura, às prisões e às perseguições por motivo político, além de um manifesto de condenação e resistência à ditadura militar. Na manhã seguinte, durante as missas, saímos de dois em dois para não levantar suspeitas.

**Memorial do MPSC** – *E como foi o seu ingresso no Ministério Público?*

**João José Leal** – Em junho de 1967, entrei no Ministério Público. Senti que a advocacia não era a minha vocação, decididamente. Comecei como Promotor Adjunto, na Comarca de Palmitos, que estava sem titular a alguns anos. Havia muitas Comarcas sem Promotor titular. No ano seguinte, fiz o concurso e fui aprovado em terceiro lugar. Creio que

foi o segundo ou o terceiro concurso da Instituição.

Era um tempo em que muitos achavam que não valia a pena ser Promotor numa cidade do interior. Além disso, o salário era muito baixo e não compensava. Saí da Caixa Econômica para ganhar cinco salários mínimos de vencimento. Digo isso para que os mais novos conheçam como era o Ministério Público há 40 anos.

A situação hoje é completamente diferente. Na democracia liberal contemporânea, não é apenas a burguesia detentora dos meios de produção que figura como classe privilegiada. Na iniciativa privada, há uma categoria de executivos e funcionários de alto nível que recebem salários elevados. Além disso, existem profissionais liberais, artistas e esportistas bem sucedidos em termos financeiros. Nós, também, juntamente com outras categorias de funcionários públicos, integramos a classe privilegiada, pois ocupamos funções públicas relativamente bem remuneradas. Por isso, os concursos públicos hoje são disputados por milhares de candidatos, o que indica esse novo perfil político-econômico da sociedade contemporânea.

**Memorial do MPSC** – *Mas o seu histórico de política estudantil não repercutiu sobre a sua candidatura a um posto no Ministério Público?*

**João José Leal** – Quando me apresentei, o Procurador-Geral, Rubem Moritz da Costa, ciente do meu envolvimento pregresso com a política estudantil, perguntou-me apenas se eu estava respondendo a algum inquérito policial militar. Disse-lhe que havia sido preso, em 1965, naquele episódio do trote de calouros, mas fora liberado, sem responder a nenhum IPM. Da mesma forma, quando fiz concurso, foi preciso comprovar que eu não estava respondendo e nem havia respondido a qualquer IPM. Era um requisito de ordem política para ingressar ou permanecer na administração pública.

**Memorial do MPSC** – *Mas ele não estabeleceu nenhum compromisso de caráter ideológico, alguma restrição de ordem política?*

**João José Leal** – Não, em absoluto! Isso não aconteceu. Disse-

me que havia duas Comarcas que eu poderia escolher: Palmitos e São Lourenço do Oeste. Assim, fui para Palmitos.

Tomei um ônibus em Florianópolis e cheguei à noitinha em Lages. No dia seguinte, pela manhã, tomei outro ônibus, chegando às 18 horas em Chapecó, onde pernoitei. No terceiro dia, viajei mais duas horas para chegar a Palmitos. Assumi no dia primeiro de junho de 1967. A melhor casa da cidade era a casa do Juiz. Eu me instalei num hotelzinho de madeira. O Fórum funcionava num pequeno apartamento de dois quartos. Na sala faziam-se as audiências, um dos quartos destinava-se ao gabinete do Juiz, o outro ao Cartório e ao Promotor destinou-se a cozinha. O meu colega anterior não trabalhava no Fórum. A minha escrivania ficava junto à pia de lavar louças. Com o primeiro salário, comprei uma máquina de escrever. Assim era o Ministério Público dos anos de 1960, em Santa Catarina.

De Joaçaba para lá, era o extremo Oeste e, na época, a população da Comarca de Palmitos estava completamente identificada com a história e os costumes do Rio Grande do Sul. Enquanto os jornais de Santa Catarina lá não chegavam, o Correio do Povo e a Zero Hora chegavam no mesmo dia. No futebol, todos torciam para o Grêmio ou para o Inter. Quase todos os moradores acima de 20 anos haviam nascido no Rio Grande do Sul. Eu, natural de Santa Catarina, sentia-me um forasteiro. Quase todos os habitantes eram de origem italiana ou alemã. Havia duas Igrejas, duas escolas, dois tipos de comércio, o dos italianos e o dos alemães. Os italianos falavam português, mas muitos colonos de origem alemã, não. Para ouvir as testemunhas nos processos, precisávamos com frequência de um intérprete, que era o escrivão do cível.

A integração econômica, política e cultural da região oeste com o litoral catarinense só ocorreu com a construção da BR 282, a TV, a Celesc e a Telesc. Veja, naquela época, falávamos por telefone com o Rio Grande do Sul, mas não conseguíamos ligação para o Litoral de Santa Catarina!

Certa vez, em 1970, impetrei um habeas corpus contra um ato de prisão do Juiz da Comarca. Pelo que tenho conhecimento, fui o primeiro

Promotor em Santa Catarina a fazê-lo. Foi preciso remeter o pedido via rádio da polícia: a delegacia local passou um rádio para a sede do Comando em Chapecó, de lá para a sede do Comando Geral da Polícia em Florianópolis, que transcreveu e transmitiu o pedido ao Tribunal de Justiça.

Enfim, assim funcionavam as comunicações entre o Extremo Oeste e o Litoral: a distância era geográfica, material e cultural. Em 1967, o Corregedor-Geral de Justiça, o Desembargador Marcílio de Medeiros Filho, fez questão de assinalar que havia alcançado o feito heroico de percorrer todas as poucas Comarcas do Oeste, pela primeira vez na história.

Foi uma experiência muito importante ter sido Promotor por quatro anos na Comarca de Palmitos. Isto me permitiu conhecer uma região bastante diferente daquela em que eu tinha vivido até então, em Tijucas e na Capital do Estado.

Em 1968, fui contemplado com uma bolsa de estudos do Governo francês. Creio que fui o primeiro Promotor de Justiça de Santa Catarina a estudar na Europa.

Para viajar à França e retirar o passaporte, era preciso apresentar um atestado de bons antecedentes políticos. Eu, Promotor Público, no livre exercício de minhas funções institucionais, ser obrigado a requerer “atestado de bons antecedentes político e ideológicos” para exercer meu direito de ir e vir. Quem lavrou o atestado – veja a ironia do destino – foi um colega de Faculdade, um dos calouros que havia desfilado no “perigoso trote” e que, depois de formado, tornara-se Delegado da DOPS. O atestado dizia algo assim: “*Esta Delegacia de Ordem Política e Social nada tem a opor quanto à viagem do requerente para a França a fim de estudos, embora apresente antecedentes ideológicos negativos*”. Assim se vivia num Estado fundado na ideologia da Segurança Nacional. Entendiam seus dirigentes que, para alcançar esse fim, era indispensável monitorar a vida do cidadão.

Então, fui para a Europa! Permaneci um ano em Nice. O Ministério da Educação reconheceu como curso de especialização. Na época,

o título deu-me a indispensável capacitação para o magistério jurídico, pois inexistiam mestres e doutores na área jurídica.

**Memorial do MPSC** – *E para aonde o senhor seguiu depois de Palmitos?*

**João José Leal** – Depois de quatro anos, fui para Joaçaba, onde atuei por um ano. Em 1971, fui transferido para Brusque. Com o curso que eu fizera na França, sentia-me em condições de lecionar: eu sempre tive vontade de exercer o Magistério Superior. Devo muito ao Ministério Público a chance de ter podido me dedicar ao ensino como atividade complementar. À noite, eu me deslocava para lecionar na Faculdade de Direito de Blumenau. Hoje, sinto-me feliz em ter dado – durante 25 anos – minha contribuição para a formação de mais de 1500 profissionais da área jurídica. Sinto-me gratificado ao ver ex-alunos exercendo a advocacia, a magistratura, o Ministério Público, o magistério jurídico, funções policiais e notariais e tantas outras relacionadas ao Direito.

Na Faculdade de Direito de Blumenau, além da função docente, fui Chefe do Departamento de Ciências Criminais e, depois de minha aposentadoria como Promotor, fui eleito duas vezes para exercer o cargo de Diretor do Centro de Ciências, durante oito anos.

**Memorial do MPSC** – *Como foi a sua relação com os Juízes, nas diversas Comarcas pelas quais o senhor passou?*

**João José Leal** – Quando comecei, fui muito bem acolhido pelo Juiz de Palmitos, Raul Bayer Laus. Já éramos amigos e, por coincidência, conterrâneos. E tijuicanos que se encontram fora da terra natal são como irmãos. Recebeu-me como um irmão mais novo. Foi uma experiência muito rica, sobretudo em termos humanísticos. Além disso, era um Juiz de convicções liberais, alguém com quem se podia debater ideias, formar opiniões.

É evidente que, ao longo de 25 anos de carreira, trabalhei ao lado de diversos juízes e nenhum deles era conterrâneo. Mas sempre tive bom relacionamento pessoal com os magistrados com quem trabalhei. No âmbito profissional, é natural que ocorressem divergências, que

eram enfrentadas e solucionadas no processo, com base em argumentos jurídicos. Se necessário, o recurso à instância superior era a alternativa adotada, pois a independência do Ministério Público deve ser observada e garantida. Quando convencido da inocência, da existência de uma excludente de criminalidade ou de culpabilidade ou, mesmo, da inexistência de provas suficientes para fundamentar um pedido de condenação, nunca hesitei em requerer a absolvição do acusado. Com essa prática, frustrei muitas vezes a expectativa de advogados que esperavam a oportunidade de contrariar as alegações ministeriais. Fazia isso com a consciência tranquila e fundado na ideia de que a função primordial do Ministério Público é a de promover a Justiça, um valor que pode ser concretizado tanto com a condenação quanto com a absolvição do réu.

**Memorial do MPSC** – *E como foi a relação com as autoridades municipais?*

**João José Leal** – Quando cheguei em Palmitos, tive um bom relacionamento com o Prefeito. Mas tive de apresentar denúncia contra ele, por crime previsto no Decreto-Lei n. 201/67. E aí foi compreensível o seu desagrado. Era lei nova e rigorosa contra qualquer deslize cometido pelo Chefe do Executivo Municipal. Um Delegado não gostou do meu discurso no desfile de Sete de Setembro e me delatou junto aos órgãos de segurança. Comuniquei ao Secretário de Segurança e pedi providências, mas os tempos eram de ditadura e o importante eram os agentes a serviço do Estado de segurança nacional. No final, a informação deve ter contribuído para aumentar a ficha de meus antecedentes políticos. Na época, negativos, mas hoje normais no espaço do Estado Democrático de Direito.

Em Joaçaba, vivenciei uma rica experiência em termos de Ministério Público. Era uma Comarca de entrância final, com grande número de processos criminais e cíveis com intervenção do Promotor de Justiça. Foi uma oportunidade para muita aprendizagem em termos jurídicos e profissionais. Havia dois Promotores e, além do excelente relacionamento pessoal, aprendi muito com o colega Olivério Gomes, que já trabalhava na Comarca há muitos anos. Homem mais velho, já em fim

de carreira. Trabalhar ao seu lado, durante o ano em que lá estive, foi uma grande lição de vida.

**Memorial do MPSC** – *E como foi a sua experiência como Procurador-Geral de Justiça?*

**João José Leal** – Minha passagem pela Procuradoria-Geral foi tão curta e rápida – apenas três meses! – que pouco tenho para falar dela.

Eu havia me programado para permanecer em Brusque e aqui me aposentar. Estava satisfeito com a nomeação para Brusque porque era perto de Blumenau e eu poderia lecionar. Com o tempo, nem para Blumenau eu queria ser transferido, pois me ajustei à rotina de sair duas vezes por semana, à noite, dar as aulas e voltar a Brusque, numa viagem de apenas 50 minutos.

É preciso lembrar que, com a eleição de Pedro Ivo para Governador, a oposição chegava ao poder pela primeira vez em Santa Catarina, desde 1964. Assim, é compreensível que haveria mudança na escolha do Procurador-Geral do Estado, então de livre nomeação do Governador. Aliás, como constava na Constituição e sempre assim ocorrido. Assim, alguns nomes de Procuradores e, principalmente, Promotores passaram a ser cogitados para ocupar a Chefia do Ministério Público de Santa Catarina. E eu acabei sendo o escolhido. Confesso que não havia feito qualquer pleito nesse sentido e não esperava por tal convite. Tanto que fui convidado numa quinta-feira para ser nomeado logo no domingo seguinte, dia da posse do Governador. Logo que assumi, enfrentei a oposição da ACMP, contrária à desconvocação de quatro ou cinco Promotores, que retornaram às suas Comarcas do interior. Senti que, naquelas condições, seria difícil conduzir o Ministério Público de forma tranquila e achei melhor para a Instituição a minha volta à Comarca de Brusque. Ao final de dois meses, pedi minha exoneração ao Governador, que me solicitou para aguardar no cargo até a escolha de meu sucessor. Aguardei por mais trinta dias, até a transmissão do cargo.

**Memorial do MPSC** – *E como o senhor vivenciou a gestão que lhe sucedeu?*

**João José Leal** – Eu me envolvi muito pouco na vida associativa logo depois do meu retorno para Brusque. Houve duas assembleias em que se verificou muita discussão, conflitos mais exacerbados. Eu não me fiz presente a elas. Ausentei-me e me distanciei do processo. Foi um momento difícil e de divergência institucional e administrativa. Hoje, é bastante diferente. Com a Constituição de 1988, nasceu um novo Ministério Público, com a necessária autonomia administrativa e financeira. Com sua independência funcional, constitucionalmente garantida, pode-se dizer que o Ministério Público constitui-se, formal e materialmente, num autêntico poder do Estado democrático contemporâneo. Assim, a escolha do dirigente da Instituição depende agora da vontade de seus integrantes, o que representa uma importante conquista da classe.

**Memorial do MPSC** – *Quais foram os casos que mais o marcaram na sua trajetória?*

**João José Leal** – Lembro de um Júri, em Joaçaba, em que o réu havia assassinado uma pessoa idosa. O crime havia causado profunda comoção na comunidade. Em plenário, sustentei que o crime era ainda mais grave pelo fato da vítima ter 65 anos e, por isso, ser uma pessoa idosa e indefesa. Mas o advogado tinha os seus 75 anos e, diante de um caso indefensável, afirmava não ser idoso nem indefeso e procurava dispersar a atenção dos jurados. Causou hilaridade. Foi o comentário da cidade durante a semana.

Em Brusque, eu destacaria um caso de sedução, ocorrido em 1976. O acusado tinha uma posição social relativamente elevada na sociedade e a vítima era uma menina de 14 anos, amiga da filha do acusado. Foi um caso rumoroso. Eu cheguei a receber ameaça de morte. A repercussão junto à comunidade foi muito grande. A instrução foi penosa, com testemunhas, perícia e diversas audiências.

Ao final da instrução, o acusado trocou de advogado, que levantou uma questão puramente formal, pleiteando a anulação do processo. Alegava que o pai da ofendida era empresário, proprietário de duas casas, possuía telefone e veículo, ou seja, não seria pessoa pobre nos termos

da lei processual penal. Portanto, o Ministério Público não poderia ser o titular da ação penal. Segundo a defesa, a ação penal deveria ser privada e promovida por advogado contratado para tal fim. Já na fase final de instrução, o Juiz acatou as alegações da defesa e anulou o processo.

Apresentei recurso em sentido estrito que teve como relator o Desembargador Marcílio de Medeiros. Deu provimento ao recurso e seu voto consolidou o entendimento jurisprudencial do TJSC, no sentido de que, nos crimes contra os costumes, a lei processual não exigia o estado de pobreza do ofendido ou de seu representante legal para que a ação penal fosse de natureza pública condicionada à representação do ofendido. Em seu voto, entendeu que a lei não poderia exigir que o pai da ofendida se desfizesse de bens adquiridos com o sacrifício de seu trabalho para custear uma ação penal para processar o ofensor de sua filha.

O processo retornou à Comarca para julgamento do mérito. Mas, antes disso, a lei penal foi modificada para exigir outra representação da ofendida que tivesse casado com um terceiro, sob pena de extinção do processo. Como a ofendida havia se casado com outra pessoa e não apresentou a necessária representação, o processo foi finalmente extinto sem julgamento do mérito, com o acusado escapando ileso de uma acusação lastreada em provas convincentes.

Este caso demonstra que a ideia de Justiça Criminal, muitas vezes, depende de circunstâncias, idiossincrasias dos operadores jurídicos e de meras formalidades. Demonstra, também, que o conceito de Direito e de Justiça Criminal depende do momento em que uma conduta é praticada. Se, em 1976, era razoável condenar alguém por sedução contra uma menor com pouco mais de 14 anos de idade, 30 anos depois, essa conduta deixou de ser crime. Isso, se não houver violência ou ameaça. Os costumes mudaram ao longo do tempo. E o Direito nada mais fez do que acompanhar a marcha inexorável desse novo tempo penal, que abriu suas comportas para conviver com um espaço de maior liberdade sexual.

O último inquérito policial que recebi, alusivo a um caso de sedução, foi no final dos anos de 1980. Conversei com o pai e a filha

de 16 anos, que se queixava de ter sido seduzida por seu namorado com idade em torno de 20 anos. Embora o pai insistisse, entendi que não havia crime. Naquele momento, a sedução já estava praticamente descriminalizada, principalmente, em comunidades em que as moças estudavam à noite e trabalhavam fora de casa. Os costumes haviam se transformado, ainda mais.

Mas o inquérito foi instaurado e a razão maior para não denunciar o jovem “sedutor” estava no próprio relatório da autoridade policial, que assim informou: “Segundo consta da peça investigatória, a indigitada vítima declarou que deu adeus a sua virgindade, na noite do dia 9 de outubro de 1985, às 20 horas, aproximadamente, num quarto de motel, dando ao seu namorado a inocência de seu corpo, em defluência de ter confiado na reparação do ato nos pés do altar”. O acusado confessou que mantivera relações sexuais com a vítima, mas como era comum em casos de sedução, alegou que, no ato, descobriu que a mesma não era virgem.

O Delegado havia sido meu aluno na Universidade de Blumenau e redigira um relatório final do Inquérito que era uma jóia literária. Mas foi com base nas informações ali contidas que me convenci da inexistência de crime de sedução: a vítima não podia ser considerada uma moça inexperiente, pois tinha discernimento suficiente para decidir sobre sua liberdade sexual. Afinal, estudava e trabalhava fora de casa. E se, livremente, foi a um motel para gozar momentos de prazer sexual, não seria razoável falar de crime de sedução, nem de “reparação do ato aos pés do altar”.

Como mencionei, a norma repressiva contida no Código Penal de 1940 havia caído em desuso e, com isso, o crime de sedução desapareceu da prática forense muito antes de sua descriminalização formal ocorrida em 2005.

**Memorial do MPSC** – *O Memorial agradece muito o seu depoimento.*

# Hipólito Luiz Piazza



**Hipólito Luiz Piazza** nasceu em 16 de setembro de 1937, em Florianópolis. Formou-se em Direito em 1965 pela Universidade Federal de Santa Catarina. Foi funcionário do Tribunal de Contas do Estado a partir de 1956 e exerceu as funções de Chefe de Diretorias e, ao final, Assessor Jurídico. Atuava concomitantemente como advogado. Ingressou no Ministério Público de Santa Catarina em outubro de 1966. Inicialmente, foi nomeado para a Comarca recém-criada de Maravilha e permaneceu, porém, como substituto na Comarca de Capinzal até 1968, ano em que foi removido para a Comarca de Xaxim. Em 1969, foi removido para a Comarca de Trombudo Central. Em 1971, foi promovido para a Comarca de Itaiópolis, sendo removido um mês depois para a Comarca de Ituporanga. No ano seguinte, também por promoção, seguiu para a Comarca de São Francisco do Sul, onde permaneceu por cinco anos. Alcançou nova promoção em 1977 e passou a exercer suas funções na Comarca de Lages, junto à 1ª Vara Criminal. No início do ano seguinte, agora por remoção, rumou para a Comarca de Joinville e trabalhou perante a 3ª Vara Cível da Comarca. Em dezembro de 1979, foi promovido para a Comarca da Capital, cuja atribuição vinculava-se à Vara da Fazenda Pública. Em 1987, ainda na condição de Promotor de Justiça, foi nomeado ao cargo de Procurador-Geral de Justiça, função que exerceu até 1991. Alcançou promoção para Procurador de Justiça em 1987. Integrou o Conselho Superior, como representante da classe, em 1982 e 1983. Aposentou-se em 2007. É autor dos livros “A Prostituta Inocente” e “Círculos Concêntricos”.

# HIPÓLITO LUIZ PIAZZA<sup>1</sup>

**Memorial do MPSC:** *Dr. Piazza, o senhor é natural de onde?*

**Hipólito Luiz Piazza:** Eu nasci em 1937, na Ilha de Florianópolis. Na avenida Rio Branco, n. 56, no tempo em que não se fazia parto em maternidades, mas em casa. Hoje se ergue ali o Edifício Becker, mais ou menos na esquina com a Polícia Militar. Ali nasci e me criei.

**Memorial do MPSC:** *E a opção pelo Direito, como surgiu na sua vida?*

**Hipólito Luiz Piazza:** Não era a minha aspiração inicial. Mas por dificuldades múltiplas, acabei seguindo esse caminho. Em Florianópolis, só funcionavam a Odontologia, para a qual eu não tinha propensão, Farmácia, Economia e Direito. No fundo, meu sonho de garoto era estudar Engenharia, mas a opção mais próxima só era oferecida em Curitiba. E papai era funcionário público, não dispunha de recursos, nós éramos em oito irmãos e não quis sobrecarregá-lo com o encargo de morar em Curitiba. Então, das quatro opções, caí naquela que era a mais tradicional, a mais cogitada pela juventude. E me dei bem, gostei, acabei abraçando de imediato o gosto pelo Direito e dele para o Ministério Público.

**Memorial do MPSC:** *E como surgiu a opção pelo Ministério Público?*

**Hipólito Luiz Piazza:** Pois é, essa opção surgiu de circunstâncias do dia-a-dia. A nossa turma de Direito foi muito boa, muito dedicada ao estudo. Eu, recém-formado, já tinha uma banca de advocacia com o Roberto Lapa Pires e o João Alberto, filho do Nereu Corrêa. Naquela época, a OAB permitia que tivéssemos a carteirinha de solicitador já na quarta série (eram cinco séries no total), de forma que já era possível advogar, embora com alguns percalçozinhos: na audiência de instrução e

---

1 Entrevista realizada na livraria do entrevistado, em Jurerê, Florianópolis, no dia 4 de agosto de 2010, por Gunter Axt, Gustavo Viviani de Souza e Bruno Muzenberg. Transcrição de Antonio Luzzato.

juízo era preciso levar o advogado que subscrevera a inicial juntamente com o solicitador. Trabalhei, também, com o Leonel Pereira nessa banca (ele foi nosso estagiário) e eu já pensava em continuar advogando aqui em Florianópolis. Estava com um escritório bem montado. O Lapa Pires, mais antigo, tinha já toda uma estrutura... Enfim, estávamos bem. Mas circulando certo dia pela Rua Felipe Schmidt, alguém me chamou e disse: “Olha, abriu concurso para o Ministério Público, há muitos anos não tem concurso para essa carreira, você não tem interesse?”. Pensei comigo: “Bem, vou me inscrever!”. Eu também trabalhava no Tribunal de Contas, desde 1956, onde então chefiava um departamento. O Jádel da Silva e o Henrique Espada Rodrigues de Lima, ambos colegas, resolveram se inscrever junto comigo. Eram 18 vagas, ocupadas, então, por Adjuntos de Promotor: o Maurílio, o Éverton Jorge da Luz, entre outros... Achávamos que tínhamos poucas chances de lograr êxito no concurso, mas decidimos fazê-lo, até para ganhar experiência. E nos pusemos a estudar, os três. Conseguimos ficar entre os 18 primeiros!

Fiquei, então, na dúvida se assumiria ou não, pois, na prática, eu com meu emprego no Tribunal de Contas e com minha banca de advocacia ganhava mais do que o salário inicial na carreira. E eu já era casado. Mas minha esposa foi muito parceira e achou que poderia ser uma boa experiência. O Dr. Rubem Moritz da Costa, então Procurador-Geral, disse que eu iria gostar... Acabei me inscrevendo, acho que fui o 13º, ou 14º, na chamada.

Fui comunicar o Presidente do Tribunal de Contas, o Dr. Nelson Heitor Stoeterau, que eu iria deixar a Corte para assumir o Ministério Público. Ele, taxativamente, foi contrário: “O senhor vai ficar conosco, pois está sendo muito útil para a nossa Instituição!”. Argumentei que eu estudara Direito e o Ministério Público era uma Instituição com futuro. Então, ele me promoveu para Assessor Jurídico, cargo imediato ao de Ministro, naquela época. Foi uma distinção, pois só existiam duas dessas vagas, sendo uma ocupada pelo Álvaro Gentil. O Dr. Stoeterau chamou todos os sete Conselheiros (então denominados Ministros) para me convencer a ficar. Naquela época, não havia muita regra na escala

das carreiras, era tudo muito no interesse, na base da amizade. Até eu ser chamado pelo Ministério Público, em 1966, fiquei naquele cargo no Tribunal de Contas, muito embora com o alerta de que iria sair tão logo o Dr. Rubem me convocasse. Assim, fui para o Ministério Público, ganhando muito menos do que estava já recebendo no Tribunal de Contas.

**Memorial do MPSC:** *Qual foi a primeira Comarca na qual o senhor assumiu?*

**Hipólito Luiz Piazza:** Também há nesse particular uma história interessante. O Dr. Rubem me ofereceu a Comarca de Urubici, posição disputada, por ser na região próxima à Grande Florianópolis, mas não aceitei, afirmando que gostaria de ser designado para o Oeste. Ele tomou um susto, ficou muito surpreso, porque ninguém desejava ser nomeado para as Comarcas do Oeste de Santa Catarina – eram cidades de difícil acesso, com infraestrutura precária e, por vezes, sabidamente mais violentas do que as do litoral. O Dr. Rubem ficou apreensivo também porque, como me disse, pela sua experiência, a recusa de uma posição poderia me custar cinco anos, ou até mais, para alcançar depois uma nova promoção ou remoção na carreira. Enfim, era um risco que ninguém desejava correr. Mas eu era jovem ainda, com vinte e poucos anos, e não estava lá pensando muito nessas coisas. Decidi esperar por uma vaga no Oeste.

**Memorial do MPSC:** *Por que o senhor queria ir para o Oeste?*

**Hipólito Luiz Piazza:** Eu achava que era uma região mais gostosa para se viver... Não conhecia o Oeste catarinense e eu e minha esposa tínhamos curiosidade de conhecer aquela região.

**Memorial do MPSC:** *Ela também é de Florianópolis?*

**Hipólito Luiz Piazza:** A família dela é de Palhoça, mas ela foi criada e viveu a vida toda em Florianópolis.

Outro que insistiu muito para que eu não recusasse a nomeação foi o Valmor Cardoso, que por muito tempo foi Secretário do Ministé-

rio Público. Mas me mantive na decisão de esperar... A próxima vaga abriu em Bom Retiro, próximo de Urubici... Recusei novamente! O Dr. Rubem ficou muito preocupado e acabou me oferecendo a Comarca de Maravilha, que seria instalada em dezembro – estávamos em final de setembro. Gostei da perspectiva e decidi aguardar. Entrementes, a pessoa que tinha ido para Urubici precisou se remover, não sei por que motivo, e o Dr. Rubem tornou a me chamar. Mais uma vez, eu agradei e me neguei a aceitar. O Dr. Rubem ficou tão ansioso com os prejuízos que uma terceira recusa poderia trazer à minha futura carreira que decidiu me designar como substituto para a Comarca de Capinzal: embora de segunda entrância – o Promotor havia saído e ninguém se inscrevera para preencher a vaga. Então, enquanto não saía o ato de criação da Comarca de Maravilha, eu ficaria respondendo por Capinzal. Nessas condições, eu topei. Porque, afinal, Capinzal ficava no Oeste. Muito apreensivo, ele me disse: “Quando o senhor chegar lá, dá uma olhada na cidade, se o senhor gostar me passa um radiograma pela Polícia”. Sabendo que eu crescera em Florianópolis e ocupava um posto de prestígio no Tribunal de Contas, ele temia que eu me decepcionasse com a cidade. Porém, lá chegando, gostei.

**Memorial do MPSC:** *Por que o senhor gostou da cidade?*

**Hipólito Luiz Piazza:** Estavam lá uns amigos de Florianópolis. Um era farmacêutico, outro era um rapaz que conhecia... Gostei da cidade.

**Memorial do MPSC:** *E quantos habitantes tinha a cidade?*

**Hipólito Luiz Piazza:** Ah, eu acho que eram uns 20 mil habitantes – uma cidade pequena. Voltei para organizar a mudança. Já tinha um filho recém-nascido. Quando fui à Procuradoria participar a minha decisão final o Dr. Rubem revelou-me que surgira um impasse: é que o então Promotor de Araranguá tivera problemas na Comarca, onde estava respondendo provisoriamente, e desejou de lá sair. Teria havido uma rusga com o padre, com o prefeito, não sei bem... Mas conforme assegurara o Dr. Rubem, o referido Promotor somente poderia assumir Capinzal se eu não gostasse de lá. Acontece que eu gostei. Mas o outro

pretendente movimentara-se com habilidade, buscando apoio no meio político, sabendo que tinha um interessado na frente dele. Naquela época, a política era muito forte, o Governador e os Deputados tinham muita força na ingerência ministerial. Tal Promotor reuniu uma meia dúzia de políticos da região pedindo que a vaga fosse ocupada por ele. Surgiu o impasse. Fui teimoso e insisti com a nomeação para Capinzal. Não gostei daquela interferência política... até porque o tal Promotor tinha sido meu colega de escola e concurso. Ainda que tenha ficado numa situação desconfortável, o Dr. Rubem decidiu manter a sua palavra: “Capinzal é sua!”. Aí eu fui para Capinzal.

**Memorial do MPSC:** *E Maravilha foi efetivamente instalada em dezembro?*

**Hipólito Luiz Piazza:** Foi, em dezembro de 1966. Tinha até meu retrato exposto lá como primeiro Promotor da Comarca. Porém, eu não cheguei a trabalhar em Maravilha, pois abriu Xaxim e eu pedi uma remoção para lá: já era uma Comarca com mais tempo de funcionamento...

**Memorial do MPSC:** *Isso com a sua senhora sempre lhe acompanhando?*

**Hipólito Luiz Piazza:** Em Capinzal, havia apenas uma casa disponível, situada na encosta do morro. E eu levei a Zelia [Maria Piazza] para vê-la. Ela achou a casa muito úmida e não quis habitá-la, com criança pequena... Então ficamos morando em hotel por seis meses, em um quarto só. Um hotel precaríssimo: a cama tinha um buraco no meio. A gente colocava o filho no meio e de manhã estávamos todos amontoados. E o banheiro era coletivo – a gente tinha que ficar no corredor e esperar a fila andar. E a comida, nem se fala: um horror! Eu até fui acometido por uma indisposição estomacal violenta, precisando ser hospitalizado. Não tinha muita higiene. Comíamos aquilo com os olhos fechados... Sobrevivia-se, com dificuldade. Depois de seis meses, conseguimos uma casa. Eu havia deixado meus móveis, livros, muitas coleções, em um galpão grande em Capinzal. Uma enchente destruiu quase tudo! Perdi coleções ótimas, obras de Direito que a gente comprava quando era estudante... Felizmente, depois nos mudamos para

uma casa alugada. Não havia casa para a Promotoria, mas apenas para o Juiz. Então, precisei alugar uma. O Juiz era o doutor Protásio Leal, hoje Desembargador aposentado. Quando saiu, a esposa do que o substituíra não gostou da casa, de forma que a casa ficou fechada. O então Juiz, que não tinha filhos, foi morar no hospital. E eu pagando aluguel... Fiquei quase dois anos em Capinzal.

**Memorial do MPSC:** *Algum processo lhe chamou mais a atenção?*

**Hipólito Luiz Piazza:** Sim, um caso muito especial. Até escrevi um livro com base nessa história, intitulado “A Prostituta Inocente”. Quando cheguei em Capinzal, uma das minhas primeiras providências foi visitar os presídios para averiguar se havia alguma irregularidade. Então, já no segundo dia, visitei um presídio que ficava na encosta de um morro. Havia ali seis presos homens e uma mulher. Conversei com todos. Sobre a mulher, o carcereiro foi logo dizendo que achava que ela se negaria a conversar com o Promotor. Ela estava separada dos homens. Insisti e ela, embora com má vontade, veio. Disse-me ter sido injustamente acusada da morte de um rapaz: alegou inocência, porque ele teria, em verdade, se suicidado. Fiquei encucado com aquilo. Ela estava acabada, mas era uma moça nova. Estava encarcerada há quatro anos, sem julgamento! Aquilo me tocou. O carcereiro disse não saber a razão da demora. Fui direto ao Cartório e o cartorário, o Bonini, me mostrou o processo. Não era grosso... pautado apenas em dois depoimentos: o do porteiro do prostíbulo, onde a moça vivia, e o da própria moça. O porteiro dizia ter subido ao escutar um barulho e, ao chegar, vira a vítima, um rapaz de 19 anos, sentado numa poltrona e a moça junto à geladeira, com a arma apontada na direção do rapaz. A versão dela contava que o rapaz sempre a procurava e que ela até tinha uma certa afeição por ele, e ele por ela, de modo que ele queria que ela fosse viver com ele. Mas ela achava que ele não reunia condições para tirá-la da prostituição e não desejava viver mais miseravelmente do que já estava vivendo. Não fazia sentido: já que eles se davam bem, por que ela o mataria? O rapaz apresentava umas reações esquisitas de vez em quando. Naquela noite, pediu mais uma cerveja, ela saiu da poltrona que com ele dividia para

buscar a cerveja. Mas ao tirar a garrafa, voltou-se para trás no instante em que ele teria disparado a arma contra si próprio, acertando a própria cabeça. Ela sequer teve tempo de reagir, disse. O rapaz costumava ir muitas noites lá, com o intuito de vê-la, pouco consumindo.

O então Promotor titular da Comarca a denunciou por homicídio qualificado. Mas quando o processo chegou à fase de testemunhas, depois de a acusada haver confirmado a sua versão em juízo, faltava ouvir o porteiro, a testemunha principal. Só que este tinha dado no pé. Diziam que tinha ido para o Rio Grande do Sul ou para o Paraná. E o João Almir Silveira, Promotor que me antecedeu, não queria abrir mão daquela testemunha. Insistiu com diligências necessárias. Enquanto isso, o processo foi se arrastando...

Naquela época, o Código Penal estabelecia que quando se tratasse de crime contra a vida, o réu aguardava o julgamento preso. Isso foi modificado por causa do Delegado Fleury, com a famosa Lei Fleury (Lei n. 5941, de 22 de novembro de 1973) – aquele de São Paulo, do rumoroso caso do Esquadrão da Morte. Para evitar a sua prisão, operou-se essa mudança no Código Penal, garantindo que o acusado do crime de homicídio pudesse responder em liberdade, se assim entendesse o julgador. Mas antes, não tinha saída: o réu aguardava o julgamento na cadeia. O laudo pericial nada esclarecia sobre a distância, a pólvora... Hoje há toda uma ciência, mas naquela época era muito precário...

**Memorial do MPSC:** *Só dizia que era um tiro...*

**Hipólito Luiz Piazza:** Sim, um tiro na têmpera. Mas não dizia se era de perto, de longe... Eu sempre gostara de Medicina Legal e achei que seria possível tentar esclarecer aquele mistério. Pedi uma exumação do corpo para tentar uma perícia. O rapaz estava enterrado há quatro anos, em Piratuba, distrito de Capinzal. Datilografei a petição na minha Remington, pequeninha. O Dr. Protásio ficou preocupado, achou que mexer na sepultura não resolveria e criaria terríveis embaraços, mas acabou deferindo. Remetemos o ofício para o Instituto Médico-Legal, onde foi recebido pelo Dr. Léo Coutinho, perito oficial. Telefonou-me. Atendi

na Polícia, pois só na Delegacia havia telefone: “Doutor, é a primeira vez que um Promotor pede uma exumação no interior – na quinta-feira irei com uma equipe a Capinzal!”. Então fomos eu, o advogado da família, o escrivão e a equipe do Léo Coutinho até o cemitério (os familiares do rapaz não apareceram). Quando se removeu a lápide e se retirou o corpo, surpresos, verificamos que o corpo estava intacto! Mumificado! Aquilo nos gelou! Tinha tudo: unha, cabelo, o corpo inteirinho – nada danificado, nada corroído. “Excelente para fazermos o que o senhor quer”, disse o Dr. Léo. O novo laudo apontou um tiro à queima roupa, como na versão da moça. Não sei por que cargas d’água o porteiro tinha inventado aquela história. Talvez não gostasse da moça. Então pedi para o Dr. Protásio acelerar, pois eu dispensava a ouvida daquela testemunha. Fomos direto para a sentença de pronúncia. Eu pedi a impronúncia e ela foi absolvida e solta. Mas, depois de quatro anos atrás das grades, estava um frangalho. Isso me estimulou a escrever um livro, no qual misturo ficção e realidade. Imaginei a vida da moça. No livro dei asas à imaginação sobre o passado da moça até o dia de sua prisão, pois o restante se fez baseado no procedimento criminal.

**Memorial do MPSC:** *Era frequente nessa época o Promotor pedir a impronúncia de um réu?*

**Hipólito Luiz Piazza:** Muito raro. O Promotor era conhecido no interior como o acusador que quer pôr todo mundo na cadeia. Mais tarde, quando passei a Procurador-Geral, promovemos até alguns seminários para desfazer essa imagem. O que nós perseguimos é a verdade. Lutamos para aplicar a lei como ela é: quem é inocente, é inocente, quem é culpado, é culpado. Hoje o Ministério Público evoluiu muito nesse sentido. Eu pedi muitas vezes absolvição por reconhecimento de legítima defesa, por falta de elementos para caracterizar a culpa, etc. Felizmente, já embalava esse espírito em meu primeiro caso. Fiquei feliz com o resultado, pois apliquei a Justiça e garanti a absolvição de uma inocente. Essa moça, quando saiu da prisão, chorou muito...

Tempos depois, o pai do menino morto me procurou para dizer o

quanto a família estava agoniada com aquela história toda e revelou que o garoto tentara o suicídio outras vezes. Na hora, até fiquei incomodado com o pai da vítima, pois aquele testemunho teria sido um elemento valioso para evitar o tormento da jovem e desfazer o falso testemunho do porteiro. Depois, percebi que o depoimento do pai da vítima, ainda que tardio, confortava-nos, pois reforçava o caminho seguido com a absolvição da moça.

Num outro caso, um rapaz, também de 19 anos, se apresentou assumindo autoria de um disparo que matara o vizinho. Eles teriam brigado, eram fazendeiros. Um tinha que atravessar as terras do outro para ir até a Cidade. Nisso, acabou acontecendo um homicídio. Ao receber o inquérito, verifiquei que a história não batia bem. Pedi a reconstituição do crime e a exumação do corpo. O guri dizia que estava na casa deles, situada no alto de uma colina, e, ao perceber no caminho lá embaixo, junto ao milharal, onde o pai estava colhendo o milho, a vítima se aproximando a cavalo e apeando ameaçadoramente, teria ali disparado um tiro com uma espingarda de caça, alvejando o sujeito. Mas era impossível alguém ferir mortalmente uma pessoa com uma espingarda daquela a 50 metros de distância e da forma por ele contada. A exumação apontou ser o tiro frontal. Ora, o pai do rapaz era o autor e estava jogando a responsabilidade para o menino. Enquadrei o pai. O Napoleão Xavier do Amarante fez esse Júri e me elogiou por “haver tirado água de pedra” – expressão dele ao me telefonar após o julgamento.

Noutro episódio, em Lages, um cidadão queria se separar da mulher. Já tinha uma amante. Resolveu matá-la. Depois do almoço, quando ela estava recolhendo lenha, aproximou-se e deu-lhe um tiro pelas costas. Ele espalhou arroz do almoço pelo rosto da vítima para dar a impressão de um tipo de ataque e chamou um vizinho. Conseguiram um atestado de um médico que diagnosticava uma convulsão cerebral. O laudo nada dizia de tiro. Porém, no velório, a mulher prontinha para ser sepultada, chegaram duas irmãs de Ponte Serrada, que insistiram não poder a vítima ser enterrada com um vestido do qual ela não gostava. Elas bateram o pé. Criou-se toda uma situação. Na marra, tiraram o corpo do

caixão, levaram para uma cama para vesti-la com a roupa que ela mais apreciava. Quando mexeram no corpo, perceberam uma estopazinha nas costas. O marido disse que o ferimento fora causado por uma mola solta do colchão, quando ele estava vestindo o corpo. As irmãs não se conformaram e chamaram a polícia. Eu fiz o Júri. O desgraçado quase se livrara. Peguei firme contra ele, pois não matara numa discussão, num acesso de raiva: fora premeditado e aquela cena toda forjada. Pedi a responsabilização do médico. Veja como são as coisas: não fossem as irmãs, eu não teria percebido nada. Vejam só como o Promotor tem de ficar atento a todos os detalhes.

**Memorial do MPSC:** *O médico foi responsabilizado?*

**Hipólito Luiz Piazza:** Quem assumiu o processo lá foi meu sucessor... Não sei ao certo, porque logo em seguida eu saí de Lages. Creio que o Cartório também foi punido.

**Memorial do MPSC:** *E depois de Lages o senhor foi para onde?*

**Hipólito Luiz Piazza:** Para ir para Lages é que eu perdi os cinco anos. Tive que ficar seis anos em São Francisco. O Governador Antonio Carlos Konder Reis “brigara” com a Magistratura e com o Ministério Público, de sorte que as movimentações pararam e o quadro estacionou.

**Memorial do MPSC:** *Por que ele brigou, o senhor sabe?*

**Hipólito Luiz Piazza:** Não sei qual foi a natureza dessa briga, mas ele não autorizava movimento algum. As vagas eram disputadíssimas e aí eu paguei a conta pelas minhas recusas iniciais, ficando em São Francisco, sem progredir na carreira... Mas não me arrependo, pois foi uma Comarca boa. Xaxim, Ituporanga, São Francisco, Lages, Joinville, Florianópolis – essa foi minha carreira.

**Memorial do MPSC:** *Algum episódio especial que o tenha marcado em São Francisco?*

**Hipólito Luiz Piazza:** Em São Francisco, tudo correu dentro da

normalidade, embora fosse uma zona portuária, onde a criminalidade tende a ser naturalmente mais elevada.

Houve, entretanto, um caso interessante em Trombudo Central. Quando se trata de criança, o Ministério Público toma a iniciativa da ação. Havia uma senhora abandonada pelo marido que entrou com um pedido de pensão alimentícia para a criança recém-nascida. Antes da audiência de julgamento, o pai irrompeu em minha sala garantindo que não aceitaria a pensão, pois nada daria para a ex-mulher adúltera. Ele a pegara na cama com outro homem e por isso a deixara. Argumentei que o pedido era para a criança e não para a ex-mulher, e que ele poderia até requerer a guarda da criança, se provasse que a mãe não a estava criando bem. Porém, como pai, tinha obrigações inescapáveis. Por isso, a pensão. Ele continuou insistindo que para aquela sem-vergonha, como falava, não daria um tostão. Fomos para a audiência, tentamos uma conciliação, mas não houve jeito – o homem era teimoso! O Dr. Bert Odebrecht, o Juiz, com a minha concordância, estabeleceu o mínimo possível: 30%. Ao ser prolatada a sentença, o homem se levanta de sopetão, esmurrando a mesa: “eu me mato, mas não dou um centavo para esta sem-vergonha!”. E saiu porta a fora. Achamos tratar-se de um desabafo. Na manhã seguinte, contudo, o Olívio, funcionário, correndo em minha direção enquanto eu me dirigia ao Fórum, exclamou: “Dr. Hipólito, Dr. Hipólito! O senhor não sabe quem está enforcado lá na pracinha, numa goiabeira: o homem da audiência de ontem!”. Se matou para não pagar a pensão! Quem sabe, se na hora da audiência tivesse um psicólogo disponível... Mas na hora não deu o estalo, nem para mim, nem para o Juiz. Foi algo que nos afetou profundamente. Ninguém imaginou esse trágico desfecho.

### **Memorial do MPSC: *E em Joinville?***

**Hipólito Luiz Piazza:** Em Joinville, atuei na Vara da Fazenda, cujo trabalho, naquela época, tinha pouca repercussão. Promoviam-se as cobranças da Fazenda Estadual, mas também da Federal e, até mesmo, da Municipal. Havia muito trabalho, mas nada que envolvesse questões

sentimentais controversas ou de maior relevância.

**Memorial do MPSC:** *Não havia Juiz Federal naquela oportunidade?*

**Hipólito Luiz Piazza:** Não. O exercício ministerial era sofrido. Fazíamos também a homologação das ações trabalhistas, cuidávamos do Direito de Família, do Direito do Menor, tudo tocava para o Promotor.

**Memorial do MPSC:** *E o senhor chegou a advogar?*

**Hipólito Luiz Piazza:** Não. Quando eu entrei no Ministério Público, já imperava a vedação ao exercício da advocacia em Santa Catarina. Alguns colegas mais antigos chegaram a advogar durante o exercício da função. Sempre achei que a advocacia era totalmente incompatível com a função ministerial. Não vejo como conciliar as duas coisas.

**Memorial do MPSC:** *Então o senhor veio a Florianópolis?*

**Hipólito Luiz Piazza:** Sim, vim em 1979 para Florianópolis, atuar na Vara da Fazenda, papel hoje desempenhado pela Procuradoria-Geral do Estado. O Promotor da Vara da Fazenda da Capital cuidava de todas as ações, tanto como autor quanto como réu, do Estado de Santa Catarina. Era um trabalho desgastante e enfrentei ações difíceis: foi um momento em que começou a despertar o interesse de tudo contra o Estado, todos contra o Estado. Para qualquer acidente de trânsito, causado por uma pedra no meio do caminho, queria-se responsabilizar o Estado. As empreiteiras de obras queriam sempre reajuste de alguma estrada, barragens construídas... todos pediam algo.

**Memorial do MPSC:** *Era o período da inflação...*

**Hipólito Luiz Piazza:** Também da inflação! Foi um período difícil! Quando foi instalada a Procuradoria-Geral do Estado, eu, ainda Promotor, repassei para a nova equipe – uns seis ou sete Procuradores concursados – as informações atinentes à rotina do trabalho desenvolvido na Vara.

**Memorial do MPSC:** *O senhor lembra que ano foi isso?*

**Hipólito Luiz Piazza:** Creio que se deu entre 1982 e 1984.

**Memorial do MPSC:** *Porque a Lei Complementar n. 40, que determina essa separação, é de 81...*

**Hipólito Luiz Piazza:** De fato, mas então tomou um bom tempo o processo de criação e instalação da Procuradoria-Geral do Estado. As providências demoraram. Mas, apesar da sobrecarga de trabalho, foi muito gratificante. Eu sempre fui muito fazendário, porque fora funcionário do Tribunal de Contas. Lembro que naquela época se queria criar uma unidade no Tesouro do Estado para controlar os pagamentos. Porque, na hora da boca do tesouro, a turma não pagava imposto. Eu tinha sido designado para uma unidade que cuidava de todos os pagamentos, antes de o caixa do Tesouro os liberar: passava pelo meu crivo, quando eu verificava o montante de impostos a ser pago. Eu gostava do serviço. Assim, também apreciei a Vara da Fazenda. Mas dei um baita duro, porque havia muita malandragem.

Pusemos fim em algumas rotinas perniciosas. O caso dos precatórios, por exemplo: um cidadão aguardava cinco, seis anos para receber um precatório e quando era pago, o advogado entrava com pedido de reajuste dos honorários, o que produzia um círculo vicioso que não tinha fim. Me insurigi contra aquilo e comecei a recorrer de todos esses pedidos para provocar no Tribunal uma providência. A sugestão era expedir o precatório estabelecendo no ato o valor corrigido - e assim se fez. Alguns advogados estavam ficando ricos com aquilo, era um dinheiro fácil que entrava, enquanto o Estado afundava.

Fiz muita gente devolver dinheiro... O Governo determinara o pagamento de uma pensão para os expedicionários que lutaram na II<sup>a</sup> Guerra. De repente, era combatente que não acabava mais! Alguns advogados representavam 100 autores e a Promotoria carecia de estrutura, de funcionários, para averiguar tantos pedidos. Era uma malandragem que já vinha de anos... Resolvi estabelecer um fichário para os pensionistas, pelo qual localizamos centenas de duplicatas! Entrei com uma ação contra o advogado e contra os duplicados, pedindo a restituição dos valores

pagos indevidamente: foi tudo restituído! Acabei com aquela patifaria.

Advogados às vezes conceituados defendiam empreiteiras em causas que cobravam quantias absurdas. Eu negava. Já como Procurador-Geral eu manifestava-me contrariamente àqueles cálculos exagerados. O processo voltava para o Tribunal, que acolhia o parecer. Muito esbanjamento foi evitado.

Aliás, quando eu fui removido para a Vara da Fazenda, o Dr. João Carlos Kurtz, então Procurador-Geral, já havia indicado achar que aqueles pagamentos mereciam uma atenção especial. Eu garanti a ele que cuidaria do caso com carinho. Nem tudo, porém, se conseguia pegar. Hoje, felizmente, está muito melhor.

Era um absurdo haver apenas um Promotor na Vara da Fazenda! Quando assumi a Procuradoria-Geral de Justiça, em 1987, a independência administrativa e financeira e a isonomia salarial estavam só no papel. A Procuradoria-Geral simplesmente não podia criar um cargo, porque a iniciativa era do Tribunal de Justiça. Precisávamos quebrar essa tradição, uma verdadeira interferência na nossa rotina. Já nos primeiros meses no exercício da função, elaborei um projeto de lei criando um segundo cargo de Promotor na Vara da Fazenda. Isso produziu enorme celeuma! Uma gritaria daquelas de parte do Judiciário. Mas articulei com os Deputados e acabamos consolidando essa prerrogativa.

Como não contei com a simpatia do Judiciário, parti para uma ação ainda mais agressiva para deixar bem claro que estávamos assumindo as rédeas sobre o nosso destino. Havia 22 Procuradores, porque eram 22 os Desembargadores. Encaminhei um projeto de lei aumentando o número de Procuradores para 27! Foi uma polvorosa!

O Governador Pedro Ivo Figueiredo de Campos me chamou para conversar. Apesar da grande resistência do Tribunal de Justiça, a Assembleia, junto à qual eu gozava razoável trânsito, aprovava o projeto. Porém, o Governador estava em dúvida e avaliava a possibilidade de vetar a lei, pois duvidava da pertinência da criação de novos cargos,

trazendo mais gastos para o orçamento. Expliquei-lhe ser o papel do novo Ministério Público abrangente, cuidando do meio ambiente, dos insuficientes, da moralidade administrativa, etc. Disse mais: que os Desembargadores ficam esperando mandarmos os processos para eles, com tudo mastigadinho pelos nossos pareceres, e eles só têm o trabalho de julgar. Por esses motivos, argumentei, precisávamos de cargos a mais de Procurador. Creio que o Pedro Ivo gostava muito das minhas atitudes e acabou cedendo. Assim, quebrei esse dogma: durante muito tempo tivemos mais Procuradores do que Desembargadores. Foi uma provocação, no bom sentido, para explicitar que dali em diante assumíamos as rédeas sobre nosso destino, sabendo muito bem quais eram as nossas necessidades.

**Memorial do MPSC:** *Dr. Piazza, como foi o processo da sua assunção ao cargo de Procurador-Geral? O senhor já era Procurador naquela oportunidade?*

**Hipólito Luiz Piazza:** Eu era Promotor. Havia uma tendência de nomear-se para a Procuradoria-Geral um Procurador. Mas essa orientação havia sido quebrada com a indicação do Dr. Napoleão e do Dr. Kurtz, que me antecederam. Eu nunca me engajei em política partidária, evidentemente. Mas um irmão meu, o Aloísio Acácio Piazza, era Deputado pelo PMDB e, antes, fora Vereador e Prefeito em Florianópolis [entre 1966 e 1970]. Então, havia certa simpatia pelo partido. De tal sorte que, quando o Pedro Ivo se lançou candidato, chamou-me, juntamente com outros Promotores e Procuradores, para auxiliá-lo na reflexão sobre a parte do plano de Governo destinada ao Ministério Público. Éramos um grupo de meia dúzia. Ali, apontamos muitas necessidades, como prédio próprio, instalações melhores, autonomia administrativa, etc. Então, aquele pessoal ficou sendo cogitado – um de nós seria escolhido o Procurador-Geral. Não sei o porquê, mas meu nome começou a aparecer mais em destaque. Por outro lado, porém, crescia um mal-estar em um grupo que governava o Ministério Público até então. As mudanças poderiam trazer repercussões, pois inexistiam critérios claros para as promoções naquela época. Houve Promotores que sequer chegaram a ir para o interior, tendo feito toda a carreira em gabinete, na condição

de convocado, atuando na Procuradoria-Geral. Outros faziam carreira celeremente. Grupinhos se constituíam na base da amizade, do interesse. Eu apregoava uma ruptura radical com essa prática. Defendia a colocação de todo mundo em seu lugar, em seu posto de titularidade. Sustentava que deveríamos desenvolver critérios técnicos para as promoções. Realmente, eu não fazia segredo dessas posições.

Enfim, quando a indicação do meu nome cresceu, alguns Deputados do PMDB, como o Rivaldo Macari, foram cooptados para um movimento, que partia da Associação, de reação à minha nomeação. Fizeram uma campanha feroz em cima da minha pessoa. E lograram êxito. O Pedro Ivo resolveu procurar outro nome. Foi quando surgiu o nome do Dr. João José Leal, Promotor em Brusque, como alternativa.

Nomeado, o Leal, entretanto, não se adaptou bem. O Governador ficou desgostoso com a sua administração, pois o Leal não estava necessariamente compromissado com as teses que havíamos debatido anteriormente, durante a campanha, no âmbito do plano de Governo. Naquela época, o Procurador-Geral ainda era muito vinculado ao Executivo, tanto que participava das reuniões de Governo, com assento, como se fosse Secretário de Estado. O Leal também estava desgostoso, por sua vez, porque encontrou muita picuinha e repelia aquele ambiente. De tal sorte que decidiu sair.

Foi quando o Pedro Ivo mandou me convidar. Mas aí eu não queria mais. O Palácio insistiu muito. Acabei condicionando a minha aceitação a receber carta branca para administrar o Ministério Público. Já fui alertando que minha primeira providência seria colocar todo Promotor no seu lugar, dispensando os convocados. Aquilo gerava um efeito em cascata na administração: quando convocava um de Joinville, saía outro de Rio do Sul para cobrir Joinville; um de Maravilha para cobrir o de Rio do Sul, e assim por diante. De tal maneira que o Ministério Público estava praticamente todo deslocado. Alertei ao Governador das consequências da mudança de cultura administrativa, dizendo-lhe que não poderíamos abrir exceções e teríamos de resistir aos apelos de

políticos, que certamente viriam. O Governador até brincou comigo, sobre um Promotor, que atuava na Capital e até amigo da sua família era. Eu disse: “até ele, Governador, todos, até meus amigos convocados vão ter que ir para o interior, para o seu lugar!”.

Outro ponto pelo qual me bati logo de cara foi a adoção de critérios muito claros para as promoções. Muita gente havia sido injustiçada e aquilo precisava ter fim. O primeiro passo seria respeitar o critério de antiguidade. Era o Governador quem assinava a promoção e eu prometi levar-lhe uma lista que indicasse rigorosamente a relação de antiguidade. Mas alertei-o, contudo, que precisaríamos corrigir as injustiças, as quais ele desconhecia, de tal maneira que eu precisaria fazer algumas indicações.

Ele disse, afinal: “carta branca é carta branca!”. E me nomeou. E assim foi feito.

Aí estourou aquela briga com a Associação, pois lá se reunia o grupo que fazia oposição a mim desde o princípio. Eu nunca contei com a Associação ao meu lado: durante todos os quatro anos da gestão, ela me fez oposição renhida. Talvez tenha sido o único Procurador-Geral que jamais contou com o auxílio da Associação. Bateram tambor o tempo todo contra minha administração. Todos os dias havia algo: matérias publicadas nos jornais, assembleias, abaixo-assinados... Eu guardei esses recortes, que me apresentam como um verdadeiro terror! Mas não foi assim não! Enquanto eles batiam o tambor, a gente tocava o barco.

Minha primeira providência ao assumir foi batalhar pela conquista da isonomia de fato. Pois ela existia na lei, mas, na prática, apenas o Procurador-Geral percebia o mesmo que um Desembargador. Todos os demais ganhavam sempre 10% a menos que um Magistrado. Já no segundo mês, chamei o setor financeiro e determinei: “o salário do Procurador é tanto, e assim sucessivamente, até o Promotor lá embaixo”. Foi na raça, no peito! E avisei que, se houvesse algum protesto do Tribunal, o assunto seria comigo. Eu tinha a lei a meu favor! Afinal, isonomia para quê? Para ficar só no papel? Para privilegiar o Procurador-Geral? E, por

essa conquista, muito poucos me agradeceram.

**Memorial do MPSC:** *Era à Lei Complementar n. 40 que o senhor se remetia?*

**Hipólito Luiz Piazza:** Sim, a Lei n. 40 dava essa força ao Ministério Público. E havia disposições estaduais.

Os problemas da Instituição eram dramáticos. Nossa estrutura física, por exemplo, era deficientíssima! Na Hercílio Luz, ocupávamos três andares no Edifício Alpha Centauri. Todo o Ministério Público funcionava ali! E nem nosso era. Era um imóvel alugado! Sendo que o Procurador-Geral que me antecedeu não cuidara da renovação do contrato de aluguel do 3º andar, de modo que já corria uma ação de despejo. Ficamos apenas com dois andares! Os gabinetes eram ocupados por quatro Procuradores. Não havia sala individual. Estávamos estrangulados! Assim, ao perdermos o terceiro andar, precisamos nos apertar ainda mais. Por isso a briga com a Associação, em relação ao despejo.

Particpei ao Secretário, Valdir Vieira, que precisávamos otimizar o espaço. Não era possível que o trabalho de um Procurador rendesse bem com quatro em cada gabinete. O Valdir, então, ao meu pedido, fez um estudo. Sugeriu ocuparmos um depósito. A Associação, além disso, tinha uma sala grande. Ocupava dois ambientes. Expliquei a situação ao Moacyr de Moraes Lima Filho, que presidia a Associação. Até sugeri a ele um outro espaço, um prédio que estava desocupado, cedido à Procuradoria, ao lado do prédio dos Correios, na Praça XV, onde antigamente funcionara o Tribunal de Contas. Eu trabalhara lá. Era um prédio antigo, mas um espaço amplo.

Ele foi contrário. Negou-se a colaborar. Penso que estava de pirraça. O Valdir disse-me que iria dar um jeito. Ele nem me disse o que era e também não perguntei... No dia seguinte, estavam as coisas da Associação no corredor. O Valdir fez a mudança durante a noite. Aí, foi aquele escândalo! Chamaram a imprensa, tiraram fotos: "o Procurador-Geral havia despejado a Associação!". Não esquentei, pois consegui

um ambiente propício para os Procuradores – pela primeira vez, cada Procurador teria o seu gabinete!

Mas a parte administrativa ficou ainda espremida. Pedindo mais espaço ao Pedro Ivo, ele comprometeu-se a lançar a pedra fundamental para o nosso futuro prédio, em área próxima ao Tribunal de Justiça. Mas o processo todo era demorado. Nesse meio tempo, fiquei sabendo que a Secretaria da Agricultura dispunha de um prédio no alto da Felipe Schmidt, onde se agasalhavam entidades, como os sindicatos dos pescadores. Era um prédio de doze andares, meio precário, mas era um prédio. O Secretário mostrou-se simpático à ideia de ceder a área para o Ministério Público. Assumimos, então, o financiamento que a Secretaria dele pagava para a Caixa Federal e nos instalamos lá. Melhorou o espaço. Os elevadores é que eram ruins. Tínhamos garagem para doze veículos, de forma que organizei um rodízio com os Procuradores, por ordem de antiguidade: um ficava seis meses, depois saía para o outro poder ocupar. Mas deu tudo certo. Era perto, muitos iam a pé, eu ia a pé. Eu não sei, na negociação depois que o Dr. Kurtz fez para adquirir a nova sede, o que ele acertou com o Governador Vilson Kleinübing, se aquele prédio voltou para a Secretaria da Agricultura... Mas acho que foi uma conquista o que fizemos, embora fosse um prédio precário, antigo. Ao chegar ali, a gente teve base para conquistar uma coisa melhor.

**Memorial do MPSC:** *Voltando àquele episódio da Associação, porque a reação foi grande, se instalou uma assembleia permanente...*

**Hipólito Luiz Piazza:** Ah, me expulsaram, fizeram demais, mas eu não dei bola. Executei o que eu havia me proposto a fazer e não entrei na guerra de versões. Alguns, mais tarde, reconheceram ter sido importante mandar todos para o seu lugar, acabando com aquele sistema de deslocamento, de convocação. Alguns reconhecem nosso empenho em criar critérios mais técnicos para as promoções e já se admite que a situação da Associação, funcionando em área emprestada pela Procuradoria, era insustentável, algo que, à luz da legislação de hoje, não seria aceito de forma alguma.

O Gustavo Neves, de São Miguel do Oeste, meu amigo pessoal, já mais idoso, perguntou: “eu vou ter que ir para o interior?”. Eu respondi: “vai, pois não posso abrir exceção alguma: uma única exceção e o esquema todo vai ruir”. O Pedro Ivo dizia: “em favor do Fulano tem esta pilha aqui de pedidos, ele tá na lista?”. Estava, mas não poderia ser promovido, pois havia um outro que sempre fora preterido e nós tínhamos de corrigir aquilo. Aí tocava o telefone do Pedro Ivo. Era não-sei-quem, Prefeito da região, pedindo para o Fulano de Tal. Eles queriam manter um Promotor na Capital, ou depois queriam trazê-lo de volta, mas era impossível abrir uma exceção. Tal Promotor passou a participar da Associação em toda aquela mobilização contra a nossa gestão. O Pedro Ivo foi bacana, foi compreensivo. Assim como o Casildo Maldaner, que o sucedeu. Não impuseram qualquer outra atitude que não a minha adotada. Mas quando o Casildo assumiu o grosso do problema já tinha passado e muito estava consolidado.

Outra coisa importante na área da administração foi trazer o controle da folha de pagamentos para a gente. O CIASC, que elaborava as folhas, e o Tesouro do Estado, nem sempre concordavam com os reajustes que havíamos recebido, e às vezes a folha até chegava errada. Foi uma guerra trazer a execução das folhas de pagamentos para o Ministério Público, porque quem tinha o “osso” não queria largar. Lutamos uns três meses. Fui várias vezes ao Governador, mostrando o quanto aquilo era indevido, que estávamos na dependência de um outro órgão, totalmente estranho. O aposentado sofria muito, pois os reajustes não eram repassados pelo Tesouro. Era uma disparidade de tratamento muito grande entre o Promotor na ativa e o inativo. Exaustivo, mas vencemos. O Secretário da Administração dava a palavra final no Executivo para qualquer vantagem que um Membro teria direito, tal como auxílio moradia, adicional por substituição, etc. Era um absurdo! E só fui saber disso quando assumi a Procuradoria-Geral. O Secretário de Administração era o Emanuel Campos, irmão de Pedro Ivo. Pedi a ele que os processos que tramitavam lá e nos diziam respeito nos fossem devolvidos. Ele até achou que eu estava fazendo-lhe um grande favor.

Então, enfrentei esses problemas basilares. E sem o apoio da Associação, com a oposição da maioria da classe. Porque a Associação fazia o fogo e as coisas boas não eram divulgadas, e eu era o terror dos Promotores...

**Memorial do MPSC:** *Mas o senhor voltou depois à Associação? Como é que ficou essa história da expulsão?*

**Hipólito Luiz Piazza:** Legalmente não poderiam me expulsar, mas constou em ata... parei de pagar a mensalidade. Não esqueitei. Mas depois disso, quando saí e fui atuar como Procurador, o Dr. Vidal assumiu, reconheceu a besteira feita, disse-se arrependido e propôs que eu retornasse. Agradei a iniciativa dele, tocante até, mas não tinha mais interesse naquilo. O Moacyr também tentou me convencer a voltar, igualmente reconhecendo o erro, mas...

**Memorial do MPSC:** *O senhor não frequenta a Associação desde então?*

**Hipólito Luiz Piazza:** Hoje eu sou associado. Porque mudou toda aquela fisionomia. A Associação, que sempre fora administrada por Procuradores, passou a ser gerida por Promotores a partir do Luiz Ricardo Pereira Cavalcanti, o que mudou o espírito da coisa. Antes de ser Procurador-Geral eu fui diretor da sede balneária, na gestão do Hélio Juk. Mas a minha linha já era dura e teve gente que não gostou, porque cortei regalias. Aquilo também já foi outra encrenca. Deu briga. Tenho sempre muito clara qual minha linha de atuação, de forma que não estou disposto a ceder. Sou contra privilégios.

**Memorial do MPSC:** *Esse período que o senhor viveu à frente da Procuradoria-Geral de Justiça foi de grande instabilidade financeira, com inflação galopante e necessidade de reajustes periódicos. Como o senhor negociava isso com o Governador? Houve atraso da folha de pagamento em algum momento?*

**Hipólito Luiz Piazza:** Quando assumi, nosso orçamento equivalia a apenas 0,4% do orçamento estadual! Quase que não dava para a gente administrar. Conseguimos melhorar nossa participação em 0,63%. Foi um avanço enorme!

Além disso, passei a controlar melhor algumas coisas, gerando economia, a exemplo das diárias. Limitei muito o uso de diárias pelos Membros colocando todo mundo em seu lugar, em sua Comarca de titularidade. Passamos a ter Promotores em todas as Comarcas, não havendo mais necessidade de tanto deslocamento. Além disso, nos obrigávamos a devolver o excedente eventualmente não gasto, coisa que fiz várias vezes. Era um pouco antipático, mas era justo: recolhíamos as sobras que não eram comprovadas por nota.

Além do contexto dos deslocamentos, havia um acréscimo financeiro. Não apenas pelas diárias, mas porque um Promotor de, vamos dizer, São João Batista, substituindo em Florianópolis, acabava recebendo como um de quarta entrância quando deveria ganhar o salário de um Promotor de primeira. Havia muitos casos assim. Só no primeiro ato, foram reposicionados 40 Promotores! Veja a economia que não se conseguiu apenas com um ato!

Mas internamente foi uma encrenca também. Houve mulher chorando no meu gabinete, rogando para não enviar o marido para o interior. Eu perguntava: “mas ele não quis ser Promotor?”. Promotor tem que fazer uma carreira, palmilhar, até para aprender, ganhar experiência. Nós tivemos Promotores que nunca fizeram Júri. É um absurdo, não é?

Também nos garantiu uma boa economia a mexida que dei no sistema de transportes. Quando um Promotor se mudava de Comarca, a mudança era custeada pela Procuradoria. Mas as transportadoras contratadas eram todas da Capital, o que era um contrassenso, pois, às vezes, para levar uma mudança de uma cidade para a vizinha, no interior, era preciso deslocar um caminhão da Capital. Quando assumi, o pagamento dessas transportadoras estava todo atrasado. Havia pilhas de cobranças. Então, cadastramos transportadoras de todo o Estado para prestar o serviço de mudanças. Cada região passou a ser atendida por uma transportadora diferente. Com a economia alcançada, saldei as dívidas.

Num seminário de Governo sobre a economia nas contas públicas,

meu relatório foi muito aplaudido pelos Secretários de Estado.

No último mês do Governo, quando o sucessor já se preparava para assumir o mandato, o Tribunal se autoconcedeu um reajuste de 82% do salário dos Magistrados. Foi um baque. Acabei ficando um pouco mais no exercício do cargo porque o escolhido para me suceder não queria assumir com esse pepino. 82% era quase o dobro da nossa folha! Repassamos os 82% para todos os integrantes do Ministério Público. Era uma questão de honra manter a isonomia. Levei um expediente ao Governador, informando a alteração na folha, mas o Félix Cristiano Theiss, Secretário da Fazenda, foi taxativo, dizendo não haver disponibilidade de recursos, e contrariou determinação do Governador para liberá-los. O Wilson Kleinübing assumiu o Governo e o impasse foi se espichando...

**Memorial do MPSC:** *O senhor ficou ainda como Procurador-Geral no início da gestão Kleinübing?*

**Hipólito Luiz Piazza:** Claro, fiquei por causa disso! O Kurtz, eleito pela classe, por certo, não queria descascar esse abacaxi e a nomeação dele foi sendo adiada. Fui conversar com o novo Secretário da Fazenda, o Fernando Marcondes de Matos, e pedi também auxílio para o Emygdio Sada, muito amigo do Marcondes. Apelei para o Dr. Vidal Vanhoni, com bom trânsito junto ao Marcondes. Mas o Marcondes não dispunha dos recursos. Então, de posse do expediente do Maldaner, fiz um pedido para que o Tribunal autorizasse o repasse. Caiu na mão do Desembargador Schaefer Martins, que o acolheu. Aí eu entrei com um processo contra o Félix por desobediência ao despacho do Schaefer. Fomos, então, todos os Procuradores ao Governador pedir para o Fernando Marcondes liberar os recursos. Não houve jeito, pois o Kleinübing afiançava não haver orçamento. Foi quando entrei com um pedido de intervenção federal no Governo do Estado. Só assim os 82% foram liberados.

**Memorial do MPSC:** *E chegou a atrasar a folha de pagamento?*

**Hipólito Luiz Piazza:** Atrasou uns 15, 20 dias, por conta deste impasse. Eu podia ter cruzado os braços e deixar o abacaxi para o pró-

ximo, mas não achei correto.

**Memorial do MPSC:** *Como foi nesse contexto a cerimônia de transferência do cargo de Procurador-Geral de Justiça?*

**Hipólito Luiz Piazza:** Consultei o Kurtz para saber se ele preferiria um ato solene, mas ele preferiu simples. Então, o cargo foi transmitido em gabinete, numa cerimônia bem simples. Por causa até daquela ce-leuma toda. O Kurtz fora o líder do grupo de oposição.

A eleição para Procurador-Geral foi implantada na minha administração. Com a consolidação da Constituição, elaborei um projeto de lei sobre a matéria e o enviei à Assembleia. Apenas por uma questão institucional, escolhi o dia 14 de dezembro, data do Ministério Público, para ser a data da eleição. Eu não pretendia lançar candidato, não iria apoiar ninguém, muito menos concorrer. Mas alguns viram ali uma possível manobra minha, já que o Procurador-Geral seria escolhido ainda pelo Casildo, com base na lista tríplice votada pela classe. Então, depois de aprovado o projeto na Assembleia e sancionado pelo Governador, a oposição entrou com um mandado de segurança no Tribunal de Justiça, alegando que havia risco de a eleição ser conduzida por mim. Conseguiram uma liminar que determinou a transferência da data da eleição. O Kleinübing se elegeu com facilidade e a eleição para Procurador-Geral se deu logo em seguida à sua posse.

Não foi o único mandado de segurança que precisei enfrentar. Outro absurdo cometido pela nossa oposição foi investir contra uma movimentação que precisava ser feita, em razão da criação de sete novos cargos de Procurador, conquista alcançada, aliás, depois de uma séria queda de braços com o Tribunal de Justiça. A movimentação para o preenchimento desses cargos era interesse institucional. Mas uma liminar trancou-a. Precisei recorrer a outros Tribunais para derrubá-la. A oposição temia que eu nomeasse Procuradores ligados à minha gestão, mas a regra era muito clara: promoção apenas por lista de antiguidade. Consumi uns quatro ou cinco meses para poder fazer a movimentação.

Foi terrível a oposição que enfrentei! Houve um abaixo-assinado firmado por quase todos os Procuradores, pedindo ao Governador que me dispensasse. O Pedro Ivo guardou aquilo na gaveta. Poucos estavam ao meu lado. O Secretário, um ou outro Procurador...

Cada vez que havia necessidade de negociar algo na Assembleia, era difícil. O Jádel me acompanhava às vezes, um ou outro mais... Mas, em geral, eu ia lá completamente sozinho reivindicar em favor da Instituição. Não só não tinha apoio como ainda precisava enfrentar oposição, nos assuntos que eram de interesse da classe. Tudo por vaidade, eu reputo. Queriam me derrubar.

Uma vez o Carvalhinho (Luiz Carlos Schmidt de Carvalho) brincou comigo, dizendo que eu tinha um santo forte. Porque o meu irmão seria indicado para a candidatura a Prefeito da Capital pelo PMDB. Como Deputado, chegara a presidir a Constituinte estadual. Mas puxaram o tapete dele na convenção do partido e ele ficou muito magoado. Rompeu com a legenda e saiu atirando contra o Governador, outros Deputados. Atacou muito o Governo. Meus adversários no Ministério Público acharam então que o Governador não mais me daria sustentação. A imprensa especulava sobre minha renúncia iminente. Mas eu nada tinha com o problema do meu irmão. Meu papel no Ministério Público era independente de política. E o Pedro Ivo e o Casildo sempre me apoiaram.

**Memorial do MPSC:** *O senhor chegou a organizar um concurso durante a sua gestão?*

**Hipólito Luiz Piazza:** Sim, dois concursos. Acho que fizemos uma turma muito boa. No primeiro concurso, alcançou-se o recorde de inscrições. O Dr. Ruy Olympio de Oliveira foi o Coordenador. Estávamos bem desfalcados, de forma que aproveitamos 41 aprovados. Foi uma seleção muito boa. A posse foi no salão do Palácio. Era muita gente e não tínhamos espaço, então fizemos lá. Do segundo concurso, aproveitamos uns 20 aprovados.

**Memorial do MPSC:** *Durante a sua gestão, a Constituinte estava em pleno andamento: como o senhor vivenciou esse processo?*

**Hipólito Luiz Piazza:** O Dr. Saulo Ramos, Consultor-Geral da República, fora indicado para cuidar dos capítulos do Ministério Público e da Magistratura. Participei de muitos encontros com ele. Fiz duas proposições que muita gente não gostou: a redução de 60 para 30 dias de férias e o fim da aposentadoria com 30 anos. Eram dois privilégios que precisavam ser extintos. Eu estava aposentando gente com 42 anos de idade! Um absurdo! Mas fui muito criticado pelos outros Procuradores-Gerais, por essas duas sugestões. Ao final, contudo, o tempo mínimo de aposentadoria foi de fato ampliado para 35 anos de serviço.

**Memorial do MPSC:** *Era o Colégio de Procuradores-Gerais que se reunia?*

**Hipólito Luiz Piazza:** Sim, com o Saulo Ramos.

**Memorial do MPSC:** *E a CONAMP?*

**Hipólito Luiz Piazza:** Sim, participei de algumas reuniões organizadas pela CONAMP.

**Memorial do MPSC:** *Eram muito díspares as sugestões dos Ministérios Públicos estaduais?*

**Hipólito Luiz Piazza:** Não. Chegamos a um resultado final muito positivo, produto de razoável consenso interno da classe. Avançamos muito nas garantias institucionais e na ampliação das atribuições. Havia uma turma muito boa na época, lideranças muito esclarecidas e combativas, como Antonio Araldo Ferraz Dal Pozzo, Procurador-Geral de São Paulo, Voltaire de Lima Moraes, Procurador-Geral do Rio Grande do Sul, e Antonio Carlos Biscaia, Procurador-Geral do Rio de Janeiro. Alguns Deputados oriundos do Ministério Público nos ajudaram muito, como Plínio de Arruda Sampaio, Ibsen Pinheiro e Luiz Antonio Fleury Filho – na época, ainda não era Deputado, mas atuou junto a gabinetes parlamentares.

A nova Constituição fortaleceu muito o Ministério Público. Ajudou, também, a minha administração.

**Memorial do MPSC:** *E como foi a negociação na Constituinte Estadual?*

**Hipólito Luiz Piazza:** Bem mais fácil. Eu nomeei uma comissão, integrada pelo próprio Kurtz e o Cyro Campos, entre outros. Deixei o assunto com eles. Não quis me envolver, pois já tinha trabalhado muito lá na federal. E eles tinham já todo o espelho a partir do qual se inspirar. Fizeram um bom trabalho.

**Memorial do MPSC:** *Houve algum tema polêmico no Estado? Em algum momento se discutiu algum aspecto que ficou para posterior regulamentação?*

**Hipólito Luiz Piazza:** O mais difícil eram sempre os problemas da isonomia e do repasse financeiro.

**Memorial do MPSC:** *E a instalação da Escola Superior do Ministério Público, como foi?*

**Hipólito Luiz Piazza:** A Escola estava prevista no papel, mas ainda não havia sido instalada. Um mês depois de assumir, resolvi colocar o tema em prática. Baixei uma resolução indicando Dr. Nuno de Campos, Dr. Espada Rodrigues Lima e Dr. Éverton Jorge da Luz para desenharem a organização da nova Instituição. Surgiu como um setor da Procuradoria. No início, oferecíamos só dois turnos, manhã e noite. Os professores lecionavam muito por amor à causa. Nuno de Campos foi o primeiro diretor, seguido pelo Dr. Jaime de Souza. A instalação se deu na presença do Governador, numa solenidade bonita. Nosso foco era o aperfeiçoamento e a preparação. Eu acho que ela se consolidou e hoje está maravilhosamente bem.

Outra ação implantada em minha gestão, e da qual muito me orgulho, foi o fundo de preservação do meio ambiente. Indiquei o Dr. Éverton Jorge da Luz como responsável. O fundo é formado por uma

parcela das multas aplicadas às empresas agressoras do meio ambiente.

A estrutura do Ministério Público era muito acanhada. Quase tudo, então, estava por ser feito. Outra iniciativa importante da época foi, justamente, a organização de uma estrutura para nossos recursos junto ao Supremo Tribunal Federal e junto ao Superior Tribunal de Justiça.

Também organizamos vários seminários. A ideia que a sociedade fazia do Ministério Público era do acusador. Nosso papel na área penal era conhecido, mas ignorava-se a abrangência das nossas atribuições. Convidei o Procurador José Enéas César Athanázio, um homem muito culto, para me ajudar na tarefa de transmitir às comunidades o nosso papel. Assim, promovemos inúmeros encontros. Vinham o Prefeito, os professores, os alunos. A solenidade era bonita, cantava-se o hino nacional, o hino de Santa Catarina, eu fazia uma preleção, um outro Procurador transmitia a experiência com a sua área. Foi muito bom e proveitoso.

**Memorial do MPSC:** *E as iniciativas da administração anterior a sua, tais como o DECOM?*

**Hipólito Luiz Piazza:** Foi outra briga. Sempre entendi ser o DECOM um órgão administrativo, que não poderia estar vinculado ao Ministério Público (hoje de fato vem a ser o Procon). Quando eu assumi, disse ao Governador que aquele órgão não poderia estar na estrutura do Ministério Público, mas sim na do Executivo. Mas a administração do Governador teve dificuldade de conduzir bem o DECOM. Então, eu indiquei Promotores aposentados com disposição em auxiliar no tema e colaboramos com o Governador para criar o Procon. O Rogério Ferreira ajudou-me muito nesse processo e foi muito feliz no resultado alcançado. Finalmente, passou para a área de administração do Executivo.

**Memorial do MPSC:** *Alguma outra realização de sua gestão que o senhor gostaria de comentar?*

**Hipólito Luiz Piazza:** Sim. Eu implantei o primeiro núcleo de

apoio aos Promotores. Comecei pela Capital. Convocamos funcionários com certo conhecimento e criamos essa estrutura inicial para apoiar o trabalho dos Promotores. Consegui, ainda, levar esse modelo para Brusque e Blumenau. Eu realmente me preocupava muito com o abandono do Promotor na Comarca, onde ele dependia integralmente da estrutura posta à disposição pelo Juiz. Se dava o azar de brigar com o Juiz, a situação ficava difícil. Eu, por exemplo, me desentendi com o Juiz em São Francisco do Sul.

**Memorial do MPSC:** *Como foi isso?*

**Hipólito Luiz Piazza:** Nos anos 1960, para um desquite consensual, o casal encaminhava um pedido conjunto para o Juiz, que estabelecia uma pensão para a esposa e os filhos. O Juiz, não sei porque cargas d'água, prometeu agilidade a um Fiscal da Receita Federal que queria se separar e estava de muda para Manaus. O Magistrado teria dado a sua palavra de que o processo seria concluído em uma semana. Até não era impossível, porque era um processo ligeiro. Mas ao examiná-lo, percebi não haver nada fixado: os alimentos, a separação de bens, a coisa não estava certa... Dei um parecer contrário, salientando que da forma como se apresentou o pedido não havia possibilidade de ser homologado e de que o próprio Tribunal não concordaria com tal: tinha recurso ex-offício.

O Juiz, percebendo diante de minha promoção que iria atrasar o processo, tentou me convencer a mudar o parecer. Eu disse que não podia ir contra a lei. Porém, se ele quisesse homologar, era com ele. Ele se incomodou, tirou um outro processo da gaveta, no qual eu havia pedido o arquivamento e me disse que o encaminharia para a Procuradoria-Geral. Levantei-me e disse que gostaria que as duas medidas por ele referidas fossem cumpridas. Achei aquilo o fim.

No fim, ele recebeu uma tremenda puxada de orelhas do Tribunal por ter homologado o desquite, e a Procuradoria-Geral acolheu meu parecer. Não engoliu aquilo. Para ir à desforra, sempre procurava me espicaçar de alguma maneira. A coisa piorou quando ele recebeu uma ordem para agilizar um outro processo, no âmbito de um compromisso

com o Governador. Novamente, ele o fez de maneira incorreta e eu não abri mão de fazer na forma da lei. Depois teve outro pito que ele levou do Volney Colaço de Oliveira, Procurador da República. Assim, nós passamos juntos quase quatro anos.

Até que aconteceu mais uma coisa, para piorar: o Tribunal queria construir um Fórum novo. Naquela época acontecia da seguinte forma: a Prefeitura doava um terreno para o Estado, que o cedia ao Tribunal para a construção. Mas quem representava o Executivo na transmissão dessa escritura era o Promotor de Justiça. Sem eu saber de nada, o Dr. José Daura, Procurador-Geral, liga um dia me chamando para representar o Estado, recomendando que eu escolhesse o Cartório. Fui tomado de surpresa. Mas, como tinha amplos poderes, escolhi o Cartório e agendei a cerimônia. Na manhã seguinte, o Juiz veio ao meu encontro comunicar-me já ter escolhido o Cartório do Sr. Gilberto Cardoso: “Quero que o senhor leve seu CPF para ele deixar a papelada regularizada”. Eu disse: “O quê?”. Ele repetiu: “O senhor não esqueça seu CPF”. Olha que petulância! Eu não dei bola, só que ele veio atrás de mim, repetindo aquilo: “Não esqueça teu CPF”. Aí eu me virei para dar um murro nele. Nisso chegou a moça do café. Ele recuou, receoso... e ficou assim. Liguei para o Gilberto e disse: “Esquece o que o Juiz marcou aí, ele não manda nada. Vou fazer no outro Cartório”. Depois disso, o Juiz fazia tudo o que estava ao alcance dele para piorar a minha situação. Penei bastante, porque nenhum funcionário podia me ajudar em nada.

Não tinha qualquer apoio administrativo – sala de 2 X 2 m., uma mesa e uma cadeira de pau, apenas. Pensei até em alugar uma sala por conta para instalar o ofício ministerial, mas o Dr. Daura aconselhou-me a ponderar, pois seria um precedente.

**Memorial do MPSC:** *O senhor quer deixar alguma mensagem?*

**Hipólito Luiz Piazza:** Eu gostaria de dizer que o Ministério Público sempre me deu muita satisfação nesse papel que me coube. É uma Instituição que me traz muito orgulho. Fico feliz em constatar que aquelas sementes plantadas frutificaram. E eu sempre peço a Deus que

ilumine os seus comandantes e integrantes para que nossa Instituição seja sempre eficiente, operosa, e para que continue prestigiada pela sociedade, a quem sua relevante missão é destinada.

**Memorial do MPSC:** *Obrigado Dr. Hipólito!*

# Moacyr de Moraes Lima Filho



**Moacyr de Moraes Lima Filho** nasceu em 19 de setembro de 1946, em Florianópolis. Formou-se no curso de Direito em 1969, pela Universidade Federal de Santa Catarina. Prestou concurso para o Ministério Público e ingressou na Instituição como Promotor Substituto na Comarca de Itajaí, em janeiro de 1972. Seis meses depois, foi promovido à Comarca de Itaiópolis. No ano seguinte, também por promoção, seguiu para a Comarca de Xanxerê. Por remoção, passou a exercer suas atividades na Comarca de São Francisco do Sul, em 1977. Em maio de 1978, foi promovido para a Comarca de Chapecó para atuar junto à 2ª Vara Cível. Em seguida, passou a responder, também, perante as Varas Criminal e da Fazenda da mesma Comarca. Em 1979, foi removido para a 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Criciúma, com atuação na área cível. No ano de 1982, também por remoção, passou a exercer a titularidade da 4ª Promotoria de Justiça da Capital, na qual permaneceu por dois anos. Em junho de 1984, foi promovido a Procurador de Justiça. Exerceu o cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público por dois mandatos, entre os anos 1990 a 1994. Foi eleito Procurador-Geral de Justiça em 1995, seguindo no cargo até 1999. Integrou o Conselho Superior do Ministério Público. Pelo Quinto Constitucional, tornou-se Desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina em outubro de 2007, cargo que ainda exerce.

# MOACYR DE MORAES LIMA FILHO<sup>1</sup>

**Memorial do MPSC** – *Desembargador, o senhor é natural de onde?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – Florianópolis, da Rua Bocaiúva.

**Memorial do MPSC** – *Por que a opção pelo Direito? Havia alguma tradição nessa área em sua família?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – Como muitos jovens da época, cursei o Colégio Catarinense focando-me no Científico, preparando-me, em tese, para cursar Medicina. Mas no último ano, dei uma guinada e resolvi estudar Direito. Não existia uma tradição explícita. Dois tios eram formados em Direito, porém, não advogavam, eram funcionários públicos.

**Memorial do MPSC** – *O senhor estudou em Florianópolis mesmo?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – Sim. Formei-me em 1969.

**Memorial do MPSC** – *Foi uma época braba, não é? Como o clima político repercutiu na sua experiência discente?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – Militei no movimento estudantil e participei do Centro Acadêmico. Fui membro da diretoria da UCE. Foi um momento importante para a sociedade. Os movimentos sociais eram intensos, mas tudo era aferido, não se tinha liberdade.

**Memorial do MPSC** – *E como surgiu a opção pelo Ministério Público?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – Foi o primeiro concurso que apareceu... [risos]. Prestei o concurso em 1971, quando eu já atuava como Consultor Jurídico do Estado. Assumi em 1972 e fui nomeado para Itajaí. Mas, em seguida, fui promovido para a Segunda Entrância,

---

1 Entrevista realizada no gabinete do entrevistado, no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em Florianópolis, no dia 30 de julho de 2010, por Gunter Axt, Gustavo Viviani de Souza e Daniela Talarico. Transcrição de Gunter Axt.

em Itaiópolis, e permaneci como Substituto apenas oito meses. Um ano e meio depois já fui promovido para a Terceira, em Xanxerê. Ali fiquei mais tempo... Foi uma época de grande mobilidade: éramos poucos e havia muitas vagas a serem preenchidas. Depois, me removi para São Francisco e, em seguida, para Criciúma. De lá, fui promovido para Florianópolis, onde cheguei em 1982. Foram, portanto, 10 anos no interior.

**Memorial do MPSC** – *O senhor se recorda de algum processo que tenha chamado mais a atenção?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – Atuei mais fortemente na área criminal, como Promotor do crime. Em Criciúma, funcionei num Júri muito rumoroso e tumultuado – um prédio explodira, em decorrência de um incêndio criminoso iniciado por um senhor, matando treze pessoas. O réu foi condenado a 400 anos de prisão, pena que suscitou muito debate.

**Memorial do MPSC** – *O senhor percebia uma mudança na natureza dos feitos de uma Comarca para outra?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – Não havia grande variação. A criminalidade era baixa. Os crimes de potencial ofensivo eram raríssimos. Conseguia-se dormir de janela aberta! Vivíamos num mar de tranqüilidade e não sabíamos. Hoje a situação é bem outra.

**Memorial do MPSC** – *E como era a relação do Promotor com a Procuradoria-Geral de Justiça?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – A comunicação era muito difícil. Não havia telefone nas Comarcas pelas quais eu passei. Dependíamos do rádio da Polícia. Interagíamos mais apenas durante as férias, quando vínhamos para Florianópolis e podíamos visitar a Procuradoria-Geral. Quando o telefone se disseminou, emergiu uma nova realidade.

Quando ingressei no Ministério Público, precisei comprar máquina de escrever e, eventualmente, o papel que usava, os códigos. Às vezes, os Juízes nos emprestavam tinta e papel. Enfim, o sucesso do nosso

trabalho dependia muito da nossa própria boa vontade. A estrutura era muito precária. Também ficávamos muito na dependência do Fórum e da colaboração do Juiz.

**Memorial do MPSC** – *E como era a relação com as autoridades municipais?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – Positiva, de boa qualidade. Éramos, inclusive, instruídos para mantermos um relacionamento próximo com os prefeitos e vereadores. Não tínhamos muita noção dessa relação. Não existia uma reflexão sobre essa convivência: ela simplesmente acontecia. Em algumas Comarcas era ainda mais próxima, porque a casa que o Promotor ocupava era cedida pela Prefeitura. Moradia era difícil: alguns colegas moraram em hotéis muito simples, outros em quartos de hospital... Muitas Prefeituras alugavam um imóvel, disponibilizando-o ao Promotor. O Juiz era mais bem aquinhado, mas para a gente era bem mais custoso. Enfim, sempre havia alguma coisa que nos aproximava das autoridades municipais e judiciárias.

**Memorial do MPSC** – *Então, em 1982, o senhor chegou a Florianópolis?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – Sim, como Promotor da Vara do Júri, na qual fiquei um ano e meio. Depois, fui convocado para a Procuradoria-Geral de Justiça e, em seguida, em 1984, fui promovido a Procurador.

**Memorial do MPSC** – *Durante esse período na Promotoria Criminal, houve algum processo que tenha lhe chamado mais a atenção?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – Não, era a rotina de Júri. Alguns casos alcançaram um pouco mais de repercussão, mas nada além do normal.

**Memorial do MPSC** – *E qual a natureza dos feitos e o perfil da violência com a qual o senhor lidava no Júri na Capital?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – A pergunta é interessante: não havia relação com as drogas. Eu nunca tinha entrado em contato com tóxicos: cocaína, eu nunca vi. O único episódio relacionado com tóxicos, do qual me recordo, foi na Comarca de Xanxerê, no caso, maconha: era considerado pela comunidade um crime horroroso, descomunal. Tanto que o uso era reprimido duramente. O rito do processo era diferente. Mal tínhamos conhecimento, tão rara era a pauta.

Completamente diferente da atualidade, na qual prevalecem três crimes: tráfico de substâncias ilícitas, roubo e estupro. O estupro sempre teve uma certa ocorrência frequente em Santa Catarina. No passado, as causas dos raros homicídios residiam em desentendimentos familiares, passionais ou desavenças políticas, entre vizinhos... E era um fato que chamava a atenção. Hoje, caímos na banalidade e a maior parte dos homicídios está relacionada ao tráfico de entorpecentes. Em 1982, por exemplo, houve um crime ocorrido no centro da cidade. Ao lado da antiga Caixa Econômica Federal, num dia de carnaval, um rapaz que vendia pipoca esfaqueou um outro. Não havia registro de um crime semelhante a esse na região. Foi um choque! Uma comoção! Eu fazia não mais de quatro ou cinco Júris num ano, aqui na Capital! Hoje, atinge-se essa marca numa sessão.

**Memorial do MPSC** – *Esse período do início dos anos 80 foi de grande ebulição no Ministério Público. Como o senhor o vivenciou?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – Eu estava chegando em Florianópolis e comecei a perceber essa mudança. Participei da elaboração de alguns projetos, em especial dos Grupos Regionais de Estudos, ligados às coordenadorias. No próprio Ministério Público, isso não era muito bem aceito, no início, pois não deixava de funcionar como um foco de resistência a algumas imposições do Procurador-Geral de Justiça. Os GREs, efetivamente, nasceram envoltos nessa desconfiança de que poderiam provocar uma revolução no Ministério Público, o que efetivamente aconteceu. A partir dali, ampliou-se a discussão sobre a dimensão social do Ministério Público para além do foco exclusivamente criminal.

**Memorial do MPSC** – *O senhor chegou a participar de um célebre encontro da classe em Lages?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – Não, eu fiquei em Florianópolis. Mas conheço os resultados. Discutiu-se uma porção de teses, ideias posteriormente implantadas. Houve, depois, um encontro em Itajaí, no qual se fez presente o Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel. Eu estava já na diretoria da Associação.

**Memorial do MPSC** – *Como foi a sua vivência associativa? O senhor tinha contato com a Associação enquanto estava no interior?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – Meu primeiro contato com a Associação foi quando se criaram as coordenadorias e os GREs. Antes disso, a Associação funcionava apenas como um clube, cuja grande atividade era a promoção de uma festa de fim de ano para a congregação da classe. Nesse momento, a Associação começou a debater o Ministério Público. Particpei da primeira eleição, quando foi Presidente o André Melo Filho. Eu era o Segundo Tesoureiro. O Dr. André foi eleito Corregedor-Geral e saiu do cargo de Presidente da Associação. A eleição na Associação era indireta – elegíamos uma equipe, que elegia o Presidente. Nessa composição da diretoria fui eleito Presidente e permaneci oito anos à frente do cargo, do qual saí para me candidatar à Corregedoria-Geral do Ministério Público.

**Memorial do MPSC** – *Como foi organizado o Congresso de Itajaí? Como a Associação mobilizava recursos humanos e materiais para tamanha tarefa?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – De fato, não havia aporte financeiro suficiente para fazer frente a essa nova demanda, vez que de uma hora para a outra a Associação passou a debater a Instituição Ministerial. Mas o Procurador-Geral da época, Dr. João Carlos Kurtz, apoiou tais iniciativas. Ele teve o descortino de organizar o Congresso em Lages e nos auxiliou na organização do Congresso de Itajaí. Não fosse o apoio da Procuradoria, nada daquilo teria se concretizado.

**Memorial do MPSC** – Logo depois do Congresso de Itajaí, houve um evento importante para o Ministério Público no Brasil, que foi a edição da Lei da Ação Civil Pública. O senhor acha que a mobilização de Santa Catarina contribuiu de alguma forma para a edição dessa lei?

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – Sim, certamente. Ministérios Públicos, como o de São Paulo, em especial, e também o de Santa Catarina, foram instituições importantes para alavancar essas modificações. Aqui no Estado, a ideia do DECOM foi um prenúncio da Lei da Ação Civil Pública que veio logo em seguida.

**Memorial do MPSC** – O Ministro Abi-Ackel já conhecia esse modelo quando esteve em Santa Catarina ou foi apresentado ao DECOM em Itajaí?

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – Já havia uma aproximação dos órgãos federais com o DECOM, principalmente o Ministério da Justiça. Tudo começou com o Direito do Consumidor. O Procurador José Galvani Alberton, que coordenou o DECOM, tinha um relacionamento muito próximo ao setor do Ministério da Justiça que lidava com o Direito do Consumidor. Havia uma aproximação estreita entre os Ministérios Públicos de São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, com constante troca de informações.

**Memorial do MPSC** – O senhor chegou a participar do Congresso da CONAMP que produziu a famosa Carta de Curitiba?

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – Sim, estive lá. O Ministério Público era uma estrutura ainda amadora. Os grandes líderes desse movimento de renovação eram os paulistas, como o Fleury, o Araldo Dal Pozzo. Do Rio de Janeiro, o Biscaya. Do Rio Grande do Sul, o Voltaire de Lima Moraes. Estava o Procurador-Geral do Paraná, que era o Presidente da Associação Estadual na época.

**Memorial do MPSC** – Se cotejarmos o Capítulo do Ministério Público na Constituição de 1988 e a Carta de Curitiba, perceberemos serem poucas as discontinuidades. Os dois textos convergem entre si em grande medida, indi-

*cando que a CONAMP pode ter sido capaz de uma mobilização muito eficaz durante a Constituinte, não é?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – De fato. Eu fui um dos que permaneceu em Brasília durante quase todo o processo Constituinte. Fazíamos plantão em Brasília. Cada semana ficava a delegação de um Estado. Eu me engajei várias vezes nesse plantão. A CONAMP tinha um quarto de hotel reservado no setor hoteleiro no qual funcionava a nossa concentração.

**Memorial do MPSC** – *Quem eram os principais interlocutores de vocês?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – As pessoas mais ligadas ao Ministério Público, como o Ibsen Pinheiro – mais tarde Presidente da Câmara –, cuja contribuição foi inestimável; o Plínio de Arruda Sampaio, com quem ficamos uma noite inteira reunidos preparando um voto para a Lei Orgânica do Ministério Público: estávamos eu, o Vidal Vanhoni e um Deputado Catarinense que enfeixou a relatoria no início do processo. Ao tempo em que se aprovava a Constituição já se debatia a Lei Orgânica, votada em 1991. Tanto que algumas normas conectam uma coisa a outra, como a eleição do Procurador-Geral, uma ideia que surgiu no âmbito do debate da Lei Orgânica, já no tempo do Figueiredo, quando foi discutida em uma emenda em separado.

**Memorial do MPSC** – *A Constituinte teve diversos momentos, não é? Começou com a Comissão dos Notáveis, cujo projeto foi abandonado. Depois partiu-se para o modelo das Sub-Comissões, sendo que a do Judiciário foi relatada pelo Plínio de Arruda Sampaio. Enfim, até o meio do processo, caminhava-se para um texto de feição parlamentarista, quando houve uma guinada determinada pelo chamado Centrão, que desenhou o presidencialismo. O senhor se recorda se essa mobilização e essa guinada chegaram a impactar o Capítulo do Ministério Público?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – Sim, resistências se reorganizaram e emergiram dali. Mas o próprio Centrão encerrava uma visão mais

de longo curso, de maneira que, em linhas gerais, até havia sintonia com a proposta da CONAMP. A não ser com relação à eleição do Procurador-Geral de Justiça, que era, então, tema polêmico.

**Memorial do MPSC** – *Quais eram os principais opositores ao Capítulo do Ministério Público na Constituinte?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – Enfrentamos dificuldades junto aos Magistrados, que não aceitavam um Ministério Público constituído quase como um quarto Poder. Os Deputados mais à direita também resistiam ao empoderamento da Instituição, que consideravam órgão auxiliar do Executivo e do Judiciário, imaginando que um Ministério Público prestigiado poderia posteriormente causar danos à classe política. A grande inovação naquele momento foi a autonomia financeira, associada à iniciativa de lei. Outro ponto polêmico foi a isonomia. Foi muito grande a resistência a esse ponto, tanto que se chegou a declarar a sua inconstitucionalidade. Foi uma luta conquistar essa realidade.

**Memorial do MPSC** – *O Ministério Público tinha alguma ferramenta de barganha com outros segmentos organizados que lhe faziam oposição? Eu penso, por exemplo, no debate em torno do Conselho, que não vingou na Constituinte, mas acabou sendo instalado com a reforma do Judiciário de 2004.*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – Eu sempre achei o Conselho uma coisa abominável! Esses Conselhos Nacionais são uma interferência indevida no Judiciário e no Ministério Público. Tratam-se de organismos trotskistas. Mas, de fato, a proposta foi ventilada na Constituinte. E havia em relação a ela uma natural repulsa.

**Memorial do MPSC** – *E o controle externo da atividade policial?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – Eu até hoje não consegui compreender direito esse dispositivo. Ninguém sabe o que controlar, como controlar. É coisa para estudo. Ainda hoje não foi executado direito e carece da devida regulamentação.

**Memorial do MPSC** – *E a participação do Ministério Público na fase*

*pré-processual?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – Essa foi de fato uma discussão antiga, que vem da década de 1970. Hoje se fala em Juiz das Garantias, mas é mais ou menos isso. Contudo, esse dispositivo ainda não foi plenamente implantado.

**Memorial do MPSC** – *E o MPF, onde estava nesse processo constituinte?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – O Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios estava conosco, na CONAMP, mas a Procuradoria-Geral da República seguia uma linha diferente. Portanto, o MPF era cindido ao meio, um pouco como é até hoje. A Procuradoria da República tinha uma visão diferente dos Estados, como atualmente. De sorte que criou até alguns empecilhos ao projeto da CONAMP, que acabou sagrando-se vitorioso. Na Constituinte nasceu, também, o Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas, que não existia. Nesse aspecto, foi, em alguma medida, uma derrota para os Ministérios Públicos Estaduais, que entendiam competir-lhe a atuação junto aos Tribunais de Contas. Em alguns Estados tentou-se resistir a esse dispositivo, mas sem sucesso.

**Memorial do MPSC** – *E como estava o Ministério Público de Santa Catarina nessa época da Constituinte, porque houve alguns episódios rumorosos, como o despejo da Associação, a expulsão do Procurador-Geral de Justiça da Associação, abaixo-assinados para afastá-lo do cargo, enfim, um clima de cisão intestina?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – É, foi um episódio lamentável. No entanto, também serviu de aprendizado para o futuro. Foi de fato um período de convulsão interna. Com a eleição do Governador Pedro Ivo rompeu-se com uma tradição de gestão e a Associação, já com a ideia de eleição do Procurador-Geral, se adiantou para tentar fazer valer essa tese. Mas esbarramos numa rejeição muito grande de parte do Governo. Surgiu um candidato específico para ocupar o cargo de

Procurador-Geral, mas a Associação não o aceitava. Em face dessa tensão, encontrou-se um nome alternativo, de comum acordo. Assumiu então um Promotor de Brusque, o Dr. Leal, mas não durou quatro meses no cargo. Exonerado, foi substituído pelo candidato preferido desde o início pelo Governador, o Dr. Piazza.

**Memorial do MPSC** – *Por que a gestão do Dr. Leal foi tão efêmera?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – Porque ele não conseguia concretizar aquilo que pregava e pensava, por ausência de compromisso político.

**Memorial do MPSC** – *Mas a Associação apoiava a gestão dele?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – Inicialmente, sim, até que não deu mais.

**Memorial do MPSC** – *Alguma resistência ao fato de ele ser Promotor?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – Não. Aquele que o sucedeu também era Promotor. O Kurtz, antes deles, também fora Promotor. Era um procedimento comum aqui no Estado. Vários Procuradores-Gerais eram Promotores. O que estava em discussão era a dependência deles em relação ao Governo.

**Memorial do MPSC** – *E porque a gestão do Dr. Piazza suscitou tanta oposição?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – Creio que ele achou que a classe estava contra ele e levou o assunto para o lado pessoal. Tanto que eu era Presidente da Associação na época e ele nunca me recebeu: eu nunca consegui falar com ele. Eu não sei direito o que aconteceu. Para a Associação, o Dr. Piazza representava um grupo fechado de Promotores da Capital, um grupo que não era representativo da classe. Eles estavam mais vinculados ao Ministério Público tradicional. Não participaram das discussões no âmbito da Constituinte Federal, do debate em torno da Lei Orgânica... A Constituinte Estadual aconteceu durante a gestão do

Dr. Piazza, mas a Associação fez um trabalho paralelo à Procuradoria-Geral. Não havia articulação.

**Memorial do MPSC** – *E houve divergências entre aquilo que a Associação pleiteava na Constituinte Estadual e o que a Procuradoria-Geral de Justiça propunha?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – Sim, houve, especialmente em torno do problema da eleição do Procurador-Geral, tanto que a primeira eleição aqui no Estado aconteceu sem previsão legal, por meio de uma resolução do Procurador-Geral, pela qual as regras foram estabelecidas. Mas o Procurador-Geral era contrário à eleição pela classe.

**Memorial do MPSC** – *Quem eram os principais interlocutores da Associação na Assembleia?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – Eu tinha um bom trânsito junto às bancadas do PMDB e do PT. O Salomão Ribas foi fundamental: ele foi o relator. Da mesma forma, o Aloísio Piazza, irmão do Procurador-Geral, que presidiu a Comissão de Sistematização. O diálogo com a Associação foi tranquilo. A Assembleia resistiu à tese da autonomia financeira, mas acabou cedendo. Até porque foi vencida pela esfera federal, na qual esse instrumento foi sedimentado. Também houve alguma resistência à ideia de iniciativa de lei. A isonomia entrou mais como pauta política, para consumo interno, mas nem era tão importante como pauta isolada, até porque não se sustentava judicialmente. Nós achávamos que mais importante era garantir a iniciativa de lei e a autonomia financeira. A isonomia viria, então, como um desdobramento natural.

**Memorial do MPSC** – *E estando na Presidência da Associação, como o senhor viveu esse episódio em que ela precisou sair da sede da Procuradoria-Geral de Justiça?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – Na verdade, esse episódio foi dimensionado de forma exagerada. Houve exploração política. Foi um momento de rompimento. E tinha de acontecer mesmo. Era algo que

viria mais cedo ou mais tarde. Mas tendo em vista o contexto, houve todo aquele desdobramento, aquela repercussão. Foi um escândalo. Mas a Associação tinha mesmo de caminhar sozinha e hoje está muito bem instalada.

**Memorial do MPSC** – *Mas vocês entraram em assembleia permanente...*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – Ah, sim... Penso que por conta de um certo clima estudantil extemporâneo.

**Memorial do MPSC** – *E até expulsaram o Procurador-Geral da Associação?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – Eu nem era favorável a isso, não. Mas foi uma decorrência do momento político de ânimos acirradíssimos. A decisão posteriormente foi anulada. Hoje trabalhamos juntos e pessoalmente não há nenhum problema. Foi só uma divergência política ocasional.

**Memorial do MPSC** – *E como foi a passagem com a Corregedoria-Geral nesse momento?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – Eu fui processado pelo Corregedor-Geral. Editávamos um boletim informativo que se entendeu ofensivo à Procuradoria-Geral e ao Governo do Estado. Em razão disso, se estabeleceu uma representação ao Corregedor. Fui chamado para esclarecimentos, juntamente com toda a diretoria da Associação. O processo acabou arquivado. Mas tudo isso foi motivo de muita discussão. São, entretanto, episódios plenamente superados. Todos nós sempre quisemos o melhor para a Instituição, o que está muito acima das rugas políticas ou eventuais desavenças momentâneas.

**Memorial do MPSC** – *E a sua gestão como Procurador-Geral de Justiça, como foi?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – Eu era o Presidente da Associa-

ção. Antes de ser eleito Procurador-Geral, eu já havia concorrido por duas ocasiões. Não fui escolhido, embora tenha ido bem na composição da lista. Penso que a escolha veio no momento certo. Fui, depois, reeleito. A gestão me satisfaz.

**Memorial do MPSC** – *O que o senhor destacaria na sua gestão? Qual foi a principal marca dela?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – Nossa prioridade institucional foi a instauração de um inquérito civil para apurar a situação da infância e da juventude em todo o Estado. O ECA estava nascendo. Várias políticas públicas se concretizaram a partir desse inquérito civil. De resto, foi o trabalho rotineiro da Instituição. Havia sempre a preocupação com a manutenção da isonomia, mas nessa época isso já estava bem equacionado. Não passava de um temor infundado. Da mesma forma, conquistamos uma fatia melhor do orçamento do Estado, o que nos deu segurança.

**Memorial do MPSC** – *Não houve um momento com dificuldades financeiras, no qual até a folha de pagamento dos Promotores atrasou?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – Houve uma intervenção federal no Estado, em face de um problema fiscal, em decorrência da qual o Estado teve dificuldade de repassar o duodécimo para o Ministério Público. Para garantir o repasse, precisamos utilizar meios alternativos, como convênios. Mas depois de três ou quatro dias se contornou o problema. Porém, enquanto durou aquela intervenção, o problema de fato afligia o Procurador-Geral todo mês.

**Memorial do MPSC** – *Como foi a relação com o Governador?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – A relação foi sempre muito cordial, embora eu o tenha processado, em decorrência de fatos. Estive no Palácio e comuniquei ao Governador [Paulo Afonso Vieira] de que iria denunciá-lo. Disse que o único aspecto negociável era se ele preferia a denúncia para aquele dia ou para o seguinte. E fiz o que tinha de ser feito. Os processos ainda não acabaram. Foi aquela questão da emis-

são das letras financeiras do Tesouro do Estado que produziu enorme tumulto, gerando uma série de processos e está até hoje aí tramitando.

**Memorial do MPSC** – *E como foi a relação com a Assembleia durante a sua gestão?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – Sempre um relacionamento muito bom. As prestações de contas do Procurador-Geral foram muito prestigiadas. Todas as nossas iniciativas de lei foram bem acolhidas.

**Memorial do MPSC** – *E como foi a cerimônia de posse?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – Prestigiada e bastante festiva, com a presença das autoridades do Estado, de todos os Poderes. Muitos amigos. Veio o Marrey de São Paulo, o Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro, o Demóstenes Torres, Procurador-Geral de Goiás...

**Memorial do MPSC** – *E como foi a sua gestão à frente da Corregedoria-Geral de Justiça? Como era a relação entre a Procuradoria e a Corregedoria?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – A Corregedoria não é um órgão muito grande na estrutura do Ministério Público. Quando fui Corregedor, havia dois assessores e um secretário, apenas. Colhíamos dados. Era uma função mínima, na prática. Ela não conseguia atuar de forma plena. Cobrávamos relatórios. A função do Corregedor não é muito agradável, pois tem essa dimensão correcional, que fiscaliza os colegas. Não houve nenhum episódio mais marcante. À exceção de um caso, anterior à minha gestão, de um Promotor em estágio probatório que não foi aprovado.

**Memorial do MPSC** – *O que o levou a sair do Ministério Público e ir para o Judiciário?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – Eu nunca quis sair. Mas houve um momento de esgotamento, em que o nível de satisfação havia caído e eu não queria me aposentar. Eu também não queria mais o compromisso da militância institucional.

**Memorial do MPSC** – *E o Ministério Público hoje? O senhor acha que os objetivos sonhados no período Constituinte foram alcançados?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – Acho que a obra não está acabada e nem é perfeita. Há muito ainda a ser feito. Nós temos a enorme responsabilidade de manter as conquistas alcançadas. Ameaças a essas conquistas sempre vão existir. Depende de todos nós, de cada um de nós, do exercício cotidiano da função ministerial.

**Memorial do MPSC** – *O senhor ainda vive o Ministério Público de alguma forma?*

**Moacyr de Moraes Lima Filho** – Eu sou fruto dessa luta toda. Então, não poderia deixar de vivê-lo, ainda que esteja numa posição mais reservada. É profunda a minha admiração por todos. Imenso o meu carinho por essa Instituição, até porque tenho um filho lá hoje. O Ministério Público foi a minha vida. Tudo o que eu sou eu devo ao Ministério Público. Esta Instituição moldou o caráter da pessoa pública que eu me tornei.

**Memorial do MPSC** – *O memorial agradece a sua participação!*

# José Galvani Alberton



**José Galvani Alberton** nasceu em 19 de julho de 1947, em Orleans. Formou-se em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina em 1972. Especializou-se em Direito Constitucional Aplicado pelo CESUSC em 2001. Ingressou no Ministério Público em maio de 1978, sendo nomeado para o cargo de Promotor de Justiça Substituto da Circunscrição de São José. Em 1978, foi promovido para a Comarca de Itapiranga e removido para Santo Amaro da Imperatriz quatro meses depois. Em 1979, foi promovido para a Comarca de Capinzal e, em junho de 1980, removido para a Comarca de Palmitos. No mesmo ano, alcançou promoção para a Comarca de Caçador e foi novamente promovido, no ano seguinte, para a Comarca de Criciúma. No início da carreira, foi cedido para a Secretaria da Indústria e Comércio, onde exerceu o cargo de Chefe de Gabinete. Assumiu suas funções no Ministério Público, como convocado, em 1979, ocupando o cargo de Secretário-Geral do Ministério Público e, depois, da Coordenação-Geral do Serviço Especial de Defesa Comunitária - DECOM. Em 1987, assumiu a Comarca de Criciúma. Passados quatro anos, foi convocado, desta feita para a Assessoria do Procurador-Geral de Justiça. Em novembro do mesmo ano, foi promovido a Procurador de Justiça, assumindo em seguida a Coordenação-Geral do Centro das Promotorias da Coletividade - CPC. Foi eleito Procurador-Geral de Justiça em abril de 1999 e exerceu dois mandatos, com término em 2003. Foi membro do Conselho Superior do Ministério Público, tendo concluído seu último mandato em agosto de 2010. Em 2005, tornou-se Ouvidor do Ministério Público, cargo que exerceu até o ano seguinte. Publicou os livros “Luzes e Sombras”, antologia de poemas, e “Solidariedade e Justiça”.

**JOSÉ GALVANI ALBERTON<sup>1</sup>**

**Memorial do MPSC** – *O senhor nasceu em 1947, não é?*

**José Galvão Alberton** – Sim, sou de 47.

**Memorial do MPSC** – *Natural de que cidade?*

**José Galvani Alberton** – De Orleans, no sul do Estado.

**Memorial do MPSC** – *E como surgiu a opção pelo Direito? O senhor começou os estudos em Curitiba, não é? Alguém em sua família já tinha tradição na área jurídica?*

**José Galvani Alberton** – Não havia tradição familiar no Direito. Na verdade, eu gostaria de ter feito alguma coisa na área de ciências exatas, pois apreciava geometria e física. Mas não pude fazer o curso científico: precisei cursar o técnico de contabilidade. Como o vestibular para ciências humanas na época não exigia provas de matemática, física, química e biologia, então só me sobrou Direito, Economia, Ciências Contábeis... Como eu era metido a fazer programa de rádio e política estudantil na minha terra, fui pra Curitiba determinado a cursar Jornalismo. Prestei o vestibular para Jornalismo e para Direito, na Universidade Católica. Não pude prestar o vestibular na Federal, pois as datas eram colidentes. Aconteceu então que em uns três ou quatro meses eu me decepcionei com o Jornalismo, porque a reação do professor à minha primeira redação foi duríssima, e ainda por cima disse-me não me caber dar palpites a respeito das coisas – era uma redação sobre a estrada que conectava Curitiba a Paranaguá. Eu fui dar opinião e ele disse que não interessava o que eu pensava. Em 1968, 1969, atitudes opinativas não eram exatamente bem-vindas.

**Memorial do MPSC** – *O senhor viveu o 68 e o 69 em Curitiba? E*

---

1 Entrevista realizada na sede da Procuradoria-Geral de Justiça de Santa Catarina, no gabinete do entrevistado, no dia 19 de julho de 2010, por Gunter Axt, Gustavo Viviani de Souza e Bruno Vinícius Mützenber. Transcrição de Ana Paula Zanella.

*como foi? O senhor estava engajado de alguma forma no movimento estudantil?*

**José Galvani Alberton** – Sim, estava. Eu integrava o grupo da pichação: era o pichador oficial!

Bem, acabei desistindo do Jornalismo e fiz Direito. Inclusive, aproveitei o vestibular extemporâneo da Universidade Federal, que abriu um novo curso em outubro, e consegui passar. Concluí o primeiro ano e, em seguida, consegui uma transferência para a Federal de Santa Catarina. Voltei para cá em função dos apelos do coração, porque seguira para Curitiba meio na “marra”: eu estava muito apaixonado pela minha atual mulher e a minha mãe não aprovava nosso casamento tão cedo, de forma que me levaram para longe. Enfim, essa é a explicação para o Direito em minha vida: não significou necessariamente um apelo, uma vocação pelo Ministério Público, não.

**Memorial do MPSC** – *E como se deu a opção pelo Ministério Público?*

**José Galvani Alberton** – Foi por necessidade. O meu ideal originalmente era a advocacia. Meu negócio era defender e não acusar. Mas, durante o curso, fui convidado por um amigo para ocupar um cargo de confiança do Estado, em cuja função me engajei por alguns anos. Durante esse período, casei e tive filhos. Lá pelas tantas o órgão foi extinto e o meu cargo também, e eu fiquei a ver navios.

**Memorial do MPSC** – *Qual órgão?*

**José Galvani Alberton** – Departamento Autônomo de Turismo. Fiquei por 62 dias sem emprego. Foi quando, então, cogitei na necessidade de fazer um concurso público e o primeiro a surgir foi para o Ministério Público. Assim, procurei o MP por necessidade. Quando foi proclamado o resultado, eu já havia sido readmitido no Estado, num outro cargo de confiança, mais interessante até do ponto de vista remuneratório do que o anterior. Mas preferi a segurança que a carreira ministerial garantia, pois em cargo de confiança, estaria sempre exposto a chuvas e trovoadas. O Secretário de Estado insistiu que eu permane-

cesse na função – era equivalente ao de Secretário Adjunto, hoje. Então, diante dessa insistência, acabei assumindo meu cargo efetivo, sendo, em seguida, cedido para a Secretaria da Indústria e Comércio, na qual fiquei por uns quatro anos. Portanto, só vim de fato para o Ministério Público em meados de 1979, a convite do Procurador-Geral de então. E já assumi diretamente o cargo de Secretário-Geral. A minha trajetória no Ministério Público não serve, assim, muito de parâmetro, pois fiz boa parte da carreira na Capital, ocupando funções administrativas.

Na época, o Ministério Público era, do ponto de vista político-administrativo, um órgão de pouca expressão e de reduzido prestígio. O que realmente o sustentava era o exercício da advocacia pública, ou seja, a defesa dos interesses patrimoniais do Estado, pois inexistia a separação entre a Procuradoria-Geral do Estado e a Procuradoria-Geral de Justiça. Então, como nós fazíamos também as execuções fiscais e a defesa judicial do Estado nas demandas que eram intentadas contra ele, vinha daí o pouco prestígio alcançado pela Instituição junto ao Executivo. Portanto, não era fácil exercer a função de Secretário-Geral: em toda a porta em que se batia, mal lhe atendiam. Na Secretaria do Planejamento, por exemplo, não se entendiam as necessidades do órgão. Ninguém percebia o Ministério Público como um agente defensor da sociedade, ou titular da ação penal, que responsabilizava criminoso. Então, quando solicitávamos diárias, veículos, funcionários, nos negavam. E assim por diante. O nosso quadro era ridículo. Muitos servidores até haviam sido refugados por outros órgãos. Tínhamos lá, por exemplo, um vacinador, que vinha de uma antiga campanha de combate à febre aftosa e ficara sem colocação ao final da campanha. Havia um veículo só, um motorista só, algumas datilógrafas, o Seu Neri, um outro que fazia os empenhos, uma moça que cuidava da biblioteca, uma espécie de oficial do gabinete, o Seu Ozias, que era um velhinho, do tipo faz-tudo. Isso era o Ministério Público.

Era tamanha a carência que entendemos começar este trabalho de valorização da Instituição. Nosso grande trunfo foi um Procurador-Geral corajoso, com disposição para encarar novidades, afrontar estruturas

consolidadas e construir o novo: João Carlos Kurtz. Minha contribuição deu-se no sentido de sugerir algumas ideias, as quais ele acolheu, e ajudar a implementá-las.

Certo dia, depois de uma daquelas visitas frustradas à Secretaria do Planejamento, à Secretaria da Administração e ao Tesouro do Estado, dos quais nós dependíamos para receber o nosso dinheiro, porque as folhas de pagamento eram elaboradas lá, sugeri que fizéssemos algo mais, algo que chamasse a atenção de toda a Administração, de forma a superar essa situação de redução do prestígio da Instituição ao grau de amizade do Procurador-Geral com o Governador. Impunha-se construir um patrimônio político a partir do nosso trabalho, algo que fosse além da rotina de Júri e de denúncias, algo que fosse efetivamente reconhecido pela sociedade. Então, o nosso alvo passou a ser a sociedade.

Esse era o momento do advento da Lei Complementar n. 40, de 1981, a primeira lei orgânica nacional do Ministério Público, em face da qual precisamos desvincular, obrigatoriamente, a Procuradoria-Geral do Estado da Procuradoria-Geral de Justiça. Ora, não era mais possível sustentar juridicamente a mancebia de dois órgãos trabalhando ao mesmo tempo com o Estado e com a sociedade. Fez-se, então, uma emenda à Constituição do Estado e a edição de uma lei estadual, também, dando uma nova estrutura ao Ministério Público. Foi a deixa para mudarmos o foco da ação.

Nós percebemos a existência de leis que não estavam sendo rigorosamente cumpridas, mas que, se o fossem, poderiam fortalecer as legitimações ativas dos Promotores condensadas na Lei Complementar n. 40. Por exemplo: naquela época, uma terrível enchente se abateu sobre o Vale do Itajaí. O rescaldo desse fenômeno trágico foram abusos de toda a sorte, principalmente por parte dos fornecedores e comerciantes, gente que aproveitou a situação para aumentar os preços exageradamente, para sonegar gêneros de primeira necessidade, etc. Percebemos que residia ali uma oportunidade para o Ministério Público mostrar a sua cara, dizendo à sociedade para que servia: aquilo era crime contra

a economia popular.

Montamos um primeiro grupo, um pouco arbitrário, é verdade. Aglutinamos Polícia Estadual, Federal, Sunab, Ministério da Agricultura, Fiscais da Fazenda, Promotores. Enfim, o comerciante que passasse do limite ou escondesse mercadoria ia para o “ferro”, prisão mesmo. Não acredito que o Tribunal de Justiça tenha chegado a condenar alguém, mas o gesto foi de enorme impacto: moralizou a situação e sensibilizou a sociedade. Para nós, mostrou o caminho. Se uma ação como aquela era possível em momentos de emergência, então também poderíamos desenvolver estratégias sistemáticas que funcionassem em defesa da sociedade e de seus interesses difusos. Começamos basicamente pela defesa do consumidor, recuperando algumas leis antigas, a começar pela lei da economia popular.

**Memorial do MPSC** – *Que é uma lei da década de 1930, creio...*

**José Galvani Alberton** – A lei da economia popular é de 1951. De 1934 tem a lei da usura. Também perseguimos a legislação de defesa do meio ambiente: código de caça, código de pesca, código florestal... Havia já, e era de 1979, se não me engano, a lei da política nacional do meio ambiente, na qual havia um dispositivo que abria espaço para o Ministério Público ajuizar ação de defesa do meio ambiente. Foi uma questão que pegamos “à unha”. Catalogamos todas as situações em que poderíamos atuar e montamos uma estrutura formal, que se denominou Serviço Especial de Defesa Comunitária.

**Memorial do MPSC** – *O DECOM?*

**José Galvani Alberton** – Sim. O DECOM foi oficializado por decreto do Governador, em 1983, muito embora a ação tenha começado antes, em 1982. Havia, por exemplo, imobiliárias que cobravam taxas abusivas, como uma taxa de cadastro: o sujeito ia buscar um imóvel e a imobiliária cobrava para fazer o cadastro do interessado. Cortamos aquilo. Havia articulação. Por exemplo, nós queríamos defender o consumidor, mas como é que nós iríamos saber se o consumidor estava

lesado, se na prática ele estava habituado, por exemplo, a consumir um produto impróprio, com composição inadequada, prazo de validade vencido, etc., enfim, se ele não era dado ao hábito de fazer boletim de ocorrência disso? O consumidor tomava o café com milho e ficava por isso mesmo. Então o que nós fizemos? Buscamos o estabelecimento de parcerias com os órgãos de polícia administrativa. Compusemos com a Vigilância Sanitária, cujo papel de fiscalização era essencial. Relacionamos as infrações administrativas apontadas pela Vigilância que pudessem ser caracterizadas também como alguma infração penal. Chegamos a firmar um protocolo. Toda vez que eles apuravam um fato, informavam o Ministério Público, porque além da multa administrativa que eventualmente o infrator viesse a receber, ele também enfrentaria um processo penal. Então, começamos a trabalhar nessa sincronia.

Da mesma forma com o INMETRO. E na matéria ambiental, com os órgãos e polícia administrativa do meio ambiente. Na época era o IBDF, ainda não havia o IBAMA. E por aí fomos fazendo esse trabalho articulado, no sentido de tornar a ação do Ministério Público mais abrangente em relação à comunidade. Sair daquele flanco individualista, privatista. Até então, dificilmente eram atacados os delitos de lesão múltipla, porque não havia quem o fizesse, sequer existia o registro da lesão. Um curso d'água contaminado: incomodava a todos, mas ninguém denunciava. As pessoas conviviam com uma agressão ao meio ambiente, como algo tolerável, e ninguém imaginava que aquilo pudesse ser objeto de um reparo no plano judicial.

Quando veio o tabelamento de preços, foi um “Deus nos acuda” ...

**Memorial do MPSC – Isso já no governo Sarney?**

**José Galvani Alberton** – Sim. Foi o ápice do DECOM. Fizemos um trabalho gigantesco, no sentido de assegurar a estabilidade dos preços, o congelamento dos preços, miragem que encantou todos os brasileiros na época, pois todos fomos induzidos ao erro.

Há até um fato pitoresco, do qual me recordo. Alguns Promotores

se entusiasmarem tanto com essa ideia que procuraram produzir, no âmbito da Comarca, uma espécie de memória do preço, requisitando das empresas listas de preços. Bem, um colega nosso em Balneário Camboriú foi aos píncaros: pesquisou preços de hotel, restaurante, boate... E aí veio a lista de preços de uma boate. Então, vinham as bebidas: Campari, Drury's, Rabo de Galo, Vêu de Noiva... e aquelas coisas todas lá. Aí, depois, as garotas: Marlene: tanto; Iara: tanto; e assim por diante... O documento veio manuscrito. Eu o guardei um bom tempo, como registro daquele momento.

Aí chegou num dado momento que a coisa começou a fazer água e nós também aliviámos a carga, porque se tornara insustentável. Mas o trabalho efetuado foi valioso. Veja as mensalidades escolares, por exemplo. Os dois maiores colégios de Florianópolis, o Catarinense e o Coração de Jesus, tiveram de reverter aumentos considerados abusivos. Em 1985, o quadro mudou de aspecto com a grande contribuição da Lei da Ação Civil Pública.

**Memorial do MPSC** – *Eu ia justamente lhe perguntar se esse trabalho realizado aqui em Santa Catarina, no âmbito do DECOM, de alguma forma contribuiu, em sua opinião, para o surgimento da Lei de Ação Civil Pública?*

**José Galvani Alberton** – Acredito que sim. Em 1982, de 30/09 a 03/10, nós realizamos aqui em Florianópolis a IIª Conferência Nacional dos Procuradores-Gerais, e elegemos como tema central desse evento a Dimensão Social do Ministério Público. Foi uma oportunidade na qual discutimos todas as experiências e ideias que então efervesciam e essa proposta foi acolhida por aclamação no plenário, que inclusive editou, na época, duas resoluções: a Resolução n. 1/82, do Conselho Nacional de Procuradores de Justiça:

Recomendar às Procuradorias-Gerais de Justiça de todo o País, no sentido de uniformizar a atuação do Ministério Público em áreas de relevante interesse social, na criação e conseqüente implementação de organismos administrativos destinados a proteger em especial o meio ambiente, o consumidor e as pessoas direta e indiretamente atingidas pelo crime. Tais organismos,

dirigidos e garantidos pelo Ministério Público devem contar com o concurso de entidades e especialistas de área cobertas pela ação, recrutados, estes, preferencialmente, nas universidades e órgãos do Poder Público.

Então, foi o pontapé inicial. A partir daí, vários outros Estados começaram a trabalhar mecanismos semelhantes. O Estado do Ceará, por exemplo, literalmente copiou o modelo de Santa Catarina. Sei que no Rio Grande do Sul houve um organismo similar. Em São Paulo idem, assim como no Paraná, no Mato Grosso do Sul. E a preocupação com o social cristalizou-se. É possível dizer que aquele momento representou o embrião do modelo constitucional de 1988. Recordo que houve no Rio de Janeiro um congresso nacional de defesa do consumidor, e fomos convidados a apresentar o modelo de Santa Catarina. Estava presente o então Ministro da Desburocratização, Paulo Lustosa, que se entusiasmou tanto com a ideia que expediu um aviso circular para todos os governadores do País, recomendando a instituição de um mecanismo nos moldes do de Santa Catarina, aqui oficializado por decreto do Governador, que, inclusive, fez um gesto de reconhecimento, um elogio formal.

Também transmitimos um recado importante ao Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, que esteve em Itajaí, mais ou menos nessa época, num encontro estadual. Na abertura, fizemos referência ao organismo aqui criado e ele também teceu rasgados elogios, inclusive ao Governador, que estava presente. Nessa oportunidade, disse textualmente ser o mecanismo um instrumento importante a justificar a viabilização do projeto da Ação Civil Pública, que então estava em estudo no Ministério da Justiça.

**Memorial do MPSC** – *Como é que vocês conseguiam mobilizar a classe ministerial em Santa Catarina? Como interagiram os Promotores do oeste, do norte, do sul do Estado? As comunicações eram mais complicadas, não existia internet, celular, até o telefone era deficiente... Existia uma tradição anterior de mobilização da classe ministerial em torno de políticas institucionais?*

**José Galvani Alberton** – Não, não havia. Administrativamente,

duas coisas importantes aconteceram: primeiro, nós instituímos um boletim informativo, algo que não existia. Por meio dele, ainda que de uma forma rudimentar, veiculávamos essas ideias e os resultados. Em segundo lugar, instalamos os Grupos Regionais de Estudo. Na época não pertenciam à Associação, mas nasceram de iniciativa do Ministério Público mesmo. Os grupos estimularam o debate dessas questões na perspectiva de ampliar o espaço de prestígio do Ministério Público.

Como era grande a fragilidade política e financeira do Ministério Público, dependente totalmente do Executivo, havia uma predisposição favorável dos Membros no sentido de aderir a uma mobilização que mudasse o cenário. Por sorte, havia um grande Procurador-Geral à frente do Ministério Público, o Kurtz, um líder nato, que se entusiasmou pela ideia e conseguiu transmitir esse entusiasmo nas visitas que fazia ao pessoal no interior, sempre num clima de muita fraternidade, muita alegria, muito entusiasmo, muita festa. Então, misturava-se cerveja com Ação Civil Pública e DECOM e aquilo dava certo. E o projeto foi crescendo, de forma saudável. Não vou dizer que não houvesse resistências, mas a grande maioria da classe aderiu e colaborou.

**Memorial do MPSC** – *Pois é, mas em 1987 as coisas se modificaram, não é?*

**José Galvani Alberton** – Exatamente.

**Memorial do MPSC** – *Como foi esse momento, com um Governador novo, do PMDB, partido que estava há anos na oposição? O novo Governador nomeou um Procurador-Geral que permaneceu poucos meses em exercício, sendo substituído em seguida por outro, o Dr. Hipólito Piazza, quando então se estabeleceu um conflito sério com a Associação, com a classe... E o DECOM nesse percurso deixou de funcionar...*

**José Galvani Alberton** – O segmento liderado pelo Procurador-Geral Piazza sempre viu com maus olhos a iniciativa do DECOM. E, de fato, era algo arrojado, inédito, não seguia um paradigma prévio. Ele acreditava que aquilo havia sido instituído para garantir privilégios a

algumas pessoas. Para piorar, nós tivemos, talvez, certa falta de habilidade, pois, nos estertores da gestão do Kurtz, inviabilizou-se a instalação de uma usina de compostagem de lixo na comunidade de Santo Antônio de Lisboa, às margens da SC 401. A iniciativa era do então prefeito do PMDB. Mas, por meio de uma ação civil pública, impedimos a instalação dessa usina, pois a comunidade a repelia com todas as forças e aquele, realmente, não era um bom local para instalar lixo. Mas parece que a ação foi interpretada como hostilidade política, o que levou o Procurador-Geral a radicalizar ainda mais. Tão logo assumiu a Procuradoria, iniciou um processo de esvaziamento do DECOM, que culminou pela extinção oficial por meio de decreto do Governador. E toda a documentação que havia numa pequena sala lá na Procuradoria, na qual funcionava o DECOM, desapareceu. Sobraram apenas dois cadernos, cópias de relatório que tive a felicidade de fazer e guardar comigo.

O Piazza, creio, achava que o Ministério Público deveria retornar àquele modelo tradicional, voltar a ser aquele órgão sem iniciativa própria, de atuação reflexa, dependente da provocação das partes ou da remessa do inquérito para tomar alguma iniciativa. Não tinha nada que se intrometer, se mostrar. Então, foi nessa linha que ele conduziu a coisa.

Além disso, ele teve grande dificuldade com a classe, em razão da ascendência do Executivo. Por azar, nessa época, o Governo patrocinou um arrocho salarial sem precedentes, com atrasos no pagamento dos salários.

**Memorial do MPSC** – *Foi um período de hiperinflação...*

**José Galvani Alberton** – Uma época muito conflagrada.

**Memorial do MPSC** – *Os Promotores do interior chegaram, inclusive, a deflagrar uma greve...*

**José Galvani Alberton** – Sim, teve alguma coisa, uns manifestos... Eu estava em Criciúma na época. Lançamos lá – um grupo da região sul – a chamada Carta de Criciúma, com críticas ao Governo e às posturas

da chefia da Instituição... Em consequência, fomos enquadrados pela Corregedoria, pois foi instaurado um processo administrativo. Finalmente, um grupo de Procuradores se solidarizou conosco e disse que, se fôssemos processados, eles também o deveriam ser, porque teriam aderido às críticas.

**Memorial do MPSC – E o Procurador-Geral foi expulso da Associação?**

**José Galvani Alberton** – Parece que aconteceu algo assim. Ele primeiro despejou a Associação da Procuradoria. Até então, a Associação ocupava uma sala nas dependências da Procuradoria. Um dia, mandou dispor os pertences da Associação no corredor... Foi um “Deus nos acuda”! No frigir dos ovos, a situação dele ficou insustentável. Não teria levado o mandato até o final. Foi sucedido por um mandato tampão, até o Kurtz ser novamente empossado no cargo. O Kurtz, na condição de Corregedor-Geral, completou o mandato do Piazza e, logo depois, em 1991, foi eleito Procurador-Geral de Justiça, nas primeiras eleições, já no modelo da Constituição de 1988.

**Memorial do MPSC – Tudo isso aconteceu num momento em que os Ministérios Públicos do Brasil estavam mobilizadíssimos ao abrigo da CO-NAMP, em função do processo da Constituinte Federal. Como ficou a participação dos Promotores e dos Procuradores de Santa Catarina nesse processo, tendo em vista ser justamente em 1987 que se dá essa fratura interna?**

**José Galvani Alberton** – A participação no processo da Constituinte, antes da posse do Dr. Piazza, envolvia uma ação conjunta do Procurador-Geral e da Associação, que trabalhavam integrados. O trabalho pré-constituente começou em 1985, quando ocorreu o Congresso Nacional do Ministério Público, em São Paulo, oportunidade na qual se produziu alguns indicativos e matrizes para ir modulando o Ministério Público. Foi quando apresentei uma tese sobre a articulação entre o Ministério Público e as polícias administrativas, que foi muito bem recebida. Depois que o Dr. Piazza assumiu, não sei mais o que foi feito pela Procuradoria. Eu não me recordo. A Associação continuou, sem dúvida, participando da mobilização junto ao Congresso Nacional. Eu

mesmo estive junto com o Presidente da Associação algumas vezes em Brasília...

**Memorial do MPSC** – *E quem, nessa oportunidade, eram os interlocutores mais frequentes ou mais importantes de vocês no Congresso e também junto à classe ministerial?*

**José Galvani Alberton** – Junto à classe... o Presidente da Associação, na época, era o Dr. Moacyr de Moraes Lima Filho. O Kurtz continuava transitando com imensa desenvoltura, participando dos eventos em Brasília, pois tinha uma rede de amizades muito grande com os ex-Procuradores-Gerais, bem como um bom trânsito na área política. Eu participava, assim como o Paulo Roberto Speck, o Vidal Vanhoni... E, então, eram basicamente essas as pessoas...

**Memorial do MPSC** – *E lá em Brasília, o senhor se recorda quem eram as pessoas?*

**José Galvani Alberton** – Uma das pessoas com quem tínhamos contatos mais frequentes era Ibsen Pinheiro. Outro era Plínio de Arruda Sampaio, também Promotor. O próprio Fernando Henrique Cardoso, no Senado, nos recebeu muitas vezes. Também o Antônio Carlos Konder Reis nos acolheu em inúmeras situações. O Nelson Morro, da região do Alto Vale, aqui do Itajaí, também nos ajudou muito.

**Memorial do MPSC** – *E no Estado tinham também Deputados Estaduais que eram importantes nessa interlocução? Porque, em seguida, se teve o processo Constituinte Estadual.*

**José Galvani Alberton** – Três parlamentares foram muito importantes: Antônio Henrique Bulcão Viana, Salomão Ribas e Onofre Agostini.

**Memorial do MPSC** – *E Rivaldo Macari?*

**José Galvani Alberton** – Sim. Rivaldo Macari inclusive... Esquecemos do Rivaldo porque às vezes a gente pensa no Rivaldo mais como

colega e não como Deputado... O Rivaldo de fato era Deputado Estadual e depois foi até Deputado Federal. Embora integrasse o PMDB, não acompanhou o Piazza naquele episódio que o conflitou com a classe. Esteve vinculado ao grupo de oposição ao Piazza.

**Memorial do MPSC** – *Existia, então, uma cisão interna dentro do próprio PMDB?*

**José Galvani Alberton** – Com certeza.

Em 1991, o Kurtz voltou como Procurador-Geral, a partir de uma eleição na classe em que ele encabeçou a lista. Era Governador o Wilson Kleinübing. Eu estava em Criciúma, como Promotor, quando ele me convidou para assessorá-lo. Inventamos, então, outras coisas. Desenvolvemos a estrutura funcional própria do Ministério Público. O que se tinha era somente um espelho da estrutura do Judiciário. Por exemplo, havia, em Florianópolis, Juiz da Primeira Vara Cível, Promotor da Primeira Vara Cível, Juiz da Segunda Vara Cível, Promotor da Segunda Vara Cível... Isso gerava um descompasso muito grande em termos de demanda, de trabalho entre uma Promotoria e outra, porque enquanto o Promotor de uma Vara Civil dava cinco pareceres em três meses, um outro, da Criminal, se estrebuchava fazendo Júri e denúncias. Resolvemos racionalizar a organização. Criamos uma estrutura própria e definimos, de acordo com a lei, as atribuições de cada Promotoria. Houve certa gritaria por parte daqueles que estavam instalados nas Promotorias mais confortáveis, mas deu tudo certo.

Mas, nesse período, enfrentamos dificuldades financeiras. O Kleinübing era “mão de vaca”! Foi então que sugeri ao Kurtz uma fórmula para mostrarmos ao Governador que o Ministério Público podia dar lucro. Bem nessa época, aparecia a legislação que definia os crimes contra a ordem tributária e econômica, contra as relações de consumo. O crime de sonegação fiscal ganhou uma nova configuração. Criamos, então, o Programa de Combate à Sonegação Fiscal e o Kleinübing se convenceu que a arrecadação podia disparar! O Decomain nos ajudou com a redação de um livro sobre o assunto. Montamos um esquema

muito bem articulado com a Secretaria da Fazenda, naquela velha ideia de intercambiar informações. Graças a essa ação, nossa participação na receita líquida do Estado saltou de 1,2% para 2,0%. Foi o primeiro grande salto do orçamento do Ministério Público.

Nessa época, foi instituído, por lei complementar, o Centro das Promotorias da Coletividade, o CPC. Foi uma espécie de DECOM ampliado, robustecido. Agora já se encontra amparado na Lei de Ação Civil Pública, no Código de Consumidor, na Lei da Improbidade... O CPC abrangeu várias Coordenadorias, como a do Meio Ambiente, a do Consumidor, a da Moralidade Administrativa, a da Sonegação Fiscal e a da Cidadania e Fundações. Foi um resgate do DECOM. Fui o primeiro Coordenador-Geral do CPC.

Em 1993, Kurtz concorreu de novo. Aí, foi a minha primeira participação como candidato a Procurador-Geral: eu entrei na lista com ele. Ele encabeçou a lista e foi reconduzido. Em 1995, concorri novamente, dessa vez encabeçando a lista, mas não fui escolhido pelo Governador.

**Memorial do MPSC – *Quem era o Governador em 1995?***

**José Galvani Alberton** – O Paulo Afonso. Em 1997, fiquei em segundo. Em 1999, fiquei em primeiro e fui escolhido. Em 2001, fui reconduzido. Em 2003, não concorri. Em 2005, fiquei em segundo.

**Memorial do MPSC – *O que se destaca em seu período da Procuradoria-Geral de Justiça?***

**José Galvani Alberton** – Meu primeiro compromisso foi com a elaboração da lei orgânica, amoldada à Constituição de 1988, porque nós vínhamos ainda com a lei orgânica de 82. Meu primeiro desafio foi instituir uma comissão, montada a partir da indicação de representantes pela classe. O projeto elaborado foi muito discutido e o aprovamos sem dificuldades na Assembleia Legislativa.

Em seguida, lançamos o Programa Integrado de Ação Solidária. Voltando novamente àquelas teses da articulação de esforços.

Previa-se no âmbito dessa iniciativa alguns programas interessantes, como, por exemplo, o Programa Água Limpa, para a preservação dos mananciais – um trabalho integrado pelo Ministério Público, Polícia Militar Ambiental, FATMA, CASAN e EPAGRI, que prioriza os mananciais de abastecimento público. Nossa experiência piloto foi no rio Vargem do Braço, em Santo Amaro, que abastece a Capital. Ao longo desse curso d’água havia trinta e duas propriedades rurais. Cada uma delas tinha o seu probleminha: em uma, a roça estava muito próxima do rio; noutra, havia uma latrina; uma outra tinha um chiqueiro, com galinheiro. Elaborou-se um diagnóstico da situação. Foram convocados os proprietários para um equacionamento, com a presença de todos os órgãos envolvidos no Programa. Ajustamos cada uma das pendências, numa reunião de conciliação, no salão paroquial. Apenas um cidadão resistiu, mas acabou cedendo. Foi uma ótima experiência. Por isso chamei de Programa Integrado de Ação Solidária, porque não era pra descer o cacete. Partimos da premissa de primeiro contar com a boa vontade das pessoas.

Outro Programa importante se chamou “Lixo Nosso de Cada Dia”, articulado com as prefeituras, na mesma linha da conciliação. A ideia era ajudar a equacionar o problema do tratamento do lixo nas municipalidades: o que fazer com um lixão, como encontrar soluções adequadas, etc.? Algumas prefeituras até se uniram na celebração de um consórcio a fim de desonerar as soluções encontradas. Foi um desfecho bonito.

Além disso, continuamos com o trabalho de combate à sonegação. Também esticamos um programa de afirmação da ética na prestação do serviço de saúde, pois havia quem cobrasse extra da clientela do SUS, o que era um descabro.

Existia, ainda, um programa de proteção aos consumidores de produtos de origem animal, notadamente para combater o abate clandestino, com comercialização de produto de origem animal impróprio para o consumo. Na região oeste houve vários casos de uma doença desenvolvida a partir do consumo da carne em condições sanitárias inadequadas.

O programa de combate à evasão escolar foi muito interessante. Procuramos intervir, questionando os motivos que afastavam as crianças da sala de aula e interagindo junto aos pais de forma conciliatória. Fez-se uma ação integrada entre o Ministério Público, os Conselhos Tutelares e as Prefeituras. Com isso, obtivemos uma melhora expressiva nos índices de frequência escolar.

Houve também um programa de combate ao crime organizado e à macrocriminalidade. E outro ainda associado aos delitos ambientais. Criamos a Promotoria temática da Serra do Tabuleiro para defender, especificamente, o bem jurídico ambiental representado pelo Parque da Serra do Tabuleiro, com a sua diversidade. Foi uma das Promotorias temáticas pioneiras no Brasil. Também se desenvolveu um programa de controle de embalagens de agrotóxicos.

Foram celebrados inúmeros convênios com órgãos públicos para viabilizar esse conjunto de ações, aproximando-os ao Ministério Público e evitando o surgimento de nichos corporativos. Porque as instituições, às vezes, se comportam como se fossem repúblicas independentes, o que pode ser nocivo. Então, essa foi a marca da minha gestão. Além, é claro, do incremento da receita.

O governo Kleinübing encerrou-se com o Ministério Público participando em 2,0% da receita líquida do Estado. Eu entreguei minha gestão tendo elevado essa participação a 2,9%. Foi um salto interessantíssimo. Um incremento real de 45%. Veja, o Judiciário, em igual período, teve um incremento real de receita de 8,33%.

Outra conquista importante foi a criação do Fundo de Reparilhamento do Ministério Público. Até então havia apenas o Fundo de Reparilhamento da Justiça, gerido pelo Poder Judiciário. Conseguimos estabelecer uma partilha mais ou menos equânime desse Fundo, num debate que deu “pano pra manga”. Houve resistência muito forte do Judiciário, mas ao final conseguimos fazer com que 20% daquela arrecadação migrasse para o Ministério Público. A gestão própria nos garante uma tranquilidade significativa.

**Memorial do MPSC** – *Então, além dos 2,9%, havia 20% do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, agora geridos pelo Ministério Público?*

**José Galvani Alberton** – Exatamente.

**Memorial do MPSC** – *Como foi, ao longo dos anos oitenta e noventa, a construção constitucional e política, na prática, da iniciativa de lei por parte da Instituição Ministerial em Santa Catarina?*

**José Galvani Alberton** – As primeiras leis encaminhadas por iniciativa do Ministério Público são aquelas às quais me referi: a desvinculação do Promotor com o Juiz, no início de 1991, a criação dos Centros das Promotorias da Coletividade... Mas tudo sempre foi bem negociado e conversado com o Executivo. Havia um trabalho, digamos, de persuasão política. Logicamente que não se procurava realçar o interesse corporativo, mas sobretudo o interesse público. Não se pode negar que por um lado aquelas iniciativas visassem ao interesse corporativo, principalmente do ponto de vista político-institucional, porém o que estava realmente em jogo era o engrandecimento do interesse público. Veja a questão da desvinculação do Promotor em relação ao Juiz: não podemos nos dar ao luxo de deixar um Promotor emitindo três pareceres em três meses, enquanto outros ficavam sobrecarregados. Eram medidas que traziam ganho à sociedade. E sempre houve um entendimento cristalino de parte do Executivo e da Assembleia. A lei orgânica foi muito bem recebida na Casa Legislativa, não houve nenhuma emenda, exceto um único veto no Executivo, justificado até, pois havia realmente uma inconstitucionalidade conhecida.

Apenas enfrentamos alguns problemas com a criação de cargos e com a história do aumento do percentual, porque aí conquistamos o apoio da Assembleia e o Executivo resolveu resistir. Queixou-se quando encaminhamos um projeto de criação de cargos. Como o Judiciário instalara a Comarca de Itapema, eu mandei um projeto de lei criando a Promotoria de Itapema. A Assembleia aprovou, o Governador vetou. Assim, a Comarca ficou sem Promotor: “Se vocês acham”, eu disse para o Governador, “ser possível fazer a Justiça funcionar sem Minis-

tério Público, então façam”. E fizeram. Tentaram. Mas não funcionou. Colocaram um Promotor *ad hoc*. Entramos com uma ação no Supremo, que derrubou essa solução. Assim, tudo o que havia sido lá julgado, não valeu. Finalmente, a Assembleia derrubou o veto e o Executivo teve de aceitar.

**Memorial do MPSC** – *Algo chegou a ser julgado, nessas condições, com a participação do Promotor ad hoc?*

**José Galvani Alberton** – Houve sentença, mas foi tudo anulado. Argumentei para a Assembleia ser impossível efetivar uma designação sem cargo. Então, ela derrubou o veto. Foi o primeiro teste! Depois, o Governador já começou a refletir mais. O Esperidião Amin é muito inteligente e com ele me relaciono muito bem. Mas ele às vezes tem umas coisas de turrão. Nesse caso, endureceu, mas precisou se resignar. Quanto ao aumento de receita, eu disse para os Deputados que a responsabilidade pelo tamanho do Ministério Público, 2,0% ou 3,0% da receita, era deles; e eles que sustentassem a sua posição perante a sociedade. Mas havia apoio à ação ministerial. Assim, a Assembleia ampliou a nossa participação na receita.

Havíamos inaugurado uma fórmula de avaliação da atividade ministerial diferenciada. Éramos críticos com relação a esse hábito perverso, que persiste até hoje, de estimar a produtividade do Ministério Público e a do Judiciário com base no volume de ações promovidas e no volume de sentenças, de acórdãos. Ora, nem sempre uma sentença proferida é significado de um resultado justo ou de uma solução justa. E nem sempre, por outro lado, uma ação do Ministério Público é significado de algum tipo de resultado. Então propusemos uma nova fórmula de avaliação. Passamos a medir o resultado do trabalho do Ministério Público a partir da alteração dos cenários adversos. Na questão escolar, por exemplo: não adianta relacionarmos a quantidade de pais processados, o que interessa é quantos alunos efetivamente estão indo à escola e o quanto a evasão escolar de fato caiu. A ideia era medir o resultado a partir dos indicadores sociais.

Houve repercussão em torno dessa mudança de paradigma. Surgiam notícias na mídia, o pessoal comentava. Até que a ONU descobriu e fomos distinguidos, em 2002, como a única Instituição pública brasileira a merecer destaque como exemplo de atuação responsável e transparente, zelando pela boa aplicação dos recursos públicos e incentivando a formação de parcerias em busca de resultados que beneficiem a comunidade.

Fui a Brasília explicar a iniciativa. Lá mostrei que no programa de combate à evasão escolar, por exemplo, não havíamos processado criminalmente nenhum pai de aluno, mas as crianças haviam voltado para a escola. É isso que importa. Aí, contei aquela história do rio também. É fundamental investir na conciliação, que gera resultados – mas sem litígios, ou com o menor número possível deles.

Portanto, não tenho do que me queixar na minha gestão. Claro, a gente nunca consegue executar tudo aquilo que pretende. Mas conquistamos avanços consistentes. Inclusive, em termos até de remuneração, houve melhoras, pois alcançamos uma significativa reposição salarial de 126% em quatro anos, quando a evolução da inflação, pelo IGPM, foi de 77%. Houve, assim, aumento real.

**Memorial do MPSC** – *Na sua gestão se criou o CEAF também, não é?*

**José Galvani Alberton** – Sim. Começou com um curso de pós-graduação. Depois de ser Procurador-Geral, assumi por um curto período a direção do CEAF. A nossa inspiração era aprimorar a gestão das Promotorias. Essa qualificação gerencial não se aprende em Faculdade de Direito. Por isso, a Instituição precisa estimular essa vocação e aprimorar essa competência.

Precisamos estar sempre atentos à avaliação que a sociedade faz de nós. Somos também gestores e temos compromisso com a qualidade do serviço que prestamos. Vem daí o nosso prestígio e a nossa força política. Hoje, por exemplo, me preocupo um pouco com os acontecimentos que se veem em nível nacional. Talvez estejamos pecando um

pouco em alguns aspectos.

**Memorial do MPSC** – *Qual a sua visão atual do Ministério Público?*

**José Galvani Alberton** – Quando a Constituição redefiniu nosso perfil e saímos às ruas armados com as vestes do Ministério Público, houve uma expectativa muito forte na sociedade. Eu tenho dúvidas se efetivamente conseguimos atender a esse anseio em toda a sua amplitude. Em algumas situações, o Ministério Público se comportou com arrogância. Menos nos Estados do Sul, talvez, do que em outros Estados, mas houve, pontualmente, diminuição do senso de responsabilidade.

**Memorial do MPSC** – *O senhor entende que isso se deu mais nos Ministérios Públicos Estaduais ou no Federal?*

**José Galvani Alberton** – Mais no Federal, creio. Veja, nenhum agente público pode se irrogar o monopólio de boas intenções. Eu acho que isso é mortal. Não temos o monopólio da ética. É preciso ter mais humildade. Acabamos por consumir com determinados arroubos um bom estoque do nosso patrimônio político, que agora precisa ser reconquistado.

**Memorial do MPSC** – *O senhor teme hoje reações conservadoras às conquistas ministeriais das décadas de oitenta e noventa?*

**José Galvani Alberton** – Sim, temo. Não por pura retalhação, mas talvez pela dificuldade de reagirmos de acordo com as expectativas que a sociedade tem a nosso respeito. Penso que a própria sociedade constrói alternativas diante de tais impasses. Um exemplo é a atenção que o fortalecimento da Defensoria Pública vem recebendo. O Promotor, em algumas oportunidades, talvez tenha gostado de posar de “salvador da Pátria”, só que deixou muita gente sem salvar. Agora, esses estão correndo atrás de um outro salvador. A Defensoria Pública atravessa hoje um período de luta por conquistas semelhante ao trilhado pelo Ministério Público no passado, o que é legítimo. Mas seu crescimento está se dando justamente no vácuo deixado pelo Ministério Público, o

que pode ser um sintoma de um problema mais amplo. Nos anos 1970 e 1980, empreendemos uma luta de conquista. Hoje a nossa luta é de defesa.

**Memorial do MPSC** – *E a relação entre as jurisdições, entre os Ministérios Públicos Estadual e o Federal? Por exemplo, até os anos oitenta, o tema do meio ambiente estava na alçada do Estadual, e o Ministério Público Federal pouco tomava conhecimento da matéria. Ao longo dos anos noventa, esse campo vem sendo sistematicamente absorvido pelo Federal. Como o senhor vê a relação entre o Federal e o Estadual?*

**José Galvani Alberton** – A relação entre os dois Ministérios Públicos poderia ser muito mais harmônica e amistosa. Em muitos Estados há verdadeiros embates entre o Federal e o Estadual, o que é algo pernicioso do ponto de vista institucional. É recomendável a gente separar os quadrados e deixar que cada um atue dentro do seu. É perfeitamente possível, há espaço para ambos, e territórios imensos a serem explorados tanto por um quanto por outro, sem que haja necessidade de brigas. De vez em quando, eu me surpreendo com algumas intromissões do Ministério Público Federal em questões que poderiam perfeitamente ser atacadas, até talvez de forma mais eficiente, pelo Ministério Público Estadual. Às vezes, emergem exibicionismos que mais parecem ter um propósito midiático do que propriamente uma preocupação com um resultado de interesse coletivo. Humildade não faz mal a ninguém. Quem tem de reconhecer é a sociedade. Não podemos nos apresentar como os arautos exclusivos da ética e os bons em tudo.

**Memorial do MPSC** – *E como se corrige isso?*

**José Galvani Alberton** – Com senso crítico. Senso crítico é algo que tem que ser estimulado, permanentemente, a partir das chefias. Muitas vezes, eu tenho a impressão de haver uma espécie de fanfarronice corporativa. A moçada parece querer se banquetear com aquilo que se amealhou no passado, sem renovar o estoque. Não vai dar certo, tem de “suar a camisa”.

**Memorial do MPSC – E o Alberton poeta?**

**José Galvani Alberton** – Isso era quando eu era criança. O poeta ficou lá. Depois da poesia veio a pauleira.

**Memorial do MPSC – E o boletim informativo?**

**José Galvani Alberton** – Eu guardei aqueles primeiros boletins informativos aos quais me referi antes. Eram feitos da seguinte maneira: havia na Secretaria-Geral uma maquina IBM, elétrica, com uma letrinha bem desenhada, nítida. Redigíamos as notícias, numa coluna, de cinco centímetros, mais ou menos, de forma que coubesse duas colunas numa folha A4. Era necessário cuidar ao fazer a margem direita com hifenização, que não era, obviamente, automática. Portanto, calculávamos quantas letrinhas entravam em cada coluna. Depois, cortávamos com estilete, colávamos numa outra folha, desenhavam-se margens com hidrocor e se reproduzia tudo na máquina de xérox. Os primeiros foram *best sellers*.

**Memorial do MPSC – E as sedes da Procuradoria?**

**José Galvani Alberton** – O Ministério Público mudou-se para este prédio no final da gestão do Dr. Kurtz, em 1994. Quando comecei, como Secretário-Geral, a sede localizava-se na Praça XV, ao lado da agência central dos Correios, onde anteriormente funcionou o Tribunal de Contas do Estado. De lá, nos mudamos para a Av. Hercílio Luz. Da Hercílio Luz o Dr. Piazza nos levou para um espaço mais acanhado. O elevador caía de vez em quando... O Macari, por exemplo, não conseguiu entrar com a cadeira de roda de tão diminuto que era o acesso. O prédio era ruim. Quando o Kurtz assumiu de novo, negociamos com o Carvalhinho, que era Secretário da Administração, que muito nos ajudou, para acertar a compra dessa sede, com a ajuda do Executivo Estadual.

**Memorial do MPSC – Bem, o senhor gostaria de deixar mais algum registro, uma mensagem final?**

**José Galvani Alberton** – Eu gostaria de registrar o meu aplauso a

essa iniciativa do Dr. Gustavo [Viviani de Souza], do CEAF. Carecíamos desse trabalho, como registro de como as coisas foram construídas, quais os caminhos percorridos, as dificuldades enfrentadas. Essa percepção é importante no planejamento e na compreensão da Instituição. Em algum lugar, o registro histórico precisa estar sistematizado. A História é uma espécie de suporte para o mundo.

**Memorial do MPSC** - *Muito obrigado! O Memorial agradece a sua atenção.*

# Pedro Sérgio Steil



**Pedro Sérgio Steil** nasceu em sete de julho de 1953, na Cidade de Lages. Formou-se em Direito em 1977 pela Universidade Federal do Paraná. Foi aprovado em concurso público para o Ministério Público de Santa Catarina em 1978 e assumiu na Circunscrição de São Lourenço do Oeste em 1979. Em outubro do mesmo ano, foi removido para exercer suas funções de Promotor Substituto junto à Circunscrição de Joinville. Alcançou promoção para a Comarca de Urubici em 1980. Foi removido, três meses depois, para a Comarca de Trombudo Central. Em outubro de 1980, foi promovido para a Comarca de Itaiópolis, sendo removido no ano seguinte para a Comarca de Indaial. Em abril de 1982, por nova promoção, seguiu para a Comarca de São Joaquim e, um mês depois, foi removido para a Comarca de Jaraguá do Sul. Em maio de 1985 foi promovido para a Comarca de Chapecó, sendo removido, dois anos depois, para a Promotoria de Justiça com atribuições junto à Vara da Família e Menores da Comarca de Joinville. Em março de 1991, por opção, passou a exercer a titularidade da 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joinville, com atuação na área cível e no Centro das Promotorias da Coletividade. Em 1994, foi promovido a Procurador de Justiça. Após seis anos, em abril de 2000, foi eleito Corregedor-Geral do Ministério Público, função que exerceu até 2003, quando foi eleito e nomeado Procurador-Geral de Justiça, sendo reconduzido ao cargo dois anos depois. Integrou, por mais de uma vez, o Conselho Superior do Ministério Público, na condição de representante do primeiro grau.

# PEDRO SÉRGIO STEIL<sup>1</sup>

**Memorial do MPSC** – *De onde o senhor é natural?*

**Pedro Sérgio Steil** – De Lages.

**Memorial do MPSC** – *Como apareceu a opção pelo Direito na sua vida?*

**Pedro Sérgio Steil** – Uma das minhas irmãs e um cunhado advogam em Curitiba e no Mato Grosso do Sul, respectivamente, o que talvez tenha me influenciado. Quando eu cursava o ensino médio, minhas aptidões se destacavam mais em matemática, de modo que meus familiares se surpreenderam quando optei pelo Direito – todos imaginavam que eu cursaria Engenharia, por exemplo. Meu pai era comerciante.

**Memorial do MPSC** – *Onde o senhor cursou a Faculdade?*

**Pedro Sérgio Steil** – Em Curitiba. Em Lages, não havia faculdade, o que fazia com que o pessoal de lá fosse para Porto Alegre ou Curitiba. Minha irmã já estava em Curitiba e meu pai acabou transferindo o seu negócio para lá também.

**Memorial do MPSC** – *Qual foi o período de seu curso?*

**Pedro Sérgio Steil** – De 1973 a 1977.

**Memorial do MPSC** – *Como surgiu a ideia de prestar concurso para o Ministério Público?*

**Pedro Sérgio Steil** – Já durante a Faculdade, o que é quase um paradoxo, pois eu entrara no Direito em grande medida em função dessa influência de pessoas vinculadas à advocacia. Mas meu cunhado, que fora Delegado, me recomendou o investimento em uma carreira

---

<sup>1</sup> Entrevista realizada no gabinete do entrevistado, na Procuradoria-Geral de Justiça de Santa Catarina, em Florianópolis, no dia 5 de agosto de 2010, por Gunter Axt, Gustavo Viviani de Souza e Daniela Tallarico. Transcrição de Gunter Axt.

pública, em virtude das garantias de estabilidade, aposentadoria, etc... Sobretudo pelo fato de que tivemos excelentes professores que eram vinculados ao Ministério Público.

Na minha turma de Faculdade, aproximadamente 20 estudantes seguiram para o Ministério Público. Aqui mesmo em Santa Catarina, há colegas que estudaram comigo em Curitiba. Havia um entusiasmo de grupo. Imaginávamos que o Ministério Público teria melhores condições de dar vazão ao nosso ideal de justiça do que a Magistratura. Encantávamos a possibilidade de produzir provas, provocar iniciativas e não estar aferrados à imparcialidade própria do Magistrado. O Ministério Público parecia-nos mais dinâmico, menos estático, mais capaz de acolher nossos ideais de trabalhar em benefício da coletividade, defendendo a justiça social de uma forma mais pró-ativa. A Magistratura hoje já mudou e se aproxima de um perfil mais dinâmico, mas na época tínhamos uma percepção de que se tratava de uma investidura notadamente estática.

**Memorial do MPSC – *E como foi o concurso?***

**Pedro Sérgio Steil** – Logrei aprovação no concurso em Santa Catarina. Mas houve na época uma dificuldade que atrasou todo o processo. O ex-Procurador-Geral, com pretensão de seguir para o Tribunal de Justiça, sofreu uma representação e teve frustrado o pretendido acesso pelo Quinto Constitucional. Nesse meio tempo surgiu um concurso no Paraná, onde se inscreveram alguns colegas de Faculdade que haviam prestado também o concurso em Santa Catarina. Eu tomei a decisão de aguardar o resultado em Santa Catarina, numa atitude um tanto ousada, pois eu precisava contar com a perspectiva de aprovação. Caracteristicamente, nossa profissão nos leva para o interior e eu preferia atuar e viver no interior de Santa Catarina ao invés do Paraná. O concurso, iniciado em princípios de 1978, em virtude desse efeito de suspensão, só terminou em dezembro de 1978. Felizmente, porém, eu passei.

**Memorial do MPSC – *Qual foi a sua primeira Comarca?***

**Pedro Sérgio Steil** – Eu fui substituto em São Lourenço do Oeste,

tendo assumido no início de 1979. A cidade, hoje muito aprazível, era bem pequena e foi um choque ir de Curitiba para lá.

**Memorial do MPSC** – *Como o senhor se instalou em São Lourenço? Havia uma casa para o Promotor?*

**Pedro Sérgio Steil** – Eu morei um tempo no Hotel Avenida, pois era moço e solteiro. No contexto do Oeste de Santa Catarina, era até um hotel muito bom. Depois, morei um tempo com o Juiz, pois havia uma casa para o Magistrado. Dois Juízes moraram um período sozinhos em São Lourenço, tendo deixado a família em Florianópolis, e, então, pude dividir a moradia com eles: Eralton Joaquim Viviani, grande Magistrado, com quem aprendi muito, e o Carlos Moreira, também um querido colega. Ambos hoje estão aposentados. Mas fiquei relativamente pouco tempo em São Lourenço: apenas sete ou oito meses. Depois, fiz uma remoção, ainda como Substituto, para Joinville, onde fiquei quatro meses. Dali, segui para Urubici, cidade também pequena, mas na região de Lages, que me era familiar. Fiquei ali apenas 40 dias. Na época não existia o interstício. Fiz remoção, então, para Trombudo Central. Ali fiquei quase um ano. Meu propósito era conseguir chegar o mais próximo possível de Curitiba, onde estavam meus familiares e amigos. Depois, peguei uma promoção para Itaiópolis e, em seguida, uma remoção para Indaial. Logo surgiu uma promoção para São Joaquim e de lá outra remoção para Jaraguá do Sul e, depois, em 1985, promoção para Chapecó. Em 1987, eu fui para Joinville, onde permaneci até 1994, quando vim para Florianópolis.

Foi um período de grande mobilidade na Instituição, pois o Governador Konder Reis, anterior ao meu ingresso na Carreira, teria tido um desentendimento com o Poder Judiciário, motivo pelo qual as carreiras pararam. Então, nos Governos seguintes, Jorge Konder Bornhausen (1979-1982), Henrique Helion Córdova (1982-1983) e Espiridião Amin (1983-1987), as carreiras se aceleraram, compensando aquele período no qual estiveram estacionadas.

**Memorial do MPSC** – *O senhor se recorda de algum processo que*

*tenha lhe chamado mais a atenção?*

**Pedro Sérgio Steil** – No dia que assumi a Comarca de Itaiópolis, fiz um Júri. É bem verdade que eu não estava desconhecedor do processo, fora avisado, pois tinha ido à cidade para conhecê-la tão logo surgira a possibilidade da promoção para lá. O advogado, Acácio Bernardes, meu oponente, era muito famoso. Não foi meu primeiro Júri, pois na condição de Substituto eu fizera alguns em Joinville e outro em Urubici. Mas a estreia na Comarca foi um Júri com o Acácio Bernardes. Eram três os acusados e a acusação, felizmente, obteve êxito. Em cidades pequenas, o Júri é um acontecimento, movimenta muito. A cidade é de colonização polonesa e guardei uma lembrança carinhosa da excelente cozinha local, que para mim era uma grande novidade.

**Memorial do MPSC** – *O senhor percebeu uma mudança na natureza dos feitos de uma Comarca para outra?*

**Pedro Sérgio Steil** – Sim. Não só percebia como atentava muito para esse aspecto. Era grande a variação. A primeira constatação impactante foi no Oeste, onde residiam muitas pessoas ligadas à agricultura, de origem italiana e alemã, mas em geral nascidas no Rio Grande do Sul. Ali havia uma violência mais inocente. Havia uma rudeza no meio e as pessoas tendiam a andar armadas. Alguns conflitos tinham relação com limites de propriedades, até porque a fixação na região era recente. Havia um foco de tensão entre índios e antigos caboclos. Havia processos grandes de disputas de posse de terras. Em Campo Erê, município compreendido na Comarca de São Lourenço, a disputa de terras preponderava. Esse era o local mais violento da região. Porém, mais do que isso, nos finais de semana, dos bailes com bebidas sempre saía alguma agressão, lesões e até homicídios. Furtos e roubos quase não se verificavam. O tráfico de drogas quase não existia. Então, era uma violência que emergia dos momentos de confraternização. Em Itaiópolis, também se bebia muito, o que potencializava os entreveros.

Em Urubici, o movimento era muito pequeno. Era uma das Comarcas mais pacatas do Estado. Em Bom Retiro, Comarca pela qual

respon-di, a criminalidade crescia um pouco – era um ambiente rude, ermo, pouco povoado, com grandes extensões de terras.

Em Indaial, os crimes relacionados à bebida diminu-íam muito, mas começava a aparecer o estelionato e os crimes contra o patrimônio. Homicídios ali eram praticamente inexistentes. Mesmo as lesões corporais resultantes de brigas quase não se verificavam. Joinville seguia a mesma tendência. Mas aí já havia incidência do tráfico e uso de entorpecentes.

**Memorial do MPSC** – *E como era a relação com o Juiz e demais autoridades da Comarca e do Município?*

**Pedro Sérgio Steil** – Via de regra, o Juiz costumava ser a pessoa com quem eu tinha a melhor relação nas Comarcas. Penso que eu tive muita sorte, pois os cerca de 20 Juizes com os quais trabalhei eram pessoas muito agradáveis e profissionais competéntíssimos. Jamais amarguei o convívio com um Magistrado que criasse problemas. Apenas em Joinville houve um conflito com um Juiz, por curto espaço de tempo. Mas se tratava de uma pessoa com alguma dificuldade de relacionamento e com problemas funcionais, tendo, inclusive, sido desligado do Poder Judiciário. Muitos Magistrados com os quais trabalhei estão hoje no Tribunal de Justiça.

Na época recebíamos até recomendações da Corregedoria para evitar excesso de proximidade com as autoridades municipais. Assim, sempre procurei manter uma relação amistosa, mas com cautela. Não há como escapar, em nossa profissão, à eventualidade de desgostarmos alguém.

Em Jaraguá do Sul, num caso que envolvia a administração municipal, cheguei a receber ameaças. Nessa época, as promoções e remoções ainda eram assinadas pelo Governador. Portanto, dependiam de uma certa articulação política. A família do político a quem eu me vi na contingência de processar dera, inclusive, um certo aval a minha remoção para a Comarca. Ele se queixou muito ao Governador e ao Procurador-Geral. Chegou a representar contra mim. Recebi um

telefonema do Corregedor-Geral, garantindo-me, contudo, apoio da Instituição, o que foi muito importante. O próprio Governador, ainda que do mesmo grupo político do investigado, teria dito que não iria tratar o caso com panos quentes, pois não admitia desvios éticos.

As ameaças não vieram diretamente do político em si, mas concluímos partirem de pessoas ligadas a ele. Eram ameaças meio amadoras. Tomei as medidas cabíveis, alertando o Corregedor-Geral. Passei a tomar cuidado, diante das circunstâncias, mas o episódio não inibiu a minha atuação. Os réus foram inocentados no Cível, mas no Crime houve resultado condenatório, não precisamente para aquele político, mas para pessoas que haviam trabalhado com ele. Era um caso de corrupção.

**Memorial do MPSC** – *Havia muitos casos de corrupção ou eram episódios pontuais?*

**Pedro Sérgio Steil** – Aparentemente, existiam menos ocorrências do que hoje em dia. Mas era muito difícil tomarmos conhecimento desses casos. Nossa infraestrutura era precária e a legislação menos avançada, o que prejudicava o mister fiscalizador. Nesse episódio específico em Jaraguá do Sul, enfrentei problemas, pois o caso tinha repercussão criminal, que acabou ensejando condenação, e precisei requerer ao Juiz medidas preventivas, apreensões de mercadorias, às quais somente pude dar conhecimento ao Delegado no dia da execução do mandado, caso contrário, corria-se o risco de se perder o efeito surpresa, frustrando a medida.

Enfrentávamos, enfim, muita dificuldade para investigar. Com as autoridades policiais, eu fazia sempre questão de manter um bom relacionamento, mas não podia confiar nelas para eventualidades com repercussões políticas. Na maioria das vezes, era prudente acompanhar muito proximamente a autoridade policial, ou, se possível, produzir alguma prova.

Além disso, na época, havia maior tolerância cultural a certos desvios hoje já não admitidos. Muito do que se qualifica na atualidade como ato de improbidade era em grande medida culturalmente aceito

por natural. O nepotismo, por exemplo, era absolutamente natural. Ninguém estranhava muito, também, quando o amigo ou correligionário de um administrador era beneficiado numa licitação. Mudou muito a valoração da conduta.

Por fim, hoje a imprensa também noticia mais esses feitos, há mais publicidade em torno deles. Em suma, é difícil dizer que no passado havia menos irregularidades do que hoje em dia.

Em termos de infraestrutura, o Ministério Público era fundamentalmente dependente do Judiciário para atuar. Gabinete e instalações, quando existiam, ficavam nos fóruns. As máquinas de escrever, precisávamos comprar nós mesmos. Não havia servidores. A dependência do Judiciário era estrutural.

**Memorial do MPSC** – *Além desse episódio em Jaraguá, o senhor chegou a sofrer mais alguma interferência de ordem política no seu trabalho?*

**Pedro Sérgio Steil** – Não, jamais.

**Memorial do MPSC** – *Em Joinville, o senhor também esteve à frente de uma investigação importante, que atingia a administração municipal, não foi?*

**Pedro Sérgio Steil** – De fato. Tratou-se de um caso de corrupção numa fundação cultural, entre 1990 e 1991: deu uma trabalhadora, uma série de ações, afastamento de administradores... Envolvia um *staff* econômico e político importante da cidade e repercutiu no Estado inteiro. Desvios financeiros eram efetuados a partir da Fundação Cultural de Joinville. Uma das envolvidas era muito bem situada socialmente, ligada a famílias tradicionais. Juntamos vasta documentação. Nessa época já dispúnhamos de um pouco mais de infraestrutura para trabalhar, pois se instalara o Centro das Promotorias da Coletividade. Atuei em conjunto com outros três colegas. Houve farta repercussão. Os Promotores chegaram a ser xingados na primeira página de importantes jornais do Estado. Falava-se em “arroubos da juventude”, procurando imprimir a marca de irresponsabilidade.

A partir daquela investigação descobriu-se o caso da chamada Operação Uruguai, no âmbito da qual funcionava um esquema de lavagem de dinheiro, por meio de depósitos feitos na república vizinha. A pessoa que desviou os recursos da Fundação Cultural fez algumas operações por meio de um grande empresário de Joinville, amigo do marido dela. Quando fomos rastrear suas contas bancárias, topamos com um dos herdeiros de uma das grandes indústrias de Joinville. Foi grande o clamor político, a pressão sobre o Procurador-Geral. Mas eu jamais sofri reprimendas ou pressões de parte da Procuradoria-Geral, então ocupada por João Carlos Kurtz. Houve apenas um pedido de informações, que me pareceu natural e de forma alguma me inibiu.

**Memorial do MPSC** – *Na passagem dos anos 80 para os 90, o Ministério Público de Santa Catarina estava internamente cindido, não é verdade? Como o senhor vivenciou esse momento, no qual também o Ministério Público no Brasil atravessava uma revolução institucional, com a Lei da Ação Civil Pública, a Constituinte e a Lei Orgânica?*

**Pedro Sérgio Steil** – Houve um embate grande entre a Associação e a Procuradoria-Geral de Justiça durante a gestão do Dr. Hipólito Piazza. Eu e os demais Promotores em Joinville estávamos mais ligados à Associação, de certa forma na oposição ao Procurador-Geral. Nos fortalecíamos pela união. Contávamos com o apoio de alguns Magistrados. O que atrapalhava mais era não haver um estímulo de parte da Administração. Trabalhávamos sem apoio da cúpula. E acreditávamos que o Procurador-Geral não usufruía legitimidade para se manter no cargo, pois não gozava do apoio da maioria da classe. Na época houve até abaixo-assinado pedindo o seu afastamento, uma viagem rumo ao Oeste, num ônibus, patrocinada pela Associação, pedindo a renúncia do Procurador-Geral. Envolvi-me em tudo isso. Assinei o abaixo-assinado.

Joinville era um foco de oposição bem contundente. Era uma das maiores Comarcas do Estado, com várias Promotorias. Penso que toda aquela mobilização contribuiu para a mudança constitucional que garantiu a independência e autonomia do Ministério Público. Pessoal-

mente, contudo, jamais tive alguma diferença com o Dr. Piazza. Ele foi Promotor em Joinville e nosso convívio sempre foi cordial e amigável.

**Memorial do MPSC** – *Chegavam notícias da Constituinte na Comarca?*

**Pedro Sérgio Steil** – Indiretamente. Membros da nossa entidade de classe atuavam no processo Constituinte. O capítulo do Ministério Público na Constituição nasceu dentro da própria Instituição e fomos à Assembleia Nacional pedir esse novo mandato. A Constituição chancelou o que já estava praticamente assimilado na classe, como indicou a Carta de Curitiba, de 1986. Alguns Ministérios Públicos com mais tradição, como o de São Paulo, do Rio Grande do Sul e do Paraná, capitanearam essa luta.

**Memorial do MPSC** – *O senhor chegou a participar dos Grupos Regionais de Estudo?*

**Pedro Sérgio Steil** – Sim. Os GREs eram inicialmente vinculados à Procuradoria-Geral e depois à Associação. Funcionavam como espaços de diálogo e de consolidação de ideias, um mecanismo de interlocução com a administração superior.

**Memorial do MPSC** – *E o DECOM?*

**Pedro Sérgio Steil** – Sempre me coloquei à disposição dessas iniciativas. Na época do Plano Cruzado, atuei no DECOM de Chapecó. Já em Joinville, fui um dos primeiros a aderir às Promotorias da Coletividade. Elas nos deram melhor estrutura para operar. Com elas, o Ministério Público saiu dos fóruns, o que permitiu também marcar uma posição simbólica. Na época se entendeu que era conveniente identificar o Ministério Público como Instituição autônoma ao Judiciário. Mas eu, honestamente, nunca me convenci plenamente da pertinência dessa fórmula: a Justiça que fazemos pressupõe a existência do Judiciário, não podemos atuar à margem. A essência da ação ministerial é vinculada ao Judiciário. Mas, no caso do CPC em Joinville, era fundamentalmente uma questão de espaço físico. Não havia espaço disponível nos fóruns. Com

o espaço próprio, ganhamos também uma estrutura básica: móveis, telefone, equipamentos, funcionários... Foi o começo de uma estrutura que nos garantiria condições mínimas para investigar. O processo relativo à Fundação Cultural de Joinville jamais teria evoluído sem esse suporte.

**Memorial do MPSC** – *Esse processo teve resultado?*

**Pedro Sérgio Steil** – Sim, houve condenações e recuperação de valores financeiros bem expressivos. Pessoas foram afastadas de cargos públicos. Alguns remanescentes desse grupo tiveram posteriormente ação decisiva no exitoso projeto do festival de dança. A Fundação Cultural era fortíssima, sofreu um baque violento, mas se recuperou, tendo sempre recebido muito apoio da comunidade. Se por um lado éramos alvo de olhares de censura por estarmos importunando pessoas gradas da comunidade – e o próprio Procurador-Geral ouviu reclamações –, por outro lado, uma grande maioria nos aplaudiu, a começar por grandes empresários que contribuía com a Fundação. O importante é que o escopo da Fundação pôde ser preservado. O joinvillense faz questão de investir na própria comunidade e encara a cultura com muito respeito, prestigiando-a sobremaneira.

**Memorial do MPSC** – *O senhor saiu de Joinville para vir a Florianópolis como Procurador?*

**Pedro Sérgio Steil** – Exatamente. Eu estava preparado para o que iria encontrar pela frente. Para alguns colegas, a atividade do Procurador representa certa inquietação. O Promotor tem um leque muito mais amplo de atuação e liberdade maior. O Procurador, ou se envolve com questões administrativas e institucionais, como foi o meu caso, ou se foca na atividade processual, a qual, embora importante, é mais limitada. Na área criminal, onde tenho experiência, pelo menos 80% dos pareceres dos Procuradores são acolhidos pelo Tribunal. Há uma tendência natural do Tribunal de confirmar a decisão de primeiro grau, mas também de acolher o parecer do Procurador, de sorte que temos uma influência importante. Porém, é uma atuação reflexa, que se dá dentro do processo e não contempla a possibilidade de iniciativa de ação.

Quando cheguei, a estrutura da Procuradoria-Geral ainda era precária. Havia poucos assessores. Eu logo recebi um convite para atuar também nas questões institucionais, o que aceitei. Houve até um fato inédito, pois tomei posse como Procurador numa sexta-feira e na segunda-feira seguinte eu já estava sendo eleito para o Conselho Superior. Não se tratou propriamente de um fenômeno eleitoral. A nossa Lei Orgânica determinava que os Procuradores que já haviam integrado o Conselho não poderiam voltar a candidatar-se, o que impunha altíssima rotatividade. Entrei no Conselho, portanto, num contexto em que não havia muitas opções. Mas a classe acolheu a candidatura com entusiasmo, até porque eu vinha do primeiro grau com boa vivência política e percepção acurada das nossas necessidades. Assim, mesmo concorrendo com colegas mais antigos na carreira, fui o mais votado. A atuação no Conselho trouxe-me muita satisfação pessoal.

#### **Memorial do MPSC – Como funciona o Conselho Superior?**

**Pedro Sérgio Steil** – Há duas atribuições basilares. Uma voltada internamente para a Instituição e a outra voltada para a sociedade. O Conselho acompanha toda a movimentação na carreira, o que é algo de grande impacto junto aos Membros, com repercussão nas famílias, etc... É uma atuação, hoje, bastante técnica e criteriosa, visando a afastar a possibilidade de injustiças. É, assim, uma garantia de democracia interna. Mas não foi sempre assim. Quando nos desvencilhamos da influência política externa, vigorou durante um bom período uma influência política interna no que diz respeito às promoções por merecimento. Não é fácil construir critérios técnicos para as movimentações, pois o contexto dos Promotores interessados em promoções por merecimento tem grande variação: como comparar, por exemplo, o desempenho de um Promotor convocado, que pode ser excelente, com alguém que está atuando diretamente numa Promotoria? Os critérios desenhados em lei contemplam quem atua na Promotoria, mas não se adaptam à atividade dos convocados. Da mesma forma, como comparar uma Promotoria de um Juizado Especial, cujo volume de processos pode ser muito grande, com uma Promotoria da Fazenda Pública, que demanda pareceres ela-

borados, ou uma Promotoria da Infância e da Juventude, que envolve atividades extra-processuais? São contextos muito diferentes. Mesmo com a lei estabelecendo critérios, ainda hoje há dificuldade de se fazer o cotejo de forma justa. Mas antes desses critérios firmados em lei, o que preponderava era a rede de amizades. As vagas da Capital, por exemplo, eram reservadas aos amigos. Uma tremenda injustiça, que passava pelo Conselho Superior, mas era a cultura administrativa da época. Era culturalmente aceito, pois se consideravam essas as regras do jogo. Embora a constituição do Conselho fosse democrática, mediante eleição dos Membros pela classe, era muito grande o peso da orientação das chefias nas suas decisões. Isso precisou ser modificado. Antes, os votos eram fechados; hoje, os votos dos conselheiros são identificados e precisam ser fundamentados. Atualmente, as sessões são públicas. No passado, eram secretas. Estamos muito próximos do ideal. Mas eu acho que a dimensão subjetiva jamais será totalmente extirpada do processo de escolha. De qualquer forma, eu não vejo a cultura do Promotor condicionar a sua própria atuação à perspectiva de promoção por merecimento. O que pauta a ação ministerial é o idealismo.

O outro vetor de atuação do Conselho reside na revisão do arquivamento de procedimentos das Promotorias e dos inquéritos civis. A revisão que o Conselho faz da atuação do Promotor é exclusivamente afeta à área da coletividade. Se, no final da investigação com vistas à ação civil pública, o Promotor opta por um ajustamento de conduta, o pedido de arquivamento precisa ser remetido ao Conselho para homologação final. Em 95% dos casos, o Conselho homologa. Mas há casos em que o órgão pede diligências, ou, no limite, discorda integralmente da atuação do Promotor, remetendo o procedimento ao Procurador-Geral, que então indica um outro Promotor para o caso. É uma atividade extremamente importante para a sociedade, pois se trata de uma segurança para a comunidade. Se houver omissão, ela poderá ser identificada e corrigida. No momento do arquivamento, os interessados precisam ser notificados pelo Promotor. Se não se sentirem satisfeitos, podem recorrer ao Conselho Superior. Se houver algum abuso, o órgão colegiado poderá

filtrá-lo, informando a Corregedoria.

A nossa atuação é muito controlada. Depois dos mecanismos internos, junto aos quais o Conselho Superior joga um papel fundamental, há todo o controle exercido pelo Judiciário, no qual uma ação proposta pelo Promotor poderá ou não prosperar.

**Memorial do MPSC** – *Como foi a sua campanha para Procurador-Geral e a sua gestão?*

**Pedro Sérgio Steil** – Sempre me motivou o trabalho conjunto nos movimentos políticos internos, movendo-me o ideal de participação. Assim, busquei uma atuação de grupo.

A primeira vez que participei de uma campanha, em 1995, fui convidado para integrar uma ação com dois colegas – Moacyr de Moraes Lima e José Galvani Alberton. A estratégia era levar os três para a lista tríplice. Fizemos uma campanha juntos, com os mesmos compromissos político-institucionais. Naquele contexto, acreditávamos que, se um candidato da oposição chegasse a integrar a lista, haveria grandes chances de ser ele o escolhido pelo Governador. O candidato mais prestigiado parecia ser o Dr. Luiz Carlos Freyesleben, hoje Desembargador.

Logramos êxito. O Governador Paulo Afonso Vieira escolheu o segundo mais votado: o Dr. Moacyr. Eu era o mais moderno dos três e fiquei na terceira posição. Em quarto lugar, ficou o Vidal Vanhoni Filho. Era também um candidato muito forte da oposição, antigo aliado do Dr. Kurtz, presidira, inclusive, a Associação. Fora também Conselheiro – um Procurador muito inteligente! Também concorreu o Dr. Paulo Antonio Günther. A parada foi dura! Eu estava num contexto de um grupo com capital político importante. Agreguei alguma coisa, mas eu era o caçula: estava com apenas seis meses de Procuradoria. Meu desempenho como Conselheiro chamara a atenção.

Depois que se começa, é difícil parar. Assim, nas eleições seguintes, voltei a concorrer, mas já não mais com o Dr. Moacyr. Entrei na lista. O Dr. Moacyr foi reconduzido. Dois anos mais tarde, concorri em

companhia com o Dr. Alberton e o Dr. Odil José Cota. O Dr. Alberton foi o mais votado e o escolhido pelo Governador Esperidião Amin. Na recondução dele, não concorremos: não houve, ali, essa estratégia de trabalhar pelos três nomes. Na sucessão do Dr. Alberton, candidatei-me: sendo o mais votado, fui nomeado pelo Governador Luiz Henrique da Silveira. Nas eleições seguintes, também mais votado, fui reconduzido.

A estratégia de concorrer em três é legítima, frequentemente usada, embora nem todos a acolham. O Dr. Gercino, por exemplo, sempre concorreu sozinho. O ideal, em minha opinião, contudo, seria sempre a nomeação do mais votado, isto é, a eleição do Procurador-Geral exclusivamente pela classe, por votação direta. Mas, já que assim não é, pessoalmente, prefiro a fórmula coletiva.

A administração do Ministério Público é muito complexa e o sucesso de uma gestão depende do grupo que o Procurador-Geral consegue mobilizar para auxiliá-lo. Há uma concentração excessiva de atribuições na alçada do Procurador-Geral, resquício do período em que ele era nomeado *ad nutum* pelo chefe do Executivo. Apesar dos muitos mecanismos de controle que surgiram nos últimos anos, tais como a independência do Conselho Superior, ainda é excessivo o poder do Procurador-Geral de Justiça. Eis algo que está à espera de uma reforma substancial. Talvez separando a questão administrativa da institucional. Assim, no atual modelo, a equipe é absolutamente essencial para o sucesso da gestão.

Eu assumi a Procuradoria-Geral num momento alvissareiro, que passou pela promulgação da Constituição de 1988 e pela implementação da Lei Orgânica, Nacional e Estadual. Demoramos algum tempo para implementar a Lei Orgânica em Santa Catarina, pois se fez um exaustivo trabalho prévio de Direito comparado, analisando-se as legislações dos vários Estados, então vigentes. A nossa Lei foi uma grande evolução interna. Paralelamente a isso, na gestão do Dr. Alberton, estimulou-se o desenvolvimento de uma cultura de avanços institucionais com resultados muito palpáveis para a sociedade. Não que isso não vigorasse

antes, mas na gestão dele houve grande ênfase a esse aspecto. Eu me vinculei muito a essa tendência. Na gestão do Dr. Alberton, fui já o Coordenador do Centro de Apoio das Promotorias da Coletividade. Foi um momento em que se expandiu muito a ação ministerial no campo dos direitos difusos. Tais premissas, portanto, estavam consolidadas quando eu assumi.

Por outro lado, havia carência de recursos e de estrutura. Poucos meses antes de se encerrar o mandato do Dr. Alberton, houve uma importante reformulação salarial. Mas a conta ficou para ser paga pela gestão seguinte, a minha. O problema é que fora uma solução interna e o aumento do orçamento da Instituição, para dar conta dessas novas obrigações, não fora devidamente negociado com o Executivo e a Assembleia. Precisamos até contar com o apoio de convênios firmados com o Governo para não paralisar ações importantes, tais como o combate à sonegação fiscal. Mas esse, verdade seja dita, era um aspecto que interessava diretamente ao Governante. Enfim, as dificuldades materiais foram, todavia, em parte compensadas pela nova legislação que chegava, muito aprimorada, e pelo momento interno da Instituição de consolidação das atribuições ampliadas pela Carta de 1988.

Eu senti que era necessário procurar dotar a Instituição de melhor infraestrutura de trabalho para o Promotor, pois sabia das dificuldades e carências enfrentadas no primeiro grau. Tínhamos 300 Promotores e Procuradores e cerca de 150 servidores. Era até um desperdício, porque muitas atividades não precisam ser diretamente executadas pelos Promotores, podendo ser assumidas por servidores bem treinados. No interior, os Promotores ainda estavam muito isolados. Então, os poucos recursos que conseguíamos mobilizar eram investidos nesse aspecto. Conseguimos um razoável avanço, assegurando a cada Promotoria um assistente, bacharel em Direito, para apoio administrativo e jurídico. Também procuramos incrementar as condições de investigação do Promotor: celebramos convênios para facilitar as perícias, viabilizar diligências. Costuramos uma gama muito grande de convênios e parcerias com órgãos técnicos. Na área ambiental, por exemplo, essa ação

trouxe um forte impacto. Os resultados foram imediatamente sentidos, pois se intensificou a atuação.

**Memorial do MPSC – E a relação com o Governo, como foi?**

**Pedro Sérgio Steil** – Não tenho nenhuma queixa. Houve compreensão para a necessidade de melhorias materiais e intensificou-se a realização de parcerias estratégicas. Além disso, jamais sofri algum tipo de pressão de ordem política. Quando muito, alguma queixa, sem maiores consequências, da atuação de um Promotor. O Governador fora Prefeito em Joinville, onde sofrera ações do ente ministerial, como de resto acontece com a maioria dos administradores. Essas ações subiram para o STJ quando de sua eleição ao Governo do Estado, sendo paralisadas. Mas eram queixas discretas e muito episódicas. De tal maneira que eu não posso sustentar nenhuma reclamação. Percebo o balanço da relação entre o Ministério Público e o Governo Luiz Henrique como altamente positivo. E olha que me vi na contingência de mover uma ação contra o Secretário da Fazenda, personagem, aliás, que eu conhecia de Joinville e com quem eu mantinha um relacionamento de alto nível: ele sempre acolhia com simpatia os pleitos do Ministério Público. Movi essa ação naturalmente, sem provocar surpresas e sobressaltos. Houve uma denúncia que gerou esse encaminhamento. Ainda era rescaldo da administração municipal deles.

Quando ações como essas estavam em curso, o máximo que eu procurava fazer era pedir informações ao Promotor, até para me antecipar às possíveis queixas e ter argumentos para contrapô-las, se necessário fosse. Queixas desse perfil vinham com mais frequência de Deputados, que espinafavam os Promotores. Eles marcavam hora na Procuradoria-Geral e vinham com um rosário de queixas, em geral emprenhadas por eleitores do seu quintal eleitoral. Por isso mesmo, era importante que eu me empenhasse em dissolver tais versões, apresentando outra perspectiva dos fatos. Procurava explicar bem a nossa função constitucional, a nossa missão. Era um período de consolidação das atribuições e a cultura administrativa do País estava mudando. Éra-

mos peça-chave nessa engrenagem. Eles precisavam entender que era assim mesmo, que o Ministério Público não sofreria pressões políticas e que agiria conforme o mandato concedido pelo constituinte original e pela sociedade. Houve uma oportunidade na qual eu cheguei a dizer que, como Promotor, não teria tomado uma determinada iniciativa. Porém, uma vez tomada, como Procurador-Geral, eu a defenderia, pois o Promotor é independente. O reclamante poderia queixar-se à Corregedoria, se fundamentada a percepção do Promotor de fato ter extrapolado. Alguns parlamentares, melhor preparados, entendiam nossos argumentos. A maioria não fazia representações, até porque os abusos reais eram muito raros. Assim, procurava estar ciente dos acontecimentos e das ações em curso.

**Memorial do MPSC** – *Como o senhor vê o Ministério Público hoje?*

**Pedro Sérgio Steil** – Internamente, eu vejo uma inquietação das lideranças e das chefias em face das reações à atuação do Ministério Público. Essas reações sempre existiram, mas estão se intensificando, pois a ação ministerial está incomodando poderosos. Algumas ações exageradas, que partiram sobretudo do Ministério Público Federal, deram combustível a esses argumentos reativos. O MPF deu um salto muito grande, partindo de um total atrelamento ao Executivo para uma vasta autonomia. Assim, essa evolução rápida em certos episódios ficou carecendo da necessária modulação, fruto da experiência. Os próprios mecanismos de controle interno acompanharam precariamente esse fantástico salto qualitativo. Um exemplo é a Corregedoria do MPF, cuja estrutura era, até bem pouco tempo, pelo menos, notadamente frágil, se comparada a qualquer Corregedoria Estadual. A Corregedoria do MPF sequer possuía assessores de carreira, como acontece nos Estados! No MPF, esse mecanismo de controle interno existe muito mais no papel do que na prática. Além disso, as ações do MPF também tenderam a repercutir muito mais, até porque muitas eram mais abrangentes, de interesse nacional. Tudo isso engrossou a reação ao Ministério Público no plano da União.

O Conselho Nacional do Ministério Público tem jogado um papel

importante como agente indutor. Eu creio que a Corregedoria-Geral do MPF, por exemplo, vem sendo mais prestigiada recentemente, graças às orientações do Conselho. A questão da orientação do Promotor é importantíssima, pois embora o agente ministerial no primeiro grau tenha independência, não é possível que cada um haja como bem lhe aprouver: há frequências em que se requerem orientações institucionais.

Entretanto, essa reação de setores da sociedade não me parece assim tão perniciosa como vem sendo pintada. O Brasil de 1988 era carente de quase tudo. Essa carência já está hoje minimizada em muitos aspectos. Então, parece-me natural que algumas prerrogativas nós até percamos. Na área da coletividade, por exemplo, a legislação permite que a própria sociedade tome certas iniciativas, o que representa até um bem-vindo indicativo de maturidade. Diminuirá naturalmente a demanda pelo Ministério Público, pois o cidadão estará menos vulnerável e a sociedade mais madura. É uma consequência natural das próprias vitórias do Ministério Público.

Em Santa Catarina, corre no momento o debate sobre a instalação da Defensoria Pública. Embora o modelo catarinense de advocacia dativa atenda razoavelmente bem a demanda existente, ele não está, creio, em sintonia com o mandamento constitucional. Assim, mesmo sem ilusão de que a Defensoria resolverá todos os problemas de atendimento, a criação desse órgão parece ser inevitável e eu não acho que represente ameaça ao Ministério Público, mesmo recebendo competência para iniciar ações civis, vez que a própria sociedade civil já enfeixa essa condição. É claro que é preciso cuidar para não haver sobreposição de estruturas, mas o compartilhamento de atribuições não necessariamente implicará em enfraquecimento do Ministério Público, ao qual cabe executar suas funções com competência e altivez.

Enfim, não podemos cair nessas disputas corporativas, a exemplo da reação da Polícia à nossa competência investigativa, reação que vem se mostrando uma idiotice. Toda a estrutura criminal do sistema penal é absolutamente compatível com a investigação do Promotor, aqui e

em qualquer lugar do Planeta. Essa briga por nichos de poder vem em prejuízo à sociedade.

**Memorial do MPSC** – *O senhor acha que o Inquérito Policial vai continuar existindo?*

**Pedro Sérgio Steil** – É difícil dizer. O ideal seria que houvesse condições de se iniciar com o Inquérito diretamente uma ação, pois já movimentaria a máquina. Mas isso exigiria uma reformulação cultural e até uma limpa na nossa legislação – há muita conduta que não faz mais muito sentido criminalizar hoje em dia.

**Memorial do MPSC** – *Quanto o Ministério Público aproveita o Inquérito Policial?*

**Pedro Sérgio Steil** – Bem, o que se sabe estatisticamente é que menos de 20% das infrações penais produz inquéritos e, desses, honestamente não sei o quanto é de fato aproveitado. Há muita burocracia inútil. O ideal seria que se trabalhasse com o Juizado. O crime já começaria com foco em uma solução no primeiro contato, já na Delegacia, ou no Ministério Público. Penso haver necessidade de caminhos diferenciados para situações diferenciadas. Poderia até haver uma instância administrativa, para não virar tudo penal, pois o sistema carcerário já não dá conta. Como o sistema carcerário está saturado, fica-se atualmente remendando o problema, com um movimento reverso, inventando-se teses para libertar os apenados.

**Memorial do MPSC** – *Por outro lado, o senhor não temeria um eventual Juizado de instrução, nos moldes franceses, no qual pode haver excesso de autoridade judiciária?*

**Pedro Sérgio Steil** – É possível que esse sistema, se instalado, viesse a ter também as suas mazelas. Mas a verdade é que hoje o cidadão já está exposto aos excessos da autoridade policial. Não sei onde o prejuízo seria maior. Talvez o papel do Ministério Público como fiscal imparcial pudesse ajudar a ajustar um pouco esse desequilíbrio pelo qual o cidadão, caindo no sistema, é réu.

**Memorial do MPSC** – *O senhor acha que há uma crise de impunidade no Brasil de hoje?*

**Pedro Sérgio Steil** – Sem a menor dúvida! Sim, há! Um dos problemas do nosso sistema penal é o descrédito. Há excesso de garantias, algumas generalizadas indiscriminadamente. Na prática, só quem tem recursos econômicos para custear um bom advogado, tem uma defesa qualificada e consegue usar as garantias do nosso sistema para ficar impune.

**Memorial do MPSC** – *Como o senhor avalia o nosso Supremo Tribunal Federal?*

**Pedro Sérgio Steil** – A forma de composição do Supremo é lamentável. Os Ministros deveriam ter mais vínculo com a carreira jurídica e comprovar reputação ilibada e notório conhecimento, o que hoje não acontece. Além disso, as competências precisam ser mais bem delimitadas. Não é possível que qualquer coisa seja passível de ser considerada matéria constitucional. É preciso desenvolver um aperfeiçoamento na estrutura judiciária e uma definição mais clara em termos de competências. Hoje há no Supremo uma quantidade muito grande de causas, um volume que, inclusive, vem em prejuízo da qualidade. Já que é difícil mudar essa cultura advocatícia de a tudo recorrer, então é preciso alterar a organização judiciária: o Supremo precisaria ser apenas um tribunal constitucional para questões absolutamente relevantes. Já o STJ, talvez precisasse ser ampliado, pois, dado o volume processual, não sei que qualidade de Justiça se tem com a sistemática delegação da argumentação às assessorias dos Ministros.

**Memorial do MPSC** – *O senhor acredita que está em curso no Brasil um processo de centralização da jurisdição?*

**Pedro Sérgio Steil** – Sim. E isso é ruim. Quando eu era Procurador-Geral de Justiça, houve um congresso nacional em Minas Gerais, para o qual convidamos os representantes do Conselho Nacional do Ministério Público. As primeiras resoluções do Conselho iam de encontro às práticas correntes nos Estados. Houve acirradas discussões. Veio à tona o

profundo desconhecimento desses representantes sobre as realidades do Ministério Público nos Estados, com uma inquietante demonstração de pretensão de centralização e uniformização. A concepção dos Conselheiros desconsiderava inteiramente as diversidades regionais protegidas pela federação. O federalismo no Brasil está, sim, ameaçado. E eu acho, justamente, que ele deveria ser ampliado, ao invés de inibido. A unificação do horário de atendimento no Ministério Público, por exemplo, que atualmente se discute, é uma grandessíssima bobagem.

**Memorial do MPSC** – *O senhor se sente satisfeito com o Ministério Público?*

**Pedro Sérgio Steil** – Com certeza. Ocasionalmente, surgem frustrações. Boa parte delas advindas do Poder Judiciário. Muito do meu idealismo inicial se desfez no contato com a realidade do funcionamento do Judiciário. No conjunto, porém, penso que meus ideais de faculdade foram realimentados no Ministério Público.

Eu acho que primeiro a Instituição trabalhou no foco de buscar atribuições. Depois, o foco foi na consolidação dessas atribuições e na evolução da infraestrutura material e de apoio. Esse é um investimento constante. O desafio atual é a otimização da tecnologia de informação. Descortina-se agora uma nova fronteira, que passa pelo aperfeiçoamento permanente dos Membros. Hoje, realizamos os concursos públicos mais disputados, recrutamos profissionais absolutamente competentes e preparados. Mas há necessidade de, uma vez incorporados esses profissionais à carreira, ser constante o aperfeiçoamento. Esse vetor precisa ser intensificado cada vez mais, porque a exigência sobre esse profissional é cada vez maior e nós trabalhamos na perspectiva de atender a uma demanda social, que precisa ser conhecida. A especialização acadêmica é um caminho. Mas precisamos intensificar o trabalho com o aperfeiçoamento e a formação internos. A preparação somente jurídica é insuficiente. É um aspecto que a Instituição precisa evoluir.

**Memorial do MPSC** – *O Memorial agradece o seu depoimento.*

# Gercino Gerson Gomes Neto



**Gercino Gerson Gomes Neto** nasceu em 20 de março de 1961, na cidade de Blumenau. Formou-se em Direito em 1983 pela Universidade Federal de Santa Catarina. Em maio de 1985, foi nomeado Promotor Substituto da Comarca de Rio do Sul e promovido 5 meses depois para a Comarca de São Domingos. Em abril de 1988, alcançou promoção para a Comarca de Dionísio Cerqueira, sendo removido em junho de 1989 para a Comarca de Santa Cecília. Em dezembro do mesmo ano, via permuta, passou a exercer suas atividades junto à Comarca de Taió. No segundo dia do ano de 1991, foi promovido para a Comarca de Porto União. Em dezembro de 1993, por remoção, seguiu para a Comarca de Balneário Camboriú, com exercício inicial junto à 2ª Vara Cível. Em maio de 1994, foi promovido para a 7ª Promotoria de Justiça da Comarca de Blumenau, posteriormente optando para a 4ª Promotoria de Justiça da mesma Comarca. Em março de 1996, foi convidado para coordenar o Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude, no qual atuou por quatro anos. Em outubro de 1997, assumiu a 15ª Promotoria de Justiça da Capital, com posterior opção para a 26ª Promotoria de Justiça, em dezembro de 2007. Foi promovido a Procurador de Justiça em maio de 2010. Em abril de 2007, foi eleito Procurador-Geral de Justiça, sendo reeleito dois anos mais tarde.

**GERCINO GERSON GOMES NETO<sup>1</sup>**

**Memorial do MPSC** – *O senhor é natural de onde?*

**Gercino Gerson Gomes Neto** – De Blumenau.

**Memorial do MPSC** – *Como surgiu a opção pelo Direito na sua vida? Havia uma tradição do Direito na sua família?*

**Gercino Gerson Gomes Neto** – Sim. Meu pai faleceu quando eu estava cursando Direito. Vários tios e tias são formados em Direito.

**Memorial do MPSC** – *E a opção pelo Ministério Público?*

**Gercino Gerson Gomes Neto** – Surgiu já no final da faculdade. Advoguei por um ano e amadureci bastante a ideia de ser o meu lugar do outro lado do balcão, acusando, bem na vertente criminal mesmo. Acusando e não fazendo a defesa de bandidos: foi esse raciocínio que eu fiz à época.

**Memorial do MPSC** – *Mas existiu algum professor na faculdade que o tenha marcado nesse sentido?*

**Gercino Gerson Gomes Neto** – Não, foi algo consolidado na minha vivência como advogado, eu diria. Desempenhei a advocacia dativa, defendendo muitos criminosos, o que realmente me empurrou para o concurso. No exercício da defensoria dativa e da assistência judiciária, preparei-me indiretamente para o concurso, pois são normalmente causas mais complexas. Além disso, esse trabalho de defesa consolidou a minha vocação para a acusação.

**Memorial do MPSC** – *O senhor cursou Direito em Florianópolis?*

**Gercino Gerson Gomes Neto** – Na Universidade Federal de Santa Catarina.

---

1 Entrevista realizada no gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Florianópolis, no dia 11 de agosto de 2010, por Gunter Axt, Gustavo Viviani de Souza e Daniela Tallarico. Transcrição de Ana Paula Zanella.

**Memorial do MPSC** – *O senhor entrou no Ministério Público em 1985, como Promotor Substituto. Quanto tempo o senhor permaneceu na primeira Comarca?*

**Gercino Gerson Gomes Neto** – Fiquei como Substituto um ano e sete meses, na circunscrição de Rio do Sul, atendendo todo o Alto Vale do Itajaí, que abrangia cinco Comarcas. Dali fui para São Domingos, onde permaneci um ano e meio. Posteriormente, segui para Dionísio Cerqueira, na fronteira com a Argentina e o Paraná, onde eu fiquei quase dois anos. Desci para o Alto Vale do Itajaí, Taió, onde me fixei por dois anos. Segui para Porto União, no Planalto Norte, onde fiquei mais dois. Desci, então, para Balneário Camboriú, onde fiquei meio ano. Depois veio Blumenau: dois anos e meio. De lá fui convidado para ser Coordenador na Procuradoria, junto ao Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, onde atuei por quatro anos. Nesse ínterim, me removi para a Capital e assumi a Promotoria da Infância e da Juventude de 2001 a 2007, quando, então, me tornei Procurador-Geral de Justiça.

**Memorial do MPSC** – *Na passagem por essas várias Comarcas, o senhor percebeu uma natureza diferenciada da criminalidade e dos feitos de uma para a outra? O que mudava no trabalho do Promotor?*

**Gercino Gerson Gomes Neto** – Do Alto Vale do Itajaí para cima é muito mais fácil de trabalhar. Conta-se nessa área com servidores públicos muito engajados e responsáveis. O povo é mais ordeiro e mais respeitador, não tenho a menor dúvida. No litoral, os crimes são mais ligados ao estelionato, com um dolo diferente dos crimes praticados no interior do Estado, muito embora isso venha se alterando nos últimos tempos...

**Memorial do MPSC** – *No interior há mais crimes contra a vida?*

**Gercino Gerson Gomes Neto** – Sim, mas muito crime passional ou decorrente de um conflito de vizinhança. Atualmente, no litoral, os crimes já são mais sórdidos, com grau mais evidente de crueldade, tais como um roubo seguido de morte e crimes decorrentes das consequências do tráfico de drogas.

**Memorial do MPSC – E no Oeste do Estado?**

**Gercino Gerson Gomes Neto** – São mais comuns esses crimes contra o patrimônio, que às vezes envolvem atentado à vida. Além disso, lá a questão da honra é levada “a ferro e a fogo”.

**Memorial do MPSC – Algum processo que tenha lhe chamado a atenção, que o tenha marcado durante essa trajetória no Primeiro Grau?**

**Gercino Gerson Gomes Neto** – Foram vários processos. Não sei se algum em especial... Eu tive uma atuação forte na área do meio ambiente, muito embora esse não seja o meu foco central, sobretudo no começo da década de 1990, quando ainda poucas ações eram ajuizadas nessa área. Fiz alguns ajustamentos de conduta, como o repovoamento de um rio no Alto Vale, por mortandade de peixes, para a prevenção de enchentes.

No Planalto Norte, promovi algumas ações de responsabilidade por improbidade administrativa, que também estiveram dentre as primeiras iniciativas nesse campo, pois a Lei de Improbidade foi promulgada em novembro de 1992 e essas ações foram ajuizadas em 1993 – e, diga-se de passagem, depois de 17 anos, ainda não foram julgadas no 2º Grau, o que é uma vergonha!

Em Florianópolis, penso, destacou-se minha atuação na área da Infância e Juventude, entre 2001 a 2007, quando tratei do Ato Infracional. Chocou-me a grande mortalidade dos adolescentes nas periferias de Florianópolis. Talvez trate-se de um dos locais mais violentos para meninos dos 12 aos 18 anos, dado o elevadíssimo índice de mortalidade que ali se verifica para essa faixa etária.

**Memorial do MPSC – A que o senhor atribuiu essa situação?**

**Gercino Gerson Gomes Neto** – À chaga do tráfico de drogas. O envolvimento desses jovens com tráfico e o histórico abandono deles pelo Estado engrossam o caldo de uma criminalidade cuja emergência se liga às drogas. A situação se agravou com a eclosão da guerra do

tráfico no início dos anos 2000. Em razão do assassinato de um grande traficante, as disputas se tornaram mais intensas e a violência aumentou muito. Os adolescentes passaram a se matar em escala ampliada. Tanto que num período curto de dois a três anos de atuação na Promotoria, mais de cem adolescentes que eram meus clientes foram assassinados em Florianópolis. É brutal! Acho que foi a experiência mais marcante e negativamente triste pela qual passei na minha carreira.

Eu era o único Promotor do Ato Infracional. Tentei fazer o possível. Meu grande problema foi a falta de apoio do Poder Público, a ausência de quem deveria, justamente, manter programas efetivos, com tratamentos para a drogadição, programas de liberdade assistida, com prestação de serviços à comunidade. Nada disso dava conta da demanda.

Mas também colecionei experiências positivas. Quando coordenei o Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, trabalhamos na conclusão de um grande Inquérito Civil, no Estado de Santa Catarina, iniciado em 1995. O então Procurador-Geral de Justiça, Dr. Moacyr [de Moraes Lima Filho], instaurara um Inquérito Civil para apurar as políticas na área da infância e juventude do Estado inteiro. Assumi esse Inquérito Civil em dezembro de 1996 com a missão de concluí-lo. Era um calhamaço de trinta mil páginas de documentos. Transformei-os em uma representação para cada Promotor da Infância e Juventude do Estado de Santa Catarina. Nas Comarcas nas quais o Promotor era único, acumulava a Infância e algumas especializadas. Montamos uma estratégia para instalar em todo o Estado os Conselhos de Direito, os Conselhos Tutelares, com programas de atendimentos socioeducativos. Essa estratégia resultou em ajustamento de conduta com três Secretarias de Estado e com 260 municípios. Firmamos 293 acordos, com 260 municípios. Disso resultou que Santa Catarina foi o primeiro Estado a instalar plenamente a rede de Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos, com programas efetivos de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade.

Se a estratégia ali montada para o Ato Infracional tivesse sido

honrada pelo Governo que assinou o ajustamento de conduta e encampada efetivamente pelos Governos subsequentes, nós hoje teríamos uma realidade muito diferente no Estado de Santa Catarina. Tanto que essa estratégia de ajustamento de conduta recebeu uma premiação: o primeiro prêmio que o Ministério Público de Santa Catarina conquistou, chamado Prêmio Sócio-Educando, outorgado pela UNICEF e inúmeras entidades nacionais.

**Memorial do MPSC** – *Qual foi o ano, o senhor se recorda?*

**Gercino Gerson Gomes Neto** – A premiação é de 1999. O trabalho começou em 1995 e foi concluído em fevereiro de 1997. Durante 1997 e 1998, implantamos os ajustamentos de conduta e as estratégias.

**Memorial do MPSC** – *Interessante isso porque é o Ministério Público executando política pública.*

**Gercino Gerson Gomes Neto** – Exatamente! Fazendo com que o Estado cumpra aquilo que está determinado pela Constituição. Foi o primeiro grande movimento de ajustamento de conduta do Ministério Público no Brasil. E da forma como foi conduzido, tenho quase certeza de seu ineditismo. Em Santa Catarina, aquele ajustamento de conduta serviu de modelo e promovemos outros, posteriormente, adotando similar metodologia, como, por exemplo, o programa “O lixo nosso de cada dia”, na área do meio ambiente. Enfim, a estratégia desenvolvida com ineditismo sob minha gestão na Coordenação do Centro de Apoio da Infância e da Juventude terminou sendo fixada como referencial metodológico para inúmeras ações futuras, o que é motivo de gaudio para todos os que participaram daquela experiência.

**Memorial do MPSC** – *É difícil fazer o ajustamento de conduta com o Estado inteiro?*

**Gercino Gerson Gomes Neto** – Sim, é. Cada Promotor promove o ajustamento com o município da sua Comarca. Nós criamos o modelo e a diretriz. Convocamos doze reuniões, que na verdade eram audiências

públicas com Prefeitos, Vereadores, Promotores, Juízes e a comunidade em geral. Ali, explicávamos do que se tratava o inquérito e quais as medidas que haviam sido tomadas pelo Procurador-Geral. Eu fizera um relatório ao Chefe do MP, sugerindo o desmembramento do IC em representações individuais, o que foi acolhido. Assim, cada Promotor recebeu uma representação, relativa a um município, respeitando a sua independência funcional. De sorte que o Procurador-Geral não mandou o Promotor agir, mas sua representação sugeriu ao Promotor, respeitada a independência funcional, ajustar conduta, propor ações civis ou arquivar. Se o Promotor entendesse ser o caso de arquivamento, como alguns entenderam, os procedimentos seriam arquivados e examinados pelo Conselho Superior, como é de praxe, vez que se trata do órgão revisor. Em todos esses casos, por sinal, o Conselho Superior, que costumava homologar os ajustamentos de conduta sem ressalvas, reformou a decisão, remetendo o procedimento de volta, pois entendeu não ser caso de arquivamento. Assim, o processo era encaminhado a outro Promotor, que então tomava as medidas que entendia cabíveis. Isso se deu umas duas ou três vezes.

Em cerca de 130 municípios, os Conselhos Tutelares já estavam instalados. Após o ajustamento, passamos para 290! Conselhos de Direito existiam uns 100. Também passamos a contar com 290. Praticamente triplicamos os Conselhos de Direitos e dobramos os Conselhos Tutelares.

**Memorial do MPSC** – *Nesse período o senhor teve alguma participação na vida associativa? Como foi a sua relação com a Associação do Ministério Público?*

**Gercino Gerson Gomes Neto** – Sempre participei ativamente nos momentos de mobilização institucional. Em 1987, quando um grupo que já estava no poder há muito tempo deixou-o em razão de uma troca de governo, eu me posicionei abertamente ao lado do novo Procurador-Geral, na contramão da maioria. Eu ainda era Promotor em estágio probatório, mas estava convicto da correção das posições assumidas por esse Procurador-Geral.

**Memorial do MPSC** – *O senhor se refere ao Dr. Piazza?*

**Gercino Gerson Gomes Neto** – Sim.

**Memorial do MPSC** – *Por que o senhor o apoiou?*

**Gercino Gerson Gomes Neto** – Porque eu entendia que era da regra do jogo democrático. O grupo que saiu não se conformou em perder o poder, mas a forma de nomeação era aquela. Não havia mistério nenhum nisso. Sempre fora assim. Até a Constituição de 1988, o Procurador-Geral tinha assento no Colégio de Secretariado do Governador. E entendo que o Dr. Piazza foi um bom Procurador-Geral. Ele modificou o funcionamento da Instituição, acabando, por exemplo, com desvios que tínhamos até então, tais como designações de pessoas que faziam a carreira inteira na Procuradoria-Geral, sem jamais atuar efetivamente em uma Comarca. Além disso, ele equiparou o salário do Procurador de Justiça com o do Desembargador, pois até então apenas o Procurador-Geral de Justiça tinha equiparação ao Desembargador. Todos os demais Procuradores ganhavam menos. Ele garantiu pela primeira vez um gabinete para cada Procurador de Justiça – até então se acomodavam três em cada gabinete, o que prejudicava o rendimento do trabalho.

Então, embora eu nunca tenha integrado nenhuma diretoria associativa, sempre participei ativamente desses momentos de mobilização da categoria. Compareci a todas as reuniões, a todas as assembleias-gerais. Recordo especialmente de uma, bem agitada, em 1987, que queria a saída do Procurador-Geral: apenas eu e outro colega nos posicionamos contrariamente a essa intenção. Não que eu concordasse com todos os atos do Procurador-Geral, mas aquela reação era descabida e em desacordo com as regras do jogo democrático. Não foi uma posição fácil, pois estávamos indo de encontro à maioria da Instituição. Sempre fui fiel às minhas convicções e as sustentei mesmo quando flagrantemente minoritárias.

**Memorial do MPSC** – *Então o senhor foi sistematicamente oposição depois da gestão do Dr. Piazza?*

**Gercino Gerson Gomes Neto** – Embora eu tenha me posicionado em desacordo, nunca fiz oposição sistemática. Eu tinha posição diferente. Eu já tive oposição como Procurador-Geral, mas nunca fiz oposição aos que estavam aqui antes. Sempre tinha as minhas posições. Nas eleições me lançava candidato, como me lancei a partir de 2001, e apresentei minha proposta de administração.

**Memorial do MPSC** – *Como Promotor? Lançou-se candidato como Promotor?*

**Gercino Gerson Gomes Neto** – Como Promotor, em 2001, com mandado de segurança, porque a nossa Lei não permitia que Promotor de Justiça fosse candidato a Procurador-Geral. Consegui uma liminar, disputei, e dos três candidatos, fui o segundo mais votado. Dizia-se que eu não alcançaria 50 votos, mas obtive 139.

**Memorial do MPSC** – *E o que o senhor atribui ao sucesso dessa campanha?*

**Gercino Gerson Gomes Neto** – À vontade nutrida pelos Promotores de então de participar do processo de forma mais democrática. Nós tínhamos um colégio de elegíveis restrito, vez que apenas os Procuradores de Justiça dele participavam. E um detalhe: um grupo permanecera no poder por muito tempo, sufocando o surgimento de novas lideranças. Todas as lideranças eram forjadas no interior do mesmo grupo. Tanto que sabiam quem iria suceder quem, na sequência, mesmo dentro do processo eletivo. Elencavam os próprios sucessores. E vontade da classe em dizer um sonoro “não” a essa continuidade é que respaldou a tese da eleição de um Promotor. Contribuiu para isso o fato de eu sempre ter tido uma atuação institucional firme. Em especial, minha passagem na Coordenadoria do Centro de Apoio da Infância e Juventude foi marcante, contribuindo para o reforço da ideia. O fato de eu ser conhecido, sem dúvida alguma, facilitou o sucesso.

Em 2003, não consegui disputar a eleição. Ainda que tenha feito a campanha inteira, meu direito foi negado. Tentei restaurá-lo em Brasília, onde busquei reverter a decisão do Tribunal. Um Desembargador

negara-me a liminar. Tratava-se de decisão monocrática.

### **Memorial do MPSC - *Aí o senhor tentou recorrer para Brasília?***

**Gercino Gerson Gomes Neto** – Foi, no STJ e no STF: entrei com dois recursos, que não foram conhecidos por questões processuais, restando o mérito sem ser avaliado. Fiquei sem o meu direito, porque não se chegou a avaliar o mérito. Em razão dessa negativa, a classe forçou a Associação a abrir o debate. O resultado foi que a maioria dos associados, ativos e inativos, quis a mudança da regra. A Associação encaminhou um projeto de Emenda Constitucional à Assembleia. O então Presidente, [Volnei José] Morastoni, [Deputado pelo PT], encampou a iniciativa e colheu assinaturas dos pares, garantindo a tramitação da emenda. Diante desse contexto, o grupo que estava no poder foi obrigado a bancar a exigência da classe e tomou a iniciativa de apresentar também um projeto. Com isso, Associação e Procuradoria-Geral estavam formalmente sintonizadas em torno da mudança. Então, em dezembro de 2004, às vésperas da nova eleição, conseguimos a aprovação da Emenda Constitucional e a alteração da Lei Orgânica Estadual, possibilitando que já em 2005 Promotores pudessem disputar as eleições internas. Foram cinco os candidatos em 2005, sendo três Procuradores e dois Promotores de Justiça. Em 2007, quando venci as eleições, três Promotores de Justiça e quatro Procuradores disputaram a investidura. O aumento do colégio de elegíveis saltou de 40 para 200, que eram as pessoas com mais de dez anos de carreira, tornando o processo muito mais democrático. Fui o mais votado. Na reeleição, recebi mais votos ainda do que na eleição de 2007, comprovando que os Promotores ansiavam pela possibilidade de eleger um Promotor. Aliás, os próprios Procuradores também queriam isso, como indicam os votos que recebi de alguns deles. A minha eleição foi um divisor de águas, pois a administração foi impregnada de forte espírito renovador, tanto no que respeita à alternância necessária do poder, quanto aos novos valores que ganharam relevo. Havia Promotores que estavam há seis, oito anos na administração, e na nossa gestão renovamos praticamente todo esse grupo por jovens dirigentes, nos Centros de Apoio, Assessorias e assim por diante. Em 2009, com a

reeleição, houve renovação de 50%, algo que jamais havia acontecido. Antes, as pessoas vinham para ficar. Mas agora, os colegas vêm para prestar um serviço e voltar para a sua Comarca. Essa renovação de 50% em minha equipe não importou em perda da qualidade, pois abrimos a oportunidade para que mais jovens trouxessem suas ideias para a administração do Ministério Público. Isso permitirá que o Ministério Público nunca mais seja o mesmo, porque novas lideranças emergiram. Se não para disputar eleição em 2011, mas para 2013, 2015, 2017 e assim por diante. Jamais teriam tido a oportunidade de fazê-lo se os critérios de convocação não tivessem sido oxigenados. Acho, portanto, que reside aí o grande mérito da nossa eleição em 2007.

**Memorial do MPSC** – *O senhor assumiu em 2007 com alguma dificuldade, alguma oposição?*

**Gercino Gerson Gomes Neto** – A situação pregava um discurso terrorista com relação a minha possível eleição: dizia-se que eu iria brigar com o Governador, que o Tribunal de Justiça não iria me respeitar, que enfrentaríamos dificuldades na Assembleia Legislativa e que o Colégio de Procuradores não aceitaria um Promotor. Tudo mito. Foi excelente meu relacionamento com todos os Poderes. Com o Governo do Estado mantivemos uma relação de altivez, sem jamais amargar alguma tentativa de interferência do Executivo, até porque eu a repeliria. Essa independência culminou, em dezembro de 2009, com a denúncia do Vice-governador do Estado. Foi uma demonstração cabal de independência e isso não empanou a qualidade do nosso relacionamento institucional com o Executivo. Com o Legislativo, o respeito foi tanto, que tivemos sempre a presença maciça dos Deputados nas prestações de contas de 2008, 2009 e 2010. Conseguimos aprovar no ano passado uma Lei de aumento de subsídios, que, apesar do tema espinhoso, tramitou em apenas seis dias! A título de comparação, no Congresso Nacional matéria semelhante arrastou-se durante quatro anos de intensas polêmicas. Quando o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas aumentaram os seus subsídios mediante resolução, nós entendemos que deveríamos fazê-lo por Projeto de Lei. Sozinhos, levamos um Projeto e o aprovamos

em seis dias. Finalmente, com o Poder Judiciário, o relacionamento não poderia ser melhor. Não menciono isso por vaidade, mas para ilustrar o argumento: fui o primeiro Procurador-Geral de Justiça a receber a maior Comenda do Tribunal de Justiça – e sendo Promotor de Justiça! Deferida por unanimidade.

Contudo, se no âmbito externo o relacionamento institucional sempre se deu no mais alto nível, internamente enfrentei oposição ferrenha de alguns Procuradores de Justiça, ligados ao grupo que administrara o Ministério Público até então. Foi uma oposição acirrada, em muitos momentos desrespeitosa até. Felizmente, tive serenidade para não me deixar abalar a fim de bem administrar a Instituição. Nunca entrei no jogo, nunca revidei ataques, nem ofensas. Sempre agi como pregara, discutindo propostas, programas, sem pessoalizar o debate. Essa sempre fora a minha atitude pregressa. Minhas propostas, ainda que divergentes, eram apresentadas em campanha. Fora delas, sempre me coloquei à disposição dos Procuradores-Gerais para auxiliar. Exemplo disso é que, em dezembro de 2002, atuei afirmativamente no sentido de ajudar no convencimento da oposição, que em breve se tornaria Governo, da importância de se garantir a aprovação do fundo de reaparelhamento do Ministério Público. Então, por sugestão do Presidente da nossa Associação, como eu tinha um bom trânsito junto às bancadas do PT e do PMDB, fui à Assembleia Legislativa ajudar no convencimento em benefício daquele pleito. Esse fundo é muito importante, foi uma conquista marcante da gestão do Dr. Alberton, com o apoio de todos nós, inclusive meu. Eis aí uma demonstração cabal de que nunca fiz oposição.

Mas não foi esse o espírito que encontrei ao assumir. Ainda assim, essa oposição acirrada era conduzida apenas por dez Procuradores. Veja: a minha equipe de trabalho era composta por sete Procuradores de Justiça, apenas um dos quais integrava meu estafe político. Na prática, sequer constituíamos um grupo político: éramos apenas quatro pessoas. Sete Procuradores foram convidados e aceitaram integrar a equipe. Assim, a maioria do Colégio de Procuradores não embarcava nessa oposição e nos respaldava, ciente da boa administração que estávamos propondo

e dos bons propósitos que nos alimentavam. De tal sorte que alguns até passaram a colaborar efetivamente na gestão.

Na campanha da reeleição, a oposição lançou um candidato, que já tinha se candidatado anteriormente, que me agrediu muito. Mas mantive a serenidade, nunca retruquei, porque meu propósito sempre foi as ideias e jamais admiti a pessoalização dos debates. A resposta foi dada pela classe, pois fui contemplado com um aumento significativo na votação: de 163 para 184 votos. Essa eleição para mim foi muito mais prazerosa do que a primeira, pois na primeira apostava-se no novo e, na segunda, havia já uma ideia concretizada que foi testada. Foi uma prestação de contas, aprovada por um número maior, significando não apenas que aquela ideia foi aprovada, mas que ela ampliou o número de adeptos. Penso que esse foi um desdobramento da maneira como administramos, investindo na concórdia, na conciliação e no respeito.

**Memorial do MPSC** - *O senhor mencionou alguns aspectos que teriam marcado a sua gestão, tais como a renovação dos quadros de administração. Além desse, o que mais o senhor destacaria?*

**Gercino Gerson Gomes Neto** - Em primeiro lugar a democracia. Do ponto de vista material, na prática. A ênfase na liberdade de expressão, a maior participação de Promotores na administração, a transparência da gestão. Participei, até o momento, de mais de setenta reuniões com Promotores de Justiça no interior do Estado. Fui o Procurador-Geral que mais viajou ao interior.

**Memorial do MPSC** - *São reuniões coletivas?*

**Gercino Gerson Gomes Neto** - Sim, de grupos. São quinze núcleos, o que dá uma média de cinco reuniões por núcleo associativo. Alguns mais, outros um pouco menos. Eis algo inédito na história da Instituição. Com isso, amplia-se o alcance da transparência: cria-se um ambiente para trocar ideias, mostrar para os colegas no que é que estamos investindo, o que estamos fazendo, onde nós economizamos, qual é o ideal administrativo do Ministério Público... Além disso, ampliamos o qua-

dro de servidores para apoiar o Ministério Público. Na gestão anterior, criaram-se cargos comissionados: um assistente para cada Promotoria. Criamos agora o MP Residente, o estágio do pós-graduado em Direito. Fortalecemos muito a atuação no combate às organizações criminosas, criando núcleos de investigações especiais e ampliando o número de Promotorias criminais. As Promotorias do interior foram contempladas com a mesma prioridade dada à Procuradoria-Geral. Assim, o mesmo equipamento destinado à Capital passou a ser disponibilizado para o interior, o que antes não acontecia. Criamos o programa Biblioteca do Gabinete, pelo qual os Promotores recebem livros, antes destinados apenas aos Procuradores de Justiça. Uma inovação importante foi a Coordenadoria do Centro de Apoio Operacional de Informações e Pesquisas, com o objetivo de sistematizar e disponibilizar dados estratégicos para os Promotores. Também se criou um núcleo técnico para dar suporte a diversas atuações de Promotores, reunindo contadores, biólogos, engenheiro agrônomo, técnicos em geoprocessamento, analistas de sistema... Antes o assessoramento técnico se restringia à contabilidade, na área da improbabilidade administrativa, no velamento de fundações. Hoje contamos com essa grande estrutura, em expansão, atendendo as demandas dos Promotores de Justiça, no interior do Estado. Priorizamos os Centros de Apoio Operacional, sem imposição, tratando de forma democrática o Promotor de Justiça. Democratizamos o Plano Geral de Atuação: na sua primeira versão, fomos ao interior, ouvimos os Promotores. Já estamos na terceira versão, para a qual inauguramos um portal na Intranet, associado ao PGA, destinado a acolher as manifestações dos Promotores. Creio que essa ferramenta ainda não está sendo utilizada como poderia. A participação está, talvez, aquém do desejado, mas se trata de uma nova linguagem, uma nova cultura: essas coisas se implantam e o uso vem com o tempo. Está lá, disponível, democraticamente, para qualquer Promotor expressar o seu entendimento das prioridades para a administração, inversamente do que acontecia antes, com os Centros de Apoio as estabelecendo de forma representativa, mas jamais participativa, no âmbito do Conselho de Políticas de Prioridades, para o qual um Promotor era escolhido por região e no qual recebiam do

Procurador-Geral um documento, que era debatido e, posteriormente, aprovado ou não pelo Procurador-Geral. Esse grupo ainda existe, mas o diferencial é que quem elege as prioridades agora é o Promotor. E se ele não eleger é porque os indicadores apresentados compreendeu como suficientes. Trata-se de uma mudança de cultura de gestão, de uma redefinição de valores fundantes e do desenvolvimento de novas práticas e linguagens. Penso que esse conjunto representa um grande marco da nossa administração. Estou convencido que Ministério Público não será mais o mesmo.

**Memorial do MPSC** – *Dos processos que exigiram a intervenção direta do Procurador-Geral de Justiça, o mais rumoroso, impactante, seria esse da denúncia do Vice-governador ou algum outro? Como foi, aliás, esse processo?*

**Gercino Gerson Gomes Neto** – Não tenho dúvidas de ser esse o processo mais impactante. Até pela dimensão.

**Memória do MPSC** – *E algum outro processo?*

**Gercino Gerson Gomes Neto** – Eu destacaria o suporte que essa administração deu ao combate às organizações criminosas, como o fortalecimento do Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas – GECOC – e, com isso, o Centro de Investigações Especiais – CIE –, atualmente três, mas que serão em breve em número de quatro, agora com Criciúma. Logo em seguida, serão instalados também em Lages e Itajaí e serão seis ao todo. As investigações concentram-se no combate à sonegação fiscal, no jogo ilegal e no envolvimento de agentes policiais com o jogo, resultando já na prisão de três Delegados de polícia, mais de duas dezenas de policiais civis e militares, além de civis. Tais investigações são conduzidas em força-tarefa. Eis aí a nossa grande atuação. No Oeste, houve casos bem importantes na sonegação fiscal. Foi um suporte muito importante dado aos Promotores para que eles pudessem atuar com firmeza no enfrentamento da macrocriminalidade.

**Memorial do MPSC** – *E em nível nacional, como tem sido a sua atuação, no Conselho Nacional de Procuradores-Gerais?*

**Gercino Gerson Gomes Neto** – Avalio esse desempenho como positivo. Fui eleito Presidente do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas, o GNCOOC, em agosto do ano passado, para o mandato e em outubro reconduzido por unanimidade dos meus pares, penso que em razão da nossa atuação forte no crime. Originalmente, sou um Promotor de Infância e Juventude, mas me debrucei muito sobre os problemas do crime em minha gestão.

**Memorial do MPSC** – *E como o senhor vê o Ministério Público hoje? Quais são os principais desafios? Quais os rumos que se desenham para a Instituição no Brasil?*

**Gercino Gerson Gomes Neto** – Os principais desafios passam por enfrentar a reação forte dos grupos políticos e econômicos, de influência social, contra a Instituição. Hoje há grupos corporativos organizados, como as Polícias, a Defensoria Pública, visando ao enfraquecimento do Ministério Público. O Ministério Público, com a Constituição de 1988, cresceu muito. A sociedade outorgou esse poder ao constituinte original que nos conformou dessa forma. Mas os Deputados e Senadores, parcela deles, pelo menos, talvez não tenham se apercebido, naquela oportunidade, da dimensão que poderia tomar o Ministério Público. Vem daí a reação, forte, contra o Ministério Público atualmente.

**Memorial do MPSC** – *Já em 1992 e 1993, na esteira da revisão constitucional, desenha-se uma tentativa de ataque a determinadas prerrogativas e atribuições do Ministério Público.*

**Gercino Gerson Gomes Neto** – Exato. Ali já se queriam podar certas conquistas. Há uma tentativa de descolar o Ministério Público da Magistratura, seja nas questões remuneratórias, na aposentadoria e assim por diante, tentando tirar prerrogativas. Há hoje centenas de Projetos de Lei, mais de um milhar, nos vários níveis constitucionais, que tramitam com vistas a cassar atribuições ou prerrogativas, cujo discurso de justificativa se ampara sistematicamente na tese de abuso de poder. Há um caso aqui, outro acolá, denunciando que o Promotor requisitou informações indevidamente... Não passa de uma dúzia de

casos, mas que são repetidos à exaustão.

**Memorial do MPSC** – *O senhor acha que está aumentando essa resistência, essa oposição?*

**Gercino Gerson Gomes Neto** – Está muito forte já. Creio que estamos atravessando um dos momentos mais delicados da história do Ministério Público. Mas temos também a nossa parcela de responsabilidade por isso. Nos afastamos da sociedade. Alguns Promotores subiram no pedestal, da mesma forma como o Poder Judiciário fazia no passado. Isso é ruim para a Instituição. É como se estivéssemos fazendo o caminho inverso. Parte disso, registre-se, é culpa das próprias cúpulas diretivas, porque o Promotor entra pelo concurso. É muito importante como a banca o examina, não só do ponto de vista do conhecimento Jurídico, mas no momento da entrevista, na prova oral, no curso de ingresso e vitaliciamento, as diretrizes que são propostas nesse ambiente.

Nós estamos lançando, aqui em Santa Catarina, um programa chamado “O MP vai às ruas”. A inspiração veio do Ministério Público da Bahia e do programa Portas Abertas, no Rio Grande do Sul, no Acre, no Amapá, em Goiás... Também vamos trilhar este caminho: um conjunto de audiências públicas, nas quais se ouve a comunidade, para depois se retornar a ela, prestando contas. Eis aí uma reação objetiva ao insulamento que começa a nos afligir como Instituição. Afinal, foi a sociedade que nos outorgou o poder que exercemos. Precisamos exercê-lo com responsabilidade, transparência e diálogo. O Ministério Público tornou-se, sim, o quarto Poder. Do ponto de vista Jurídico, como fala Walter Ceneviva, é um poder muito mais da sociedade do que do Estado. Pela Constituição de 1988, a sociedade instrumentalizou essa Instituição para, em seu nome, fazer frente aos demais Poderes do Estado. Enfeixamos essa atribuição de controle e fiscalização dos atos do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. E é o que temos feito. E isso é que realmente tem incomodado grupos organizados de pressão.

Há muitas formas de se estabelecer barreiras à ação do Ministério Público. O orçamento constrangido, limitado, é a mais óbvia. Felizmente,

isso não se dá em Santa Catarina, porque compusemos aqui a melhor fórmula existente na Federação: por duodécimo, pela qual o Ministério Público detém a parcela pertinente dos recursos. Se a arrecadação global cair, o nosso orçamento também cai; se subir, o nosso orçamento sobe junto. O Executivo, assim, não interfere. Na maior parte dos Estados é diferente, pois demanda-se permanente negociação. O Legislativo, por sua vez, pode propor leis contrárias ao fortalecimento da Instituição, que venham a restringir a sua autonomia ou as suas atribuições. Mas não podemos esquecer da ação do Poder Judiciário, balizando o Ministério Público, por meio da negativa de muitas ações propostas, de forma a representar, por vezes, uma força conservadora identificada às elites.

**Memorial do MPSC** – *Na sua opinião, o Judiciário representa esse papel conservador no Brasil inteiro?*

**Gercino Gerson Gomes Neto** – Sim, no Brasil inteiro, muito embora haja Estados onde o Judiciário é mais progressista.

**Memorial do MPSC** – *O senhor acha que há hoje uma crise de impunidade no Brasil?*

**Gercino Gerson Gomes Neto** – Há, certamente! No Brasil inteiro há uma crise de impunidade. Tanto na área criminal, quanto na área da moralidade administrativa. Há um excesso de liberalismo, de regalias de medidas que procrastinam e suavizam a prisão. A resposta que o Estado está dando à criminalidade é muito tibia. Há excesso de discurso de garantismo, que na prática nada tem a ver com o garantismo de fato. Há excesso de liberalidade, que realmente leva a uma sensação muito grande de impunidade. Há urgente necessidade de um caminho inverso.

**Memorial do MPSC** – *O senhor acha que o foro privilegiado funciona no Brasil?*

**Gercino Gerson Gomes Neto** – Não sou contrário ao Fórum privilegiado em si. Acho que ele funciona ou não funciona da mesma forma que Fórum não privilegiado. É claro que grupos privilegiados

conseguem mobilizar melhores advogados, influentes. Tudo isso contribui para o retardamento da responsabilização. Mas há também algo cultural nisso: historicamente, no Brasil, se condenam mais as pessoas pobres, do que aquelas que cometeram crimes do chamado colarinho branco. E isso ocorre no primeiro grau também.

**Memorial do MPSC** – *O senhor acha que experiências como a da Quarta Câmara do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul são válidas? Pode ser uma resposta efetiva aos problemas de inoperância parcial do foro privilegiado?*

**Gercino Gerson Gomes Neto** – É uma experiência muito boa. Acho que sim. Procuuro, aliás, seguir essa linha. Propus ao Colégio de Procuradores delegar as minhas atribuições para responsabilizar Prefeitos aos Procuradores de Justiça Criminais. Houve simpatia à ideia, no início, mas os próprios Procuradores Criminais não estão querendo assumir a atribuição. A meu ver é um equívoco, porque isso só os fortaleceria. Fortalece o segundo grau, em torno do qual se estabelece hoje uma grande discussão sobre a sua extinção na Instituição.

**Memorial do MPSC** – *Eu ia chegar neste ponto com o senhor, justamente: como o senhor vê o segundo grau da Instituição?*

**Gercino Gerson Gomes Neto** – Acho que o Segundo Grau tem de se reavaliar. Se não fizer a própria revisão interna, outros irão fazê-la. Se não vier de dentro para fora, virá de fora para dentro. O Segundo Grau precisa urgentemente propor-se como órgão agente, não mais apenas como *custos legis*. Acho que é preciso, por exemplo, ousar no crime, e não ficar apenas na rotina do parecer. O Procurador deve funcionar como parte, fazer sustentação oral no Tribunal como parte e não mais apenas como *custos legis*. Isso não significa dizer que o Procurador de Justiça pedirá necessariamente a condenação de um cidadão em atenção ao recurso do Promotor. Como parte, poderia manifestar-se conforme sua consciência, se entender que é pela condenação ou absolvição, e isso não o enfraquece. Ao contrário, o fortalece! Assim como o fortalece assumir a titularidade das ações que se destacam, como já está acontecendo em Minas Gerais. Essa mudança é mais difícil em Santa Catarina porque é

um Estado conservador por natureza, conseqüentemente, nosso Segundo Grau tem uma feição também mais conservadora. Minha intenção, quando eu deixar o cargo de Procurador-Geral, e agora que fui promovido, já há dois meses, a Procurador de Justiça, é lutar por essa mudança.

**Memorial do MPSC** – *O senhor acha que está havendo algum tipo de captura de competências, ou confusões de jurisdições, entre a União e os Estados?*

**Gercino Gerson Gomes Neto** – Sem dúvida alguma. Tanto a jurisdição federal da Justiça quanto o MPF têm procurado ocupar espaços que são tradicionais dos Ministérios Públicos estaduais. Recentemente, num caso de tortura aqui no Estado, um Procurador da República, a pretexto de haver sido determinado interesse da União, instaurou um procedimento, totalmente absurdo e descabido. A tentativa de federalização dos crimes de direitos humanos é um equívoco em um país democrático como o Brasil. É um ultraje!

**Memorial do MPSC** – *Eu me pergunto, nesse caso, o que afinal de contas espera-se para os Promotores e Juizes da Justiça Comum, que julgam os direitos caninos? Afinal, tudo passa pelos Direitos Humanos!*

**Gercino Gerson Gomes Neto** – Exatamente. É um discurso falacioso que visa a enfraquecer a autonomia dos Estados e dos Ministérios Públicos estaduais. É um processo que já vem de alguns anos.

**Memorial do MPSC** – *Isso começou por qual área? Pelo meio ambiente...?*

**Gercino Gerson Gomes Neto** – No meio ambiente, de fato, sempre se busca envolver os organismos federais, no sentido de federalizar o discurso. Mas, antes disso, já era questão patente nos conflitos de terras, nas questões relacionadas aos Direitos Humanos de pessoas ligadas a movimentos sociais. Porque direitos humanos são de todos, dos mortos, de suas famílias. Por que falar em Direitos Humanos para quem está associado aos movimentos sociais e esquecer a vítima de violência urbana?

**Memorial do MPSC** – *Bem, como o senhor percebe o Ministério Público*

*de Santa Catarina nesse momento?*

**Gercino Gerson Gomes Neto** – Como um Ministério Público forte, consciente dos seus limites, consciente de que não é o melhor Ministério Público da Federação, porque nós temos questões mais avançadas, outras nas quais não avançamos tanto... Nunca me sintonizei com o discurso das elites catarinenses que preconizam para nós como sociedade uma condição privilegiada em termos de Brasil. É um discurso falacioso que escamoteia nossas falhas, os pontos que precisamos melhorar. Isso ficou muito claro para mim durante os quatro anos em que atuei no Centro de Apoio Operacional. Ora, existe coronelismo no Estado de Santa Catarina ainda, da mesma forma como existe no Nordeste. Existe aqui também sonegação fiscal, como nos outros Estados da Federação. Fraudes das mais variadas, corrupção policial, inércia do Judiciário, omissão muitas vezes do próprio Ministério Público... Nós não somos nem melhores e nem piores, somos diferentes. Como todos são, cada um com a sua peculiaridade, alguns avanços e uns retrocessos. E penso que, nos anos que estivemos à frente da Instituição, logramos alcançar alguns avanços significativos, justamente porque partíamos dessa compreensão, dessa humildade. E isso tem nos permitido aprender com os outros e também mostrar o que temos de bom, porque a humildade facilita a troca com o outro.

**Memorial do MPSC** – *O senhor acha que o crescimento do Ministério Público nos últimos anos conseguiu responder aos anseios da Instituição?*

**Gercino Gerson Gomes Neto** – Eu penso que sim. Nós avançamos muito. Há uma diferença significativa em vinte e cinco anos de Instituição. O Ministério Público pré 88 e pré 90 são Instituições completamente diferentes. A década de 1990 é permeada pelas legislações que regulamentaram a Constituição Federal, estabelecendo um novo salto de qualidade. O Ministério Público de hoje no Brasil não tem paralelo no mundo. Mesmo na atuação criminal, a importância do Ministério Público atualmente é muito maior. Sim, eu acho que ele deu uma resposta em geral muito positiva para a sociedade e para os seus Membros.

Do ponto de vista material, nós nos estruturamos, do ponto de vista de pessoal, melhoramos. Se a sociedade nos cobra muito, ainda, é porque as demandas sociais são muito grandes. Nós tivemos quinhentos anos de exclusão nesse país, e vinte e dois anos de Constituição democrática: ainda é muito pouco. Mas penso que o saldo é altamente positivo, tanto para a sociedade, quanto para os Membros. Se eu, idealista como sou, preservo a mesma energia de quando ingressei e vejo hoje que respondi à sociedade, em razão de tudo que conseguimos avançar, de forma satisfatória, e constato, ainda, que a maioria dos meus colegas conseguiu dar igual resposta, creio que aqueles que se sentem frustrados é porque não exerceram o seu ministério na plenitude.

**Memorial do MPSC** – *O senhor gostaria de deixar mais alguma coisa registrada no seu depoimento?*

**Gercino Gerson Gomes Neto** – Acho que a Instituição vai caminhar à medida que todos seus Membros tomarem consciência de que somos servidores públicos, em que pese sejamos também agentes políticos do Estado, ou seja, detemos uma parcela da soberania, assim como o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. É uma parcela especial outorgada pela sociedade. Jamais poderemos esquecer que a mesma sociedade que nos outorgou esse poder, que é muito grande, é quem nos paga os salários, que confia em nós e que exige que nós prestemos um serviço público de qualidade. Precisamos sempre continuar idealistas. Reter eternamente o ideal que nos levou a prestar um concurso para ingresso nessa Instituição. Esse ideal precisa chegar intacto à nossa aposentadoria. E sempre permeando a nossa atuação com muita humildade.

**Memorial do MPSC** – *Muito obrigado Dr. Gercino!*

# *Nery José Pedro*



**Nery José Pedro** nasceu em 6 de novembro de 1943, em Florianópolis. Ingressou como Servidor no Ministério Público de Santa Catarina em junho de 1966, na função de datilógrafo. Tornou-se Diretor de Serviços da Administração em maio de 1975 e Diretor da Unidade de Acompanhamento de Processos em janeiro de 1979. Exerceu a função de chefe de gabinete, na gestão do Procurador-Geral João Carlos Kurtz. Em 1981, tornou-se Agente Administrativo Auxiliar e, cinco anos depois, Coordenador de Apoio aos Órgãos de Execução da Instituição. Em fevereiro de 1986, seu cargo passou a ser Técnico de Atividades Complementares, nível superior, e, em 2002, tornou-se Analista do Ministério Público, função que ainda exerce.

# NERY JOSÉ PEDRO<sup>1</sup>

**Memorial do MPSC** – *O senhor é natural de onde?*

**Nery José Pedro** – Sou natural de Florianópolis.

**Memorial do MPSC** – *E como começou a sua relação com o Ministério Público de Santa Catarina?*

**Nery José Pedro** – A minha relação com o Ministério Público de Santa Catarina começou no dia 22 de junho de 1966: completei recentemente 44 anos. Comecei numa categoria inicial de datilógrafo, nomeado pelo Governador Ivo Silveira. O Procurador-Geral de Justiça era o Dr. Rubem Moritz da Costa, que em seguida foi nomeado Desembargador, sendo substituído pelo Dr. Hélio Rosa. O Hélio Rosa, da Promotoria de Justiça de Itajaí, era compadre do Ivo Silveira.

Fui promovido para auxiliar de expediente, no lugar do Nivaldo José Lopes, que exercera o cargo de auxiliar de expediente, em substituição ao Dr. Maurílio Moreira Leite, que era funcionário e passou em primeiro lugar no concurso para Promotor Público. Passei por todos os cargos do Ministério Público. Como Diretor-Geral, atuei na gestão de vários Procuradores-Gerais, como na do Dr. Rubem, do Dr. Hélio Rosa, depois na do Dr. José Daura, do Dr. Napoleão Xavier do Amarante e do Dr. João Carlos Kurtz.

O Dr. Napoleão foi a Desembargador, sendo escolhido pelo Governador Jorge Bornhausen para substituí-lo na Procuradoria-Geral o Dr. João Carlos Kurtz, que já atuava na Procuradoria-Geral como Promotor convocado. Ele era Promotor titular de Anita Garibaldi, mas estava convocado na Procuradoria, quando foi chamado para assumir como Procurador-Geral. Ficou doze anos, nove meses e doze dias nesse

---

1 Entrevista realizada no CEAF, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, em Florianópolis, no dia 29 de julho de 2010, por Gunter Axt, Gustavo Viviani de Souza e Bruno Vinícius Mützenberg. Transcrição de Milena Costa.

cargo. E eu trabalhei sempre com ele.

Depois do Dr. João Carlos Kurtz, foi o Dr. João José Leal, quando assumiu o Governador Pedro Ivo. E depois do João José Leal, que ficou apenas cerca de três meses na função, veio o Dr. Hipólito Luiz Piazza. Depois do Hipólito Luiz Piazza, voltou o Dr. João Carlos Kurtz, então eleito pela classe, pois já se adotava o sistema de eleição. Depois do Dr. João Carlos Kurtz, veio o Dr. Moacyr de Moraes Lima Filho, seguido pelo Dr. José Galvani Alberton e pelo Dr. Pedro Sérgio Steil. Hoje, o Procurador-Geral é o Dr. Gercino Gerson Gomes Neto.

**Memorial do MPSC** – *O senhor passou por quase toda a história recente do Ministério Público de Santa Catarina.*

**Nery José Pedro** – Até 1971, era uma Instituição pouco reconhecida. Fazia parte do Executivo catarinense. O Procurador-Geral do Estado (como era a designação do cargo) tinha *status* de Secretário de Estado, integrando as reuniões de Governo, no primeiro escalão. O cargo era de livre nomeação do Governador, não precisava ser de carreira.

**Memorial do MPSC** – *Mas todos eram Membros da classe?*

**Nery José Pedro** – Não. Tivemos como Procurador-Geral o advogado Paulo Henrique Blasi, que exerceu dois mandatos, foi substituído, novamente, pelo Dr. Milton Leite da Costa, quando escolhido pelo Governador Celso Ramos. No mandato de Ivo Silveira, a Procuradoria-Geral foi ocupada pelo Dr. Rubem Moritz da Costa, que foi nomeado, pelo Quinto Constitucional, Desembargador.

**Memorial do MPSC** – *Quando o senhor ingressou no Ministério Público, como era a rotina de trabalho e onde era a sede?*

**Nery José Pedro** – Desde 1961, que eu saiba, a sede ficava na Rua Artista Bittencourt n.3. Hoje há ali um hotel. A sede da Procuradoria-Geral, até então, funcionava junto ao Tribunal de Justiça.

**Memorial do MPSC** – *E era confortável o ambiente de trabalho?*

**Nery José Pedro** – Eram doze salas, mas o ambiente não era muito confortável. Construída já há bastante tempo. Nós não tínhamos material suficiente. Apenas uma máquina de escrever manual, um telefone, na sala do Procurador-Geral, com extensão para a Secretaria-Geral. Para a gente bater aquelas fichas de empenho (a parte financeira, que estava junto com o Tesouro do Estado), conseguimos, por empréstimo, uma máquina da Secretaria da Fazenda, com um carro maior para poder comportar a ficha mais larga. Havia uma cozinha com uma geladeira velha e um fogão.

Éramos em seis funcionários, ao todo. A Cecília Cordeiro Dutra era a mais antiga, seguida do José Zeferino Pereira Filho, do Elizeu da Silva, do Dervaldo Amaral, ainda vivos, do Maurílio Moreira Leite e do Nivaldo José Lopes. Depois veio, do Gabinete do Vice-Governador, quando este foi extinto, o Saturnino Avelino Cidade. O Dr. José Jayme Furlani cuidava da parte financeira do Ministério Público. Com a extinção da Imprensa Oficial do Estado, em 1975, acolhemos vários funcionários. A mesma coisa aconteceu quando foi extinto o Educandário 25 de Novembro, vinculado ao antigo Abrigo de Menores. O quadro oficial de funcionários foi criado em 1983, na gestão do Dr. José Galvani Alberton, ainda como Secretário do Ministério Público.

Mas era, enfim, uma precariedade. Tudo era improvisado. As cadeiras eram desconfortáveis: madeira maciça, bruta. As mais robustas destinávamos aos Procuradores: Dr. Ênnio Demaria Cavallazzi, Dr. Adhemar Guilhon Gonzaga, Dr. José Daura e Dr. Altamiro Silva Dias. Eram só quatro. Na ausência do Procurador-Geral, eles assumiam. Hanz Buendjens assumiu por um período curto, em substituição, assim como o Dr. Ênnio Demaria Cavallazzi.

**Memorial do MPSC** – *O senhor se recorda dos temas que transitavam pela Procuradoria nesse início dos anos 1970?*

**Nery José Pedro** – A Procuradoria trabalhava com processos de 2º grau do Tribunal. E lá defendia também as causas do Governo do Estado. Na verdade, há quem diga que era um advogado do Estado.

Atendia aquela parte de dívida ativa e a Fazenda Pública. Tanto que o Dr. Napoleão foi Procurador-Geral graças ao bom desempenho na Promotoria da Fazenda, onde atuava junto com Dr. Everton Jorge da Luz. Houve resistências de alguns Membros à sua nomeação, por ele ser Promotor... Mas era tanto o prestígio da Promotoria da Fazenda e tão decisiva a vontade do Governador que a indicação acabou prevalecendo.

Mas a atividade da Procuradoria-Geral era rotineira. Havia os processos de promoção e remoção, já existia o Conselho Superior com Membros do Ministério Público. Eram poucos na Procuradoria-Geral, incluindo os Membros convocados. Depois é que criaram o Colégio de Procuradores. Existia a figura do Secretário-Geral do Ministério Público, cargo ocupado por muito tempo pelo Dr. João Makowiecky. Também existia o cargo de Secretário do Procurador-Geral, exercido pelo Dr. Walmor Cardoso da Silva, funcionário da Universidade Federal de Santa Catarina, que não era da carreira. Mas estando à disposição da Universidade, quem exercia a função de fato era a Dona Cecília Cordeiro Dutra, já falecida. Ela ingressou na Instituição em torno de 1944. Começou a exercer o seu cargo na sede do Tribunal, quando o Procurador-Geral, Dr. Vitor Lima, Desembargador, a requisitou para auxiliá-lo.

**Memorial do MPSC** – *O senhor recorda como era a relação do Procurador-Geral com o Tribunal de Justiça e com o Governador?*

**Nery José Pedro** – O Procurador-Geral fazia a sessão no Tribunal de Justiça só na parte dos *habeas corpus*, inclusive a sustentação oral. E havia as Câmaras do Tribunal de Justiça, junto às quais atuavam os Procuradores, o Dr. Daura, o Dr. Altamiro, o Dr. Ênnio Demaria Cavallazzi e o Dr. Adhemar Guilhon Gonzaga, entre outros. Como a sede da Procuradoria era na Artista Bittencourt e o Tribunal ficava na Praça Pereira Oliveira, era só atravessar a praça para fazer a Câmara. O Dr. Ênnio era muito brincalhão. Saía de beca da Procuradoria, atravessava a praça naquela beca, o pessoal ficava olhando, pensava que era um padre, cujos paramentos são pretos. O Dr. Ênnio dizia: “Eu passo mesmo para provocar o pessoal.” Era uma convivência muito boa... Os Presidentes

do Tribunal sempre distinguiram o Ministério Público.

Lembro de vários processos criminais antigos. Ainda existia a figura do agravo de petição, nos processos decididos na própria Previdência. Só passava para o Ministério Público para dar o parecer. Aquilo vinha de monte.

**Memorial do MPSC** – *O previdenciário?*

**Nery José Pedro** – É, o previdenciário, exatamente. Só que ali era agravo de petição o nome do processo.

**Memorial do MPSC** – *Eram pedidos de aposentadoria?*

**Nery José Pedro** – Sim, pedidos de aposentadoria, pensão, tudo que se relacionava ao INSS passava por ali.

**Memorial do MPSC** – *E o Ministério Público tinha que dar o parecer?*

**Nery José Pedro** – Sim.

**Memorial do MPSC** – *O que mais o senhor lembra dos processos, das matérias que eram discutidas na época?*

**Nery José Pedro** – Mandado de segurança! Havia sempre um Promotor especificamente convocado para cuidar dessa matéria. Um deles foi o Cyro Campos, que ficou convocado de 1967 a 1970. Era também uma leva grande.

**Memorial do MPSC** – *E o senhor recorda sobre o que versavam os mandados de segurança?*

**Nery José Pedro** – Aqueles direitos líquidos e certos, reclamados pelo pessoal que achava ter seus direitos desrespeitados. Entravam com mandado de segurança e a Procuradoria dava parecer. Depois voltava ao Tribunal para ser julgado, favorável ou não favorável.

**Memorial do MPSC** – *Mas o senhor recorda se eram contra ação do Governador?*

**Nery José Pedro** – Muitos eram contra ação do Governador.

**Memorial do MPSC** – *O período era de exceção, com o regime militar...*

**Nery José Pedro** – É... Em 1964 foi aquela revolução, instalando-se um período no qual o Governo no país foi exercido pelos generais. Com o AI-5, mudou a rotina da Procuradoria. Houve até um Promotor aposentado compulsoriamente, pois achavam que ele era subversivo.

Havia uma comissão do SNI funcionando também em Santa Catarina, como o que aconteceu em todos os Estados. O Ministério Público tinha assento nela, com um Procurador. Como defendia o Estado, achavam que tudo que dizia respeito a ele exigia parecer do Ministério Público.

**Memorial do MPSC** – *O senhor recorda de mais algum Membro da classe que tenha sofrido ação do regime militar?*

**Nery José Pedro** – Não. O regime era brabo. Em 1971, foi criada a Corregedoria-Geral do Ministério Público, quando, então, os assuntos envolvendo os Membros passaram a ter solução interna.

**Memorial do MPSC** – *Eu ia lhe perguntar sobre a Corregedoria...*

**Nery José Pedro** – O primeiro Corregedor do Ministério Público foi o Dr. Ruy Olympio de Oliveira, ainda vivo. Substituiu-o o Dr. Sebastião Severino da Luz. Depois, veio o Dr. João Batista Ribeiro Neto, vulgo João Gatilho – era o apelido dele. Natural de São Joaquim. O irmão dele era Desembargador, Ernani.

Em 1971, a Procuradoria saiu da General Artista Bittencourt, foi para a antiga área da Ford, espaço da família Amin, locado ao Tribunal de Justiça. A Procuradoria o seguiu. Naquela época, a sede da Assembleia pegou fogo e o incêndio atingiu os fundos do Tribunal de Justiça.

**Memorial do MPSC** – *O senhor sabe o que originou esse incêndio?*

**Nery José Pedro** – Até hoje não se sabe ao certo a causa do incên-

dio. Há quem diga que foi um curto. Como o prédio do Tribunal era bem colado ao da Assembleia, passou a chama para o Tribunal e tomou a parte traseira. Aí demoliram o prédio e construíram o prédio da Praça da Bandeira. Provisoriamente, porém, o Tribunal instalou-se na área da Ford. O Procurador-Geral naquela época era o Dr. José Daura, que assumiu no dia 15 de março de 1971, junto com o Governador Colombo Machado Salles, que o escolheu. O Daura estava até viajando, no Rio de Janeiro. O Dr. Daura conseguiu uma casa na Rua General Bittencourt, esquina com Anita Garibaldi, que era de uma viúva que morava no Rio de Janeiro. Ele conseguiu locar o imóvel e a Procuradoria se transferiu para lá. Foi mais ou menos em 1974.

**Memorial do MPSC – E aí ficou mais confortável?**

**Nery José Pedro** – Não, ficou pior. Ali funcionava a Imprensa Oficial do Estado. Havia dois pisos. O piso de baixo era onde ficavam as máquinas da Imprensa Oficial, e nós tivemos de nos instalar no contrapiso. Nem piso superior era. Nesse contrapiso foram acomodados o setor de datilografia e a biblioteca. Os Procuradores ficaram em cima. Foi criada também nessa época a figura do Promotor Substituto de Procurador: quatro cargos, exercidos pelo Dr. Euclides Prade; Dr. Plínio Moreira, pai do Procurador de Justiça Plínio Cesar Moreira; Dr. Oldemar de Oliveira Carvalho; e Dr. Jádel da Silva Júnior. Depois, mudou-se o Ministério Público da General Bittencourt para a Praça XV de Novembro, onde era o antigo Tribunal de Contas. Foi cedido pelo Governo aquele prédio para nós. O prédio ainda existe – a parte da frente foi tombada. Ali já foi um pouquinho melhor.

**Memorial do MPSC – O que melhorou?**

**Nery José Pedro** – Adquirimos um maquinário melhor, tal como máquina de escrever da IBM. Tínhamos um carro! O Dr. João Carlos Kurtz já assumiu na Praça XV.

**Memorial do MPSC – E fazia como, sem carro?**

**Nery José Pedro** – O Palácio emprestava um Opala usado quando o Procurador-Geral precisava. O Ministério Público começou a crescer em 1971, quando o Dr. José Daura assumiu como Procurador-Geral. De lá para cá, esse crescimento foi estrondoso. Mas naqueles tempos, uma máquina de escrever já era um avanço enorme. Inclusive o salário dos Membros era baixíssimo, irrisório. O Dr. Daura começou a apertar o Governo e então se conseguiu alguma coisinha melhor para eles, tanto que o aumento que se conquistava, por exemplo, 30% para o servidor, para eles era 40% ou 50%. Foram aumentando por etapas. A figura do Substituto foi instaurada em 1971, até então não havia. O Promotor já entrava direto na 1ª entrância, passava para a 2ª, 3ª, 4ª entrância. O Promotor Substituto tomou o lugar da figura do Promotor Adjunto, que substituíam os Titulares das Comarcas quando eles se ausentavam.

**Memorial do MPSC** – *Quem eram os Promotores Adjuntos?*

**Nery José Pedro** – Eu só conheço o Erwin Rubi Peressoni Teixeira e o Turíbio Schmidt, que era o pai do Dr. Walfredo Schmidt e do Dr. Arno Schmidt. Os filhos eram Promotores e o pai Adjunto. Quando o filho viajava, o pai assumia.

**Memorial do MPSC** – *Em que Comarca?*

**Nery José Pedro** – Braço do Norte.

**Memorial do MPSC** – *E o pai era advogado também?*

**Nery José Pedro** – Não era. Mas, naquela época, qualquer pessoa poderia ser nomeada Adjunto e ficava com aquela responsabilidade de assumir como Promotor na ausência dele. Até que, em 1971, pela Lei n. 4.557, foram extintos todos esses cargos de Adjunto e instituído o Substituto.

**Memorial do MPSC** – *Mas continuava sendo nomeado o Substituto pelo Governador?*

**Nery José Pedro** – Sim, mediante aprovação em concurso público.

**Memorial do MPSC** – *O Substituto também era concursado?*

**Nery José Pedro** – Sim. O Substituto é o inicial de carreira. O Adjunto, não. O Adjunto era nomeado pelo Governador. Não existia concurso para Adjunto. Um cidadão da Comarca, qualquer um, fosse advogado ou não, se nomeado, ficava responsável pela Promotoria, respondendo plenamente na ausência do titular.

**Memorial do MPSC** – *Podia fazer até Tribunal de Júri, se fosse o caso?*

**Nery José Pedro** – Fazia tudo, com plenos poderes. Não era *ad hoc*, não. Era nomeação mesmo. Promotor pleno, titular durante o período de substituição. Mas, também, o Ministério Público daquela época não tinha todas estas atribuições estabelecidas pela Constituição de 1988. Antigamente, o Ministério Público cuidava mais dos processos-crime.

**Memorial do MPSC** – *O senhor recorda quais eram as Comarcas, nos anos 1960, 70, com mais volume de demanda? Quais eram as Comarcas mais difíceis?*

**Nery José Pedro** – Lages era uma das mais difíceis. Diziam que era trabalhosa. Campos Novos, também. Certa feita, uma Promotora promovida para Campos Novos foi conhecer a Comarca antes de assumir. Estava no período de trânsito, trinta dias. Quando ela lá chegou, me ligou e disse: “Ó, Nery, estou aqui na frente do Fórum, mas não dá nem para entrar, porque está um tiroteio danado!” Ela ficou desanimada, ainda estava como Substituta, mas eu disse: “Fica firme, isso aí não é nada.” [risos].

**Memorial do MPSC** – *Quem foi a primeira Promotora do Ministério Público?*

**Nery José Pedro** – A primeira Promotora do Ministério Público foi a Dra. Hercília Regina Lemke.

**Memorial do MPSC** – *Entrou quando? Nos anos 1970?*

**Nery José Pedro** – Em 1974, a posse foi junto ao Palácio do Governo

do Estado. Foi a única posse feita no Palácio.

**Memorial do MPSC** – *Por quê?*

**Nery José Pedro** – Foi o critério adotado por eles.

**Memorial do MPSC** – *Normalmente a posse se dava na própria Procuradoria?*

**Nery José Pedro** – Sim, como até hoje. Mas fizeram no Palácio, não sei se em razão de algum pedido, alguma coisa. Depois da Dra. Hercília veio a Dra. Rosa Maria Garcia. A Dra. Hercília passou por diversas Comarcas, até chegar a Blumenau.

O primeiro concurso foi em torno de 1961, 1962. Desse eu não participei. Em todos os demais, ajudei na organização. Nesse concurso foram aprovados Cyro Campos, Valdemiro Borini, João Almir Silveira, Paulo Huascar Viana, Darcy Manoel Gonçalves e outros. Já estamos no 34º concurso. Houve anos em que se organizaram dois concursos.

**Memorial do MPSC** – *O senhor participou de um concurso também?*

**Nery José Pedro** – Participei.

**Memorial do MPSC** – *Teve êxito?*

**Nery José Pedro** – Não. Fui eliminado na prova oral. Foi quando houve uma mudança do código, em 1984. Passei na prova escrita, tudo, até o psicotécnico, mas rodei na oral. Realmente, eu fui mal. Porém, houve quem dissesse que candidatos com pior desempenho que o meu haviam conseguido passar... Mas, enfim, até que eu não fiz tanta questão. A minha remuneração naquela época já era próxima à de Promotor. O pessoal na Procuradoria queria que eu ficasse, argumentando também que eu tinha filhos pequenos e o interior era difícil. No fim, me conformei.

**Memorial do MPSC** – *Não queriam perdê-lo, então?*

**Nery José Pedro** – Não queriam esperar. No princípio, entendi

que sinalizaram que se eu passasse, iriam tentar me aproveitar na Procuradoria. Mas Promotores convocados podiam ser apenas os da 4ª entrância. Demoraria. Depois, me desinteressei desse projeto, já estava ficando velho...

**Memorial do MPSC – E as Comarcas que eram as mais violentas?**

**Nery José Pedro** – Lages, Campos Novos, Maravilha, muito violenta. Falavam muito mal de Chapecó. Por sinal, houve até uma passagem em Chapecó, quando Dr. José Daura lá atuava.

Ao chegar à Comarca, surpreendeu-se ao constatar que o transporte deles ainda era cavalo e não havia automóveis.

Houve um Júri no qual ele condenou uma família inteirinha, os Pereira, pai e filhos. Tempos depois, cometeram outro crime e foram novamente encarcerados. Num belo dia, nós estávamos na Rua Artista Bittencourt, na primeira sede dali, chegou um cidadão querendo falar com o Dr. José Daura. Falou bem grosso: “José Daura”. Aí, fui lá. “Dr. Daura, o senhor pode atender um cidadão que está aguardando na primeira sala?”. “Não tem problema”. Então o chamei. Ele disse: “Dr. Daura, eu vim aqui agradecer ao senhor, eu estou saindo da prisão hoje e vou agora viajar para a minha Comarca, mas eu garanto ao senhor que não vou mais cometer deslizés.” Quando ele saiu, eu perguntei para o Dr. Daura: “O senhor não ficou com receio?” [risos]. O Dr. Daura era brabo no Júri! A informação que se tinha é que era brabo no Júri. O Helio Sacilotti de Oliveira também... já falecido, pai do Gilberto Callado de Oliveira: um dos melhores Promotores do Estado que atuavam no Tribunal do Júri!

**Memorial do MPSC – O Dr. Daura enfrentou Júris difíceis, não?**

**Nery José Pedro** – Ele me contou uma passagem, numa festa na Associação. Quando foi Procurador-Geral, era sempre muito desconfiado; confiava em poucos. O Secretário dele era o Valdir Vieira, mas ele vira e mexe sempre me chamava... Então, me contou desse Júri, com

repercussão nacional. Muita gente foi denunciada!

**Memorial do MPSC** – *O senhor se recorda de outros casos, outros processos rumorosos que teriam sido muito debatidos em Santa Catarina, ou com repercussão até nacional, e que tiveram a participação do Ministério Público?*

**Nery José Pedro** – Um que teve muita repercussão aqui, tanto no âmbito de Santa Catarina quanto nacional, foi a morte daquele médico, o Dr. Stuck. Quem fez o Júri foi o Helio. Vieram quatro advogados de Curitiba. O pai, a filha e mais dois advogados para defender o réu. Foi no antigo Tribunal de Justiça, na Praça Pereira de Oliveira. Eu o assisti, foi muito bom, uma assistência enorme. A vítima foi morta por um colega médico na frente de todo o mundo. Repercutiu muito. Naquela época, crime assim era mais reservado.

Outro crime rumoroso foi do pai do Esperidião Amin, que teria matado o próprio irmão lá na Ford, onde o Tribunal se instalou mais tarde, num sábado pela manhã. Dizem que o Esperidião Amin culpou o Ministério Público por conta dessa história.

**Memorial do MPSC** – *O senhor lembra quem foi o Promotor que participou desse Júri?*

**Nery José Pedro** – Não. O advogado apresentou laudo médico alegando que o réu estaria impossibilitado de participar do Júri. Mesmo assim, o Promotor pediu a condenação. Houve quem dissesse que o Ministério Público enfrentaria uma época difícil no Governo do Esperidião Amin. Não sei se teve ou não relação, mas foi de fato um período com dificuldades nos repasses.

**Memorial do MPSC** – *E do episódio com o Gilberto Gil, o senhor se recorda?*

**Nery José Pedro** – Me recordo, pois a Polícia prendeu o Gil na frente da minha casa, praticamente.

**Memorial do MPSC** – *No Centro de Florianópolis?*

**Nery José Pedro** – Sim, na Rua Clemente Rovere, onde foi pego o Gilberto Gil.

**Memorial do MPSC** – *O Gil veio fazer um show...?*

**Nery José Pedro** – Isso. E hospedou-se num hotel. Ele e um pessoal fizeram uma estripulia. A Polícia foi lá, deu uma geral. Engatou o Gil, que foi liberado em seguida. Mas o Promotor insistiu na prisão e o Juiz a decretou. Então, prenderam-no na Clemente Rovere. Ouvi um depoimento dele num programa de TV, em que relatou esse episódio. Já como Ministro de Estado, o repórter perguntou se era verdade que ele tinha sido preso. Gil respondeu que sim, mas injustamente. A audiência foi bem agitada. A Polícia, armada, guardava o Fórum.

**Memorial do MPSC** – *Como era a rotina de trabalho da Secretaria?*

**Nery José Pedro** – Receber e distribuir os processos. Era a única atividade da Secretaria. Havia duas pastas para os expedientes: de recebimento e expedição.

**Memorial do MPSC** – *A carga processual?*

**Nery José Pedro** – Não. Ofício, expediente. Os processos vinham do Tribunal, a Dona Cecília registrava num livro de capa dura. E havia diversos: recurso, apelação criminal, apelação cível, ação de desquite (naquela época existia o desquite), recurso extraordinário... Tudo isso ela protocolava e distribuía para os Procuradores.

**Memorial do MPSC** – *O pagamento passava por vocês?*

**Nery José Pedro** – O pagamento era com o Tesouro do Estado. Apenas informávamos as alterações. Um Promotor em substituição, por exemplo, ganhava 15% de adicional: fazia-se um ofício ao Tesouro, notificando-o. O financeiro era direto com o Tesouro do Estado até 1988. Depois é que o Ministério Público assumiu a sua própria folha de pagamento.

**Memorial do MPSC** – *E as nomeações?*

**Nery José Pedro** – As nomeações eram com a Secretaria da Administração.

**Memorial do MPSC** – *Quando o Promotor ascendia, mudava de Comarca...?*

**Nery José Pedro** – Tudo era eles que faziam. Nós fazíamos as comunicações, e mesmo assim, tínhamos de enviar cópia para a Secretaria da Administração. Eles é que geriam o nosso arquivo. Uma vez eu fui pesquisar no Arquivo Público, na Mauro Ramos, uma situação do Dr. Clóvis, de São Lourenço. No arquivo da Secretaria da Administração há fichas microfilmadas. Desde 1988, mantemos nosso próprio arquivo.

**Memorial do MPSC** – *Como se dava o contato da Procuradoria com os Promotores?*

**Nery José Pedro** – A telefonia era precária. Na melhor das hipóteses, tinha telefone no Fórum, onde o Promotor se instalava para trabalhar. Não havia sede própria para as Promotorias, nem casa direito para os Promotores. Dependíamos do telefone do Fórum ou do rádio da Polícia. Havia rádio na Casa Civil, na Secretaria de Segurança e na Polícia Militar... Então, passava-se um rádio para Secretaria de Segurança, Palácio do Governo, Casa Civil, ou Polícia Militar... E aí, recebíamos o recado. O sistema de rádio espalhava a notícia das promoções ou remoções para os Promotores.

**Memorial do MPSC** – *Algumas Comarcas eram imensas e com grandes dificuldades de comunicação interna. Não havia telefone, a maior parte das estradas era de chão batido. Como o Promotor fazia para se deslocar de um termo ao outro dentro da própria Comarca? Ele tinha que comunicar à Procuradoria?*

**Nery José Pedro** – Pois é. Justamente, comunicava pelo rádio. Posteriormente, no início dos anos 1970, instalamos o telex. O Dr. Speck era o Secretário. O Falconi, funcionário que veio da Imprensa Oficial, passava o telex para o Fórum, que transmitia a mensagem ao Promotor. O telex foi um avanço, porque tínhamos um na Procuradoria. Porém,

no interior, continuávamos dependendo dos Fóruns. O Promotor era totalmente dependente dos Fóruns. Tanto em biblioteca, como em assessoria, tudo!

**Memorial do MPSC** – *Quer dizer, da boa vontade do Juiz?*

**Nery José Pedro** – Sim.

**Memorial do MPSC** – *Se o Juiz estivesse disposto a ceder parte da atividade dos funcionários para ajudar o Promotor...*

**Nery José Pedro** – Exatamente. Muitos não gostavam, achavam que o Ministério Público devia ter estrutura própria, mas naquela época não havia como. Não tinha o amparo suficiente do próprio Governo. Os recursos que o Governo passava eram somente para a folha, e alguma coisa para as diárias. E mais nada! Então, o Promotor precisava manter um bom relacionamento com o Juiz.

**Memorial do MPSC** – *Se não havia espaço no Fórum, o Promotor fazia o quê? Despachava na escada de acesso ao Fórum?*

**Nery José Pedro** – Já aconteceu isso. Não na escada, mas no corredor. Porque não tinha sala. Era comum o Ministério Público ficar sem espaço no Fórum, porque as salas foram ocupadas pelos Cartórios, por serventuários, etc... Em Tubarão, os Promotores despachavam nos corredores. Havia goteiras nas salas e os corredores ficavam alagados em dias de chuva, quando, então, até do corredor, o Promotor era escorraçado!

**Memorial do MPSC** – *E aconteceu de o Promotor ter que despachar na praça também?*

**Nery José Pedro** – Não, na praça não. Na praça eles tinham que fazer a negociação deles para efeito de promoção e remoção [risos]. É que a política influía sobre toda a movimentação, naqueles tempos. Eram situações realmente precárias. Não havia máquina de escrever, eles tinham que comprar a sua própria. Não tinha assistente... Mandávamos o papel para os Promotores, demorava para chegar nas Comarcas e

não durava todo o mês. Tínhamos de solicitar à Imprensa Oficial nova impressão, com timbre. Houve uma época em que o Tribunal proibiu os Promotores de emitir pareceres em papel com timbre do Judiciário. Alguns Juízes exigiam que os pareceres dos Promotores viessem em papel timbrado. Como o Ministério Público não dispunha de orçamento próprio, tudo demorava.

**Memorial do MPSC** – *O senhor tocou num assunto interessante. Hoje há uma carreira transparente, todas as movimentações partem de uma consciência geral, com critérios bem determinados. O senhor falou sobre a política de promoção e remoção. Havia muito aspecto político nessas demandas de remoção e promoção àquela época?*

**Nery José Pedro** – Sim, era a rotina da Instituição, a cultura da época. Às vezes, isso ficava mais evidente, como no mandato do Dr. Napoleão Xavier do Amarante. Deu até um descontentamento entre dois Promotores convocados, mais tarde promovidos a Procurador. Assisti a um bate-boca dos dois Promotores em razão de promoção para Procurador do Estado. Estava com o parecer pronto, para entregar, quando fui surpreendido por aquela confusão. Se não fosse outro Promotor que trabalhava ao lado apaziguar os ânimos, o negócio ia ficar ainda mais feio. Foi na sede da Praça XV. Tudo por causa de uma promoção para Procurador. Um deles, mais antigo, achava-se merecedor, mas o outro, mais moderno, acompanhou o Procurador-Geral numa viagem para Salvador, quando articulou em benefício próprio. O Conselho deixava-se, então, influenciar muito pelo Procurador-Geral.

Há também o caso de um Promotor que se aposentou bem novo. Ele saiu do Ministério Público justamente por uma ingratidão, na opinião dele, no processo de promoção. Estava para ser promovido e foi prejudicado na última hora. Ficou tão insatisfeito que pediu aposentadoria – tinha muito tempo de Cartório, que podia ser somado ao de Ministério Público.

Houve outros casos... Naquela época havia muita picuinha. Como os critérios para a progressão na carreira não eram objetivos e

transparentes, às vezes as relações entre as pessoas podiam ficar meio envenenadas. A Corregedoria opinava também na hora da promoção, da remoção, consultando a ficha funcional do Promotor, para ver, por exemplo, se ele já tinha sofrido algum processo administrativo, se não tinha. Tudo isso influenciava na carreira do Promotor. Às vezes, beneficiava-se alguém que nem merecia tanto assim. Outras, preteria-se injustamente algum outro. Era assim, a cultura da época. Passamos por uma mudança muito importante nesse sentido. Evoluímos. Hoje, a cultura é completamente outra.

**Memorial do MPSC** – *O senhor lembra das Comarcas mais antigas na sua chegada?*

**Nery José Pedro** – As Comarcas de 4ª entrância: Chapecó, Lages, Joinville, Blumenau. Depois foram criadas outras, até uma que seria final, mas foi de 3ª entrância, que era Curitibaanos. Foram criadas duas Varas em Curitibaanos, uma das quais o Tribunal depois extinguiu. Hoje já tem três. Naquela época, o Plínio Moreira morava em Curitibaanos, com influência nesse processo.

**Memorial do MPSC** – *As sucessões de Procuradores-Gerais de Justiça em alguns momentos também foram de alguma forma tormentosas?*

**Nery José Pedro** – Sim. Aconteceu com o Dr. Napoleão. Quando o Governador Antônio Carlos Konder Reis convidou-o para ser Procurador-Geral (ele assumiu em 15 de março de 1975), a classe, sobretudo na Procuradoria, se revoltou. Os Procuradores não o aceitavam, porque ele era Promotor e se mobilizaram para impedir a nomeação.

**Memorial do MPSC** – *Ele sucedeu o Dr. José Daura, não é?*

**Nery José Pedro** – Exatamente. O Napoleão recebeu apoio de um famoso amigo, Procurador da República, também muito amigo do Konder Reis. Teve influência sobre a escolha do Napoleão. Mas a polêmica foi grande.

Ele era muito político. Até não sei como ele não seguiu carreira

política. Então, claro que ele desagradava alguns e agradava outros. Mas não foi uma gestão necessariamente conturbada, como foi a do Dr. Piazza.

**Memorial do MPSC – E como foi a gestão do Dr. Piazza?**

**Nery José Pedro** – Não sei bem o porquê, o que motivou exatamente toda aquela reação da classe ao Piazza. Quando o Pedro Ivo Figueiredo de Campos foi eleito Governador, eu fui convocado pelo então Procurador-Geral, Dr. João Carlos Kurtz, a transmitir as informações da Procuradoria e do Ministério Público para o Dr. Hipólito Luiz Piazza, pois ele seria possivelmente nomeado seu sucessor. Cheguei a participar de uma reunião na casa do Dr. Piazza. Eu, o Valdir, o Nelson Ferraz, o Paulo Armando Ribeiro e o Gustavo Neves Filho. O Dr. Piazza recebera a incumbência de conceber a proposta de gestão para o Ministério Público e a Secretaria da Justiça no âmbito do futuro plano de Governo. Foi ali, creio, que essa indicação tomou corpo. Não sei por que cargas d'água apareceu depois o João José Leal, que ficou no cargo apenas poucos meses. O Leal não gostou da rotina da Procuradoria. Creio que ele foi pego de surpresa com a indicação. Quando ele pediu para sair, o Governador escolheu o Dr. Hipólito.

**Memorial do MPSC – E essa fase do Dr. Leal, como foi?**

**Nery José Pedro** – Alguma turbulência no que diz respeito às promoções e remoções. Houve uns atos que ele tentou praticar e foi chamado a atenção por aqueles mais experientes, mais antigos. Parece que até ameaçaram entrar com mandado de segurança. Houve críticas a alguns editais publicados, no sentido de que conteriam falhas. Até que os editais precisaram ser cancelados.

**Memorial do MPSC – Foram cancelados na própria gestão ou pela gestão seguinte?**

**Nery José Pedro** – Na própria gestão. O ato não aconteceu. Foi tudo refeito. Estão guardados no arquivo do Conselho. O Secretário do João José Leal foi o João Alberto Corrêa, que desconhecia a rotina de

Secretaria. Aliás, ele ocupava a Secretaria também a contragosto. Não sei por que o Leal o escolheu. Foi uma gestão curta.

**Memorial do MPSC** – *E então veio o Dr. Piazza?*

**Nery José Pedro** – Houve enorme reação à posse do Dr. Piazza. O Cyro Campos era o Corregedor-Geral. O Piazza viajou e havia uma lei na Assembleia para ser apreciada. O Dr. Cyro Campos, substituindo-o, fez um *lobby* na Assembleia em favor da aprovação da lei. Nesse ínterim, o Dr. Piazza retornou e achou ruim.

**Memorial do MPSC** – *O senhor lembra qual foi o objeto dessa lei, do que ela tratava?*

**Nery José Pedro** – Não lembro. Também não sei por que Dr. Piazza ficou desgostoso. Mas ali foi o estopim para um quiproquó: o Conselho renunciou parcialmente, tendo permanecido apenas o Dr. Helio Sacilotti. A partir daí, várias reuniões do Conselho aconteceram apenas com a presença do Dr. Piazza e do Dr. Helio Sacilotti. Vários processos foram aprovados com esse quórum restrito. Começou assim...

**Memorial do MPSC** – *Com a Associação também houve conflito?*

**Nery José Pedro** – Sim. A Associação ocupava uma sala emprestada na Procuradoria-Geral, no 10º andar, e o Piazza despejou a Associação, motivando grande revolta. Uma funcionária da Associação também era emprestada pela Procuradoria. Além dela, trabalhava na Associação a Terezinha, contratada. Foi grande a reação. Saiu uma nota no jornal. Até a televisão divulgou: “O Procurador-Geral despejou a Associação”. O Secretário proibiu os funcionários da Procuradoria de atender pedidos da Associação. Certa vez, pediram para o Sr. Célio, funcionário nosso, levar uma escada para a Associação, para trocar uma lâmpada, mas o Secretário não autorizou.

**Memorial do MPSC** – *A partir da saída do Dr. Hipólito Piazza, houve algum outro momento delicado nessa sucessão de Procuradores-Gerais de Justiça?*

**Nery José Pedro** – Não que eu saiba. Depois do Piazza, voltou o Kurtz, que montou uma equipe de trabalho muito boa. O Secretário era o Paulo Roberto Speck. O Dr. Moacyr era o Corregedor, a Secretária era a Rosa Maria Garcia. Não houve mais tumultos.

**Memorial do MPSC** – *Havia dificuldade financeira?*

**Nery José Pedro** – Sempre aquela dificuldade do repasse do Tesouro para acudir a folha de pagamento e a despesa corrente. O Procurador-Geral sempre se dirigia ao Secretário da Fazenda, solicitando incremento do recurso. A verba mensalmente destinada para o Ministério Público nem mesmo cobria a folha. Todo o mês era a mesma coisa: o Procurador-Geral ia ao Palácio com o chapéu na mão. O Governo sempre autorizava. Então ele ia ao Secretário da Fazenda, que com muito custo às vezes soltava um extra dentre o que fora prometido pelo Governador Paulo Afonso. Houve situações mais tensas. Numa oportunidade, o Secretário da Fazenda negou-se a repassar a verba para cobrir a folha de pagamento e o Dr. João Carlos Kurtz se revoltou, ameaçando até com mandado de segurança e prisão do Secretário da Fazenda, que se ausentou da Secretaria por dois dias, com medo de ser preso. O Dr. Kurtz determinou a paralisação das substituições porque não havia verba suficiente. Algumas Comarcas ficaram, então, sem Promotor, por semanas, meses até. Não sei como é que o Juiz fazia para atender as audiências. Foi grande a reclamação dos advogados. Houve repercussão junto ao Governo. Noutras oportunidades, a Secretaria da Fazenda pedia adiantamento ao BESC, que nem sempre se dispunha a antecipar os recursos. Com frequência, a folha atrasava.

**Memorial do MPSC** – *E os funcionários? Havia café para os funcionários? [risos]*

**Nery José Pedro** – Tinha um cafezinho, como tem hoje, mas num determinado momento, a verba para o café também acabou. Fazíamos uma vaquinha para comprar pó e filtro. Antes do orçamento do Ministério Público ser fixado em lei, a situação era essa mesmo, muito precária, de total dependência do Executivo, com fases de uma penúria danada!

O Ministério Público atravessou crises violentas. Tudo dependia do Governo, que pouco reconhecia a importância da Instituição. O Executivo não tinha consideração pelo Ministério Público. Tratava-o como uma mera Secretaria, como órgão auxiliar de Governo. O Tribunal tinha tratamento diferenciado, merecedor de consideração e respeito. Mas o Ministério Público vivia com o pires na mão, dependendo da boa vontade e da compreensão do governante. E era natural que o Governo e o Judiciário entendessem que os Membros do Ministério Público deveriam ganhar menos do que o Judiciário. Ninguém admitia a equiparação com os Juízes e o Tribunal. Os Promotores não eram considerados como estando no mesmo plano dos Juízes. Quando finalmente a equiparação foi conquistada, o Tribunal tinha recursos para corrigir a própria folha, mas o Ministério Público carecia dessa autonomia, de sorte que ficava correndo atrás do Governo para preservar a equiparação.

O Promotor tinha de ter vocação muito firme para se manter na Instituição, porque passava no concurso e era praticamente abandonado. Sem essa vocação, desistia no caminho, como alguns até o fizeram. O Promotor é um lutador. Hoje é que tem esse conforto todo. Mas não foi assim que a Instituição foi construída, não era assim a vida do Promotor há alguns anos atrás.

**Memorial do MPSC** – *As posses dos Procuradores-Gerais eram prestigiadas como são hoje? Compareciam os líderes do Estado, Legislativo, Executivo, Judiciário?*

**Nery José Pedro** – Não. Eram pouco prestigiadas. Ninguém aparecia. O Dr. Rubem Moritz da Costa passou a investidura para Dr. Hélio Rosa no gabinete mesmo, sem assistência alguma. O primeiro a revestir a posse de mais solenidade foi o Dr. Daura.

**Memorial do MPSC** – *E no Conselho Penitenciário, alguns Procuradores-Gerais tiveram participação destacada no órgão, não é?*

**Nery José Pedro** – Sim. O Dr. José Daura participava toda sexta-feira pela manhã do Conselho Penitenciário, porque dava o livramento

condicional daqueles presos que estavam liberados. Era o Procurador-Geral, o representante da OAB, a Procuradoria da República, um médico... Eram seis membros. O Dr. Daura me buscava em casa, no fusquinha dele e eu o acompanhava. Ele sempre queria que eu digitasse os pareceres dele. Enquanto estava acontecendo a sessão, eu ficava batendo os pareceres. O Dr. Daura foi Secretário de Estado em três Secretarias. Ele foi Procurador-Geral, foi Secretário de Segurança Pública e foi Secretário de Administração, na mesma época.

**Memorial do MPSC – Acumulando?**

**Nery José Pedro** – Acumulando. Ia de gabinete em gabinete. Despachava na Secretaria de Segurança, vinha para a Procuradoria, depois para a Administração. Eu o acompanhava.

**Memorial do MPSC – O senhor sabe por que ele acumulou os três cargos?**

**Nery José Pedro** – A pedido do Governo. O Secretário de Segurança saiu, não tinha quem colocar, o Governador designou o Procurador-Geral. Da Administração, a mesma coisa. Depois ele ocupou também por um curto período a Casa Civil.

**Memorial do MPSC – Então nessa época o Procurador-Geral era um curinga?**

**Nery José Pedro** – A gente trabalhava dia e noite. Chegava à noite, eu ia estudar. Saía às 10h e meia do Instituto Estadual de Educação e voltava para a Procuradoria, para datilografar pareceres. Não dava conta. Eu estava sozinho na datilografia. Atendia todos os Procuradores. Os pareceres do Dr. Cyro em mandado de segurança eram extensos: menos de dezesseis folhas ele não escrevia. Eu tinha de datilografar tudo aquilo. A vida era dura. O dia todinho...

**Memorial do MPSC – E a relação com o Tribunal de Justiça nesse período?**

**Nery José Pedro** – A relação era boa. Com o Tribunal de Justiça é

assim: eles ficam lá, nós ficamos aqui. A relação era tanto melhor quando o Presidente do Tribunal já tinha sido Membro do Ministério Público. O Aloysio de Almeida Gonçalves foi Procurador do Estado, depois de Justiça, depois foi Desembargador, foi Presidente do Tribunal de Justiça. Depois veio o Napoleão, também foi Presidente do Tribunal de Justiça. Havia outros Desembargadores que chegaram ao Tribunal pelo Quinto Constitucional, vindos do Ministério Público. Já no Fórum, a relação era mais difícil. Promotor e Juiz às vezes se estranhavam.

**Memorial do MPSC** – *E o senhor acha que tem mais ou menos conflito agora?*

**Nery José Pedro** – Tem menos conflito. Havia muito mais. Houve Promotor que foi às vias de fato com Juiz. Em São José, um Promotor se pegou no tapa com um Juiz em plena sessão. Era uma audiência criminal.

Também havia conflitos com o Executivo. Quando o Ministério Público ainda não gozava de independência, certa feita o Procurador Zenon Torrens Malschitzky atendeu às partes num parecer da Fazenda que requeria do Estado uma indenização. Corrigido, dava um montante bem alto. O Governador ficou indignado e chegou a trancar a nossa verba de pagamento do pessoal por causa daquele parecer. O Zenon não quis refazer o parecer. E o Tribunal acatou o parecer dele.

**Memorial do MPSC** – *O senhor recorda quando foi isso?*

**Nery José Pedro** – Foi em 1973! Estávamos na Praça XV quando estourou esse problema. Já havia um número maior de Membros do Ministério Público. O Governador mandou atrasar o repasse, enquanto o parecer não fosse refeito. Simples assim. Como o Dr. Zenon não quis refazê-lo, o Secretário precisou repassá-lo ao Tribunal. Foi uma indenização alta. O Zenon disse: “Não quero nem saber, o Governador errou, o Estado errou, tem que pagar”. O Tribunal seguia muito os pareceres dos Procuradores. Ainda hoje são muito respeitados. Há Desembargadores que aprovam os pareceres na íntegra nas Câmaras. Outros Procuradores às vezes têm que sustentar oralmente os pareceres para o Tribunal. Mas

o Ministério Público é muito respeitado no Segundo Grau.

**Memorial do MPSC** – *O senhor recorda o período da gestão do Dr. Kurtz, em que surgiram o DECOM e os Grupos Regionais de Estudos?*

**Nery José Pedro** – Ah, sim! O Secretário era o Dr. José Galvani Alberton. O DECOM funcionava aqui na Rua Barão do Batovi. Depois ficou um período também lá no fundo do Bradesco, na Saldanha Maranhão. Naquela época, trabalhava também conosco o Dr. Pedro Decomain e, ainda, o Dr. Antônio César Pinto Costa. O Alberton não era Procurador ainda. Ele era Secretário-Geral do Ministério Público. Ele que comandava esse processo todo.

**Memorial do MPSC** – *Isso representou um aumento de volume de trabalho para vocês?*

**Nery José Pedro** – Ah, aumentou.

**Memorial do MPSC** – *Por quê?*

**Nery José Pedro** – Porque apesar deles terem secretaria própria, as coisas passavam pela Procuradoria. A gente dava assistência para eles. O DECOM sempre funcionou junto com a Procuradoria. Depois, foi substituído pelo PROCON, que é uma iniciativa do Executivo.

**Memorial do MPSC** – *Esses Promotores que estavam convocados, atuando no DECOM, na organização dos Grupos Regionais de Estudo e outras atividades da Procuradoria, foram todos desconvidados na gestão do Dr. Piazza?*

**Nery José Pedro** – Foram todos desconvidados. O Dr. Sérgio Paladino, o Dr. Anselmo Agostino da Silva, o Dr. Emygdio Geraldo Sada, o Dr. Alberton, o Dr. Nilton José Machado... Cada um voltou para sua Comarca. O Dr. Piazza convocou Dr. Gustavo Neves Filho, muito amigo dele, para cuidar dos pareceres. Depois, convocou também o Dr. Cyro Campos, que posteriormente foi para a Corregedoria. O Arno Schmidt, também foi Corregedor, auxiliava na gestão. O Secretário do Arno Schmidt era o Paulo Armando Ribeiro, que também ajudava o Dr. Piazza.

**Memorial do MPSC** – *Foi Corregedor depois também, não é?*

**Nery José Pedro** – Foi Corregedor interino, em substituição ao Arno Schmidt. O Cyro ficou um período também como Secretário, substituindo o Valdir, antes de chegar o Fausto.

**Memorial do MPSC** – *E o senhor recorda se houve algum episódio envolvendo a relação entre a Corregedoria e os Promotores?*

**Nery José Pedro** – O único episódio do qual lembro na Corregedoria foi no primeiro mandato do Dr. Ruy Olympio. Foi um entrevero com um Promotor de Chapecó. Fizeram uma representação contra ele, recebida lá na General Bittencourt, na garagem da Imprensa Oficial, onde instalaram a Corregedoria. Quando soube do parecer da Corregedoria, deslocou-se de Chapecó para a Capital para tirar satisfações. Chegou aqui bem cedo. O clima ficou tenso, mas o Dr. Daura, Procurador-Geral, conseguiu acalmar a situação. Não demorou muito, se aposentou. Houve ainda outros casos envolvendo pareceres da Corregedoria que davam motivo para desentendimentos.

**Memorial do MPSC** – *E o senhor se recorda da relação do Ministério Público com a imprensa? O Ministério Público costumava aparecer na imprensa, nos jornais?*

**Nery José Pedro** – Não, embora tivéssemos um assessor de imprensa. Mas a mídia não se interessava muito pelo Ministério Público.

**Memorial do MPSC** – *O senhor recorda os episódios que mais repercutiram na imprensa, que diziam respeito à ação ministerial?*

**Nery José Pedro** – Durante a gestão do Dr. Piazza, houve muita repercussão na imprensa. Mas também houve durante a gestão do Kurtz, em decorrência do problema financeiro. Porque ainda não havia verba destinada para nós mediante lei, então todo o mês era aquela corrida atrás de recursos.

**Memorial do MPSC** – *O senhor recorda de algum Júri que tenha sido*

*mais rumoroso?*

**Nery José Pedro** – O Valdemiro Borini teve um entrevero com um advogado famoso, o Jaraguá: jogou um objeto, que quase bateu na testa do Jaraguá. Foi o mesmo que prendeu o Gil. Noutro incidente, a falecida Leocádia Marília Schiocchet da Costa, Promotora em Indaial, fez um Júri no qual parece que andou se estranhando com os jurados.

**Memorial do MPSC** – *A Promotora brigou com os jurados?*

**Nery José Pedro** – Foi. Na sessão.

**Memorial do MPSC** – *O senhor lembra o porquê?*

**Nery José Pedro** – Ela tinha um método: levava uma prancha, cavalete, e descrevia o crime detalhadamente, para os jurados verem. Pelo que me contaram, os jurados, de boca fechadinha, sussurraram: “Desculpe, mas para que isso?”. Aí ela se incomodou.

**Memorial do MPSC** – *E os momentos de descontração? A Procuradoria costumava fazer uma festa de fim de ano?*

**Nery José Pedro** – Havia uma confraternização. O Ministério Público fazia sempre, como ainda faz, na sede em Canasvieiras. É bonito o lugar. Os funcionários também, de vez em quando, promoviam uma confraternização. Mas nossa Associação ainda é muito nova, acho que tem apenas uns nove anos. Começou como um Grêmio, em 1976, depois virou Associação. Cuida da parte social.

**Memorial do MPSC** – *Nunca teve nenhuma bandeira reivindicatória?*

**Nery José Pedro** – Não, não. Agora que eles estão querendo passar a ser Sindicato, influenciados, imagino, pela Associação dos Funcionários do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Hoje temos mais de 900 servidores. Quando comecei, era apenas cinco! E vamos crescer mais ainda.

**Memorial do MPSC** – *O senhor tem sido muito homenageado. O seu*

*exercício funcional tem sido reconhecido como essencial para todo esse crescimento do Ministério Público, não é?*

**Nery José Pedro** – Eu acredito que o funcionário público não pode se bitolar: tem de ser polivalente, tem de saber fazer tudo, participar de todos os processos da Instituição... tem de estar por dentro de tudo. Se eu ficasse isolado só na máquina de datilografia eu jamais teria vivido a Instituição como vivi. Eu participava de tudo. Procurava ajudar onde fosse possível. Eu participei de todos os concursos, colhi as inscrições, apliquei as provas. Conheci todos os Promotores e hoje sei de cor onde estão os 310 Promotores do Ministério Público de Santa Catarina. Sei quem está em férias, quem está em substituição. Não preciso de computador. Enquanto eu puder ser útil para o Ministério Público, estarei aqui, trabalhando. Daqui a três anos, serei obrigado a me aposentar, mas até lá, seguirei contribuindo. Eu gosto do que faço. Chego todos os dias às 7 horas da manhã, embora nosso expediente comece mais tarde. Eu estou trabalhando há 44 anos e se tirei duas vezes os trinta dias de férias foi muito. O resto, eu perdi. E não me arrependo, porque eu gosto de trabalhar. Até estou preocupado com a minha aposentadoria, porque não sei o que vou fazer depois.

**Memorial do MPSC** – *O senhor gostaria de deixar uma mensagem sobre a sua participação na Instituição?*

**Nery José Pedro** – A mensagem que eu queria deixar é que estou sentindo que estou sendo útil para a Instituição. Fico muito agradecido aos Promotores, à classe que fez essas homenagens. E mais agradecido porque o senhor lembrou que eu posso contribuir com algumas informações sobre a História do Ministério Público.

**Memorial do MPSC** – *Obrigado, Sr. Nery.*